



# SENADO FEDERAL

## Autos Processuais Digitais

### Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 2

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 470, de 2025, para "apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor."

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão

**RELATOR:** Senador Alessandro Vieira

*Secretaria-Geral da Mesa*

*Secretaria das Comissões*

*Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Eduardo Girão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitiva do Senhor Conrado Leister, Diretor-Geral da Meta no Brasil, em atendimento ao requerimento 115/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva da Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, em substituição ao Sr. Conrado Leister, conforme deferimento da presidência da CPI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**

Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/24>





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta Presidência informa que recebeu o Ofício 2, da Sra. Kaliana Kalache, Diretora de Políticas Públicas da Meta Brasil, com a solicitação de que fosse ouvida a Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, em substituição ao Sr. Conrado Leister, Vice-Presidente de Vendas do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Como forma de viabilizar a realização da presente reunião, o pedido foi deferido. Ressalto ainda que a aprovação do nome do Sr. Conrado Leister decorreu da aprovação do Requerimento 115, de autoria do Senador Alessandro Vieira, Relator desta CPI.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 17/12.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Como disse, esta reunião destina-se à oitiva da Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, cujo cargo lida com as políticas de prevenção a fraudes e golpes nas plataformas e com as iniciativas de colaboração com autoridades para identificação e mitigação de crimes digitais. A Meta é a empresa que disponibiliza as plataformas digitais Facebook e Instagram.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Yana Dumaresq, neste momento, por favor. *(Pausa.)*

Antes de conceder a palavra, gostaria de tecer algumas palavras que eu reputo importantes nesta Comissão.

Hoje damos início a mais uma reunião da CPI do Crime Organizado, reafirmando os compromissos que assumi desde o primeiro dia como Presidente desta Comissão: investigar com seriedade, coragem e responsabilidade os tentáculos do crime, que corroem o presente e ameaçam o futuro de milhões de brasileiros. Não é de hoje que deixo claro que nosso objetivo





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui é simples, mas inegociável: buscar a verdade, enfrentar o poder e garantir que ninguém – ninguém! – fique acima da lei.

Esta Comissão trabalha por quem acorda cedo todos os dias, pega ônibus lotado, enfrenta filas, dá tudo de si para sustentar sua família; por quem paga imposto, mas vê de volta apenas o descaso de um sistema que deveria protegê-lo e não feri-lo; por empresários honrados que constroem seus negócios com honestidade, geram empregos e sustentam o Brasil com o suor de seu trabalho. Trabalhamos pelo trabalhador, pelo estudante, pelo aposentado, pela mãe, pelo gari, pelo pai, pela criança, que sonha com um futuro melhor. Trabalhamos por todos vocês. E é por isso que conduzimos nossa missão com o máximo rigor e responsabilidade, porque sei que devemos resposta àqueles que nos trouxeram até aqui.

Hoje ouviremos a Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, que é Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, sobre questões de enorme relevância. A Meta, como sabemos, administra plataformas amplamente utilizadas no Brasil, como Facebook, Instagram e WhatsApp, que conectam milhões de vidas e servem de ferramenta para trabalho, comunicação e informação. No entanto, temos indícios claros de que essas plataformas também estão sendo exploradas para enganar, iludir, ocultar e fraudar; indícios de que criminosos se utilizam desses meios para sustentar redes ilícitas refinadas e cruéis.

Não podemos permitir que o avanço tecnológico seja utilizado para propagar o atraso social. Mais do que justificáveis, queremos medidas concretas. Queremos saber o que está sendo feito – ou negligenciado – para proteger aquele que usa essas plataformas de boa-fé, confiando na segurança de um ambiente que por vezes parece guiado apenas pelo lucro e não pelo compromisso com o cidadão.

Amanhã, esta CPI também dará um passo histórico. Deliberaremos sobre requerimentos de convocações, convites, quebras de sigilo e pedidos de informações. Uma vez aprovados, daremos início a uma nova e fundamental fase. É o pontapé necessário para investigarmos com mais profundidade os tentáculos do crime organizado, como costumam dizer – tentáculos que se infiltram nas estruturas econômicas, financeiras, tecnológicas, corroendo-as no tecido social e lesando milhões de brasileiros.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Presidente desta Comissão, cabe a mim a responsabilidade de pautar os requerimentos, mas a sua aprovação depende deste Colegiado. Essa é uma responsabilidade democrática que exige compromisso com a verdade e respeito ao povo brasileiro. Que os votos de cada Parlamentar aqui presente reflitam a coerência, a seriedade e a integridade que esta CPI deve inspirar. Acredito que juntos podemos garantir que as deliberações feitas amanhã sejam voltadas ao enfrentamento do crime e não ao espetáculo político.

E é justamente com a aprovação desses requerimentos que criaremos as bases para investigar casos como o do Banco Master. Trata-se de fraudes bilionárias, um rastro de prejuízos que impactou 1,6 milhão de clientes. Aposentados viram ruir suas economias, famílias perderam o que haviam construído com sacrifício, trabalhadores foram deixados sem amparo. Esses esquemas abusam da confiança para alimentar ambições ilegítimas, alimentam um sistema que rouba não apenas dinheiro, mas dignidade e esperança. Não podemos tolerar isso. Não haverá proteção para quem trafega nas sombras.

Além da aprovação dos requerimentos, amanhã também será um dia importante para os trabalhos desta Comissão, com a oitiva do Sr. Thiago da Silva Folha, conhecido como TH Joias. Ele foi indiciado pela Polícia Federal do Rio de Janeiro por crimes graves e associações perigosas com facções criminosas. As investigações apontam indícios de que ele se utilizava de um negócio legítimo, o comércio de joias, para lavar e movimentar milhões de reais em nome dessas facções. A presença do Sr. Thiago aqui será imprescindível.

E aqui eu quero fazer uma ressalva de que foi solicitada ao Supremo a autorização para que ele venha, e ainda não obtivemos essa resposta.

Precisamos entender como o crime organizado se infiltra na economia formal e quais mecanismos são utilizados para mascarar práticas ilícitas.

Desde o início desta Comissão, tomei como missão conduzir nossos trabalhos com ética, coragem e compromisso inabalável de agir pela verdade. Não acusamos sem provas, mas jamais silenciemos diante de indícios graves. Este não é um espaço para hesitações; é um espaço para agir. Ao término deste processo, digo com convicção: a sociedade saberá a verdade, saberá quem drenou o que era de direito de tantos, saberá quem financiou o crime que destrói famílias e quem entregou às próprias ambições a confiança que lhes foi concedida. Vamos expor com





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clareza e firmeza quem alimentou esse sistema de corrupção e poder, e isso será feito com coragem, mas também com respeito ao processo. Nossa missão é reconstruir a confiança no que é certo, protegendo as instituições democráticas e garantindo que sirvam ao povo e não aos interesses ocultos. O povo brasileiro está cansado de promessas vazias e indignações rasas. O povo quer respostas, e respostas esta CPI irá entregar. Chegaremos ao fim sem omissão, sem medo, com integridade e seriedade.

Muito obrigado.

E que Deus nos abençoe.

Uma ótima sessão para todos.

Com a palavra a convidada, a Sra. Yana Dumaresq, a quem a palavra será concedida por até 20 minutos, por gentileza.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos, Presidente Contarato, Relator Alessandro Vieira, Senador Mourão; bom dia a todos os presentes.

Meu nome é Yana Dumaresq, eu sou Diretora de Políticas Públicas da Meta para a América Latina e participo dos esforços regionais da empresa para promover a integridade digital e combater fraudes e golpes no ambiente *online*.

Agradeço a oportunidade de participar desta audiência para discutir formas de colaboração entre os setores público e privado na proteção dos brasileiros contra criminosos, que estão cada vez mais sofisticados e persistentes no ambiente *online*.

Prevenir golpes é uma prioridade máxima para a Meta, e temos tido avanços importantes, os quais gostaria de compartilhar com os senhores.

A confiança em nossas plataformas é condição absoluta para o sucesso de nossos negócios. Nosso objetivo é proteger usuários e empresas contra práticas enganosas. Nossos usuários não querem esse conteúdo, anunciantes legítimos não querem esse conteúdo, e nós também não queremos esse conteúdo.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Golpes minam o nosso ecossistema, e para combatê-los utilizamos uma abordagem multifacetada que inclui defesas técnicas e automatizadas, desarticulação de redes criminosas, colaboração entre atores da indústria e autoridades e fornecimento de ferramentas para que os nossos usuários também se protejam no ambiente digital.

Quero começar agora listando alguns desses aprimoramentos que fizemos na dimensão dos produtos.

Na dimensão do produto, nós removemos conteúdos, combatemos comportamentos que empregam meios para enganar ou fraudar usuários e empresas ou ainda para impulsionar engajamento. Isso inclui conteúdos que buscam coordenar ou promover essas atividades em nossas plataformas. As nossas regras de uso preveem que anunciantes não podem veicular anúncios que promovam produtos, serviços, esquemas ou ofertas que utilizem práticas enganosas ou fraudulentas, incluindo golpes para obter dinheiros ou dados pessoais de terceiros.

Como parte de nosso trabalho contínuo, implementamos uma série de atualizações de produto para fortalecer nossos esforços de detecção. Por exemplo, atualmente estamos testando ferramentas de detecção de golpes mais avançadas em conversas. Se um possível golpe for detectado por nossa inteligência artificial, nós imediatamente fornecemos alertas ao usuário, dizendo quais são as técnicas dos golpes comuns e dando ao usuário opções para ele bloquear esse remetente e denunciar essa conversa suspeita. No caso de anúncios, estamos expandindo os esforços para verificar a autenticidade das pessoas e das organizações que rodam anúncios em nossas plataformas, com uma ênfase especial em áreas de altos riscos de golpes, como anúncios de investimentos financeiros.

Também usamos tecnologia de reconhecimento facial para detectar e remover imagens de figuras públicas usadas como isca para anúncios fraudulentos – nós chamamos isso de *celeb baits*.

Nossos sistemas de segurança baseados em inteligência artificial estão cada vez mais efetivos na proteção das contas das pessoas, graças a ferramentas mais robustas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do trabalho em nossas próprias plataformas, o enfrentamento aos golpistas exige também parceria com toda a sociedade, e não temos medido esforços para nos aliarmos a diversos segmentos que estejam imbuídos dos mesmos objetivos que nós.

Permitam-me dar um exemplo: no primeiro semestre do ano passado, nossas equipes detectaram e desarticularam quase 12 milhões de contas no Facebook, Instagram e WhatsApp que estavam associadas a centros criminosos de golpes, a partir da colaboração com autoridades policiais e instituições parceiras ao redor do mundo.

Embora o combate a fraudes e golpes seja uma batalha contínua, já obtivemos resultados mensuráveis. Em 2025, a Meta removeu globalmente mais de 134 milhões de anúncios fraudulentos, apoiou autoridades na investigação e identificação de prisão de golpistas e verificou uma queda superior a 55% nas denúncias dos usuários sobre anúncios de golpes.

Seguimos aprimorando as defesas de nossas plataformas e, desde dezembro do ano passado, implementamos camadas adicionais de verificação dos anunciantes, exigindo informações sobre quem se beneficia e quem paga pelos anúncios que são veiculados.

Além das melhorias de produto, gostaria de citar também algumas das nossas iniciativas institucionais, no âmbito global e nacional, que nós vimos empreendendo para combater fraudes e golpes. Então, globalmente, nós participamos de algumas iniciativas relevantes de colaboração intersetorial para aprimorar nossas respostas coletivas a fraudes no ambiente digital.

Uma delas é o GSE (Global Signal Exchange ou Intercâmbio Global de Sinais), que é uma plataforma de compartilhamento de inteligência que conecta parceiros da indústria digital – então, Google, Microsoft, Meta – e autoridades públicas. Então, a gente compartilha ali sinais, táticas de golpes que nós estamos observando *online*, *sites* abusivos, tendências de novas ameaças.

Também somos atores muito ativos no Gasa (Global Anti-Scam Alliance ou Aliança Global Antigolpes), que, ao agregar atores de múltiplas indústrias – aqui nós estamos falando não apenas da indústria digital, mas também indústria de pagamentos, setor financeiro, consultorias, plataformas de *e-commerce* –, nós promovemos, dentro da Gasa, melhores práticas, onde temos







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visto sucesso nas diversas regiões do mundo, e ali a gente promove melhores práticas para capacitar atores ao redor do mundo.

Adicionalmente, no próximo mês, agora em março, na Cidade de Viena, a Meta se soma à ONU e à Interpol como uma das principais apoiadoras da Cúpula Global Antifraude, que terá como objetivo avançar em compromissos globais coordenados entre setores público e privado.

A Meta criou recentemente o Programa Fire (The Fraud Intelligence Reciprocal Exchange ou Intercâmbio de Inteligência Recíproca sobre Fraudes) para compartilhar informações com mais de 50 instituições financeiras ao redor do mundo e fortalecer o setor financeiro e o setor digital em seu combate a golpes. As informações recebidas por meio do Fire ajudam a gente a detectar e remover dezenas de milhares de contas e páginas violadoras em nossas plataformas e também aprimora a defesa dos bancos participantes.

No ano passado, nós nos associamos à Zetta, a associação de *fintechs* brasileiras, e a algumas outras instituições convidadas para discutir como que esse Fire poderia servir ao Brasil, e temos hoje o prazer de saber que três das maiores instituições financeiras brasileiras já aderiram ao programa.

Tivemos também, e temos, o orgulho de ter contribuído com a Aliança Nacional de Combate a Fraudes Digitais Bancárias, copresidida pelo Ministério da Justiça e pela Febraban. Essa iniciativa reuniu atores-chave do setor público e privado ao longo de 2025, incluindo a Meta, que participou ativamente do lado das empresas da camara-e.net e diversas agências governamentais, para discutir, formular e implementar estratégias de prevenção e combate a fraudes, golpes e crimes cibernéticos.

A Aliança reconheceu que as atividades criminosas estão migrando do ambiente físico para o digital, tornando essencial a colaboração de toda a sociedade para enfrentar as vulnerabilidades nos diversos elos da cadeia digital.

Além de integrar a Aliança, a Meta criou um canal de comunicação direto com a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), para fornecer uma via exclusiva de denúncias para anúncios fraudulentos. E, desde dezembro de 2024, a Meta também vem cooperando com o Laboratório de Operações Cibernéticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública – o Ciberlab





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Senasp – para combater fraudes. Da mesma forma, a Meta responde prontamente a dezenas de milhares de solicitações de autoridades e ordens judiciais no Brasil todos os anos, fornecendo dados para identificar o usuário e/ou cumprindo determinações de remoção de conteúdos, incluindo anúncios. Essas medidas, senhores, reforçam o nosso compromisso em colaborar com as autoridades brasileiras e apoiar esforços coletivos para combater fraudes digitais.

Nos últimos anos, a Meta ajuizou mais de 60 processos judiciais, globalmente, contra aqueles que abusam das nossas plataformas, inclusive casos no Brasil em que obtivemos liminares contra empresas que violaram nossas políticas de mensagens em massa e contra entidades que facilitaram a criação de milhares de contas inautênticas usadas para veicular anúncios fraudulentos. Essas entidades foram obrigadas a cessar suas condutas e reparar os danos causados.

Além de todas as medidas já mencionadas, nós também investimos em capacitar os nossos usuários contra golpes. Nos últimos anos, nossas campanhas de *marketing* e comunicação no Brasil alcançaram milhões de brasileiros dos mais diversos públicos, com mensagens práticas para a prevenção de fraudes *online*. Por exemplo, lançamos a central de prevenção contra golpes, com dicas para manter a segurança *online*, instruir como denunciar golpes, entre outras ferramentas.

Esses esforços contínuos também foram em muito amplificados por parcerias que nós fechamos com a Febraban, com a SaferNet e com a imprensa, utilizando grandes perfis de influenciadores nas nossas redes, para aumentar a conscientização e reforçar que o combate aos golpes exige vigilância e colaboração de todos. Os golpes, infelizmente, são feitos para parecer algo que não são. O objetivo é enganar e ludibriar pessoas, incluindo a Meta e os nossos sistemas.

Muitas vezes, os golpes não são consumados na plataforma da Meta, mas sim em outras plataformas e por outros canais, fora do nosso alcance – quando ocorre uma transferência bancária, por exemplo, ou por meio de *sites* falsos. Por esse motivo, é um problema realmente difícil de resolver e, por isso, precisamos de uma abordagem que envolva toda a sociedade, todos os elos da cadeia digital, e a educação do usuário é um pilar ainda mais importante.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos dedicados e confiantes em que nosso plano de ações para combate a fraudes e golpes em 26 trará reduções ainda mais expressivas nesses conteúdos e comportamentos danosos.

Agradeço novamente a oportunidade de me receberem hoje e estou à disposição para responder perguntas e trabalharmos juntos na busca de soluções para esse urgente problema.

Muito obrigada a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, pelas suas considerações.

Imediatamente, transfiro a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Perfeito.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também seguindo o seu exemplo, vou fazer um breve preâmbulo para registrar a importância desta audiência, deste depoimento, não para criminalizar a empresa – não é esse o ponto –, mas para que as pessoas e, particularmente, para que o Parlamento tenha a compreensão definitiva de que, quando a gente fala de crime organizado, a gente não pode limitar esta fala ao criminoso violento na favela. até porque, cada vez mais, você percebe um avanço da criminalidade para segmentos que são mais lucrativos. O bandido não necessariamente quer matar as pessoas; ele quer dinheiro, ele quer lucro, e nada dá mais acesso a vítimas do que a rede social. Então, esse é um ponto muito importante do que a gente está falando.

E o segundo ponto é registrar o elogio público à condução de V. Exa., Presidente Fabiano Contarato, em particular no tocante a ajustes de pauta e manutenção em pauta de requerimentos que nós sabemos que incomodam e provocam as figuras mais poderosas da República. Mas ou bem a gente trata todo mundo de forma igual perante a lei ou jamais seremos efetivamente uma República.

Sra. Yana, eu gostaria só de, inicialmente, confirmar alguns pontos com a senhora.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Anuário de Segurança Pública apontou números que giram na casa de 56 milhões de brasileiros vítimas, a cada 12 meses, de golpes praticados pela internet – e aí, a empresa que a senhora representa responde por um percentual imenso dessa transmissão de dados. E os recursos envolvidos, os prejuízos, as vítimas, superam a casa dos R\$50 bilhões. É nessa faixa realmente a análise da empresa, a percepção da empresa?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor.) – Senador, obrigada por sua pergunta, pelos seus comentários.

Veja, acho que é importante a gente colocar uma questão aqui. Como eu falei e quero reiterar, a Meta não tem interesse em abrigar atores maliciosos ou conteúdos maliciosos em suas plataformas e contribui para isso; além das ações e dos aprimoramentos de produto que realiza nas suas plataformas, ela contribui muito com a colaboração com diversas entidades, como eu falei com o senhor. Então, além do Anuário de Segurança Pública, da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais, da própria Abecs, que discute formas de combate, cada agência, cada associação, cada entidade tem dados diferentes.

A Meta trabalha globalmente, então nós olhamos dados mais de forma global. Por isso, quando eu falo para o senhor... No ano passado, nós removemos 134 milhões de anúncios fraudulentos e desmantelamos algo como 12 milhões de contas, então a gente trabalha mais com um viés global. Obviamente temos, sim, repercussões em casos no Brasil, mas as nossas estatísticas são globais.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só para deixar bem ajustada a resposta, a senhora me informa que não tem dados referentes, segmentadamente, ao Brasil.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não temos dados segmentados do Brasil.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Assim, eu tenho muita dificuldade em considerar essa resposta razoável, não porque duvide da firmeza da senhora, não é isso, mas é porque uma empresa desse tamanho, com tanto recurso e que tem entre as suas múltiplas qualidades a segmentação da atuação, tem que conhecer os seus mercados, as fragilidades e fortalezas do seu mercado. Não é razoável... Imagino que o Brasil





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja um dos três ou quatro maiores mercados da empresa, globalmente, em número de usuários – deve estar por aí –, e você não saber a quantidade de contas... Porque esta seria uma das perguntas: quais são as métricas para o Brasil...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Hum-hum.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... quantas contas removidas no Brasil? E a senhora já me antecipa que não tem esse dado.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Veja, Senador.... Obrigada. Se eu puder, se o senhor me permitir, o que eu gostaria de enfatizar? Como eu falei na minha fala inicial – e gostaria de explorar um pouco dessa dimensão com os senhores –, o ambiente digital, a cadeia da qual se servem golpistas e criminosos no ambiente digital, ela é muito ampla...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – ... e com diversos elos, ela se alimenta, se retroalimenta de vários elos dentro dessa cadeia. Então, muitas vezes, nós, quando temos e abrigamos esses conteúdos, nós não sabemos o que acontece depois que a pessoa sai da nossa plataforma, por isso que nós dependemos tanto de o usuário voltar até nós e nos reportar.

Então, vamos supor: ele se deparou com um anúncio que, aparentemente, não era fraudulento, ele foi direcionado a um outro local, e ali naquele local ele, então, se deparou e falou: "Não, isso aqui realmente não é, isso aqui me parece ser um golpe". Então ele volta até nós e nos reporta aquele anúncio. Então, nós precisamos desse *feedback* do que acontece fora das nossas plataformas.

E muitas outras questões, além da segmentação do que acontece fora das nossas plataformas, como também quais são os anúncios que são direcionados ao público brasileiro, isso são complexidades do nosso modelo de negócio, não apenas da Meta, mas do modelo de negócio digital, que nos coloca realmente com certas limitações na segregação dessas estatísticas.

Agora, o que eu gostaria de reiterar para o Senador? Quando nós dizemos que temos esta prioridade de combater golpes e crimes *online*, a gente já veicula aqui e professa o nosso





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento de que esse esforço tem que ser transnacional, porque, como o senhor falou, nós estamos lidando com organizações criminosas extremamente sofisticadas, extremamente capitalizadas, muitas vezes localizadas em outros territórios. Então, a gente trabalha com essa abordagem.

Agora, o que é importante ressaltar aqui? Dentro da nossa capacidade, do nosso compromisso e dos nossos investimentos, nós temos observado uma redução muito expressiva na prevalência e nos relatórios que nós temos recebido dos nossos usuários. Só no último ano, caiu 50% ou mais de 50% o número de relatórios de denúncias que os nossos usuários têm feito com relação a esses conteúdos nas nossas plataformas.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A agência *Reuters* reportou, com base em documentos internos da Meta, que anúncios considerados de alto risco podem gerar bilhões em receita e que a empresa avaliou o custo relevante para a verificação universal de anunciantes, além de perdas potenciais de receita. E também descreveu a agência táticas para reduzir a possibilidade de descoberta e investigação de anúncios problemáticos na biblioteca de anúncios. Esses diagnósticos são efetivos, reais? A senhora tem essa informação?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, o senhor está se referindo à matéria da *Reuters*?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Eu posso dizer ao senhor que eu trabalho com esse tema dentro da empresa há mais de dois anos e meio, nunca vi nenhum documento, não me lembro de ter visto nenhum documento que trouxesse esse tipo de interesse ou de abordagem, né? Ao contrário, volto a repetir aqui, as informações que nós temos é de que comportamentos golpistas e fraudulentos no ambiente digital desencorajam investimentos em anúncios, ou seja, é um desinteresse da empresa abrigar esse tipo de comportamento e de atores maliciosos dentro das nossas plataformas.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ou, pelo menos, ter o comportamento descoberto.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, para que a gente possa ter a produtividade no depoimento da senhora, eu vou estressar um pouquinho mais este ponto específico da real atuação da empresa no combate à inserção de criminosos, porque não é difícil para quem está nos acompanhando compreender que o golpista, o estelionatário, enfim, o fraudador em geral busca o acesso às vítimas potenciais, e vocês proveem esse acesso inadvertidamente – e se imagina sempre inadvertidamente.

Mas quais são os mecanismos – a senhora citou isso tangencialmente no começo da sua apresentação –, quais são os mecanismos utilizados para a verificação da autenticidade dos anunciantes, da autenticidade dos usuários?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Vamos lá!

Então, eu vou falar de alguns desses mecanismos, tá, Senador? Muito obrigada pela sua pergunta, que eu acho que dá a oportunidade de a gente trazer um conhecimento mais amplo sobre todos os investimentos e aprimoramentos que a Meta tem feito.

Então, o primeiro ponto que é superimportante de a gente ressaltar: a Meta se preocupa com a segurança dos seus usuários, tanto *online* quanto *offline*, né? Então, primeira camada aqui que eu gostaria de estressar é: nossas regras proíbem conteúdos que coloquem em risco a segurança das pessoas, que incitem violência, que sejam usados para coordenar atos violentos, ou que incentivem práticas criminosas ou que...

Inclusive, nós também não permitimos presença nas nossas plataformas de indivíduos ou organizações que professem uma motivação ou uma missão violenta, tá? Então, a partir dessas nossas regras, a nossa tecnologia detecta e remove esse conteúdo, na maioria das vezes, na esmagadora maioria das vezes, antes mesmo da denúncia, tá? Então, os nossos sistemas estão sempre se aprimorando, de inteligência artificial, de *machine learning*, estão sempre se aprimorando para tentar, para detectar e remover esse conteúdo, muitas vezes antes de uma denúncia, né? Nós fornecemos...

E aí eu quero, além disso, expressar o quê? Na parte de anúncios, além do *machine learning*, que detecta padrões de atividades suspeitas e promove a remoção proativa desse conteúdo, nós também... Esse sistema também é capacitado, também é atualizado com *hot*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*topics*, vamos colocar assim. Então, muito recentemente, quando tivemos algumas discussões ao redor... Por exemplo, o país estava mais dedicado a discutir questões, por exemplo, de Pix, né? Isso levanta um alerta nos nossos sistemas informatizados e o sistema fica muito mais atuante em conteúdos que englobem essas preocupações, tá? Então, todos os nossos anúncios passam por uma análise prévia antes de serem veiculados, uma análise prévia automatizada, tá? Como eu falei, as violações normalmente são removidas antes de eles serem denunciados.

Aí, além disso, nós temos a verificação de anunciantes, que foi a sua pergunta específica, né? Como que nós empreendemos esses esforços? No caso do Brasil, desde o final do ano passado, nós iniciamos já um *phase-in*, vamos colocar assim, a inclusão de que nossos anunciantes passem por essas verificações, né? Essas verificações são muito em linha com o que a indústria digital faz. Então, são diversos métodos que são selecionados a partir de uma análise interna de risco, de uma percepção interna de risco. Ela é baseada em risco e ela pode variar desde a verificação de sinais internos de como que aquele usuário se comporta nas nossas redes; então, se ele é objeto de diversas denúncias, quanto tempo ele tem a sua conta de anúncios ativa, se os anúncios são anúncios de alta qualidade ou de baixa qualidade, a depender do que os usuários reportam, né? Ele pula muito de uma conta de anúncio para outra? Então, são esses sinais que vão nos treinando a identificar se aquele anunciante é de alto risco ou não. E, obviamente, dentro de uma gradação, a gente vai, então, posicionando critérios e formas e mecanismos de verificação. E aí pode incluir SMS, *e-mail*, verificação de identidade, são diversos métodos, muito em linha, Senador, com o que a indústria digital faz, né?

E mais recentemente, por exemplo, como o senhor colocou e me perguntou também da dimensão de usuários, então, a gente entende também que a proteção das contas é um fator muito relevante para garantir a segurança *online*. Então, a gente também tem tido avanços bastante substantivos nessa dimensão da proteção das contas. Só no último mês, perdão, no último ano, a gente teve 30% menos de invasão de contas, né? E a gente também tem usado mecanismos de inteligência artificial e reconhecimento facial para garantir que os usuários idôneos, legítimos das suas contas possam recuperar a senha e possam recuperar as suas contas de forma mais ativa, né?

Então, de fato, quero voltar aqui a garantir para o senhor, para V. Exa., que a gente empreende uma miríade de ferramentas digitais dentro do produto, nos nossos sistemas e fora







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles, para garantir um aumento da segurança coletiva que nós oferecemos aos nossos anunciantes e usuários dentro das plataformas da Meta.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Além da... Existe um problema no modelo de negócios que a senhora descreve, que é a transferência integral da responsabilidade para o usuário, a cada instante a senhora repete frases na linha do: depois que tem a denúncia, pela quantidade de denúncia, pelo volume de demanda que chega externamente para vocês. Só que, me corrija se eu estiver enganado...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Hum-hum.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... o lucro da empresa nesse ponto específico decorre do volume de anúncios publicados e do valor que aquele anunciante emprega para dar alcance a esse anúncio. Acho que é isso que o modelo de negócio de vocês aponta, para esse segmento específico...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Hum-hum.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... vocês têm lucro em tudo, mas desse ponto específico.

Em sendo assim, é evidente, no nosso regime jurídico brasileiro – vou me socorrer do Professor de Direito aqui, Fabiano Contarato –, que a empresa tem responsabilidade, além da transferência. Porque o marco civil da internet, do tempo romântico da internet mundial, caducou, ele é do tempo em que se imaginava uma internet neutra. Ela não é neutra. Se o golpista acessa, cria conta de anúncios, essa conta não tem verificação por parte da empresa se aquele golpista... Ele está falando, por exemplo, vou citar um nome, Casas Bahia. Hamilton Mourão, no computador de casa, abre um perfil "Casas Bahia", publica um anúncio "Casas Bahia", eventualmente alguém cai nesse golpe. A empresa, em nenhum momento, verifica se "Casas Bahia" é Hamilton Mourão? Ela não faz identificação do usuário daquela conta?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, obrigada pelo seu comentário e me permita discordar do senhor.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos – eu acho que eu já falei isso, mas eu gostaria de reiterar –, a esmagadora maioria das violações que nós vemos nas nossas plataformas são removidas antes da denúncia, e isso implica o quê? Como que a gente chega nesse resultado? A gente tem equipes de investigadores que se valem de outros sinais. Então são sinais de risco, alguns a gente pode, a gente fala mais abertamente, outros são elementos de inteligência mesmo. Então, mas questões, por exemplo: de VPN, aquela conta usa VPN ou não usa, de onde está vindo aquela conta, a localização, qual é a origem do número, qual é o método de pagamento que está registrado na conta de anúncio? Isso tudo são sinais, o tempo da conta, como eu coloquei... Então, isso tudo são sinais que a nossa equipe de investigadores observa muito antes da denúncia. E, por meio das nossas colaborações com outras empresas do setor, a gente consegue ter informações muito qualificadas e sofisticadas que inclusive alimentam o nosso modelo de *machine learning* para remover esses conteúdos antes mesmo da denúncia.

Os dados de 2024, por exemplo, demonstram que os conteúdos violadores na Meta foram removidos na ordem de 90% antes de denúncias.

Então, veja, em que pese eu confirmar para o senhor que esse *feedback* que nós recebemos do usuário é extremamente valioso – porque, como eu disse, nós não temos como confirmar o que acontece depois, e por isso nós nos valemos de uma colaboração, por exemplo, muito estreita com os nossos provedores de serviços de pagamentos, nós trabalhamos muito próximos a eles, inclusive também compartilhando inteligência –, em que pese a gente se valer muito desse *feedback* dos usuários, nós não ficamos só nisso.

Não existe.... Eu aqui discordo do senhor no sentido de que a Meta é muito proativa e muito vigilante antes mesmo de essa denúncia chegar até nós.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas consegue fazer a identificação dos usuários?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Nós fazemos... nós empreendemos métodos de verificação de usuários, sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Apenas por...

*(Intervenção fora do microfone.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perdão, Relator. Eu não gosto muito de interferir. Por favor, desculpa.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas eu só queria, assim, fazer uma... ressaltar um ponto aqui que eu acho de fundamental importância.

A plataforma Meta, com todo respeito, se você pegar o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor, especificamente o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade que se impõe ali é objetiva. Ela não é subjetiva, ela independe de culpa. Então, o grande problema é que paga-se, com todo o respeito, paga-se pela probabilidade de quem vai acionar a Meta ou não.

Então, no universo em que você tem um prejuízo de cem pessoas que tiveram prejuízo, a Meta sai no lucro, com todo o respeito, quando apenas um entra na Justiça por entender que teve seu direito violado e que a Meta agiu... teve culpa na modalidade de responsabilidade objetiva e não subjetiva, pelo simples fato de ser aí aquela plataforma que deu a possibilidade de que fosse propagado e difundido. Então, acho que trabalhar com... Porque vamos ser pragmáticos aqui. Quem sai no lucro é, normalmente, a empresa, porque, se 1 milhão de usuários teriam direito a um ressarcimento e apenas dez vão à Justiça, ela ficou no lucro de quase 1 milhão de usuários.

Então, acho que a Meta deveria, sim, ter essa possibilidade de fazer, com todo o respeito, tá, Relator... Eu só estou tentando contribuir aqui, por entender que a responsabilidade não é simplesmente ali: ah, saiu do nosso campo, passou para outro campo e ali aconteceu... Só se reportar a nós é que nós vamos... E aí já foi retirado o conteúdo... Tá, mas o dano já foi feito. E quantas pessoas já sofreram danos e prejuízos ali?

Então, eu acho que a Meta poderia, sim, empreender mais esforços no sentido de poder fazer essa rastreabilidade e, inclusive, fazer essa reparação, independente de ação judicial.

É só essa consideração. Eu queria...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – O senhor me permite um comentário, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Eu agradeço a sua fala. Eu acho que ela traz elementos que, muitas vezes, preocupam muitos de nós. Então, eu gostaria apenas de trazer alguns esclarecimentos com relação à sua fala especificamente.

Volto a reiterar: a Meta não depende somente do reporte da denúncia. A Meta empreende esforços proativos anteriores à denúncia e tem tido sucesso, como eu falei. Com a estatística de 2024, mais de 90% da nossa remoção de conteúdos violadores foram anteriores à primeira denúncia, tá?

E outra que eu gostaria de reiterar e que eu acho importante: a Meta adota técnicas robustas, proativas e em tempo real. Nossas revisões de conteúdo são 24 por 7, para detectar e bloquear campanhas fraudulentas, com resultados comprovados e reconhecidos por autoridades de segurança pública e pelo Poder Judiciário. Nós temos diversas decisões julgando improcedentes pedidos de condenação por omissão da empresa.

Então, acho que é importante a gente reiterar que a gente demonstra de forma muito clara para as autoridades e gostaria muito de ter essa capacidade de demonstrar para os senhores também aqui hoje o nosso compromisso e a efetividade de nossas ferramentas, em que pese o nosso total conhecimento... Aqui nós admitimos: estamos diante de um desafio enorme, que exige dedicação contínua, trabalho contínuo, mas de forma alguma há uma omissão da empresa.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ainda voltando à matéria da *Reuters*, eles citam um programa pago de verificação, *verified for business*, alguma coisa assim. A senhora pode descrever como funciona isso?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Posso. Eu posso não ter todos os detalhes aqui, mas eu quero já me colocar à disposição: caso não seja suficiente, por favor, o senhor pode... eu posso conectar com meus colegas e com os times jurídicos, né? Mas o Meta Verified é um programa em que a gente oferece a possibilidade, principalmente para pequenos negócios





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que entendem o valor da segurança, pequenos negócios que querem voluntariamente oferecer isso para os seus clientes... Então, eles entram em um programa em que eles vão oferecer informações relativas à sua empresa, documentação etc., e eles vão, então, ter essa possibilidade de já constar como verificados, em uma presença mais próxima da empresa, né? Agora, isso em nada o qualifica com um regime diferente na dimensão do anunciante, está bom? O Meta Verified é um sistema de verificação de conta, ele não é um sistema de verificação de anunciante, tá? Então, a nossa estratégia de verificação de anunciantes, que está amplamente lastreada no nosso desejo de ampliar a integridade dos nossos anúncios, ele é oferecido pela empresa, exercido pela empresa como sua estratégia de negócios, tá? Agora, o produto Meta Verified é um serviço de verificação de contas, por quê? Muitos dos senhores têm as suas contas no Instagram verificadas, porque são figuras públicas, né? Grandes negócios, porque são negócios de conhecimento público, mas, no caso de pequenos negócios – estamos falando de negócios de bairro, negócios locais –, eles não teriam acesso a isso, porque são realmente negócios de baixo alcance, né? Mas eles querem oferecer uma conta verificada aos usuários, com um padrão de segurança que eles entendem que é maior, então eles contratam esse serviço junto à Meta. Mas, volto a reiterar, em nada interfere no processo de verificação de anunciantes que a Meta está empreendendo como parte dos seus esforços de integridade no país.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Deixando só... para ver se eu compreendi corretamente: o usuário da Meta que paga um valor específico vai ter um acesso a uma segurança mais reforçada da sua conta?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não, não é questão de segurança, não, Senador. Ele vai voluntariamente dizer que ele é ele, vai entregar os documentos... Eu posso aqui até, não sei se... Depois eu posso até consultar o advogado...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – ... certinho para ele informar direitinho ao senhor, né? E ele vai, então, poder ter acesso a um *helpdesk* diferenciado, né? Mas aí a gente pode... eu posso depois explicar, pedir para os meus colegas me ajudarem nessa explicação, mas não é critério de segurança, está bom?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas mediante pagamento?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – É atenção...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um produto vendido?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – É um produto...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um produto vendido?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Atenção ao consumidor. Sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Só de novo alinhando, o usuário que dispõe de recursos para pagar vai ter uma segurança maior no sentido de ser uma conta verdadeira, correto? De ele estar oferecendo...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – A conta verdadeira independente do selo de verificação, Senador. As contas são verdadeiras, independente do selo de verificação.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E qual é o mecanismo diferenciado de verificação da conta verdadeira que não pagou pelo produto da Meta?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Os nossos sistemas todos que eu falei para o senhor. A gente verifica que aquela conta é uma conta idônea pelos sinais que a gente recebe do nosso ecossistema.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Mas isso não induz o usuário a acreditar que, por ela ser verificada, a segurança e a credibilidade são maiores?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor.) – Não saberia informar, Senador.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se eu perguntasse a qualquer pessoa aqui dentro: se você vê uma conta verificada e uma conta não verificada, a qual que você vai atribuir maior credibilidade? À verificada ou à não verificada? Em qual que você vai ter mais segurança: na verificada ou na não verificada? Eu tenho quase certeza de que, se eu pedisse a quem está aqui na frente, acho que a maioria levantaria a mão falando que a conta verificada passaria a credibilidade, a honestidade, a integridade de que ela é uma conta passível de uma segurança maior. Eu acho que isso são fatos. Eu acho que esse fato, para mim, é incontestável, com todo o respeito. Desculpa.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sra. Yana, vamos mudar um pouquinho só de foco aqui.

A empresa é gigantesca, e a gente compreende os desafios de uma empresa de escala global, uma coisa inédita no capitalismo, enfim, transnacional de uma forma e com acesso a um volume de dados inusitado.

Vamos falar um pouquinho do WhatsApp, da criptografia.

Nós sabemos que o desenvolvimento do sistema de criptografia ponta a ponta abriu espaço para uso maciço dessa comunicação por criminosos. E a gente volta novamente: a política do WhatsApp proíbe o uso por organizações criminosas, proíbe a facilitação de crimes, proíbe o comércio de armas, proíbe o comércio de drogas, mas, na prática, como funciona essa fiscalização?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Vamos lá, então, Senador. Obrigada pela sua pergunta.

De fato, eu acredito que o WhatsApp é a plataforma de mensageiria querida pelos brasileiros, mas também tenho convicção aqui de que ela é a mais segura e a mais colaborativa do Brasil.

Então, também quero trazer aqui para o senhor algumas reflexões em duas dimensões.

Na dimensão do produto, o WhatsApp tem investido, a Meta tem investido para aumentar as ferramentas de segurança no contexto do WhatsApp. Então, primeiro, estamos falando aqui





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de detecção em inteligência artificial de quando uma interação parece ser fraudulenta. Então, a gente envia alertas ao usuário falando: "Olha, tem certeza? Você conhece essa pessoa? Esse contato não está... Essa pessoa que está falando com você não está na sua lista de contatos. Tem certeza de que você quer falar com ela?". Então, além dessas... Por exemplo, temos também aprimoramentos de produto na dimensão dos grupos. Você é colocado em um grupo fora da sua vontade, você oferece uma série... a você é oferecida uma série de possibilidades para sair do grupo antes mesmo de ler a mensagem, denunciar o grupo, enfim.

Então, a gente tem essas novas ferramentas de segurança no contexto do WhatsApp, também canais muito facilitados de denúncia e também investigações por padrões de comportamento, porque sempre uma questão importante de a gente colocar, Senador, é que o fato de o WhatsApp ser criptografado não impede que a gente consiga acessar e ter capacidade de colaborar com autoridades públicas oferecendo dados de comportamento.

Então, como aquela conta se comportou? Embora a gente não consiga acessar o conteúdo da conversa, a gente consegue colaborar com autoridades públicas de forma muito efetiva, como temos feito ao longo dos últimos anos; milhares de pedidos de colaboração com autoridades públicas referentes ao WhatsApp, que a gente chama de metadados, mas esses dados de comportamento das contas foram fundamentais para garantir sucesso em investigações e em trabalhos das autoridades policiais ao redor do Brasil.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Objetivamente, o termo de uso de vocês, a política de uso proíbe o emprego da ferramenta por organizações criminosas. Como efetivamente se dá essa vedação? Porque, veja, novamente a gente vai para a transferência de responsabilidade à dependência de reportes ou atuações externas, mas é uma ferramenta de comunicação fornecida, no caso do WhatsApp Business, paga, e que é empregada para o crime. Então, como é que se verifica que aquilo ali é crime ou não? Porque eu criei uma vedação na minha política de uso, mas imagino que ela tem que ser verificável, ou é só uma peça publicitária. Então, só para entender como é que vocês conseguem fazer e se conseguem fazer a verificação do uso por organizações criminosas.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, como a gente vem falando – e eu tenho certeza de que o senhor, na sua experiência, também consegue entender e perceber tudo







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso –, estamos lidando com organizações extremamente sofisticadas, né? Mas a Meta empreende esforços, de novo, de detecção para identificar que algumas... que as contas estão atuando e se comportando de forma idônea. Quando a gente, por exemplo, recebe sinais de que aquela conta tem indícios de um comportamento fraudulento, malicioso, nós atuamos com os nossos investigadores e temos, sim, equipe de investigadores proativos para verificar esses elementos, até em alguns casos de colaboração com autoridades públicas.

Eu tenho os meus colegas de cooperação com autoridades públicas aqui, não sei se já chegaram... Ah, perdão! Mas, enfim, se o senhor depois quiser fazer alguma pergunta específica a eles...

Nós conseguimos, então, com essas autoridades públicas, na cooperação com essas autoridades públicas, identificar, por exemplo, usos de disparos em massa; usos, por exemplo, de fotos de perfil, que não são criptografadas, de criminosos, então, as autoridades públicas puderam ali identificar que aquilo se tratava de um grupo associado ao crime organizado. Então, todos esses elementos que nós oferecemos e compartilhamos, e colaboramos com as autoridades públicas no combate ao crime organizado, têm-se mostrado eficientes dentro do contexto do desenho do produto. Então, mesmo com a criptografia, porque ali a criptografia garante privacidade, e privacidade e segurança são, de certa forma, faces da mesma moeda, então, mesmo com a criptografia, os elementos que a gente oferece de metadados e de comportamento, e os elementos que não estão criptografados – o nome do grupo, a foto do grupo, etc. – têm apoiado e garantido às autoridades públicas bastantes elementos para continuar com as suas investigações e elementos que eu entendo terem sido bastante decisivos nessas investigações.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas, efetivamente, a empresa não dispõe de ferramentas para poder avaliar se é ou não utilizado. Depende da atuação das autoridades, depende de uma série de indicadores de comportamento de conta.

E, veja, comportamento de conta é um negócio curioso para quem não é da área – e eu não sou da área, eu sou delegado de polícia, mas, por essas coisas da vida, interajo com esse ambiente há algum tempo. Eu sou do tempo em que vocês não aceitavam nem ordem da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça. Imagina... Elas diziam assim: "Só respondo à Justiça de Santa Mônica; à do Brasil, não". Depois de muita multa, de muitos problemas, a coisa avançou.

Mas é muito difícil para a gente compreender como é que a coisa vai funcionar, porque é um produto oferecido, ele é pago, ele tem um termo de uso, mas a empresa não dispõe de ferramentas efetivas para verificar o cumprimento ou não desse termo de uso, porque essa verificação importaria necessariamente no acompanhamento de alguma ordem do conteúdo das conversas, porque apenas a foto do grupo, convenhamos... Tudo isso é pós-ação da autoridade policial, do Ministério Público, ou de quem quer que seja, não é a empresa fazendo. Ou vocês têm um grupo de investigadores que fica verificando o perfil de foto para comparar com o banco de dados da polícia para saber se aquilo ali é bandido ou não? Acho que não têm, não faria sentido economicamente. Mas faz sentido, até porque o produto de vocês é dado, entender qual é o volume de acesso ou qual é o nível de acesso que vocês têm para poder realmente identificar se aquilo ali, por exemplo, é uma rede de exploração sexual infantojuvenil, que vai ser o nosso próximo tópico de discussão, uma rede de tráfico humano.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Hum-hum.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Como é que vocês têm ou se vocês não têm... Vocês simplesmente criaram um produto, vendem um produto, lucram com um produto que serve como barreira de segurança contra autoridades policiais, contra a ação da Justiça. Há esse desenho para entender, porque eu acho que tem um problema no desenho mesmo, mas eu gostaria de compreender, porque, ao contrário de outros países, a nossa Constituição não permite o anonimato absoluto, não é uma regra constitucional brasileira.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Perfeito.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, é entender esse desenho de vocês, só para confirmar se é isso mesmo, porque uma das funções desta Comissão é compreender até que ponto nós precisamos fazer legislação que faça a adequação da atuação da empresa, porque a empresa é transnacional, ela é multibilionária – maravilha! –, mas ela tem que se sujeitar às regras do país, e este é um país que não admite anonimato total.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Perfeito.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, essa compreensão está alinhada com a senhora?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, obrigada.

Eu queria fazer dois comentários importantes aqui e também gostaria de pedir permissão de consultar o advogado, se possível, tá bom?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Obrigada.

Antes de eu consultá-lo, eu só queria garantir ao senhor, primeiro, que a Meta cumpre com a legislação local em absoluto. Então, não existe um flanco em que a empresa não esteja cumprindo a legislação local.

A segunda questão que eu gostaria de colocar para o senhor: não existe anonimato nas redes. Nós fazemos a retenção de dados cadastrais, de IP *logs*, conforme determinado pelo marco civil da internet, e tratamos do uso desses dados também em concordância e em alinhamento com a legislação aplicável, seja o marco civil, seja a LGPD, e, diariamente, como eu coloquei para o senhor, diariamente, a gente cumpre e colabora com autoridades policiais e públicas no fornecimento desses dados. Inclusive, temos um sistema 24/7 para receber, tratar e responder a pedidos de colaboração, pedidos de fornecimento de dados, de bloqueio de conteúdo, com, inclusive, um *fast track* no caso de, por exemplo, risco iminente à vida. Então, assim, temos tido uma colaboração, Senador, exaustiva com autoridades policiais e de segurança e temos recebido boas menções da Senasp, do Ministério Público e de outros órgãos, de que a colaboração com a Meta é eficiente, diligente e necessária para a continuidade dessas investigações.

Então, eu queria só rebater esse ponto que o senhor faz, de que nós não estamos nos omitindo, e o produto, até o momento, não é uma barreira para que essa colaboração, de fato, aconteça. Pelo retorno que nós temos recebido das autoridades e pelo resultado das investigações, nós temos tido indícios e confirmações de que essa colaboração tem sido





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiente, necessária para os fins das autoridades públicas, enfim, no seu enfrentamento, no enfrentamento da sociedade ao crime organizado.

Então, eu gostaria só de fazer esse comentário e pedir permissão para consultá-lo. (Pausa.) Obrigada.

Obrigada, Senadores.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A senhora quer fazer algum complemento?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não, só o nosso advogado me lembrou aqui que o debate sobre criptografia foi um debate bastante exaustivo no Judiciário brasileiro ao longo dos últimos anos, com decisões bastante coincidentes no sentido da preservação e do interesse com relação a um produto desenhado com criptografia.

Então, isso foi só o comentário que ele deu.

Obrigada.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Após interferência do advogado, reafirmamos a questão de que não há, de fato, por parte da empresa, nenhum tipo de ferramenta que permita ter discernimento com relação ao conteúdo que a empresa permite que transite no seu produto.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não, vamos lá. Com licença, Senador.

Nós temos algumas ferramentas que foram desenvolvidas pela empresa para ampliar, para amplificar segurança nas conversas do WhatsApp.

Então, por exemplo, quando o senhor está numa interação em que o senhor está entendendo que aquilo dali é uma interação suspeita e o senhor faz uma denúncia, o senhor manda a mensagem para a Meta. Então, o senhor mandou a mensagem para a Meta, e a Meta tem acesso a essa mensagem. Não é que a gente quebrou a criptografia, mas o senhor, voluntariamente, ao denunciar aquela conversa, está me fornecendo aquele elemento para facilitar as investigações e a ação que nós vamos ter com relação ao bloqueio daquela conta, ao





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envio de alertas. Isso é uma situação perigosa, e eu tenho certeza de que o senhor quer continuar falando com isso, então. Então, nós temos essa dimensão.

Nós temos também dimensões em que nós, por exemplo, atuamos muito proativamente, por exemplo, no que diz respeito à nudez infantil. Então, nós temos ações proativas em toda a família de aplicativos com relação à pedofilia e nudez infantil. Então, temos algumas áreas e algumas ferramentas que têm esse objetivo de fortalecer a proposta de valor do produto criptografado, ao mesmo tempo que fortalece soluções de integridade e segurança para os nossos usuários.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, especificamente com relação à hipótese de nudez infantil, e eventualmente alguma outra, vocês conseguem verificar se está transitando naquele grupo de conversas esse tipo de conteúdo?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Com licença, por favor.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.  
(Pausa.)

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Perdão, Senador.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Só confirmando aqui que também trabalhamos com esse *enforcement* proativo, muito baseado nos elementos não criptografados, fotos de perfil, descrição de grupos, etc., e, a partir desses elementos, milhares de contas são banidas todos os anos com base nisso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A senhora percebe que essa resposta é incompatível com a anterior?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Por quê?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Porque, na resposta anterior, a senhora disse que a empresa tem toda uma política de cautela, inclusive nos produtos, em toda a família de aplicativos...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... uma preocupação específica com pedofilia e imagem de nudez infantil.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Com *enforcement*...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Após a consulta com o advogado, a senhora faz um ajuste para dizer que, no caso do produto WhatsApp, este se limita às fotos de perfil, comportamento da conta e outras variáveis subjetivas.

Eu não tenho, assim... Eu tenho... Eu completei agora 25 anos como delegado de polícia, não aposentei ainda, e Fabiano, que tem mais tempo que eu, já aposentou. Eu não consigo lembrar, Fabiano, se você alguma vez viu uma conta de explorador...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É, não tinha internet.

Mas, enfim, eu não me recordo de uma investigação onde o criminoso explorador sexual infantojuvenil tinha uma foto de perfil de uma menina nua. Eu estou tentando lembrar aqui, mas não lembro, acho que não existe.

Então, vou tentar retomar, porque esse é um ponto muito sensível para o que a gente tem como passos futuros, que é ajuste de legislação. A empresa tem... O produto como está desenhado hoje, a empresa tem ou não tem real capacidade de detectar e impedir a transferência de, por exemplo, imagens de abuso sexual infantojuvenil?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, especificamente sobre essa pergunta, eu não sei explicar para o senhor se as nossas ferramentas de detecção proativa, a partir de metadados, etc., são suficientes para impedir a transferência de fotos, como o senhor falou especificamente, mas quero colocar aqui o time da Meta à disposição desta Comissão, caso essas perguntas específicas... Fogem um pouquinho da minha área aqui, de políticas econômicas; então, eu quero colocar aqui a gente à disposição para receber perguntas mais específicas nessa preocupação do senhor, para a gente poder responder tempestivamente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe-me, pelo que eu entendi o advogado teria dito à senhora que apenas pela análise de perfil ou de conteúdo é que teria essa possibilidade?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não, o nosso trabalho de detecção proativa se alimenta desses dados...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desse perfil?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Dos dados não criptografados, foi isso que a gente colocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Mas, se precisar – viu, Senador? – de dados adicionais, eu quero colocar a empresa à disposição, por favor.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos precisar, porque é uma empresa que tem um papel fundamental hoje em dia na sociedade global, de uma forma inédita na história da humanidade.

Vamos persistir na área de redes de pedofilia e exploração sexual.

Em 2020, de acordo com um relatório da organização sem fins lucrativos Human Trafficking Institute, o Facebook foi a plataforma mais utilizada por traficantes sexuais para aliciar e recrutar crianças: 65% dos casos de aliciamento e recrutamento de crianças se deram através da plataforma de vocês. E diz isso com base na análise de 105 casos federais de tráfico sexual infantil naquele ano, 2020. Essa análise classificou o Instagram como a segunda rede mais prevalente. Então, Facebook é a primeira, e Instagram é a segunda.

Em 2023, a Universidade de Stanford divulgou um relatório demonstrando que o Instagram seria a plataforma principal usada por redes de pedófilos para promover e vender conteúdo que retrata abuso sexual infantil. Segundo esse relatório, os algoritmos de recomendação de conteúdo ajudavam a conectar compradores e vendedores.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, o influenciador brasileiro Felca demonstrou para milhões de pessoas o quanto é rápido fazer com que conteúdo infantil seja sugerido pelo Instagram e o quanto é fácil identificar quais são os comentários de abusadores e pedófilos nas postagens.

Em 2023, revelação recente, por conta de um processo que foi ajuizado lá nos Estados Unidos pelo estado do Novo México, demonstra a preocupação de funcionários da Meta com relação a cerca de 7,5 milhões de denúncias anuais de material de abuso sexual infantil que deixariam de ser divulgadas após a decisão de implementar criptografia ponta a ponta também no Messenger e também no Face. A senhora acompanha esses dados? A senhora tem noção desses dados?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, obrigada pelo seu comentário.

Eu não lido diretamente dentro da empresa com os temas de segurança de jovens... crianças, jovens e adolescentes nas nossas redes, mas eu entendo, sim, que esse é um tema de preocupação de todos nós. E, inclusive, gostaria de reiterar que a Meta já tem há alguns anos, né... Entendo que parte desses dados que o senhor traz...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – ... são anteriores, sim, a essa discussão mais recente, mas, mais recentemente, a Meta se esforçou, vamos colocar assim, empreendeu esforços para liderar a indústria de plataformas digitais na oferta de contas para adolescentes e ferramentas de controle parental bastante sofisticadas, que entendemos que é referência na indústria com relação a isso, e o interesse primordial da empresa nesta seara é oferecer experiências, como a gente diz em inglês *age appropriate*, experiências apropriadas para cada faixa etária, mas aqui quero reiterar a minha não *expertise* nesse assunto, está bom?

Então também me coloco à disposição para facilitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria saber se a Meta tem um setor ou uma pessoa responsável especificamente para esse tema, porque os dados são estarrecedores se você pegar o percentual de pornografia infantil, abuso sexual no Facebook ou Instagram. A empresa tem alguém específico que trata desse







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema, porque, se for o caso, Relator, a gente poderia convidar essa pessoa para que venha até aqui na Comissão para prestar esclarecimentos.

É só isso.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Obrigada, Senador.

O tema de crianças e adolescentes dentro da Meta é um tema de altíssima prioridade e conta com diversos times dedicados na área de produto, na área de *compliance*, na área de jurídico, política pública, operações. Então realmente nós temos times específicos que lidam sobre esse tema de forma dedicada. Então, o tema de crianças e adolescentes é um tema apartado, vamos colocar assim, mas que se vale da estrutura multidisciplinar da empresa.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Já caminhando para o fim, Presidente, Vice-Presidente Hamilton Mourão, e cumprimentando os colegas Senadores, deixar aqui claro e registrado, para confirmar se é isso que nós estamos entendendo: o mecanismo de criptografia que já era disponibilizado no WhatsApp há alguns anos agora atende também outros produtos da família de aplicativos de vocês? Qual o alcance dessa criptografia naquilo que a senhora puder descrever?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Perdão, Senador, o senhor já tinha falado sobre isso, e eu não respondi. Não entendo – tá? –, no meu entendimento, no meu conhecimento, não entendo que estejamos expandindo criptografia para outras ferramentas, tá? Mas coloco aqui... Eu não sei... Peço licença...

Temos alguma informação específica?

Eu não tenho... E gostaria de colocar para o Senador que eu não tenho informação sobre expansão de questões de criptografia para além dos produtos que temos hoje.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas vocês já usam a criptografia ponta a ponta no Messenger e no Face, é isso?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Messenger não.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não, Senador. Não é do meu conhecimento o Messenger usar a criptografia de ponta a ponta.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Está bom?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Estou satisfeito, Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu agradeço a compreensão do Relator e peço perdão pelas minhas interferências, porque eu não costumo fazer isso, mas foi só no intuito de complementar.

E eu só queria voltar na resposta anterior à minha pergunta, quando a senhora fala que tem um time, né? De uma forma interdisciplinar. Não sei... Pela experiência que eu tenho tido, às vezes, quando todo mundo é prioridade, ninguém é prioridade. Então, quando você puxa aí uma responsabilidade... Eu acho que, se nesse time tiver uma pessoa que teria a competência de responder a essas indagações, isso seria de fundamental importância, porque eu me lembro de quando, por exemplo, eu fui delegado de trânsito e, no Código de Trânsito, existe um artigo que falava assim: "A educação para o trânsito será promovida nas escolas de ensino fundamental médio e superior". Aí eu cobrava do secretário de educação, e ele falava: "Não, todo mundo trabalha nesse tema de forma interdisciplinar", ou seja, ninguém trabalhava no tema, ninguém efetivamente cumpria.

Então, eu acho que esse tema, com esses dados do Facebook, de pornografia infantil, abuso sexual, estarrecedores – eu volto a usar esse adjetivo –, e você tem um time na Meta que tem todo esse engajamento, eu acho que vai ser de fundamental importância termos uma pessoa que tenha... Com todo o respeito, não estou falando que a senhora não tenha, pelo amor de Deus, desculpa. Eu estou falando que tenha, assim, a legitimidade, talvez...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (*Fora do microfone.*) – A especialização.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... a especialização de chegar e responder a essas perguntas do Relator.

Eu transfiro a palavra ao Vice-Presidente, meu querido Senador Hamilton Mourão, a quem... Desde já, eu falo que eu tenho uma reunião daqui um pouco e ele vai assumir a Presidência.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Positivo, Presidente. Agradeço.

Agradeço aí à Sra. Yana pelas informações que está prestando. O Relator praticamente esgotou... Aliás, ficou uma pergunta aqui que é um assunto em que eu gostaria de avançar um pouco aqui com a senhora.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor.) – Por favor.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A Meta é uma empresa multinacional, com políticas globais de moderação e governança, no entanto o Brasil é um Estado soberano, com legislação própria e desafios específicos no enfrentamento ao crime organizado. Em casos de conflito entre diretrizes globais da empresa e demandas legítimas das autoridades brasileiras, qual é a que prevalece: a soberania brasileira ou as regras internas da corporação?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de reiterar ao senhor que a Meta é uma empresa que cumpre legislação local, está certo? A Meta cumpre legislação local, todas elas. Temos aí muito orgulho, inclusive, de ser uma empresa que contribui não apenas para o desenvolvimento do país, mas ser uma empresa brasileira. O Facebook Brasil é uma empresa brasileira e cumpre absolutamente a legislação local, o.k.?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado.

Presidente, estou satisfeito.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria fazer aqui uma complementação.

Como que funciona o compartilhamento de informações com quebra de sigilo? A criptografia pode ser flexibilizada em casos de crimes cometidos?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, eu posso pedir aqui uma assessoria ao advogado?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Criptografia não é minha área de *expertise*.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu queria falar assim: imagine que um juiz defira a quebra de sigilo de uma organização criminosa, a polícia tem meio de acesso ao WhatsApp? A polícia tem um meio de acesso ao WhatsApp?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – O advogado aqui me fala que não existe forma de quebra da criptografia.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ela é inquebrável.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Inquebrável.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, o senhor me permite palavras finais?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, eu ainda tenho Senadores que vão falar, está bom?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não existe criptografia inquebrável. (*Risos*.)





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu concedo a palavra ao Senador Sergio Moro por... *(Pausa.)* Desculpe. Transferiu?

Senador, então, Eduardo Girão, por dez minutos.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Fabiano Contarato, Senador Alessandro Vieira, Vice-Presidente Senador Hamilton Mourão, é muito bom estar voltando aqui às sessões desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cumprimento-o, Presidente, pelo senhor ter tido a coragem de colocar em pauta, na manhã, um dia muito esperado pelo Brasil, alguns requerimentos tanto do Senador Alessandro Vieira, meus, de outros colegas também. Então, o senhor... Então, é muito importante essa independência que nós teremos amanhã para dar uma resposta à sociedade. Então, essa CPI... Eu acredito que nada acontece por acaso na vida, tudo tem uma razão de ser. É aquela história, nós tentamos ir por um caminho de alguns crimes organizados que estão acontecendo no Brasil, o Senador Alessandro, desde que chegou aqui, sempre foi muito comprometido, o senhor também, e a gente está vendo bloqueios aqui no Senado Federal para chegarmos a algumas informações.

Então, essa CPI do crime, de forma sem fugir do escopo, de uma forma muito inteligente, ela, quem sabe, pode cumprir esse papel. Eu tenho um pedido a fazer ao senhor, claro, mas farei amanhã, vou tentar até antes, para ver se dá para incluir outros requerimentos que não foram abordados na pauta, também dentro desse sentido da busca da transparência e da verdade.

Mas nós estamos aqui hoje... Eu quero cumprimentar a Dra. Yana Sobral Alves – inclusive, Sobral, o seu sobrenome, no Ceará tem uma cidade muito importante nossa. Quero dizer que há algum tempo a gente aguarda a Meta aqui, não é apenas nessa CPI do Crime Organizado. Eu já tive a oportunidade de convidar a Meta para vir à Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, para vir à Comissão de Segurança Pública, a Meta infelizmente não veio, não deu satisfação, sobre um tema que é muito recorrente aqui no Brasil, que é a moderação de conteúdo político, censura. O próprio Presidente da instituição, em nível global, o Zuckerberg, chegou a revelar, alguns meses atrás, que, na moderação política, pediu desculpa por um viés ideológico que estava ali dentro do escopo da empresa Meta. Depois a gente viu aqui no Brasil





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de situações também deixando a população preocupada, com relação a – vamos dizer assim – aquelas entidades que eu queria entender bem se eram contratadas pela Meta, se tinha algum acordo, que elas diziam o que era verdade – agência de checagem – e o que era mentira. Queria saber um pouco disso, eu vou entrar nesse questionamento. Há muito tempo eu gostaria de ter ouvido a Meta aqui.

Mas eu queria começar com relação a um crime organizado que nós estamos tendo no Brasil, fortemente, que é essa questão de apostas esportivas, especialmente as ilegais. E nunca se lavou – e o Senador Alessandro Vieira é uma referência aqui nisso – tanto dinheiro do crime com *bets*. Não falo nem do endividamento do brasileiro, que é gigantesco, mas a gente está vendo aí um problema grave com relação a lucros de facções criminosas que estão se utilizando disso, de apostas, para ganhar muito dinheiro, lavar muito dinheiro. Isso aí foram os grandes veículos do Brasil que mostraram isso, mostrando que nunca se lucrou tanto.

Então, eu quero perguntar: nos últimos 24 meses – vamos fazer esse recorte aqui –, quantas contas de anunciantes e influenciadores foram removidas, suspensas ou sancionadas no Brasil por promover produtos proibidos ou apostas ilegais? E quais são os mecanismos de verificação, *compliance* e eventual comunicação às autoridades brasileiras nesse caso?

Eu gostaria, nesse aspecto... A primeira pergunta que eu faço sobre essa questão de apostas e dentro do tema, Dra. Yana: quais critérios e procedimentos a Meta utiliza para verificar a legalidade das plataformas de apostas promovidas por influenciadores no Facebook, no Instagram e quais medidas são adotadas quando se identifica a promoção de operadores irregulares ou não autorizados no Brasil?

Queria entender como é esse mercado bilionário – e vocês se relacionam com esse mercado bilionário – que tem causado muito sofrimento aos brasileiros, não é pouco, inclusive suicídio em massa. Nós estamos vendo crianças que adentraram e estão aí no vício, e seus pais pagando a conta, como o Senador Hamilton Mourão falou aqui, como avô.

Eu gostaria desse caso de apostas, eu tenho outras perguntas, mas eu queria voltar para essa questão de *bets*, por favor.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor.) – Perfeito, Senador, muito obrigada pela sua pergunta.

Me permita aqui, então, esclarecer como que a Meta trata dos seus anunciantes nesse setor. Então, a gente tem a satisfação de ter uma colaboração muito próxima com a autoridade reguladora de apostas esportivas no Brasil, e a Meta verifica, por força da legislação e da regulação local, a Meta verifica se os anunciantes de *bets* são regularizados pela autoridade competente, então essa é a regra de prática para anúncios de *bets* nas nossas plataformas. Então, existe uma checagem anterior, proativa, com base nas empresas que são reguladas e autorizadas a funcionar, por força da regulação local.

Em adição a esse cuidado, nós temos um canal específico com a Secretaria de Apostas Esportivas em que, caso tenha algum conteúdo que tenha fugido das nossas verificações e que a gente não conseguiu detectar anteriormente, eles também nos apoiam na identificação desses conteúdos, que são imediatamente removidos, tá bom?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, quando tem alguma casa dessa ilegal, vamos dizer assim...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – ... não autorizada.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não autorizada, imediatamente vocês banem essa... há um banimento dessa divulgação, mesmo que não esteja comprando espaço de vocês? Eu queria só entender como é que é o fluxo disso.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não. Empresas de *bets* não autorizadas a funcionar no Brasil não conseguem anunciar nas nossas plataformas.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas trafegam sem anúncio? Podem trafegar?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – O senhor fala de ter um perfil?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, de ter perfil, é isso aí.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Eu entendo que ela pode ter um perfil, mesmo porque ela pode estar em processo de aprovação, ela pode estar se instituindo e pedindo a licença para funcionar. Então, eu teria... a gente teria que verificar, caso a caso, essa situação.

Mas a regra é: empresas de *bets* não autorizadas não podem anunciar nas nossas plataformas, e entendo que a legislação, que a regulação é específica com relação a anúncios.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hum-hum.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Poderia até checar direitinho com os advogados, mas o meu entendimento é que a regulação fala proibição de anúncios, e a gente cumpre integralmente essa regulação.

E, por meio de canais específicos com as secretarias, a gente faz então esse aprimoramento das nossas políticas de *enforcement*.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo, eu sou usuário do Instagram, do Facebook, acho que todos os colegas aqui usam – ferramenta importante. Eu, assim, fico impressionado com a quantidade de visualizações que a gente vê passando ali para a gente de Tigrinho, coisas desse tipo, me assusta. Como usuário, aquilo é uma *overdose* que eu percebo e recebo com relação a isso, fico até um pouco preocupado com o que pode vir. Mas vamos ficar atentos para ver como é que está esse *compliance*.

Eu queria voltar aqui no seguinte, sobre essa questão aí de moderação de conteúdo.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Perfeito.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A Meta mantém – pergunta que eu lhe faço –, mantém ou manteve no Brasil qualquer contrato, convênio, acordo de cooperação técnica ou parceria institucional com o Supremo Tribunal Federal ou qualquer órgão do Poder Judiciário, principalmente o TSE...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... (Tribunal Superior Eleitoral) ou Executivo relacionado ao combate de desinformação, moderação de conteúdo ou







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento de usuários? Em caso afirmativo, eu gostaria de lhe pedir, Dra. Yana, que a senhora pudesse informar o objeto, os valores envolvidos nisso, se existe qualquer mecanismo formal ou informal que essas instituições, seus membros ou órgãos vinculados tenham solicitado, recomendado ou influenciado a remoção, restrição, redução de alcance ou monitoramento de conteúdo ou perfis de usuários brasileiros. Existe uma reclamação muito grande de pessoas que, por sua posição política, teriam sido removidas das suas plataformas pela sua opinião política.

Então, em caso afirmativo, quantos casos ocorreram, quantos e qual foi o procedimento adotado por vocês?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Senador, obrigada pela sua pergunta. Quero dizer que a Meta se orgulha de trabalhar próximo às autoridades brasileiras, incluindo, como o senhor falou, no caso do TSE, muito recentemente as audiências públicas para aprimoramento da legislação eleitoral para o pleito deste ano. Nós participamos das audiências públicas e temos esse engajamento como um norte para nós, mas, especificamente sobre as suas perguntas de convênios, valores, objeto, eu não tenho essa informação, foge um pouco aqui da minha área de *expertise* e do escopo dessa conversa de hoje, mas quero me colocar à disposição do senhor para eventualmente receber dentro da nossa empresa essa solicitação e poder respondê-lo tempestivamente.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k. Então, eu vou encaminhar ao Presidente da Comissão e vou sugerir requerimento nesse sentido, porque eu acho muito importante que a transparência fique clara para o brasileiro, que está assustado com relação à censura no Brasil.

Outra pergunta, Sr. Presidente... Eu estou já no meu tempo, não sei se o Relator gostaria de... Só para...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou retomar um outro assunto antes de passar para o Senador Moro...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... por conta de informações aqui, mas fique à vontade na medida do nosso Presidente.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu lhe concedo mais dois minutos, Senador Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu vou fazer duas perguntas diretas aqui, e aí a Dra. Yana já responde às duas, se possível.

A Meta mantém ou manteve, direta ou indiretamente, parceria, financiamento, cooperação técnica ou participação em projetos no Brasil envolvendo a USaid, ou entidades por ela financiadas relacionadas ao combate à desinformação, moderação de conteúdo ou integridade informacional? Em caso afirmativo, informar os termos da parceria, valores envolvidos, objetivos e se tais iniciativas influenciaram políticas de moderação aplicadas a usuários brasileiros.

Eu vou fazer a outra pergunta, já pelo tempo colocado, já deixando claro que também vou fazer esse requerimento, Presidente, caso não seja possível revelar aqui esses contratos com essas autoridades.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

Prossiga, Senador Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E, por último: quais são os mecanismos técnicos e operacionais adotados pela Meta para impedir a veiculação e monetização de conteúdos e anúncios que promovam produtos proibidos no Brasil, como cigarros eletrônicos, por exemplo, uma arma química contra os jovens, que é proibida aqui no Brasil? E quais medidas são aplicadas aos anunciantes e influenciadores que violam essas regras? É um assunto que eu sei que o Moro também tem muita precaução com relação a essa coisa do cigarro, do vício em relação a isso, especialmente a Deputada Rosângela Moro.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Obrigada, Senador.

Com relação à sua primeira pergunta, eu também vou me colocar à disposição para receber eventualmente questionamentos por escrito e redirecioná-los às nossas equipes.

Com relação ao que o senhor perguntou sobre contratos, enfim, novamente fugiu um pouco aqui do meu escopo.

Com relação especificamente à sua pergunta sobre venda e promoção de produtos regulados, novamente a Meta trabalha com várias camadas de atuação para garantir o que a gente chama de *enforcement*, ou para fazer valer a nossa política de produtos que sejam regulados dentro da nossa plataforma. E aqui também a gente se vale de uma extensa colaboração com órgãos reguladores, no sentido de conseguir fechar o cerco a esses conteúdos dentro das nossas plataformas.

E, como o senhor perguntou... O que acontece com esses violadores? A Meta trabalha também com diversas ações, a depender da forma da violação, do tipo de violação, mas que vão desde o banimento dessa pessoa nas nossas plataformas – essa pessoa fica banida, aquela conta fica banida –, ou, quando nós não estamos totalmente seguros de que conteúdo, se aquele conteúdo é de fato violador, a gente começa então reduzindo o alcance daquela publicação até a gente conseguir garantir uma certeza maior sobre se aquele anúncio, se aquele conteúdo é de fato violador ou não, até que a gente possa proceder com uma ação mais específica e mais definitiva.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma dúvida, Dra. Yana, na sua área, a senhora é Diretora de políticas econômicas...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Temas econômicos. Isso. Trabalho com sistemas comerciais.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A senhora, com relação a essas perguntas que eu lhe fiz sobre contratos com o TSE, com o STF, USaid, não é do seu conhecimento, não é da sua área, ou a senhora não sabe informar?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Não, os dois: nem é do meu conhecimento, nem é da minha área.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, tá bom.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – O.k.?

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, para antecipar, Senadores Moro, Mourão e Girão, ele vai reiterar a convocação do Diretor-Geral da Meta. A Dra. Yana, efetivamente, não dispõe de todas as respostas de que nós precisamos.

Mas um ponto específico – e eu pedi para voltar à palavra por isso – é que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ainda que, por delicadeza, o nosso Presidente Fabiano Contarato não tenha acolhido o compromisso de dizer a verdade, esse compromisso é presente na Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu questionei a senhora com relação à criptografia no Facebook, no Messenger, e a senhora me disse que...

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor. *Fora do microfone.*) – Não tinha conhecimento.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... não tem conhecimento e que não existiria. Na verdade, a frase foi: "No Messenger, não tem".

Abrindo aqui a aba da própria Meta, no centro de privacidade, sim, tem, tem Instagram, Messenger, Facebook, e a matéria de hoje da *Reuters* retoma esse tema, trazendo documentos internos desde 2019, desse processo lá do Novo México, onde claramente os profissionais sérios dentro da Meta alertam a empresa de que a criptografia ia favorecer criminosos, ia favorecer pedófilos, ia favorecer abusos, ia dificultar o trabalho da Justiça, e mesmo assim a empresa implementou a ferramenta.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só para dar a oportunidade à senhora de revisar a sua resposta, porque, numa análise muito rasteira, é razoável dizer que a senhora não respondeu o conteúdo verdadeiro com relação a sua empresa. Vamos colocar isso na conta de a senhora não ser a pessoa certa para dar essas respostas e vamos convocar o Diretor-Geral para que dê essas respostas, mas o fato é que, ao que tudo indica, a Meta deliberadamente vem dificultando a atuação das autoridades, porque, ao encriptar conteúdo indevidamente, inadvertidamente, mesmo sabendo, mesmo com relatos internos de que essa criptografia vai favorecer o crime, assim o fez.

E a resposta do porquê, Girão, é muito simples: isso reduz o risco de indenizações, porque a Justiça não tem acesso... A vítima que tem que ter... Vou dar o exemplo da pedofilia: a criança vai ter que entrar na aba, gravar a mensagem e encaminhar para a Meta, dizendo: "Meta, olha, tem um pedófilo me assediando". Aí a Meta vai se responsabilizar por fazer alguma coisa. Isso é uma coisa que, infelizmente, consolida uma percepção de atuação empresarial.

Isso tem um dano de imagem reputacional terrível. Eu imagino que, em algum lugar da empresa, se discuta isto: "Olha, vamos ganhar dinheiro com anunciante bandido, vamos ganhar dinheiro dando espaço para perfil de abusador sexual, mas vamos perder dinheiro de imagem". Por que aqui não tem problema, Girão? É monopolista, é um megamonopólio de comunicação, e, de fato, a gente vai ter que chegar a algum ponto de regulamentação aqui, via lei, e a gente tem divergências pontuais com relação a ajustes, a conteúdos, mas o fato é que nós temos um problema gravíssimo nesse avanço digital na sociedade, que hoje, enfim, gera esse tipo de deformação.

Então, registro: a empresa informou, ao pedir a substituição do diretor-geral por V. Sa., que a senhora teria condições de atender perfeitamente. Novamente, em benefício desse princípio de boa-fé, que é tão bom nas relações, vamos entender que foi um erro de avaliação e vamos convocar, reiterar a convocação do diretor-geral com a anuência evidentemente do nosso Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem.

Dr. Sergio Moro, com a palavra.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, antes de fazer aqui as indagações, temos a sessão de amanhã, com vários requerimentos importantes, mas saiu até notícia na imprensa do ingresso de vários requerimentos com conteúdos, alguns deles, vários, não parecem ter muita pertinência ali ao objeto desta Comissão. Inclusive, reportando aqui a matéria que saiu na própria CNN, há referência de uma tentativa do Planalto de blindar Ministro do Supremo e minar a oposição na CPI do Crime.

Eu sei que isso vai ser objeto de profunda discussão amanhã, mas, aproveitando até o ambiente mais sereno, registro aqui a minha preocupação de que nós não percamos o objeto desta CPI, que é o crime organizado. Eu acho legítimo investigar o Banco Master aqui, nesta CPI, e vinculações do Banco Master que tangenciam essa questão do crime organizado, mas me preocupa essa iniciativa de, por exemplo, requerer a convocação de Paulo Guedes, que não parece ter nenhuma pertinência, requerer a convocação de Tarcísio de Freitas, que é Governador da oposição. Não tenho nenhuma objeção, por exemplo, em requerer a convocação do Governador Ibaneis, que realmente tem pertinência em relação à temática do Banco Master.

Fica aqui o meu registro. Amanhã estarei aqui, pronto para votar esses requerimentos, mas me preocupa essa estratégia, que a imprensa já interpreta no sentido de buscar, vamos dizer assim, bagunçar as apurações desta Comissão.

Em relação à Meta, cumprimento aqui a diretora e também reitero a necessidade de que nós tivéssemos também presentes diretores de outras especialidades, para poder responder algumas questões técnicas. E aqui não há uma censura evidentemente à diretora, mas, sim, essa observação necessária.

Nós sabemos que esses instrumentos de criptografia que são disponibilizados pela Meta e também por outras plataformas têm um papel importante hoje, na vida das pessoas, para resguardar a privacidade. E a gente tem um Estado cada vez mais onipresente e vigilante e, muitas vezes, até buscando censura em relação à atuação dos cidadãos, que se protegem, muitas vezes, por esses mecanismos de criptografia, mas, ao lado da utilização legítima desses instrumentos para preservação da privacidade, nós temos o mau uso por criminosos para a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática dos mais variados delitos e, inclusive, o crime organizado é um desses clientes específicos.

Até mesmo dispositivos de mensageria que caíram no gosto comum aqui da população brasileira, como o WhatsApp, muitas vezes acabam sendo utilizados como um subterfúgio para criminosos praticarem tráfico de drogas, tráfico de órgãos, práticas de crime organizado.

A indagação que eu faria aí à senhora é: a Meta tem alguma política ativa para a prevenção da utilização desses mecanismos de mensageria de criptografia por criminosos?

A segunda indagação... E isso foi objeto de uma espécie até de confissão do Mark Zuckerberg, aparentemente, perante o Congresso norte-americano, de um entendimento de que havia uma influência da Meta na disseminação de determinados conteúdos, uma espécie de moderação, mas que estaria atingindo, lá nos Estados Unidos, conteúdo político. Essa política, segundo foi, ao que me parece, declarado pelo CEO da Meta, teria sido suprimida. E aí eu aproveito para indagar: isso foi absolutamente eliminado, inclusive aqui no Brasil – alguma espécie de influência de algoritmos ou da própria Meta na disseminação de conteúdos políticos, conteúdos eminentemente políticos divulgados em redes sociais, como, por exemplo, plataformas como o Instagram ou o Facebook ou alguma coisa que o valha –, ou existe ainda alguma espécie de mecanismo que influencia a disseminação desses conteúdos?

Eu queria daí aproveitar, antes só das suas respostas, para pedir aos colegas, porque temos a CSP também, que está atrasada – vou ter que ir lá para presidir – para, se puderem, comparecerem para que a gente possa deliberar os conteúdos lá, muitos até que têm pertinência também com esta sessão.

Então, são essas indagações.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor.) – Obrigada, Senadores.

Acho que tem alguns pontos a que eu gostaria de fazer aqui considerações, né?

Então, em primeiro lugar, agradeço a colocação do Senador Alessandro com relação a esse ambiente de boa-fé, presunção de boa-fé de todos nós. Acho que... Agradeço imensamente e reitero aqui o meu compromisso de ter vindo aqui compartilhar com os





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores o que nós, na área de questões econômicas da Meta, temos conhecimento e temos capacidade de compartilhar com os senhores. Não considero um erro de cálculo do nosso lado. A minha vinda aqui foi realmente no sentido de poder oferecer aos senhores parte, e sempre que possível a totalidade, do racional, das motivações, das ferramentas que nós temos empreendido, da técnica que nós temos usado e das formas que nós temos lançado mão para fazer, para garantir a segurança dos nossos usuários e dos nossos anunciantes nas plataformas digitais, absolutamente com esse espírito, com esse desejo, com essa motivação.

Com relação a casos específicos que o senhor menciona, Senador Moro, com relação a uso e impulsionamento de conteúdos políticos dentro da nossa plataforma, de questões algorítmicas etc., mais uma vez, infelizmente, foge do meu escopo de atuação, que é de áreas econômicas, mas também me coloco à disposição de V. Exa. para facilitar essa resposta dentro da nossa empresa. Está bom?

Não sei se teria algum...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A pergunta sobre a utilização de mecanismos de criptografia por criminosos.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Ah, perdão.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quais são as políticas ativas da Meta para prevenir essa utilização?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Sim, excelente.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Por exemplo, antigamente a polícia usava muito a interceptação telefônica. Hoje, a interceptação desses serviços de mensagem, pela criptografia ponta a ponta, se tornou inviável. A Meta tem alguma preocupação com essa utilização e tem alguma política destinada a prevenir o mau uso desses instrumentos?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Perfeito.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os Senadores me permitirem, eu posso chamar o colega que responde pela cooperação com autoridades policiais para explicar como que esse trabalho é feito? *(Pausa.)* Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pode abrir.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Por favor, Rick. Rick Cavalieros é o nosso chefe de cooperação com autoridades policiais. Pode explicar.

Obrigada, Rick.

Se você puder só explicar como que a gente faz a colaboração com o WhatsApp e as ferramentas de que nós dispomos, por favor...

**O SR. RICHARD CAVALIEROS** (Para expor.) – Bom dia, Senador Moro. Bom dia...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. RICHARD CAVALIEROS** – Perfeito. Está ligado. Perfeito.

Com respeito especificamente à colaboração com as autoridades de investigação e no que diz respeito a contas do WhatsApp, a empresa, desde 2019, tem um programa bastante robusto – acho que até foi lançado na época em que o Senador Moro era Ministro da Justiça –, e esse programa facilita a possibilidade de que as autoridades, através de uma ordem judicial, possam solicitar o que se chama pares de mensagens. E, neste momento, uma vez que é avaliada a ordem judicial e ela é colocada para funcionar por 15 dias, como diz a lei de interceptação no Brasil, as autoridades vão receber o que se chama pares: quem envia a mensagem e quem recebe a mensagem. E, dentro dessa paridade, aparece um universo de dados ou metadados que são de bastante utilidade para as autoridades, têm ajudado muito, principalmente no combate ao crime organizado, combate à droga etc. E, através disso, embora as autoridades não consigam visualizar, obviamente, pela encriptação, o conteúdo, eles sabem exatamente quem está enviando e quem está recebendo as mensagens. E eles recebem esse relatório todos os dias.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tem sido uma grande ferramenta que a empresa disponibiliza para as autoridades de investigação.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Só aproveitando, como é o nome do senhor?

**O SR. RICHARD CAVALIEROS** (Para expor.) – Richard Cavalieros.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Richard.

**O SR. RICHARD CAVALIEROS** – Isso.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Richard, já que a equipe da Meta está aqui, tem alguém também – não sei se o senhor, Richard – que poderia explicar sobre esses eventuais contratos com o TSE, com o Supremo Tribunal Federal, com agências que moderam, que fazem checagem de fatos? Porque isso é algo que a gente precisa esclarecer aqui no Brasil. Queria fazer esse questionamento, já que a equipe está aqui.

Tem alguém como o Sr. Richard, que pôde vir falar sobre cooperação policial? Tem alguém que possa falar sobre esse contrato ou não?

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu só quero fazer aqui uma referência, porque eu vou ter que sair, só para cumprimentar o Sr. Richard, de que já conheço de longa data o trabalho que teve na área de cooperação com o Brasil e os Estados Unidos.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** *(Fora do microfone.)* – Obrigada.

**O SR. RICHARD CAVALIEROS** *(Fora do microfone.)* – Obrigado.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Não tem, não, Doutora?

**O SR. RICHARD CAVALIEROS** *(Fora do microfone.)* – Não.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem.

Dra. Yana, há alguma outra exposição que a senhora queira fazer? Há algum...?

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (*Fora do microfone.*) – Considerações finais? Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pode, por favor.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** – Obrigada, Senador. (*Fora do microfone.*) Muito obrigada, Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O Sr. Richard está liberado, Sr. Richard.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

**O SR. RICHARD CAVALIEROS** (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

**A SRA. YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES** (Para depor.) – Muito obrigada, Senador, Senadores, na verdade, por esse encontro aqui bastante respeitoso e produtivo, creio eu. Quero apenas encerrar esse tempo aqui dizendo da nossa total boa-fé e comprometimento em ter vindo aqui reiterar nosso interesse de manter nossas plataformas longe de atores maliciosos, de conteúdos fraudulentos; dizer que isso não está alinhado aos nossos interesses comerciais, tê-los e abrigá-los nas nossas plataformas. Por isso que nós adotamos medidas robustas, proativas e em tempo real para detectar e bloquear campanhas fraudulentas, com resultados comprovados e reconhecidos por autoridades de segurança pública e pelo Judiciário, com decisões julgando improcedentes os pedidos de condenação por suposta omissão.

E quero aqui terminar dizendo que, apesar de entendermos e continuarmos bastante comprometidos com a causa, temos um plano de ações muito ambicioso para 2026; vamos ver resultados ainda mais robustos neste ano, estamos todos bastante confiantes. Mas eu quero apenas aqui reiterar que, quando a gente fala desses conteúdos fraudulentos dentro da nossa plataforma, a análise que nós fazemos é que esses conteúdos são da ordem de casas decimais





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou centesimais comparados ao universo de conteúdos que nós abrigamos em nossas plataformas. Isso, em nenhuma forma, quer dizer que nós já vencemos a batalha, mas isso é um indicador importante de que os nossos esforços – sejam no nível do produto, sejam no nível de desbaratar organizações criminosas em cooperação com a sociedade, com instituições e com autoridades públicas, sejam capacitando os nossos usuários –, isso é uma indicação muito forte de que os nossos resultados têm surtido efeito.

Quero apenas dizer aos senhores que seguimos comprometidos, seguimos atuantes e seguimos vigilantes, e queremos nos colocar novamente à disposição desta Comissão para receber eventuais questionamentos que não puderam ser integralmente respondidos aqui, para nós podermos facilitar essa resposta com os nossos especialistas. Entendo que... Novamente, quero reiterar aqui a boa-fé e o compromisso da Meta em atender a essa convocação.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Agradeço à Dra. Yana Sobral Alves a sua participação, compreendendo que, dentro da compartimentação que caracteriza as atividades da empresa, a senhora não tinha condições de responder a determinados questionamentos que deverão ser respondidos pela pessoa que tenha a competência devida.

E, antes de encerrarmos, comunico que amanhã, dia 25, ocorrerá a 10ª Reunião desta CPI, destinada à deliberação de requerimentos e também à oitiva do Sr. Thiego Raimundo dos Santos Silva, também conhecido como TH Joias.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Marcio Bittar, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Magno Malta, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Augusta Brito, Soraya Thronicke e Humberto Costa, e ainda dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dez horas e trinta e dois minutos e reaberta às dez horas e quarenta e dois minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitiva do Senhor Thiego Raimundo dos Santos Silva. Oitiva do Thiego Raimundo dos Santos Silva, Deputado Estadual, em atendimento ao requerimento 104/2025. **Resultado:** Oitiva não realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 41 de 2025** que : "Requer, à Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado (CGCCO/SENASP), o envio de informações detalhadas sobre as facções criminosas no Brasil, o novo cangaço e as ações de combate ao crime organizado no Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 43 de 2025** que : "Requer o envio de convite ao Sr. Delegado Uirá Ferreira do Nascimento, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 45 de 2025** que : "Requer o envio de convite ao Sr. Tenente-Coronel Marcelo de Castro Corbage, Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2025** que : "Requer o envio de convite ao Sr. General Tomás Miguel Ribeiro Paiva, Comandante do Exército, para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 67 de 2025** que : "Requer o envio de convite ao Sr. Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOG), para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 72 de 2025** que : "Requer o envio de convite ao Sr. Carlos Rocha Sanches, Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Marcio



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 73 de 2025** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, informações sobre as ações, programas e medidas implementadas para combater a atuação de organizações criminosas nas rodovias federais, bem como sobre relatórios internos, auditorias, sindicâncias ou comunicações de irregularidades relacionadas à atuação de grupos criminosos ou à ocorrência de crimes no âmbito da infraestrutura rodoviária nacional, nos últimos cinco anos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2025** que : "Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 123 de 2025** que : "Requer a convocação do Senhor Alberto Félix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria do Banco Master." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2025** que : "Requer a convocação do Senhor Daniel Vorcaro, antigo controlador do Banco Master." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 125 de 2025** que : "Requer a convocação do Senhor Luiz Antônio Bull, ex-diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia do Banco Master." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2025** que : "Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2025** que : "Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 135 de 2025** que : "Requer o envio de convite para comparecer a esta CPI às seguintes pessoas: Sr. Lucas de Moraes Gualtieri, Procurador Federal e Coordenador da Operação Trapiche (GAECO-MG); Sr. Christian Vianna de Azevedo, Oficial da Polícia Federal; Sr. Alberto Simonetti, Presidente da OABDF; Sra. Isabella Buim, especialista em compliance e criptoativos; Sra. Loretta Napoleoni, especialista sobre financiamento ao terrorismo; Sr. Emanuele Ottolenghi, especialista em redes de ameaças híbridas e financiamento do terrorismo; Sr. Armando Antão Cortez, Chefe do Secretariado para Análise Integral do Terrorismo Internacional (SAIT), Argentina." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 139 de 2026** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Edson Fachin, informações sobre os processos de concessão de escolta a magistrados e, especificamente, sobre o pedido de restabelecimento da escolta ao Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 140 de 2026** que : "Requer a convocação do Senhor José Eugênio Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2026** que : "Requer a convocação do Senhor Paulo Humberto Barbosa para prestar depoimento perante a CPI do



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crime Organizado." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2026** que : "Requer a convocação do Senhor Mario Umberto Degani para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2026** que : "Requer a convocação do Senhor José Carlos Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 144 de 2026** que : "Requer que seja convidada a Sra. Viviane Barci de Moraes (advogada), para comparecer à esta CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 145 de 2026** que : "Requer que seja convidado o Sr. Paulo Humberto Barbosa, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 146 de 2026** que : "Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Alexandre de Moraes, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2026** que : "Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 148 de 2026** que : "Requer que seja convidado o Sr. José Eugênio Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 149 de 2026** que : "Requer que seja convidado o Sr. José Carlos Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 155 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, do Banco Master S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 156 de 2026** que : "Requer que sejam convidados representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 157 de 2026** que : "Requer, à Diretoria-Geral do Senado Federal, o envio de informações sobre os registros de entrada e saída do Sr. Augusto Ferreira Lima, ex-sócio e ex-executivo do Banco Master, nas dependências do Senado Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 158 de 2026** que : "Requer a convocação da Sra. Viviane Barci de Moraes, advogada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Retirado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 160 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. José Carlos Dias Toffoli Cônego para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 161 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. José Eugênio Dias Toffoli, empresário." **Autoria:**





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 162 de 2026** que : "Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, do quadro societário do Banco Master." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 163 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vercaro, empresário." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 164 de 2026** que : "Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 165 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., nova denominação social de Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 167 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 171 de 2026** que : "Requer o envio de convite ao Sr. Guido Mantega para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 172 de 2026** que : "Requer o envio de convite ao Sr. Rui Costa, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 173 de 2026** que : "Requer o envio de convite ao Sr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central, para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 174 de 2026** que : "Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil, o envio de informações sobre a identificação dos passageiros que adentraram a área de embarque destinada à aviação geral e executiva nos aeroportos de Brasília, Congonhas e Guarulhos, no ano de 2025, nos 90 minutos que antecederam quaisquer decolagens de quaisquer das aeronaves que especifica." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 175 de 2026** que : "Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e histórico de transferências de titularidade no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) vinculados a Daniel Vercaro, à empresa Viking Participações S.A. e ao Banco Master S.A., bem como a demais pessoas jurídicas em que figura ou figurava como sócio, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 176 de 2026** que : "Requer, à Inframerica (Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek), informações sobre registros eletrônicos e físicos de controle de acesso (logs de catracas, cancelas e portarias) relativos às áreas de aviação executiva e hangares do Aeroporto Internacional de Brasília, compreendendo todo o período do ano civil de 2025." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 177 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Maridt Participações S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 8 de fevereiro de 2026. (Requerimento com efeitos declarados nulos, nos termos da decisão proferida no HC 268952, do Ministro Gilmar Mendes - DOC 028)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira.

**Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 179 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 180 de 2026** que : "Requer ao Banco Central o envio de processo, relatórios, comunicações e outras informações relacionadas à Reag Investimentos." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 181 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor João Carlos Falbo Mansur, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 182 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Paulo Henrique Costa, presidente afastado do Banco de Brasília (BRB)." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 183 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Raphael Montenegro, ex-secretário de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 184 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Retirado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 185 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 186 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Governador do Estado de São Paulo." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Retirado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 187 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel, empresário, advogado e pastor." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 188 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, empresário." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 189**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Augusto Leme da Silva, apontado como responsável pela gestão das distribuidoras de combustíveis instrumentalizadas para a prática de lavagem de dinheiro." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 190 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 15 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 191 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal de BK Instituição de Pagamento S.A." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 192 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Fictor Invest LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2026." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 193 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Mohamad Hussein Mourad, apontado como comandante de um esquema de fraudes e lavagem de dinheiro articulado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 194 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Ibaneis Rocha Barros Júnior, Governador do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Retirado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 195 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, economista e ex-ministro da Economia do Brasil." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 196 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 197 de 2026** que : "Requer convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 198 de 2026** que : "Requer a convocação Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro da Cidadania e ex-Deputado Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 199 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro de estado da Cidadania." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 200 de 2026** que : "Requer a convocação da Sra. Leticia Caetano dos Reis, administradora." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 201 de 2026** que : "Requer a convocação do Senhor Ahmed Mohamad Oliveira (José Carlos Oliveira), ex-ministro do Trabalho



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Previdência." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 202 de 2026** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Tirreno Participações Ltda., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 203 de 2026** que : "Requer a convocação do Sr. Francisco Emerson Maximiano, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**  
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/25>



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes: na primeira, teremos a oitiva do Sr. Thiago Raimundo dos Santos Silva; na segunda, teremos deliberação dos requerimentos constantes da pauta, os itens 1 a 69.

Ressalto que a convocação do depoente foi feita nos termos da aprovação do Requerimento 104, de autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira, a fim de se obter colaboração para que esta CPI possa construir um diagnóstico fidedigno da ameaça representada pela infiltração econômica do crime organizado no país.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada no dia 24/2/2026.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – ... só uma questão de ordem.

Será que não poderíamos inverter a pauta e ir para a deliberativa primeiro, porque, por exemplo, tem outras Comissões de que tenho que participar e não sei se vou poder ficar no depoimento. Não sei quanto que ele vai durar. Então... Acho que é o desejo de todos, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, Senador.

Não, pode ter certeza de que vai ser o mais rápido possível dentro daquilo que permite a Comissão.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, eu quero científicá-los de que a oitiva do Sr. Thiago... Ele foi indiciado pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro, por crimes graves ligados a facções: o suposto uso de negócio legítimo, como o comércio de joias, para lavar e movimentar milhões em nome dessas facções criminosas. Esse foi o objeto e essa foi a intenção da CPI quando foi criada. Daí a importância da oitiva do Sr. Thiago aqui nesta CPI.

A CPI oficiou ao Ministro responsável por esse caso, que é o Ministro Alexandre de Moraes, para autorização da oitiva dele e até a presente data, infelizmente, não obtivemos resposta. Por essa razão, não terá a parte da oitiva do Sr. Thiago, mas eu vou pedir à Secretaria que faça um empenho, junto com a Advocacia do Senado, para reiterar a importância da oitiva do Sr. Thiago nesta Comissão para esclarecimento, porque esse é o objetivo principal desta Comissão.

E agora, indo para a segunda parte da reunião, eu quero deixar clara uma coisa para os colegas Senadores e Senadoras. Sempre pautei a minha vida aqui no Senado tentando ter coerência com a minha vida pública. Então, doa a quem doer. Agora, acabou, passou da hora de a gente enfrentar, sair de ter uma ação contundente lá, lá na periferia e subir o andar de cima. E esse é o momento nessa CPI. E eu quero justamente deixar claro que por isso eu estou tomando e tenho que ter honestidade intelectual e responsabilidade, porque eu não posso ter aqui um comportamento imprudente de ficar convocando ou quebrando o sigilo se eu não tiver o mínimo de nexo causal ou relação de causalidade.

Por exemplo, houve alguns requerimentos do Relator que eu submeti à Advocacia do Senado. Eu não tenho como quebrar o sigilo de um advogado ou uma advogada pelo simples fato de ele ser advogado do Banco Master. Eu tenho que ter fatos e esses fatos têm que ser concretos, porque existe um Estatuto da Advocacia. Esse parecer já está disponibilizado, ele estava no caráter de confidencialidade. Eu vou publicizar, porque um dos princípios que rege a administração pública, previsto no art. 37, é a publicidade de seus atos, para que todos os Senadores tenham acesso de por que eu não estou pautando – e aqui eu quero fazer já a solicitação à Secretaria para que retire de pauta a convocação de advogado ou escritório de advocacia ou quebra de sigilo se não tiver nexo causal.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aonde que eu quero chegar? Com todo respeito, por que essa Presidência entende que a atuação do Banco Master tem que estar aqui na CPI do Crime Organizado, levando em consideração o nexo causal? O Código Penal, no art. 13, fala: "O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido".

Olha, eu tenho a Reag, a Reag tem a comprovação de recebimento de dinheiro do PCC. Ora, se eu tenho a comprovação da vinculação da Reag recebendo dinheiro do PCC e tem a vinculação da Reag com o Banco Master, instalou-se aí o momento do nexo causal, daí eu entender, daí essa Presidência entender que tem nexo causal você fazer e trazer para essa CPI a apuração de qualquer conduta envolvendo o Banco Master, que, diga-se de passagem, estima-se em mais de quase 80 bilhões – bilhões – de prejuízos contra os brasileiros e brasileiras.

Só estou fazendo essa análise para justificar os requerimentos que essa Presidência fez. Foram quatro requerimentos envolvendo a Reag, que, aí sim, eu tenho... nós aprovamos um plano de trabalho do Senador Alessandro Vieira, que, dentro desse plano de trabalho, tem instituições financeiras e dentro dessas instituições financeiras tem *fintechs*, tem escritórios de advocacia. E se você tem agora uma vinculação do PCC, uma suposta vinculação do PCC com a Reag, Reag com o Banco Master, instalou-se, criou-se ali o nexo causal ou relação de causalidade, por isso que eu estou pautando os requerimentos desta Presidência com relação à Reag, que, aí sim, tem o nexo causal. E, a partir dela, nós vamos deliberar os demais requerimentos dos colegas. E peço a paciência, hoje serão 69, mas, no momento oportuno, os outros estão sendo todos avaliados para que a gente possa fazer a inclusão no momento oportuno.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Deixo claro que eu não vou... Desde quando foi instalada essa CPI, a regra aqui é não admitir requerimento extrapauta.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Qualquer requerimento este Presidente vai analisar no momento posterior.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Fabiano Contarato, cumprimento-o; cumprimento o Relator Alessandro Vieira; nosso Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão, aqui presente; Senadora Soraya Thronicke; Senador Magno Malta; Senador Sergio Moro; Senador Marcos do Val.

É um dia histórico aqui para o Senado Federal. E o senhor... Coube a Deus colocar o senhor na Presidência desta sessão histórica. O senhor realmente, desde que chegou aqui, em 2019 – nós chegamos juntos – tem se pautado no discurso da transparência, no discurso de subir o andar de cima para investigar o que está errado. E chegou o momento de a gente traduzir em atos efetivos, porque esse é o discurso de todos nós aqui. Todos nós, curiosamente, à exceção do Senador Magno Malta, e do Senador Hamilton Mourão, chegamos em 2019, Presidente, com esse discurso de enfrentar quem tiver que enfrentar e que esteja cometendo crime. Então, em primeiro lugar, eu queria reconhecer e parabenizá-lo por pautar muitos requerimentos. Tenho que reconhecer isto: o senhor está pautando muitos requerimentos aqui espinhosos.

Mas eu não posso deixar de apelar, em nome da coerência... Há alguns requerimentos que o senhor deixou de fora que têm nexos causais e outros que o senhor – pelo menos foi isso que eu entendi – está tirando na hora do jogo, na hora da deliberação. Por exemplo, um requerimento importante que o Brasil aguarda e está escandalizado, o país está escandalizado com os R\$129 milhões de uma advogada, de um escritório da esposa de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, com o Banco Master, que me parece não teve atuação nenhuma efetiva em defesa desse banco. E eu andei conversando, Senador Sergio Moro, já morei nos Estados Unidos e conversei com gente de bancos brasileiros e estrangeiros que participam de fusões trilionárias. E, quando eu falei desse valor de 129 milhões de um contrato, os caras riram: "Você está brincando comigo. Isso não existe". Então, essa quebra de sigilo da Sra. Viviane Barci é fundamental que esteja pautada, assim como a convocação ou convite, como queira chamar – sem problema, pode ser um convite –, dessa Sra. Viviane aqui nesta Comissão. Por que não?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, estava pautado isto, a vinda dela aqui. Então, não é de bom-tom que o senhor retire essa chamada.

Só para concluir, porque tem outros nomes aqui fundamentais, e eu gostaria de lhe fazer um apelo, que o senhor, como Presidente, pode aceitar ou não. Isso aí faz parte da sua... O senhor está nesse cargo, está com essa responsabilidade. Mas eu queria dizer também que a decisão do Plenário é soberana. Queria apelar para isso. Se o Plenário quiser que essa pauta seja incluída, nós temos, inclusive, amparo no Regimento Interno do Senado Federal para não retirar o que o senhor já tinha pautado. Ninguém... Com o que nós vamos justificar para pautar uma coisa e tirar depois? Como é que nós vamos dizer isso para a população brasileira? Mas tem requerimentos que o senhor não pautou – é verdade – que eu gostaria que o senhor pautasse. Quero lhe pedir isso. Quero apelar, mesmo que o senhor deixe isso mais para a frente, para o aspecto de trazer essas pessoas aqui. Por exemplo...

Senador Fabiano Contarato, o senhor, que é um dos maiores defensores de nós termos que dar um basta nos supersalários... O senhor tem, inclusive, esse trabalho consolidado, e nós vamos conseguir chegar junto nisso pela Justiça. Mas, por exemplo, nós temos aqui um escândalo – que é um crime organizado – da venda de sentenças nos tribunais superiores. Por exemplo, tem uma CPI – que o senhor, inclusive, acho que assinou, o Senador Alessandro tenho certeza de que assinou, e alguns colegas aqui – que é a CPI de venda de sentença, minha, de minha autoria. E tem um lobista, que é o Sr. Andreson, Requerimento nº 92, de 2025, Andreson de Oliveira Gonçalves, lobista de tribunais, que está aí pautado para a gente fazer essa oitiva. Tem também o Sr. Paulo Henrique Costa, Presidente do BRB. Paulo Henrique Costa é Presidente do BRB, desse escândalo do Master que o senhor acabou de citar. Por que ele não está sendo chamado? E, por último, tem o Sr. Mauro Caputti, que é um piloto – esse vídeo todo mundo acompanhou, todo mundo viu –, um piloto que cita nome de políticos, de gente poderosa fazendo coisa errada em jato em Brasília. Dá nome e tudo. Por que não foi pautado?

Eu queria fazer um apelo ao senhor e, se o senhor não aceitar, ao Plenário, para que a gente possa votar – como o Plenário é soberano – a vinda também dessas pessoas.

Muito obrigado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto, por favor.

Eu só quero aqui deixar claro, mais uma vez. Eu deixei explícito desde o início: não vou pautar requerimento extrapauta, salvo em casos de extrema urgência e necessidade, e isso vai ser deliberado por esta Presidência no momento oportuno. Foram pautados 69 requerimentos. Eles vão ser deliberados daqui a um pouco. É isso que esta Presidência quer.

Com relação ao trabalho da Presidência, o poder discricionário é desta Presidência. O art. 89 fala: "Ao Presidente da Comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos desta Comissão". Então, está aqui.

Eu quero deixar clara uma coisa, Senador Girão, com todo o respeito. A gente também tem que ter responsabilidade no que fala para não ter um caráter ofensivo com relação à minha pessoa. Uma coisa que eu tento ter sempre aqui é honestidade intelectual. Eu nunca tive o comportamento de blindar ninguém. Eu apenas fiz uma consulta à Consultoria do Senado – o Senador Alessandro sabe disso –, porque eu não posso simplesmente presumir crime organizado, isso é muito grave. Como que eu vou falar que o senhor faz parte... o senhor vai ter que ser convocado para uma CPI do Crime Organizado pelo simples fato de o senhor ser advogado de um banco, se a relação ali é profissional? Isso não sou eu que estou falando, está aqui o parecer que vai ser disponibilizado: "A Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição, acha-se investida de poderes instrutórios próprios de autoridades judiciais, podendo, por ato próprio, decretar a quebra de sigilos bancário, telemático e telefônico. Tais Poderes não se revestem, contudo, de caráter absoluto, antes se submetendo aos mesmos lindes que conformam a atuação dos magistrados, entre os quais se insere o dever de resguardar a inviolabilidade dos escritórios de advocacia, a teor do disposto no inciso II do art. 7º da Lei 8.906".

Então, a partir do momento... Ainda hoje nós não temos nenhum elemento que faça essa comprovação. A partir do momento que tiver, eu pergunto: o escritório de advocacia, o advogado, ele é sujeito ou objeto de investigação, ele está sendo investigado, ele está sendo



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusado? Existem elementos fáticos? Não é na via da opinião, não é ilação, porque a gente tem que ter responsabilidade, são vidas de pessoas, tem conduta, comportamento moral, são histórias de vida.

Então, eu estou tirando apenas a convocação e mantendo o convite, é isso que eu estou fazendo. E retirei, não tem quebra de sigilo, tendo em vista o parecer da advocacia. A partir do momento que essa CPI avançar e tivermos elementos que deem sustentação para que ela possa ter a quebra do sigilo telemático, fiscal, qualquer que seja, de qualquer natureza, pode ter certeza de que isso será feito. Mas, por favor, o meu comportamento aqui é apurar independente, doa a quem doer. Nessa CPI não tem lado, não tem lado A ou lado B. Nós temos aqui a responsabilidade, tem um plano de trabalho do querido Senador Alessandro, que foi aprovado por todos os colegas e que, dentro desse braço, ali no plano de trabalho, existe essa possibilidade que é nesse sentido.

Eu pediria só que a gente avançasse na deliberação dos requerimentos.

Eu, antes de conceder a palavra, eu vou conceder a palavra para o Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para sugerir, primeiro, exatamente, pedir aos colegas paciência e foco, porque esse é um trabalho histórico e muito importante, de altíssima complexidade, de muita gravidade e de muito risco. Então, vamos tentar manter um foco.

Presidente, é uma sugestão que eu dou de forma de caminhar aqui. Num levantamento rápido aqui, eu observei cerca de 20 requerimentos que são de convite ou de solicitação de informação sem quebra de sigilo. Então, eu gostaria que se votassem em bloco. O senhor confirme quais são, para que eu não erre, vai que eu bote aqui na gambiarra um número errado, para não ter nada disso. A Secretaria confere quais são os convites, quais são os pedidos de informação, que são, por exemplo, pedido de informação para a Anac, são convites para várias figuras na pauta, e aí a gente já tira aproximadamente 20 requerimentos, já aprovamos 20 requerimentos e avançamos para poder debater aí, sim, requerimentos que são mais sensíveis.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Questão de ordem, Presidente, questão de ordem. Aqui, questão de ordem, Presidente.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Marcos do Val, com todo o respeito, antes, o Senador Magno Malta tinha pedido.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só pediria a brevidade.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Por favor.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu também tenho uma questão só, eu pediria só o seguinte também, com respeito aos colegas. (*Fora do microfone.*) Existe uma questão de requerimentos que entraram e que não entraram. Votemos os requerimentos que estão na pauta, discutamos esses requerimentos e depois toda a liberdade para discutir os requerimentos para serem incluídos, porque, senão, nós vamos ficar aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, é dessa forma que eu estou querendo conduzir, mas...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, é exatamente isso. Eu estou aderindo à sugestão de V. Exa., mas aí depende dos colegas se a gente pode deixar...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... só que eu faço um apelo... Eu só estou fazendo um apelo aos Senadores, porque a cortesia se impõe aqui neste Senado. Então, eu estou tendo deferência aos colegas que estão aí. Eu só pediria a compreensão, porque o meu objetivo enquanto Presidente e o do Relator, eu não tenho dúvida...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, mas a...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... é pegar essa pauta e deliberar os requerimentos, é isso.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Até porque nós não sabemos que requerimentos que não estarão, então...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, perfeito!

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... vamos deixar para discutir em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, eu só pediria, Senador Magno Malta, que fosse breve nas suas considerações.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu sou sempre breve. Agradeço a V. Exa. e ao Relator.

Na verdade, eu concordo: a gente tem pedido de informação, e a gente votar em bloco, dar celeridade, para que a gente não perca tempo com coisas que realmente são da normalidade. Tem coisas que você tem que discutir mesmo, porque tem muitas raízes, por exemplo, essa questão quando V. Exa. coloca o nexo causal. Eu entrei com um requerimento pedindo a convocação da Sra. Viviane e tal, entrei com um requerimento com que também o Relator entrou entendendo, né? Inclusive, eu o avisei no Plenário. Quando entrei, falei: "Olha, eu protocolei hoje, Alessandro, e tal, tal, tal". Ele falou: "Não, tudo bem, eu estou fazendo também e tal, e acredito que esteja, que não foi excluído, né?".

Essa questão do nexo causal – é uma colocação que eu vou fazer aqui – não existiria se o Ministro Alexandre de Moraes não tivesse feito o que fez com os servidores do Fisco, da Unafisco, prendendo o presidente da entidade e prendendo os quatro auditores, exatamente por conta dessa questão que envolve o escritório de advocacia da esposa dele, que nunca prestou serviço a ninguém. Está aqui uma série de advogados, tem aqui o Moro, a Soraya, que é advogada, a Soraya e outros também – eu não tenho essa formação –, que sabem que isso é fato conexo, isso é fato conexo! Isso é nexo causal, que foi dado depois. V. Exa. falou certo: não tem um nexo causal antes de ter acontecido o fato de o Ministro Alexandre de Moraes ir para cima dos... Não tem nexo o que ele fez, de ter ido, e prendido, e incluído no inquérito quem não cometeu nenhum crime. Ele acaba dando nexo causal para a convocação da Sra. Viviane Barci. É isso que eu estou querendo colocar para poder colaborar com a Comissão e também com a palavra de V. Exa. no começo, em que V. Exa. colocou muito bem que até ali não tem nexo causal. Quando entra o Ministro Alexandre de Moraes e vai para cima da Unafisco, para cima



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos auditores que não têm envolvimento com esse crime, ele dá o nexo causal. Por que está escondido? Por que está escondido?! Porque não tem qualquer tipo de crime em cima desses servidores, e aí ele vai, abre a porta e dá o nexo causal. Essa é a minha colocação, entendeu? Assim, ele deu o nexo causal, né? Ligou para o Galípolo, se reuniu, trabalhou o *lobby* em cima disso, né? Exatamente para salvar essa operação. Então, é o lance da operação e o nexo causal dado pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era essa a minha palavra nesse sentido.

E espero que os requerimentos, em que há concordância, inclusive, com o Relator...Alguns meus têm muita concordância com o Senador Alessandro. E aí eu volto a dizer que sim, ao protocolar, avisei a ele, e nós conversamos juntos, ele falou: "Não, Magno, vai andar, porque também eu entrei com o mesmo requerimento, e, certamente, é necessário que a sociedade brasileira seja informada de forma muito clara e límpida a respeito desse tema que envolve o Banco Master".

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Magno.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, pela ordem, só para poder colocar aqui que a CP é regida principalmente pelo Regimento Interno do Senado Federal e pela Constituição, art. 58, §3º: o Presidente exerce função administrativa e de condução, não de filtragem política do que pode ser ou não ser apreciado pelo Colegiado. Sobre requerimentos, os requerimentos apresentados pelos membros da CPI devem ser submetidos ao Colegiado, ou seja, então, aqui está dizendo que, fora essa hipótese, cabe ao Colegiado recurso ao Plenário, questões de ordens, como eu estou fazendo, e provocação à Mesa do Senado. Então, colocando aqui que não é decisão da Presidência da CPI qual vai ser pautado ou não, é pelo tempo.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque eu fiz um requerimento para convocar o Daniel Vercaro em novembro de 2025. E, se for pela ordem, cadê? Até hoje... E, só agora em fevereiro, é que todo mundo está sabendo quem é o Daniel Vercaro. Em novembro, eu já tinha – está aí, na Mesa – protocolado o pedido de convocação dele, que, até hoje, não foi pautado.

A questão da Viviane é muito fácil entender por que nós estamos pedindo a convocação, porque, assim que o Alexandre de Moraes entrou na Magnitsky, ele ficou sem conseguir recurso e aí ele foi para o Banco Master, botar o nome da mulher dele e da empresa da mulher dele. Por isso é que o Governo americano botou a mulher dele e a empresa da mulher dele na Magnitsky, porque eles sabiam que estavam tentando burlar a penalidade contra crime contra humanidade. Por isso, é que a Lei Magnitsky é caracterizada por quem comete crime contra a humanidade.

Então, aqui, também, na CPI, nós não estamos julgando ninguém. Nós estamos convocando para interrogar. Não tem julgamento nenhum, até porque eu também já fui julgado no dia 8 de janeiro. Vocês se lembram disso? Que eu fui acusado de tudo, e não foi apresentada nenhuma denúncia da PGR. Eu não respondo nem por multa de trânsito, mas, na época, eu poderia estar envolvido, e já me condenaram – já fui condenado. Usei tornozeleira eletrônica! Usei tornozeleira eletrônica! Senador em pleno mandato, sem nenhuma decisão da PGR, sem nenhuma multa de trânsito para responder na Justiça, usou tornozeleira eletrônica! Teve salário bloqueado! Multa de R\$50 milhões! Ficou negativo em R\$50 milhões, eu não tinha R\$50 milhões, não! Ficou negativo! Uma fraude, uma fraude que fizeram, ou seja, aqui eu não estou querendo "com ferro fere e com ferro será ferido". Não é isso! Eu estou aqui... É convocação para interrogar, questionar, para o Relator montar o relatório, para a gente fazer um relatório da oposição, e a sociedade entender... Ninguém está julgando ninguém aqui, porque eu já fui julgado, e ninguém colocou que a PGR não apresentou nenhuma denúncia contra mim. Não tem nada! Nada! E já se passaram três anos, e eu não vejo ninguém dizendo da injustiça que um Senador sofreu aqui. E eu usei tornozeleira recentemente.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu defendi V. Exa.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Com certeza. Eu agradeço.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, o requerimento do senhor está na pauta, Senador.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – De hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está. Está na pauta. É o item 13.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Do Vorcaro. É o do Vorcaro?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – É o item 13.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está na pauta.

O senhor está falando também em novembro. Com todo respeito a esta Comissão...

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Estamos em fevereiro, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Os senhores viram aqui que, no dia da instalação, em que nós fomos eleitos, aprovamos o plano de trabalho, convocamos Governadores, convidamos Governadores...

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... chamamos, teve recesso, teve tudo, instalamos.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E o senhor está reclamando?

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Essa questão, pelo Regimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O Vorcaro está na pauta, Senador.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, é só porque é o seguinte: no Regimento do Senado, diz que não cabe ao Presidente decidir qual é o requerimento que vai para a pauta para ser votado pelo Colegiado ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A pauta... Senador, a pauta é prerrogativa da Presidência. Eu estou fazendo uma análise e estou pautando no momento oportuno. Esses requerimentos estão sendo aqui... E todos serão avaliados. Apenas isto: estão mantidos todos os requerimentos. E nós vamos fazer a votação em bloco desses convites ou solicitação de informações em que não haja divergência, para que a gente vote isso de forma rápida, para que esta CPI seja mais produtiva.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu pediria mais uma vez à Secretaria que me desse a relação nominal dos convites e das solicitações de informações, para que eu anunciasse aqui e colocasse em votação simbólica todos esses requerimentos – em bloco a votação.

É isso que eu pediria, por gentileza.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, só para concluir, essa questão da quebra de sigilo da Viviane Barci de Moraes não é porque nós já estamos acusando, não, nós estamos investigando. E é óbvio que foi uma maneira de sair da Magnitsky e de continuar recebendo recursos. Então, isso é óbvio.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você quer que eu mostre o documento para poder, então, a gente fazer o requerimento? Porque eu tenho, mas eu quero usar para questionar, para a sociedade brasileira ver que há transparência nesta CPI.

Então, eu vi que todos os requerimentos aqui... Aqui eu posso fazer uma leitura política clara. Você já viu os requerimentos aqui? Uma leitura política clara, não tem ninguém da esquerda aqui, pode olhar.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senador...

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Então, é só isso que eu queria dizer.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para a gente otimizar o tempo, mais uma vez...

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu só peço isto: que seja respeitado o...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mais uma vez, Senador: o parecer da Advocacia é claro e será disponibilizado a todos os Senadores.

Eu tenho que ter responsabilidade na condução. Havendo elementos suficientes, indícios de autoria ou materialidade, será feita quebra, será feita convocação.

Eu consulto se nós podemos, sem eu nominar aqui, porque a Secretaria está fazendo um trabalho de digitação... se os senhores confiam em que apenas os convites e as solicitações de informação que não envolvam transferência de dados ou dados bancários, se a gente pode votar, sem eu aqui ficar nominando todos eles, porque esse trabalho está sendo feito ali pela Comissão, neste momento...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, só para entender, Presidente...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se os senhores concordarem, aqueles que concordam permaneçam como se encontram, e a gente aprova.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só para entender, Presidente – só para entender, porque aí, por mim, tudo bem –: a única mudança que está sendo feita na pauta, que o senhor tinha divulgado, é transformar convocação em convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Convocação em convite. Perfeito.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se mantêm os nomes, inclusive da...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Não, não. Veja, nós temos convocações ainda para serem votadas – certo? – e nós temos convites – não é?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Girão, eu acho que todos esses convites...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O que o Presidente fez foi, com base no parecer da Advocacia do Senado, retirar de pauta – ele não está rejeitando os requerimentos, mas ele retirou de pauta – requerimentos que dizem respeito à atividade da advocacia, particularmente a advogada Viviane Barci, esposa do Ministro Alexandre, e os escritórios de advocacia. Agora, de memória, me vem o escritório da família do Ministro Alexandre e o escritório da ex-esposa do Ministro Toffoli.

E a análise feita pela advocacia tem base razoável, porque, veja, a advocacia não é *bunker* para bandido...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... mas, para que você faça a quebra do sigilo de quem atua nessa área, que é tão importante para a Justiça, você



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ter indícios mais veementes. Então, acho razoável. O próprio Senador Marcos do Val disse que tem indícios. Que bom, que ele apresente para a Comissão – isso favorece o trabalho.

Os convites de que nós estamos falando, vou exemplificar aqui. Convite ao General Tomás Miguel Ribeiro, de autoria de Eduardo Girão; convite ao Delegado Uirá Ferreira, Eduardo Girão; convite ao Tenente-Coronel Marcelo de Castro, Eduardo Girão. É de voto simbólico.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Mas o convite da Viviane está mantido?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tá, porque é da autoria de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O que foi retirado foi convocação...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O meu, que é de convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... e quebra de sigilo. Está mantida a convocação... o convite e convocação nos demais.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só para colaborar: Senador Girão, esses convites são todos nossos; o Governo não entrou com nenhum, não. É só para colaborar, para a gente andar com os trabalhos. Assim em todos esses.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senhores, então temos consenso de manter os convites, solicitação de informações. Tudo bem?

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Está aprovado.

Com a palavra, o Senador Humberto.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para corrigir a colocação do Senador Magno Malta: nós que fazemos parte da



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bancada do Governo apresentamos um conjunto de requerimentos, inclusive para trazer o Sr. Paulo Guedes aqui. Foi no período em que ele era Ministro que esse banco...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Isso está na pauta, seria convite.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, está aqui, na pauta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu sei, mas é porque...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, mas V. Exa. falou que o Governo não apresentou nenhum requerimento de nada aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É a polêmica. Tirar a polêmica, para poder votar.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tudo bem. Vamos votar. Nós vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Magno, com todo respeito ao senhor, o Senador Humberto só está corrigindo, porque o senhor fez uma informação de que apenas estavam sendo deliberadas as solicitações com relação, com todo respeito, à oposição. A pauta tem 69 itens. Então, isso está sendo feito.

Por favor, Senador Humberto, o senhor concluiu?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concluí.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Pode botar em votação, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a votação simbólica das solicitações de informação



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem transferência de dados bancários, sem quebra de sigilo e com os convites permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovados todos esses requerimentos, que serão disponibilizados na ata da próxima reunião, com a relação nominal.

Agora, vamos proceder aos demais requerimentos.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Se não me engano, Presidente, o primeiro requerimento na ordem que V. Exa. estabeleceu vai ser o item 8. Ele é repetido. Ajudaria muito se a Secretaria indicasse os repetidos, né? V. Exa. vai fazer a nomeação, mas me parece que o primeiro a ser votado vai ser o Requerimento nº 8. Esse é da autoria de Eduardo Girão. A ordem aqui foi estabelecida. Todo o bloco inicial é Eduardo Girão. Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master e depois do Banco Pleno.

Eu apresento esse requerimento também. Não sei, acho que mais alguns outros colegas também apresentam o requerimento igual. O requerimento de convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só vou consultar o Relator e os presentes.

Para a gente ganhar tempo, a pauta foi disponibilizada. Tem requerimento de convocação de várias pessoas aqui. Se alguém tem destaque a fazer em algum requerimento, que assim o faça. Se não o fizer, a gente vota pelo consenso, aprovando esses requerimentos de convocação ou quebra – e quebra. A gente ganha tempo.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Só precisaria saber... Que seja nominado quem nós estamos votando.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas, assim... A lista de convocação que tem aqui é uma lista grande, extensa... Há requerimentos que, a meu juízo – e respeito o pensamento em contrário –, têm pertinência temática, estão dentro dos critérios de abordagem de uma CPI, e há requerimentos que, para



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim, extrapolam em absoluto o papel da CPI e que estão aqui também como lista de convocação.

Eu penso que uma convocação não é um ato simples, não é um ato qualquer. Eu acho que nós temos que tratar esses requerimentos individualizadamente, para que nós possamos fazer encaminhamentos contra e a favor, considerando as variáveis que compõem isso aqui.

Nós estamos diante de situações, aqui, que buscam, infelizmente, simplesmente tumultuar o processo, num jogo eleitoral absolutamente claro, com convocações que nada têm a ver com o objeto desta CPI.

Portanto, eu estou fazendo um apelo a V. Exa., respeito a atuação de V. Exa...

Eu estava a caminho da CPI, ouvindo as ponderações de V. Exa., e tenho por V. Exa. absoluto respeito, pela retidão e pela convicção jurídica que tem V. Exa.; agora, eu não posso concordar que se faça votação a rodo e num conjunto de requerimentos que são peças de ficção política, ideológica, do embate eleitoral, simplesmente porque querem colocar todos no mesmo balaio. Não dá!

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Só, só sugerindo novamente...

Agradeço a V. Exa. a concessão que fez, inicialmente, à minha sugestão. Então, já livramos 20, mais ou menos, 20, vinte e poucos requerimentos da pauta.

Com relação à observação que fez o Senador Marcos Rogério, acho absolutamente pertinente. De fato, parece-me que tem coisas que saem do prumo, mas a sugestão inicial do Presidente é a mais oportuna: que se apontem quais são.

Então, o senhor citou alguns requerimentos. O senhor, por favor, nomeie quais são, a gente destaca esses e avançamos nos outros.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, aqui nós temos requerimento de convocação do Governador do Estado de São Paulo, Governador Tarcísio de Freitas, que eu peço que seja destacado; convocação do ex-Ministro Roma, que eu peço que seja destacado; convocação do ex-Ministro Paulo Guedes, que eu peço que seja destacado...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou listando aqui, Sr. Presidente, alguns desses requerimentos que estão na pauta e que, com todo o respeito, nada têm a ver com o objeto desta CPI. Além de outros – além de outros.

Eu estou citando esses três aqui porque saltam aos olhos – saltam aos olhos!

Os demais Senadores podem listar os demais aí.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Marcos Rogério, se me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só pediria... Só um minuto: eu pediria ao Senador Marcos Rogério, por gentileza, que destaque e me fale, para que a Secretaria anote, quais são os números dos requerimentos que V. Exa. está destacando. E, aí, qualquer outro Senador que queira destacar também assim o faça, e a gente faz. O que não for consenso a gente não vai votar.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Agora, eu só vou falar uma coisa: se todo mundo for ficar destacando, nós vamos ter que retirar, e não se vai aprovar...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos só, vamos só...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, se me permite... Se nós pudéssemos ter a lista de quem será convocado... E aí nós poderíamos fazer todos os destaques em cima disso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Está na pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi disponibilizado.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não... Novamente, Presidente, me permita aqui uma sugestão, um encaminhamento...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A pauta está disponibilizada. Tem nominalmente. O senhor abra a pauta e veja.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas tem conversão em convite de alguma das convocações? É isso que eu quero saber.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, não converteu nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não converteu nada, está mantida a pauta.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Não converteu nada, então?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, a pauta está mantida.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só teve uma alteração: o que era convocação se transformou em convite. O resto está mantido...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não. Me permita até uma correção, Presidente, por favor, só para não tumultuar. Não teve conversão. Na verdade, você tinha dois requerimentos: um requerimento de convocação, meu; e um de convite de V. Exa., Eduardo Girão. O meu foi retirado por orientação da advocacia e o de V. Exa. permaneceu. Se refere à Dra. Viviane.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Com a nova sugestão de encaminhamento – me permita, Senador Marcos Rogério –, nós temos algumas convocações de Governadores. Os precedentes da Suprema Corte são no sentido de que eles não podem ser convocados.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, a minha sugestão, por economia processual, é que se faça, aí sim, a conversão em convite, que é como a gente vem fazendo com os Governadores. Jorginho esteve aqui, ex-Senador, Governador de Santa Catarina... enfim, todos estão sendo convidados, porque é o que, historicamente, o Supremo Tribunal Federal permite que a Comissão faça. É uma sugestão de encaminhamento, porque aí você reduz essa carga de pressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, para a gente ganhar tempo, todos os Senadores e Senadoras concordam que qualquer convocação de Governador seja transformada em convite?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se concordarem, está aprovada a conversão de convocação para convite...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, aí há uma divergência.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... tendo em vista o precedente de que a Comissão Parlamentar de Inquérito não pode...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só Governador. Só Governador.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só Governador, Eduardo Girão.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E aí a gente vota os convites.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, o.k, o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Os convites. Está certo?



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está convertido.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Onde é a convocação de Governador, leia-se convite, e nós vamos deliberar os convites.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Perfeito. Perfeitamente, Sr. Presidente.

Quanto aos itens que eu menciono como destaque, um até estaria prejudicado neste momento, que seria o item 52, Requerimento 186, que é do Governador e neste momento está sendo transformado em convite. Aí teria que se votar em destaque, em separado. O item 61, Requerimento 195, requerimento de convocação do ex-Ministro Paulo Guedes. O item 64, Requerimento de convocação 198, do ex-Ministro Roma. São esses três.

O 65...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – O 66, Senador Marcos.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah. O 66, Letícia Caetano, ex-contadora do Senador Flávio Bolsonaro.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Marcos Rogério, só para dar uma continuidade aqui, Senador.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Destacando.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, o senhor concorda que transformamos convocação de Governador para convite?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Concordo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Agora é votar.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E do convite dos Governadores a votação é simbólica, de todos. Senador, a votação vai ser simbólica de todos os Governadores, que antes era convocação, passou a ser convite. Então está sendo submetida por esta Presidência votação simbólica.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senadores e Senadoras que concordam...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, não, Sr. Presidente...

Aí eu vou pedir vênica a V. Exa, porque... Não, não, o.k., mas mesmo o convite, quando o objeto é um escárnio à Comissão, não dá para simplesmente votar assim, Sr. Presidente. Com todo o respeito, eu concordo com a forma, está correta. Agora, quando o objeto é uma afronta ao Parlamento, é uma afronta ao princípio federativo, e quando há aqui uma tentativa de criminalizar algo que é absolutamente ilegítimo, não dá para aceitar.

Veja, nós estamos diante de um requerimento que está tratando de uma pseudoacusação por um fato pretérito, por uma situação de doação de campanha, de uma pessoa que, no momento da doação, não era acusada de nada, que posteriormente a isso não é condenada a nada, em que o recebedor da doação deveria ter o dom de adivinhação. Portanto, ele deve ser agora objeto de investigação, porque ele teria que ter adivinhado lá atrás que essa figura tinha envolvimento com A ou com B e, portanto, a CPI deve convocar o Governador.

Com todo respeito, Sr. Presidente, isso é um desrespeito ao papel da CPI, isso é uma chincana política, isso é um jogo ideológico. Querem trazer para essa CPI o debate político eleitoral. Isso nós não podemos aceitar. Vamos investigar crime.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora tentar trazer o Governador Tarcísio de Freitas aqui é tentar nivelar todos...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Isso já foi resolvido, Senador. Já foi resolvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É, Senador.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – V. Exa. é que está querendo fazer debate político aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, deixe eu só esclarecer uma coisa.

O senhor está chegando aqui agora. O ano passado... Senador, ano passado já foi aprovado o convite. Por quê? Porque ele vai falar aqui sobre segurança pública.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o requerimento que está aqui, Sr. Presidente... Qual requerimento nós estamos votando?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Já foi aprovado o requerimento.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não. Qual requerimento nós estamos votando? V. Exa. está omitindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só estou querendo falar o seguinte...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não. Qual requerimento nós estamos votando?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nós estamos falando, eu estou falando que os convites de Governadores, como o Governador Tarcísio...,

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k. Não tem problema para falar de segurança.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sim, ele vai ser convidado, já foi aprovado.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, esse requerimento aí é de quê, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, de qualquer forma, ele vai vir aqui para falar.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k. Ele pode vir como Governador, mas o requerimento que nós estamos votando é um requerimento específico que trata uma suspeita de participação em organização criminosa, em razão de doação eleitoral.

Sr. Presidente, convenhamos....

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Olha só, o objetivo não é trazer o Governador, não é convidar?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto a isso não há...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O que se vai perguntar o Relator e os colegas é que terão livre-arbítrio para assim o fazer.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. é do direito. V. Exa. é professor na área...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tá! O senhor quer apenas que se retire um convite hoje?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto à convocação, eu concordo...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não... Só para eu entender...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto ao convite, eu concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor quer que se retire o convite hoje, tendo em vista o mérito dele...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto ao mérito do convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... mas mantendo o convite que já foi aprovado aqui?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O outro, o.k.

Aquele está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto a esse, Sr. Presidente... Quanto ao convite anterior, eu estou de acordo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso! Presidente, vamos tentar aqui... Vamos tentar voltar...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas está mantido. Já foi aprovado o convite.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos voltar aqui, Senador.

Então, vamos voltar aqui.

Os Governadores convidados, convocados, enfim, me parece que nós temos aqui: Ibaneis, Cláudio Castro e Tarcísio – correto? – nessa pauta de hoje.

*(Intervenção fora do microfone.)*



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso. Pronto. Os três já foram convidados em sessões passadas. Então eu sugiro a V. Exa. a retirada de pauta por perda de objeto.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. Concorde.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Mas está mantido.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eles já foram convidados e eles virão e serão perguntados sobre o que os Senadores quiserem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só para deixar que os Governadores já foram aprovados por esta Comissão. Então, se V. Exa. fica mais confortável, esta Presidência acolhe a sugestão e retira aqueles cujo objeto de fundamentação seja esse, mas o convite ao Governador... Ele vai vir aqui – ou todos eles que aqui comparecerem – para falar sobre os assuntos que esta Comissão julgar pertinente. É isso que está sendo feito.

Então, pediria à Secretaria que convite de Governador que já teve aprovado o convite dele posteriormente seja retirado de pauta. Está claro isso? Por favor.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu queria apenas agradecer a V. Exa. e ao Relator pela deferência em relação ao objeto do requerimento que está em pauta hoje. Quanto a convite para vir aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Já está aprovado.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... com relação ao escopo desta Comissão, não há divergência nenhuma. A minha crítica, a minha ponderação é em relação ao que está no requerimento de hoje. Por isso, agradeço o acolhimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Algum Senador quer destacar mais algum requerimento? Porque nós estamos votando em bloco.

*(Intervenções fora do microfone.)*



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu pediria à Secretaria que, por gentileza, me falasse, para que a gente pudesse deliberar os votos.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu destaco...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se eu não tiver aqui quais são os requerimentos que serão objeto de deliberação fica difícil.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Se puder destacar também o Requerimento 136...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu queria...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – O 61 e o 66.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – O 136 também, o meu.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – O 61 e o 66.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu queria também aqui destacar o requerimento do item 51, Roberto Campos Neto; Paulo Guedes, Requerimento 195; o Requerimento 198, João Roma; e o Requerimento 199/2026, que é do Ronaldo Bento; igualmente o da Letícia Caetano, Requerimento 200. Não vejo pertinência temática para ouvir essas pessoas no presente momento.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Humberto.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – No caso do Sr. Roberto Campos Neto e do Sr. Paulo Guedes, eu acho que há uma pertinência muito grande. Nós estamos aqui discutindo direta e indiretamente, de todas as formas, o episódio do Banco Master, e há ações que foram tomadas, tanto pelo Sr. Paulo Guedes, à época de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinados fatos Ministro da Economia, e pelo Sr. Campos Neto, Presidente do Banco Central, que precisam ser objeto de uma oitiva. Explicar, por exemplo, por que é que a diretoria do Banco Central, sob a Presidência do Sr. Campos Neto, autorizou a transferência do controle do Banco Máxima para o Sr. Daniel Vorcaro? Por que é que o Sr. Daniel Vorcaro chegou a ser condenado pela CVM, e o Master, por gestão fraudulenta de um fundo – o Banco Central inclusive obrigando a realizar aumentos de capital –, e posteriormente nós tivemos aval do próprio Banco Central em relação ao Banco Master?

Além disso, o que é que foi feito? As denúncias relativas ao Master são bem antigas. O que é que foi feito pela diretoria do Banco Central e pelo Sr. Roberto Campos em relação a isso? Lógico que isso interessa aqui à CPI; assim como em relação ao Sr. Paulo Guedes, que era o Ministro da Justiça naquele período.

Então, eu acho que esses dois não é nem por acusação de nada, é para que eles venham aqui para que digam como esse processo do Banco Master foi se consolidando, como se consolidou como uma instituição financeira relevante, enfim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto. Não, por gentileza.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado.

Veja, só para tentar ajudar os colegas e conduzir a reunião de uma forma que seja produtiva, todos os requerimentos que foram colocados em pauta passaram pelo crivo do Presidente da Comissão no tocante à sua pertinência ou não. Então, essa é uma questão, para a Presidência, vencida. Evidentemente que o Plenário pode, a cada votação, suscitar a discussão.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, novamente tentando dar sugestões de encaminhamento, vou dar um exemplo concreto. O item nº 10, que depois se repete pelo menos uma ou duas vezes, é a convocação do Sr. Daniel Vorcaro. Algum colega tem oposição à convocação do Daniel Vorcaro? Não. E vamos começar a avançar nas coisas que são consensuais, porque, embora a intenção nossa tenha sido nobre, de agilizar, não estamos conseguindo.

Então, vamos tentar por outro caminho: literalmente começando aqui a seguir a pauta. O próximo item de pauta, Sr. Presidente, é o item 8.

O item 8 fala da convocação do Sr. Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e ex-sócio do Banco Master, depois do Banco Pleno, etc. Eu não sei se ainda está com tornozeleira, se está preso. Enfim, não sei como é que ele está agora. Girão pede e eu, Relator, peço também. Os requerimentos estão no item 8 e no item 32. Vamos votar.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Vamos votar. Está mais prático.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu tenho...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Deixe eu entender, eu não entendi o...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A minha sugestão...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A sugestão é aquilo que não tiver divergência a gente vota pelo consenso.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Daniel Vorcaro: alguém tem divergência quanto a que ele seja convocado? Não.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, então a gente vota.

Agora, eu acho prudente, e aí eu pediria atenção dos Senadores: os requerimentos em que não se tiver consenso, esta Presidência... Atenção: os requerimentos em que não se tiver consenso, esta Presidência vai retirar de pauta, e vou colocar no momento oportuno. Então, quem tem destaque a fazer, que faça agora, porque aí, o que se mantiver, à exceção dos destaques, estará mantido, e a votação vai ser simbólica.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aí, assim... Só me permita, novamente, sob o ponto de vista de encaminhamento.

Atendendo à determinação do Sr. Presidente, eu abro mão da minha sugestão anterior – porque elas não convergem, as duas coisas –, e aí sugiro a V. Exa. que abra um prazo para que os colegas apontem quais são os destaques...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Feito!

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Prazo de cinco minutos, me parece. Encerrados os cinco minutos, vamos embora e toca o baile.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu só gostaria de fazer uma ponderação, Presidente.

O senhor está conduzindo muito bem – parabéns pela sua condução! –, só que não é justo que, se tiver uma divergência ou duas, que sejam, o senhor retire de pauta. O senhor deve botar para votar, nós estamos aqui para isto, nós nos mobilizamos para isto: para estar aqui presencialmente para votar. O Plenário está cheio, nós estamos com os Senadores todos aqui presentes, sem nenhum tipo de problema, quórum qualificado.

Então, que a gente possa votar aqueles requerimentos em que tiver dúvida. Por exemplo, tem uma expectativa enorme aqui, Senador Alessandro Vieira, da tal da empresa Maridt, que parece que é Marília... Maridt, que é Marília e Toffoli, que é a história do Resort Tayayá. Nós precisamos... Eu acho que não vai ter nenhuma divergência, está todo mundo querendo investigar aqui, não vai ter divergência; mas, caso tenha uma ou duas, que o senhor possa



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar para votar, assim como outros requerimentos. Então, nós estamos aqui para votar, e eu peço ao senhor que não retire, porque aí o senhor não vai estar sendo democrático. Se o senhor, simplesmente, por uma divergência, retirar, o que é que nós estamos fazendo aqui? Tem que ser consenso em tudo ou a gente está aqui para debater ideias, para defender o requerimento, para votar, para ganhar no voto? Congresso é isto: é voto!

Então, eu só queria fazer essa ponderação a V. Exa.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que essa sugestão do Relator...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

Não, assim... Nós precisamos votar.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... atende melhor o Plenário da Comissão: começar pela convergência e depois votar os requerimentos de divergência.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mesmo que tenha divergência... Nada vai ter convergência.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nós temos que votar o que tiver divergência: maioria e minoria.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nada vai ter convergência.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que o Relator propôs foi começar pela convergência...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O que tem divergência tem que votar.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e votar, na sequência, os demais.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que o procedimento ali, do consenso, o.k...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Porque, dificilmente, você vai... Numa CPI, dificilmente você vai achar convergência.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É isso. Concordei.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tudo vai ter divergência, e o que não tiver divergência vai para o voto, irmão.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Magno, o que o Relator propôs é que votemos...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, é?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... comecemos pela convergência e votemos, na sequência, os demais.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Certo.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Nisso eu penso que há concordância. Não há concordância em retirar de pauta simplesmente porque não há convergência. Aí não vai ter CPMI.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Até porque se ordenam os trabalhos dessa forma, senão nós vamos continuar nessa galegada aqui, Presidente.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Isso aqui está uma galegada, do jeito que está.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vamos lá.

Eu só pediria aos Senadores...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza.

Eu só pediria aos Senadores...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senadores, eu só pediria que fizessem a relação nominal dos requerimentos que V. Exas. reputam ser importantes para destacar. É isso o que eu quero: o número desses requerimentos.

Então, vamos suspender por cinco minutos. Os senhores analisem quais são os requerimentos que serão destacados, e a gente volta para deliberar aqueles que forem consensuais. Eu darei o encaminhamento com relação aos não consensuais.

Está suspensa por cinco minutos.

*(Suspensa às 10 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 42 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Amigos, vamos agora ser mais objetivos.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério porque ele quer fazer um destaque, salvo engano, dos Requerimentos: nº 51, que se refere ao 185, de 2026, convocação de Roberto Campos Neto; nº 61, que se refere ao 195, convocação do Paulo Guedes; nº 64, que é o 198, convocação de João Inácio Ribeiro Roma Neto; nº 65, que é o 199, convocação de Ronaldo



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vieira Bento; nº 66, que é o 200, de 2026, convocação de Letícia Caetano dos Reis; nº 67, que é o 201, convocação de Ahmed Mohamad Oliveira.

Consulto o Senador sobre se existem mais alguns que o senhor queria destacar.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, Sr. Presidente.

De fato, estes são os destaques: itens 61, 64, 65, 66, 67 e 51.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São os itens que eu estou destacando e, no momento oportuno, farei o encaminhamento das razões.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vai votar um por um, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio a votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o Senador Marcos Rogério, a votação vai ser simbólica e com registro de...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, espere aí. Só para entender. V. Exa. vai votar em bloco?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, vai ser nominal. Vai ser um a um.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É só assim.

A gente está destacando esses do Senador Marcos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Do Marcos Rogério.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A pergunta agora, Presidente, é: mais algum colega Senador tem destaques a apresentar? Alguém tem?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tem mais algum destaque? (*Pausa.*)

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, não, nós queremos que venha todo mundo aqui.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não tem. Então, a gente vota as outras coisas que não as destacadas por consenso.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A extrema direita é que não quer.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, só para entender, apenas esses foram destacados.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Os fascistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas esses foram destacados. Vamos votar em bloco os demais.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – À exceção dos destacados, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Estão aprovados todos os demais requerimentos de convocação, quebra de sigilo, dos itens dessa pauta de hoje, à exceção desses itens que eu já anunciei.

(São os seguintes os itens aprovados:

### 2ª PARTE

#### ITEM 1

#### REQUERIMENTO Nº 41/2025





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer, à Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado (CGCCO/SENASP), o envio de informações detalhadas sobre as facções criminosas no Brasil, o novo cangaço e as ações de combate ao crime organizado no Brasil.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE

#### ITEM 2

#### REQUERIMENTO Nº 43/2025

*Requer o envio de convite ao Sr. Delegado Uirá Ferreira do Nascimento, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE

#### ITEM 3

#### REQUERIMENTO Nº 45/2025

*Requer o envio de convite ao Sr. Tenente-Coronel Marcelo de Castro Corbage, Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### ITEM 4

#### REQUERIMENTO Nº 58/2025

*Requer o envio de convite ao Sr. General Tomás Miguel Ribeiro Paiva, Comandante do Exército, para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE

### ITEM 5

#### REQUERIMENTO Nº 67/2025

*Requer o envio de convite ao Sr. Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Marcio Bittar

### 2ª PARTE

### ITEM 6

#### REQUERIMENTO Nº 72/2025

*Requer o envio de convite ao Sr. Carlos Rocha Sanches, Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Marcio Bittar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO Nº 73/2025**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, informações sobre as ações, programas e medidas implementadas para combater a atuação de organizações criminosas nas rodovias federais, bem como sobre relatórios internos, auditorias, sindicâncias ou comunicações de irregularidades relacionadas à atuação de grupos criminosos ou à ocorrência de crimes no âmbito da infraestrutura rodoviária nacional, nos últimos cinco anos.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO Nº 121/2025**

*Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO Nº 123/2025**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer a convocação do Senhor Alberto Félix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE

#### ITEM 10

#### REQUERIMENTO Nº 124/2025

*Requer a convocação do Senhor Daniel Vorcaro, antigo controlador do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE

#### ITEM 11

#### REQUERIMENTO Nº 125/2025

*Requer a convocação do Senhor Luiz Antônio Bull, ex-diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE

#### ITEM 12



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### REQUERIMENTO Nº 126/2025

*Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

### 2ª PARTE

#### ITEM 13

### REQUERIMENTO Nº 131/2025

*Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Marcos do Val

### 2ª PARTE

#### ITEM 14

### REQUERIMENTO Nº 135/2025

*Requer o envio de convite para comparecer a esta CPI às seguintes pessoas: Sr. Lucas de Moraes Gualtieri, Procurador Federal e Coordenador da Operação Trapiche (GAECO-MG); Sr. Christian Vianna de Azevedo, Oficial da Polícia Federal; Sr. Alberto Simonetti, Presidente da OABDF; Sra. Isabella Buium, especialista em compliance e criptoativos; Sra. Loretta Napoleoni, especialista sobre financiamento ao terrorismo; Sr. Emanuele Ottolenghi, especialista em redes de ameaças híbridas e financiamento do terrorismo; Sr. Armando Antão Cortez, Chefe do Secretariado para Análise Integral do Terrorismo Internacional (SAIT), Argentina.*

**Autoria:** Senador Hamilton Mourão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 15**

**REQUERIMENTO Nº 139/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Edson Fachin, informações sobre os processos de concessão de escolta a magistrados e, especificamente, sobre o pedido de restabelecimento da escolta ao Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira.*

**Autoria:** Senador Sergio Moro

**2ª PARTE**

**ITEM 16**

**REQUERIMENTO Nº 140/2026**

*Requer a convocação do Senhor José Eugênio Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Magno Malta

**2ª PARTE**

**ITEM 17**

**REQUERIMENTO Nº 141/2026**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer a convocação do Senhor Paulo Humberto Barbosa para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Magno Malta

**2ª PARTE**

**ITEM 18**

**REQUERIMENTO Nº 142/2026**

*Requer a convocação do Senhor Mario Umberto Degani para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Magno Malta

**2ª PARTE**

**ITEM 19**

**REQUERIMENTO Nº 143/2026**

*Requer a convocação do Senhor José Carlos Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Magno Malta

**2ª PARTE**

**ITEM 20**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO Nº 144/2026**

*Requer que seja convidada a Sra. Viviane Barci de Moraes (advogada), para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 21**

**REQUERIMENTO Nº 145/2026**

*Requer que seja convidado o Sr. Paulo Humberto Barbosa, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 22**

**REQUERIMENTO Nº 146/2026**

*Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Alexandre de Moraes, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 23**

**REQUERIMENTO Nº 147/2026**

*Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 24**

**REQUERIMENTO Nº 148/2026**

*Requer que seja convidado o Sr. José Eugênio Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 25**

**REQUERIMENTO Nº 149/2026**

*Requer que seja convidado o Sr. José Carlos Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 26**

**REQUERIMENTO Nº 155/2026**

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, do Banco Master S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

**2ª PARTE**

**ITEM 27**

**REQUERIMENTO Nº 156/2026**

*Requer que sejam convidados representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal.*

**Autoria:** Senador Magno Malta

**2ª PARTE**

**ITEM 28**

**REQUERIMENTO Nº 157/2026**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer, à Diretoria-Geral do Senado Federal, o envio de informações sobre os registros de entrada e saída do Sr. Augusto Ferreira Lima, ex-sócio e ex-executivo do Banco Master, nas dependências do Senado Federal.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 29

#### REQUERIMENTO Nº 158/2026

*Requer a convocação da Sra. Viviane Barci de Moraes, advogada.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 30

#### REQUERIMENTO Nº 160/2026

*Requer a convocação do Sr. José Carlos Dias Toffoli Cônego para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 31



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO Nº 161/2026**

*Requer a convocação do Sr. José Eugênio Dias Toffoli, empresário.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

**2ª PARTE**

**ITEM 32**

**REQUERIMENTO Nº 162/2026**

*Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, do quadro societário do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

**2ª PARTE**

**ITEM 33**

**REQUERIMENTO Nº 163/2026**

*Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, empresário.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

**2ª PARTE**

**ITEM 34**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### REQUERIMENTO Nº 164/2026

*Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 35

### REQUERIMENTO Nº 165/2026

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., nova denominação social de Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 36

### REQUERIMENTO Nº 167/2026

*Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 37**

**REQUERIMENTO Nº 171/2026**

*Requer o envio de convite ao Sr. Guido Mantega para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 38**

**REQUERIMENTO Nº 172/2026**

*Requer o envio de convite ao Sr. Rui Costa, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão

**2ª PARTE**

**ITEM 39**

**REQUERIMENTO Nº 173/2026**

*Requer o envio de convite ao Sr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central, para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### 2ª PARTE

#### ITEM 40

#### REQUERIMENTO Nº 174/2026

*Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil, o envio de informações sobre a identificação dos passageiros que adentraram a área de embarque destinada à aviação geral e executiva nos aeroportos de Brasília, Congonhas e Guarulhos, no ano de 2025, nos 90 minutos que antecederam quaisquer decolagens de quaisquer das aeronaves que especifica.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 41

#### REQUERIMENTO Nº 175/2026

*Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e histórico de transferências de titularidade no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) vinculados a Daniel Vorcaro, à empresa Viking Participações S.A. e ao Banco Master S.A., bem como a demais pessoas jurídicas em que figura ou figurava como sócio, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 42



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### REQUERIMENTO Nº 176/2026

*Requer, à Inframerica (Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek), informações sobre registros eletrônicos e físicos de controle de acesso (logs de catracas, cancelas e portarias) relativos às áreas de aviação executiva e hangares do Aeroporto Internacional de Brasília, compreendendo todo o período do ano civil de 2025.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 43

### REQUERIMENTO Nº 177/2026

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Maridt Participações S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 8 de fevereiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 2ª PARTE

#### ITEM 44

### REQUERIMENTO Nº 178/2026

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*e telemático, da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de janeiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato

## **2ª PARTE**

### **ITEM 45**

#### **REQUERIMENTO Nº 179/2026**

*Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-presidente do Conselho de*

*Administração da Reag Investimentos.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato

## **2ª PARTE**

### **ITEM 46**

#### **REQUERIMENTO Nº 180/2026**

*Requer ao Banco Central o envio de processo, relatórios, comunicações e outras informações relacionadas à Reag Investimentos.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato

## **2ª PARTE**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 47**

**REQUERIMENTO Nº 181/2026**

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor João Carlos Falbo Mansur, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato

**2ª PARTE**

**ITEM 48**

**REQUERIMENTO Nº 182/2026**

*Requer a convocação do Sr. Paulo Henrique Costa, presidente afastado do Banco de Brasília (BRB).*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

**2ª PARTE**

**ITEM 49**

**REQUERIMENTO Nº 183/2026**

*Requer a convocação do Sr. Raphael Montenegro, ex-secretário de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 50**

**REQUERIMENTO Nº 184/2026**

*Requer a convocação do Sr. Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

**2ª PARTE**

**ITEM 52**

**REQUERIMENTO Nº 186/2026**

*Requer a convocação do Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Governador do Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

**2ª PARTE**

**ITEM 53**

**REQUERIMENTO Nº 187/2026**

*Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel, empresário, advogado e pastor.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 54**

**REQUERIMENTO Nº 188/2026**

*Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, empresário.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

**2ª PARTE**

**ITEM 55**

**REQUERIMENTO Nº 189/2026**

*Requer a convocação do Sr. Roberto Augusto Leme da Silva, apontado como responsável pela gestão das distribuidoras de combustíveis instrumentalizadas para a prática de lavagem de dinheiro.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

**2ª PARTE**

**ITEM 56**

**REQUERIMENTO Nº 190/2026**

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da*



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 15 de janeiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

### 2ª PARTE

#### ITEM 57

#### REQUERIMENTO Nº 191/2026

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal de BK Instituição de Pagamento S.A.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

### 2ª PARTE

#### ITEM 58

#### REQUERIMENTO Nº 192/2026

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Fictor Invest LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Jorge Kajuru



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 59**

**REQUERIMENTO Nº 193/2026**

*Requer a convocação do Sr. Mohamad Hussein Mourad, apontado como comandante de um esquema de fraudes e lavagem de dinheiro articulado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).*

**Autoria:** Senador Jorge Kajuru

**2ª PARTE**

**ITEM 62**

**REQUERIMENTO Nº 196/2026**

*Requer a convocação do Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB).*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues

**2ª PARTE**

**ITEM 63**

**REQUERIMENTO Nº 197/2026**

*Requer convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## 2ª PARTE

### ITEM 68

#### REQUERIMENTO Nº 202/2026

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Tirreno Participações Ltda., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues

## 2ª PARTE

### ITEM 69

#### REQUERIMENTO Nº 203/2026

*Requer a convocação do Sr. Francisco Emerson Maximiano, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues)

Agora, vamos proceder à votação. *(Pausa.)*

Eu consulto se haveria a possibilidade, porque a Secretaria teria que se organizar agora. Se formos fazer a votação nominal, vai demorar mais tempo.

Eu pergunto se poderíamos votar simbolicamente, e o Senador que não concordar a gente registra o voto contrário. Se os Senadores concordarem com esse procedimento, a gente avança.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu anuncio se concordarem. Ou preferem nominal?

Com a palavra, Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos fazer nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Então, eu pediria à Secretaria...

Vamos anunciar o item 51, que refere-se ao 185/2026, convocação do Sr. Roberto Campos Neto.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vai ser votação nominal.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, vai ser um por um – um por um.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu só quero fazer aqui uma...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O que vai ser votado: para se manter ou não manter?

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, tem que ter esclarecimento.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe-me.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para encaminhamento. A votação vai ser nominal e individual.

Anuncio o item 51, 185, convocação do Sr. Roberto Campos Neto.

### 2ª PARTE

#### ITEM 51

#### REQUERIMENTO Nº 185/2026

*Requer a convocação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Senador Marcos Rogério votam "sim".

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É possível a defesa do requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra para a defesa do requerimento...

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Queremos debater, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... por cinco minutos, ao Senador Marcos Rogério e à Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra, Senador Marcos Rogério.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O requerimento não é meu, Sr. Presidente. O requerimento é dela. Eu vou contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou conceder primeiro a palavra à Senadora Soraya Thronicke, sobre por que V. Exa. entende pela manutenção da convocação do Sr. Roberto Campos Neto.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, por conta do nítido envolvimento do Sr. Roberto Campos Neto, da mesma maneira que Paulo Guedes, que é outro requerimento, mas desde as concessões para a entrada do Banco Master.

Da década de 2010, 2010 a 2017, 2016, 2017, 2018, o senhor... o Daniel Vorcaro não conseguiu autorização para atuar. Porém, em 14 de outubro de 2019, somente... Durante toda a década de 2010, tentou atuar, mas, em 14 de outubro de 2019, a diretoria colegiada do Banco Central, sob a Presidência de Roberto Campos Neto, autoriza a transferência de controle do Banco Máxima para Daniel Vorcaro, que posteriormente virou Master. E, em 24 de outubro de 2019, a autorização é publicada no *Diário Oficial da União*, e Daniel Vorcaro assume oficialmente como controlador do que passaria a se chamar Banco Master.

Portanto, a digital de Roberto Campos Neto é nítida e incontestável. Blindar Roberto Campos Neto é vergonhoso, diante desse cenário que diz respeito apenas a fatos.

Nós não podemos transformar, Sr. Presidente, esta CPI em uma guerra política. Nós não iremos destacar nenhum nome, porque desejamos que todos estejam aqui para falar. Ninguém quer blindar ninguém.

Então, é esta a defesa. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas para encaminhamento aqui, Senadora Soraya.

Os Senadores que concordam – eu ainda não abri o painel –, mas quem concorda com a manutenção da convocação do Campos Neto vota "sim". Quem vota para ele não ser convocado vota "não". Apenas para encaminhamento.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, por cinco minutos.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não vou usar os cinco minutos. Nós estamos diante de uma situação que é



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipicamente do jogo político. Embora uma CPI seja instrumento da política, mas é um instrumento de investigação. E essa CPI se propõe a investigar as conexões do crime organizado.

Agora veja, V. Exa., o escândalo do Banco Master envolve altas figuras da República e que está a criar um clima de constrangimento em Poderes, em lideranças políticas. E o que nós estamos observando na CPI, neste momento, é a tentativa de trazer para o debate figuras públicas que nada tiveram a ver, nada tiveram com o fato em si, para tentar colocá-las na mesma vala. Isso é uma tentativa de tumultuar, para tentar dizer: “Olha, não sobra ninguém, todo mundo é igual”.

Campos Neto foi um Presidente do Banco Central respeitado pelo Brasil e pela comunidade internacional. Um Presidente premiado, um Presidente que recebeu elogios públicos de todos. Se tiver ou se tivesse algum fato concreto que apontasse para o envolvimento dele, em absoluto, nenhuma divergência quanto à convocação. Mas, aqui, o que se busca é trazer para essa CPI, para fazer dela palco de debate ideológico. Isso é perda de objeto, isso é perda de foco, isso é perda, infelizmente, de rumo.

Então, Sr. Presidente, a ponderação que faço é: o que nós realmente queremos promover com essa CPI? Investigação do crime organizado ou fazer chicana política? Porque é isso a que estão se propondo. E eu vou falar quando da convocação do Ministro Paulo Guedes.

Agora, altas figuras, inclusive familiares de governante, envolvidas no crime, com delação em curso... Não, aí não se investiga, há uma blindagem, há uma proteção dos companheiros. Mas alguém que nada tem a ver com o fato, aí querem a convocação.

Portanto, Campos Neto, Sr. Presidente, não deve ser convocado, porque não tem nenhuma conexão, nenhum indício que demonstre a sua participação...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... nesse caso, e, muito menos, com o objeto desta CPI.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está aberta a votação.

Os Srs. Senadores que votam para a manutenção da convocação do Sr. Campos Neto, com a Senadora Soraya Thronicke, votam "sim. Quem vota contrário à convocação vota "não".

Está aberta a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só para esclarecer, nós também teremos ainda a votação das quebras, né? Sigilo...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Estão sendo votadas essas que foram anunciadas.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim. Depois teremos as quebras, certo? Porque tem os requerimentos de quebra de sigilo ainda, transferência de sigilo.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, já foi votado?

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Já votou. O que não foi destacado já se votou.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É que eu tinha entendido que era só convocação. Só para deixar claro, já foi votado então, aprovado tudo?

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está bom. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Encerrada a votação.

Peço à Secretaria que proceda à abertura do painel.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom, a votação está empatada.

Esta Presidência vota pela convocação do Roberto Campos Neto.

Está aprovada a convocação do senhor... Uma vez que, se nós estamos aqui convocando o Galípolo, com muito mais razão, quem estava anteriormente, mesmo porque a apuração foi atualmente.

Anuncio o item 61,195.

## 2ª PARTE

### ITEM 61

#### REQUERIMENTO Nº 195/2026

*Requer a convocação do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, economista e ex-ministro da Economia do Brasil.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues

Consulto se querem fazer defesa.

Quem fez o requerimento... Senador Rogério Carvalho, cinco minutos, para defesa da manutenção da convocação.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Poderia fazer aqui a defesa? Poderia fazer a defesa nesse caso? Contra a convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Primeiro... Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senadoras, se trata de um dos maiores, uma das maiores



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pirâmides do sistema financeiro brasileiro orquestrada por dentro de uma instituição oficial que movimentou mais de 80 bilhões. Teremos milhares de correntistas, de investidores que serão prejudicados, perderão os seus investimentos, sem contar o quanto isso gera de problema para o próprio sistema financeiro, que é a perda da credibilidade.

Estamos diante de algo que, se o nosso país não tivesse um sistema financeiro com histórico de regularidade, isso geraria uma quebra generalizada no mercado financeiro brasileiro e uma fuga de capitais. Felizmente, o Governo goza de credibilidade, a economia está crescendo, existem instituições financeiras sólidas, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, que não foram privatizadas – é importante que a gente diga isso e registre isso aqui – e, por isso, a gente está segurando.

É importante a gente dizer que a atuação do Banco Central, a atuação do Ministério da Fazenda... e que é importante que o Galípolo venha aqui, seja convocado, que participe, que dê as suas explicações, isso é muito importante. Agora, nós não podemos deixar de fora o Presidente do Banco Central – com quem eu tenho uma excelente relação, independente de qualquer questão –, venha aqui explicar o que foi feito quando dos primeiros sinais de que aquela instituição funcionava de forma temerária – para ser e usar um termo mais elegante –, ou seja, que atuava de forma criminosa, porque é um crime contra a economia popular, contra as instituições financeiras.

Outra questão a que a gente precisa ficar atento aqui e eu quero chamar a atenção, é que determinadas instituições financeiras, como o BTG Pactual, como o Nubank e outras, essas instituições compraram papéis e venderam papéis do Master, como o BRB; ou seja, nós estamos diante de um esquema muito profuso de legitimação do esquema piramidal, a corrente do Banco Master, com uma gravidade... Sr. Presidente, imagine que este banco utilizou todas as ferramentas e tecnologias do mercado financeiro, de produtos. Veja, isso é de uma inteligência para produzir a captura e a tomada da riqueza das pessoas extraordinária, porque pegou todos os produtos que o mercado coloca de forma livre para tomar dinheiro das pessoas. A questão do Besc... Olha, vou dar um exemplo, o Besc, uma ação que valia R\$1 foi comercializada a R\$600, 50%...

*(Intervenção fora do microfone.)*



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Já vou terminar, não fique nervoso.

Cinquenta por cento. O que valia cinquenta centavos foi vendido por 600.

Então, Sr. Presidente, não vamos proteger aqui ninguém, vamos garantir que essa CPI consiga dar luz e colocar luz – quer dizer, colocar luz – sobre esses fatos para que a gente não prejudique ninguém, mas que, ao mesmo tempo, com muita cautela, para não criar problema para a vida das pessoas, que a gente possa esclarecer esses fatos que aterrorizam o sistema financeiro e o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Sergio Moro, para fazer a sua fundamentação pela retirada da convocação de Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero só fazer aqui uma observação, porque o Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central atual, foi convidado, não foi convocado. Então nós estamos tendo um tratamento diferenciado, a meu ver errado, em relação ao Campos Neto.

Eu tenho um critério aqui muito claro: se houver indicativo de que tem algum ilícito, de que tem algum indício de crime, aí a meu ver cabe a convocação. Então faria aqui uma reflexão, votamos ali, mas que então convoquemos o Galípolo, já que demos esse tratamento ao Campos Neto.

Agora, veja, com todo o respeito ao colega que me precedeu, não foi dada uma palavra de justificativa do porquê nós convocaríamos o Paulo Guedes, o Ministro da Economia. Em nenhum lugar na imprensa, em lugar nenhum, apareceu qualquer referência a um envolvimento sequer remoto dele com o Banco Master. E aqui nós vamos convocar para quê? Para fazer o jogo político, como bem colocou o Senador Marcos Rogério?

Leia a matéria de ontem, que saiu na CNN: "Planalto tenta blindar o Ministro Toffoli [...] e mira oposição em CPI do Crime". Aqui é evidente o jogo que está sendo feito para tentar levantar uma cortina de fumaça e impedir que se investigue o que realmente importa. A CPI é



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Crime Organizado, nós estamos aqui, por extensão, e concordo com isso, realizando uma investigação em cima do Banco Master porque existem conexões com o crime organizado e existe... O crime organizado no país floresce por conta de uma rede de proteção por parte do poder público. Daí também a pertinência de se fazer essa investigação, daí, portanto, a pertinência de nós, por exemplo, aprovarmos, a meu ver, acertadamente, medidas de quebra de sigilo fiscal e bancário, como foi da Maridt, aqui nesta Comissão. Vamos apurar. Não vamos fazer um juízo precipitado acerca da responsabilidade de ninguém, mas, na República, e acho que todos nós temos essa percepção, não existe ninguém acima da lei. Não pode haver na República alguém acima da lei, porque é a própria negação do regime republicano. Isso vale para o Senador Alessandro Vieira, isso vale para o Senador Sergio Moro, mas isso tem que valer também para os Ministros do Supremo Tribunal Federal. E nós precisamos ter essa apuração. Mas aqui nós temos uma pertinência temática e nós temos uma causa fundada.

E a indagação que eu faço aqui aos colegas é: qual é a causa fundada para se convocar o Ministro Paulo Guedes, ou o motivo é meramente político para levantar uma cortina de fumaça em relação à investigação que realmente importa?

Rogo aos colegas aqui a serenidade necessária para que nós rejeitemos essa convocação. E eu tenho certeza de que, se vem aqui o Paulo Guedes, assim como virá o Roberto Campos, eles vão dar um *show*, vão dar um baile. Mesmo com relação ao Roberto Campos, por mais que fosse interessante ouvir o trabalho dele lá no Banco Central, o fato é que não tem nenhum indicativo, inexistente qualquer suspeita... Ninguém levanta o fato de que ele tenha protegido quem quer que seja. É uma situação completamente diferente.

Então, eu rogaria aqui, Presidente – desculpe –, primeiro que, se for mantida a convocação do Roberto Campos, que se convoque então o Gabriel Galípolo, que eu acho que não deveria ser convocado, seguindo o mesmo critério, mas acho injusto o tratamento estar sendo dado por razões políticas ao Roberto Campos, ou então que se convoque o Gabriel Galípolo. Em relação ao Paulo Guedes, serenidade. Isso aqui não é brincadeira para fazer um jogo político de oposição e colocar as pessoas aqui como se tivessem alguma responsabilidade criminal, quando não têm nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anuncio a abertura do painel.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que votam pela convocação do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, ou seja, com os argumentos do Senador Rogério Carvalho, votem "sim". Quem vota em contrário vota "não".

Está aberto o painel.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Antes de qualquer coisa e de conceder a palavra ao Relator, quero deixar claro que esta Presidência, com todo o respeito ao Governo também... Eu não quero falar aqui pelo Governo, mas o Governo, até o momento – é público e notório aqui –, não apresentou nenhum destaque. E nós não estamos blindando ninguém aqui, não. Esta Presidência aqui não está blindando ninguém. Eu pautei os requerimentos, pautei quebra de sigilo, tem irmãos de Ministros aqui que tiveram pautada a quebra de sigilo bancário, telemático... Então, se tem alguém que está aqui tentando apurar com responsabilidade... Mas eu tenho que ter honestidade intelectual diante daquilo que está sendo conduzido dentro do plano de trabalho. Então, por favor, eu me sinto ofendido quando tentam atribuir a esta Presidência o fato de que ela estaria aqui, de alguma forma, blindando. Muito pelo contrário, o que está sendo destacado está indo para voto. E o Plenário é soberano no voto. Assim vive uma democracia. Apenas para fazer essa consideração.

Com a palavra o Relator, o Senador Alessandro Vieira, por gentileza.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu faço uma observação, Presidente, que, em nenhum momento, eu me referi a V. Exa. Eu falei de outra situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, mas parece que...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A Presidência tem conduzido bem os trabalhos. Não fiz referência...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com todo o respeito, Senador Sergio Moro, mas, poxa... Nós temos que ter... Eu só pediria que os colegas tivessem a percepção de que eu estou aqui tendo esse comportamento, pautando esses requerimentos.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – V. Exa. merece todos os elogios. Eu não fiz referência a V. Exa.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto à condução de V. Exa., Presidente, nenhuma condenação. Apenas é questão de simetria...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas já foi aprovado, Senador. Foi aprovado o convite. Fizessem isso em um momento oportuno.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira, por favor.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. está...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí fica difícil, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira, por gentileza.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Só para dar uma brevíssima ponderação com os colegas, para que a gente tenha compreensão e facilite a compreensão de quem nos acompanha. As pessoas que são convidadas ou convocadas, mesmo aquelas que são convocadas para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não necessariamente são investigadas. Nós convocamos testemunhas também, informantes... Então, as coisas podem ser vistas com uma naturalidade maior e sem esse peso de acusação.

Até o momento, concordo com várias das afirmações, não se teve notícia concreta de envolvimento de crime dos últimos dois requerimentos, mas, sem dúvida nenhuma, são testemunhas fundamentais, uma vez que nós temos o sistema financeiro como uma parte integrada do crime organizado hoje. O crime organizado só é – o de verdade, não aquela coisa de criminalidade violenta, que é importante, tem que ser combatida, mas o crime organizado de verdade –, ele só prospera porque ele tem uma profunda infiltração no mercado financeiro, porque ninguém guarda bilhões de reais debaixo de um colchão, não funciona assim.

Então, acho que comedimento, votações equilibradas: parabéns, Presidente e colegas. Veja, esta é uma sessão do Senado histórica. Esta é uma sessão do Senado histórica, nós estamos abrindo a possibilidade para um avanço de investigações que este país nunca fez e estamos fazendo isso democraticamente, tecnicamente equilibrados e com respeito entre os colegas. Então, todo mundo está de parabéns, vamos tentar manter assim até o final do jogo.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas para dar prosseguimento...

Só um minuto, por gentileza.

Apenas para dar prosseguimento, finalizada a votação, peço à Secretaria que proceda à abertura do painel para a proclamação do resultado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para cooperar enquanto abrem o painel, o Senador Sergio Moro foi muito educado com a V. Exa. Na verdade, V. Exa... Ele em momento nenhum colocou V. Exa. numa situação vexatória. O que eu queria colocar aqui é uma frase de V. Exa.: não existe nexos causal,



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, para trazer o próprio Galípolo aqui. Se a gente quisesse forçar um pouco, forçar a barra, dizer "não, Alexandre Moraes ligou para ele", mas nexo causal com o ex-Presidente do Banco Central, com Paulo Guedes, onde é que está o nexo causal deles com o crime organizado, se a CPI é de crime organizado? Está certo, está colocando em votação, se ganha no voto ou se perde no voto, mas não tem nexo causal nenhum...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... para que eles possam ser convocados.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Declaro... a votação foi empatada, essa Presidência desempatou, votando "sim" para a convocação do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes.

Anuncio o item 64, 198, convocação do Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto.

## 2ª PARTE

### ITEM 64

#### REQUERIMENTO Nº 198/2026

*Requer a convocação Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro da Cidadania e ex-Deputado Federal.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues

Concedo a palavra a quem irá sustentar a manutenção da convocação do Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto.

Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Presidente...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por cinco minutos.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... vou ser mais breve. Presidente, neste caso, todos sabem das relações, não necessariamente, como disse o próprio Relator, não necessariamente que uma pessoa que vem na condição de investigado, mas uma pessoa que pode contribuir com informações a respeito de como se dava a operação do Banco Master e como se davam as relações de conquistas de apoios para negócios financeiros de grande monta. Portanto, a gente defende a convocação.

Quero deixar claro também que nós não, como disse V. Exa., nós não nos opusemos à convocação de ninguém e, portanto, aqui estamos com toda a tranquilidade e querendo fazer um debate mais técnico possível para que a gente tire o melhor desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Consulto se algum Senador vai fazer a defesa da retirada da convocação do Sr. João Inácio Ribeiro Roma. Quem será? (*Pausa.*)

Senador Magno Malta, por cinco minutos, por gentileza.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, da mesma forma como foi colocado pelo Senador Marcos Rogério, que é do meio, do metiê jurídico, como V. Exa., como foi colocado pelo Sergio Moro, que também é um homem das letras jurídicas, tem coisas que, empiricamente, você resolve raciocinando. V. Exa. usa a palavra nexos causal e está certíssimo, porque cabe em diversas situações aqui. Não há um nexos causal na convocação dessas pessoas numa investigação de crime organizado, como é verdade também – eu reafirmo e avalizo o que fala o Relator, Senador Alessandro – que não existe operação criminal e organização criminosa sem que tenha a vênias de autoridades, não tem como fazer isso sem que não tenha cobertura de autoridades! Agora nós temos uma série de autoridades neste país que estão envolvidas – não é que não tenha nexos causal ou tenha nexos causal, é envolvimento mesmo – com o Daniel Vorcaro. E, na verdade, essas pessoas... O Daniel



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vorcaro até hoje não veio; está marcando para ir a uma Comissão, a uma Subcomissão que não tem poder de CPI, não tem poder de justiça, não tem poder de polícia.

E a mim me admira muito, e aí me entristece quando um indivíduo desse recebe do Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro André Mendonça, que me surpreende cada dia... Um dia ele me surpreende... Parece que eu sou torcedor do Vasco: tenho uma alegria hoje e amanhã outra tristeza; outra tristeza, uma alegria. Aí, ele abre a porta para o cara não vir, dá a ele o direito de escolher: "Não, cospe aí na cara da CPI. Você está convocado, mas você não precisa ir, não". Como? O instrumento, este instituto da CPI tem poder de justiça, de polícia. Não pode violar, porque aí não tem sentido, tem que acabar com a CPI se o sujeito convocado vem, se quiser, porque está autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, quando, na verdade, uma CPI tem o mesmo poder do Judiciário, do Supremo Tribunal Federal. Olha o que é que fez o Ministro André Mendonça! Quem não tem envolvimento por não ter nexos causal, como é o caso do Galípolo, do Campos Neto, está sendo convocado aqui, mas o Daniel Vorcaro não, o homem dos jatos, o homem das mansões, o homem das orgias, este vem se quiser. Entendeu? Está convocado, mas não vem. Pois é, nós estamos cumprindo o nosso papel. Eu, na verdade, estou falando de um outro tipo de autoridade que blindava esse tipo de gente, e ele está sendo blindado, na verdade, porque a República toda está envolvida com ele até o pescoço, pelo amor de Deus!

Então, nós seguimos votando da mesma forma, porque essas convocações, na verdade, como disse o Senador Marcos Rogério, são puramente politiquinhas, para embolar o jogo, para dizer que todo mundo é igual.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Eu pediria à Secretaria que procedesse à abertura do painel para a votação.

Aqueles que votam pela convocação do Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto, com os argumentos do Senador Rogério Carvalho, votam "sim", quem vota contrário vota "não".

Está aberto o painel... A votação.

*(Procede-se à votação.)*



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, enquanto...

Reclamaram do silêncio aqui, eu acho que foi o Senador Esperidião Amin. Que silêncio é este? *(Risos.)*

Enquanto nós estamos votando aqui, meu querido Senador Alessandro Vieira, eu estava acompanhando a entrevista do Senador Rogerio Marinho, a que ele deu para a TV Senado, muito interessante, falando da origem do Banco Master lá na Bahia, Senador, meu querido irmão, Marcos Rogério, lá na Bahia. E parece aquela velha história do... Desculpe a expressão, povo brasileiro que está... Mas é uma expressão muito popular, é "o poste mijando no cachorro". Por quê? Estão chamando o João Roma, estamos votando aqui a vinda do João Roma, que não teve nada, de quem não saiu nada na mídia, absolutamente nada, nenhuma especulação de problema com relação ao seu envolvimento no Banco Master, e a origem – o Senador Rogerio Marinho trouxe dados – está no PT da Bahia. Inclusive, ele cita nome de colega, o Jaques Wagner, cita nome do Rui Costa, na origem do problema.

Eu vou entrar com requerimento. Está bem, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para concluir, Senador, por gentileza.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu vou entrar com requerimento para que a gente tenha simetria, porque o que estão querendo aqui é fazer cortina de fumaça com essas – no meu ponto de vista – votações...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, Senador.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque realmente não tem nenhum tipo de fundamento. É para tumultuar o jogo, mas a verdade vai vencer.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Pediria a abertura do painel da votação.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votação empatada. *(Pausa.)*

Está aprovada por 6 votos a 5 a convocação do Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto.

Anuncio o item 65.

### 2ª PARTE

#### ITEM 65

#### REQUERIMENTO Nº 199/2026

*Requer a convocação do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro de estado da Cidadania.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues Solicito quem... Qual Senador irá defender a manutenção da convocação do Sr. Ronaldo Vieira Bento?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – É muito objetivo: apesar de ele ter sido do Governo, e não só por isso, mas ele foi Diretor do Banco Pleno, banco que foi liquidado já pelo Banco Central, e, portanto, participa de todo o esquema, pelo menos conhecendo o *modus operandi*. Portanto, a CPI tem interesse de saber detalhes de como o banco se relacionava com o Master, quais eram os mecanismos de funcionamento desse esquema que lesou os brasileiros e o país em mais de 80 bilhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Consulto se algum Senador quer fazer a defesa da não convocação do Sr. Ronaldo Vieira Bento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira, anuncio a abertura da votação.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que votam pela convocação votem "sim"; quem vota contrário votem "não".

Solicito a abertura do painel para a votação ou a abertura da votação, por gentileza.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Terminada a votação.

Pediria à Secretaria que procedesse à abertura do painel.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votação empatada. *(Pausa.)*

Está aprovada a convocação por 6 votos a 5.

Anuncio o item 66, que se refere ao 200, de 2026.

## 2ª PARTE

### ITEM 66

#### REQUERIMENTO Nº 200/2026

*Requer a convocação da Sra. Letícia Caetano dos Reis, administradora.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues

Consulto qual Senador que fará a sustentação pela manutenção da convocação da Sra. Letícia. *(Pausa.)* Quem vai defender a convocação da Sra. Letícia? *(Pausa.)* Ninguém vai defender a convocação?

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na mesma seara, há indícios de envolvimento com o Careca do INSS. É o que nós estamos apurando lá na CPMI do INSS.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente mantém da mesma forma e na mesma senda de que todos serão ouvidos sem distinção.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, erraram de CPI, Sr. Presidente. Tem que informar ao autor que esta aqui é a CPI do Crime Organizado.

E veja V. Exa. o nível de absurdo. A pergunta que fica, e para ficar na parte técnica: qual é a correlação? O que está sendo apontado aqui para justificar a convocação de Letícia nesta CPI? Suposições, reportagens genéricas, vínculos de parentesco com um pré-candidato, aliás, vínculo profissional com um pré-candidato à Presidência da República.

Agora, veja, aqui eles colocam a digital, aqui a turma do Governo coloca a digital: estão convocando Letícia pelo vínculo que ela tem com Flávio Bolsonaro. Está claro agora? Precisa desenhar para alguém ver? Por que convocaram aqui Paulo Guedes? Porque foi do Governo Bolsonaro. Por que convocaram aqui Campos Neto? Aliás, o Galípolo, que recebeu o Ministro do Supremo Tribunal Federal... não ele, o Tribunal de Contas, o TCU...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Alexandre de Moraes.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o Banco Central... Não, aí é convite, vamos ser mais gentis; é camarada, é companheiro, é convite, com direito a cafezinho. Agora, o ex-Presidente do Banco Central, aí é convocação, ou seja, o jogo é político, é jogo eleitoral...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Politiqueiro.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... é chincana. É tentar trazer essa CPMI para o embate político-eleitoral, e aqui vem a digital.

Estão convocando Letícia porque ela tem vínculo com o escritório de Flávio Bolsonaro. Tem alguma acusação de envolvimento com o crime organizado? Não, não tem. Tem algum nexo causal com o objeto de investigação da CPMI? Também não tem. Não, mas ela é ligada a Flávio Bolsonaro; então, tem que convocar.

Então, Sr. Presidente, com todo respeito... E aí eu respeito a divergência, nós estamos num ambiente plural, democrático, mas aqui é algo que salta aos olhos, que se trata de uma convocação, simplesmente como parte de uma estratégia eleitoral; é querer trazer para essa CPMI, para essa CPI, o embate eleitoral.

Deixa o embate eleitoral para as eleições, deixa que o eleitor decida os destinos do Brasil e não queira fazer dessa CPI palco da disputa eleitoral. Por isso, meu encaminhamento é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Pediria à Secretaria que procedesse à abertura para a votação.

Quem vota pela manutenção da convocação da Sra. Letícia vota "sim"; quem vota contrariamente vota "não".

*(Procede-se à votação.) (Pausa.)* Encerrada a votação, pediria à Secretaria que procedesse à abertura do painel.

*(Procede-se à apuração.)* **O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está rejeitada a convocação por 7 votos a 3.

Anuncio o item 67, o último item.

## 2ª PARTE

### ITEM 67



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### REQUERIMENTO Nº 201/2026

*Requer a convocação do Senhor Ahmed Mohamad Oliveira (José Carlos Oliveira), ex-ministro do Trabalho e Previdência.*

**Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues Consulto se tem algum Senador que queira fazer a defesa da convocação desse.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu faço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, Senadora Soraya Thronicke, por cinco minutos.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Presidente, eu só vou destacar, sobre a Sra. Letícia, que ela é irmã do sócio do Careca – só para fazer com que os colegas se recordem. Ela é irmã do sócio do Careca, que lavava – ou lava – dinheiro do PCC, e PCC é crime organizado. Indícios a gente retira, a gente absorve de outras investigações, e a CPMI do INSS, sim, está investigando há mais tempo e mais a fundo este caso.

Quanto ao Oliveira, Mohamad, hoje ele é o Oliveira, e na Operação Sem Desconto, foi levantado que ele recebeu R\$100 mil da Conafer e autorizou repasse de 15 milhões para a Conafer sem comparação... sem comprovação de filiados. E, novamente: as investigações da CPMI do INSS reiteram as da Operação Sem Desconto, que anexo, sim, em relação aos consignados.

Então, nós não estamos blindando absolutamente ninguém. Não houve aqui um pedido sequer de destaque da nossa autoria. O que nós estamos vendo é a blindagem de ministros do Governo Bolsonaro e as pessoas que atuaram naquele tempo.

Portanto, é inaceitável que repitam a mesma ladainha, porque, se não, a gente vai ter que ficar repetindo aqui. E que as pessoas não acreditem em falácias, mas acreditem nos números.

Então, os senhores acabaram de verificar que blindaram a irmã do sócio do Careca, que lavava dinheiro do PCC... PCC se chama "crime organizado". Esta CPI investiga o crime



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado. Senadores blindando o PCC. Senadores blindando o crime organizado. Aí, todos os brasileiros podem verificar, na votação nominal, quem é quem e quem está blindando quem aqui nesta CPMI.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Consulto se algum Senador quer fazer a defesa da não convocação do Sr. Ahmed Mohamad Oliveira. (*Pausa.*) Não havendo quem queira, determino...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, desculpe-me: apenas para não deixar... Até porque eu antecipo voto contrário à convocação...

Tenho profundo respeito pelos colegas, alguns amigos há sete anos, outros não amigos, eventualmente até com embates, mas sempre tentando manter uma boa linha de respeito.

Na votação anterior, veja, foi aprovada, com meu voto, a convocação de Paulo Guedes, ex-Ministro; João Roma, ex-Ministro; Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central... Por quê? Porque eles guardam conexão, seja com atuação vinculada ao Banco Master, seja com o mercado financeiro nacional.

Já o caso anterior, da Sra. Letícia, e esse, agora, são figuras que guardam conexão com casos que já são investigados pela CPMI do INSS.

Então, não é razoável acusar nenhum de nós de blindagem.

Eu acho que a fala política dura tem seu lugar e tem um papel a se exercer, e, na democracia, ela deve ser bem aceita, mas é importante que a gente não jogue fora o menino com a água da bacia. Não é o que a gente está fazendo aqui, na blindagem. A gente apenas está evitando um tumulto. Por quê? Cabe, sim, fazer aqui apuração de alguns fatos, como a gente fez agora, recentemente, a quebra e tal, porque são fatos que não estão sendo apurados em instância nenhuma, pelo tamanho dos envolvidos, pela gravidade dos casos. Não é a mesma situação.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, antecipo o voto contrário e peço a abertura.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado. Só antes...

Só queria só abrir... Pediria a abertura da votação.

Quem vota pela convocação do Sr. Ahmed Mohamad Oliveira vota "sim"; quem vota contrário vota "não".

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas para fazer uma correção: eu mencionei que a Sra. Letícia Caetano fazia parte do escritório, como sócia. Não se trata de sociedade. Era contadora...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... do Flávio Bolsonaro e de outros milhares de pessoas.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, bem rapidinho.

Sr. Presidente, fazendo coro com o nosso Relator, Senador Alessandro, com quem tenho um relacionamento de três anos, não de sete... Mas, fazendo coro com ele, eu estou fazendo coro com todos aqueles que acreditam no que ele acabou de dizer.

Eu tenho uma história de luta, de enfrentamento ao crime organizado. Eu tenho uma história de luta, que o país conhece, de enfrentamento ao crime no Brasil, combatendo o crime e combatendo quando já, na minha história de vida, na vida pública. Eu presidi a maior CPI deste país, a CPI do Narcotráfico. Então cheira ruim para quem está do outro lado da tela, que escuta



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa como esta, de que Senadores estão blindando o crime organizado. Eu estou falando no meu nome, mas acho que reflete para todos.

E parabéns ao Senador Alessandro por ter tomado a palavra como Relator e, na verdade, colocado as coisas no seu devido lugar. Eu não sou conhecido como blindador de bandido, muito pelo contrário; o povo do Brasil me conhece numa outra posição, e a muitos, todos os que estão aqui e que menearam a sua cabeça no momento em que ouviram.

Eu respeito todos os colegas. Acho que o respeito é a regra da boa convivência. Se você respeita, você convive bem. E nós precisamos conviver bem, respeitando, embora tenhamos diferenças. Agora, dizer que os Senadores estão aqui blindando bandidos do crime organizado... Aí realmente a gente não pode ficar calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto. Antes de conceder a palavra ao Senador Jorge Kajuru, meu querido Senador, eu só queria também falar da minha tranquilidade com relação ao meu comportamento à frente desta CPI.

Sempre que... quando eu assumi esta CPI, eu falei: "Olha, eu não posso renunciar às minhas convicções". Eu fui utilizado, Senador Eduardo Girão, por 27 anos como Delegado, atuando de forma muito contundente contra a periferia, a camada menos favorecida. Passou da hora de o Senado ter um comportamento para subir esse andar.

E eu tenho orgulho de dizer, não falo isto por vaidade, não: foi com o meu voto, a aprovação minha, com a ajuda dos meus colegas, que transformei aqui crime hediondo, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, sonegação fiscal... Porque quando um político desvia verba da saúde, Senador Magno, ele mata milhões de pessoas. E se você pegar aqui, eu fiz essa provocação aqui nesta CPI, com o Ministro da Justiça, com o então Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski. Qual é o percentual da população carcerária hoje no Brasil de crimes de colarinho branco? Crimes contra a ordem tributária? Você não tem. E quando um político corrupto é condenado, concede-se prisão domiciliar! Olha, não, não tem como.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então hoje eu estou com a minha consciência tranquila, porque nós estamos aqui pautando quebra...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O dono do banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... quebra de sigilo bancário. E eu peço aqui à Secretaria que faça a expedição desses ofícios para cumprir o que nós aprovamos hoje, que eu reputo de fundamental importância, uma vez que, com todo o respeito, quem nada deve, nada teme.

Eu tenho minha consciência tranquila. E a lei tem que ser cumprida, com todo o respeito. E eu votei, com minha consciência tranquila, no desempate, porque eu vejo, sim, que as pessoas têm que vir aqui e dar contribuição, porque envolve diretamente instituição financeira. O plano de trabalho tem um braço de instituição financeira; o plano de trabalho tem *fintechs*; o plano de trabalho está ali, então eu tenho que saber qual era o comportamento do anterior Presidente do Banco Central, do atual e assim sucessivamente. E, ao final, ao término desta CPI, quem tiver sido responsabilizado agindo com dolo, com culpa, agindo por ação ou omissão, quem de qualquer forma concorreu para o crime responderia, tanto a título penal, administrativo ou civil.

Então, eu tenho minha consciência tranquila com relação a isso, tenho minha consciência tranquila da forma como nós estamos conduzindo esta CPI. E eu espero que nós tenhamos um resultado para essa população que mais precisa, porque eu fico muito triste...

Vai aqui um desabafo: ontem, na Câmara dos Deputados, aprovou-se o PL antifacção, mas o que aconteceu? Retiraram taxaço de *bets*? Espera aí! Aí, na hora que é aqui para aprovar, acabar com a famigerada escala 6x1, que é um verdadeiro crime a redução à condição análoga de escravos... Eu já fiz essa provocação. Eu queria ver nós, que qualquer um de nós aqui vivêssemos com R\$1.617, que é um salário mínimo, trabalhando seis vezes por dia. Vai bater na porta do Sistema Único de Saúde para ter uma consulta que você vai ver que você não tem. Agora, na hora de taxar *bets*, banqueiros e bilionários, o que o Parlamento fala? "Não, não vamos fazer isso". Agora, na hora de pautar um piso para o gari, a gente fala: "Não, temos que ter responsabilidade fiscal". Na hora de acabar com a famigerada escala 6x1...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um desabafo simples, porque eu não posso continuar sendo utilizado pelo Estado para agir de forma contundente apenas contra pobres, pretos e semialfabetizados. Então, hoje, é uma demonstração inequívoca disso. Então, desculpe o desabafo, mas eu tenho a consciência tranquila da forma como eu tenho conduzido essa CPI.

Peço à Secretaria que proceda à abertura do resultado da votação, para anunciarmos e nos encaminharmos para o encerramento desta reunião.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi rejeitada por sete votos a três a não convocação dele.

Quero agradecer aqui a participação de todos os Senadores e Senadoras e convocá-los para a próxima semana.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nada mais havendo a tratar, agradeço...

Desculpa! Perdão, perdão, perdão! Senador Jorge Kajuru, me perdoe.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – O que é isso?

Obrigado.

Presidente Contarato, Relator Alessandro, eu penso que esta CPI tem hoje aqui uma consciência de orgulho sobre a quebra de sigilo de um dono de banco. Em 200 anos de Senado, isso vai ficar na história. Primeiro ponto.

O segundo é em relação ao Senador Magno Malta. Ele deve se lembrar muito bem da sua CPI histórica. Na época eu, jornalista, trabalhava com o seu amigo Datena, meu irmão, e o maior apoio que você teve da imprensa brasileira foi com o Datena e comigo diariamente. Então o meu voto não é de blindagem; muito pelo contrário, por análise política. Eu faço uma análise



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica sobre convocar ou não cada cidadão, cada cidadã. Parabéns a esta CPI, de que eu tenho orgulho de participar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima terça-feira, dia 03/03/ 2026, às 9h, no Plenário 6.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)*



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Jorge Seif, Izalci Lucas, Dr. Hiran, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Wilder Moraes e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva. Finalidade: Oitiva da Sra. Vanessa Cavaleri, Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Oitiva do Vanessa Cavaleri, Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do RJ, em atendimento ao requerimento 120/2025. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**  
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/10>



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à oitiva da Sra. Vanessa Cavalieri, Juíza de Direito Titular da Vara da Infância e Juventude da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro.

Ressalto que o convite da Sra. Vanessa Cavalieri foi feito nos termos da aprovação do Requerimento 120, de 2025, de autoria do Senador Rogério Carvalho, a fim de a depoente prestar colaboração a partir das experiências do cargo que atualmente ocupa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª reunião, realizada em 25 de fevereiro de 2026.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada está a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido a tomar...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, eu queria levantar só uma questão de ordem antes de começar a oitiva com a vênica de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Dada a dinâmica dos trabalhos que nós temos aqui verificado, eu formulei um requerimento ontem – 246, de 2026 – e gostaria de pedir que fosse incluído na pauta de amanhã. Sei que já foi publicada, mas tem precedente desta mesma Comissão. Já houve inclusão, na pauta anterior, da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

última reunião deliberativa, requerimentos que também foram apresentados na véspera. É um pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Arleen Fundo de Investimento.

Na linha investigatória definida tão bem por V. Exa. das conexões com o crime organizado do Sr. Daniel Vercaro e do Banco Master, ela se enquadra exatamente. Então, já que teremos a deliberativa amanhã e ainda temos tempo para fazer essa inclusão, para que ninguém fique surpreso pelo requerimento, eu gostaria de requerer a V. Exa. a possibilidade de incluir. Conversei inclusive com o Senador Alessandro e com o Senador Mourão; ambos concordam com essa inclusão para amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente, Senador. Esta Presidência acolhe a manifestação de V. Exa. E no momento oportuno eu vou me manifestar. E está mantida a pauta de amanhã com oitiva e deliberação. É claro que isso, eu sempre falei que apenas em casos excepcionais é que esta Presidência voltará a incluir ou permitirá a inclusão extrapauta. Pode ficar tranquilo que isso eu vou analisar até amanhã. Existem outros requerimentos, inclusive do próprio Relator, que estão sendo objeto ainda de análise por esta Presidência. Eu peço apenas a compreensão de V. Exa. no sentido de que aguarde isso, o momento oportuno para que eu faça essa inclusão.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma referência: nós estamos vendo, Sr. Presidente, um movimento de obstrução das investigações desta Comissão por que tanto V. Exa. como o Senador Alessandro se resignaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Hum-hum.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A meu ver uma interferência indevida do Poder Judiciário sobre a compreensão do alcance das atribuições desta Comissão. E aqui nós temos um requerimento que se insere bem na linha. Nós vamos investigar o crime organizado e as conexões dele com as pessoas que lavam dinheiro para o crime organizado, porque não adianta nada também nós ficarmos aí discutindo operações de subir morro, que são importantes ali, porque criminosos estão lá e tem que ter o enfrentamento, infelizmente, mas aqui nós temos uma situação clara de lavagem de dinheiro que de certa maneira resgata também o papel... Nós reafirmamos a nossa importância de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão: olha, nós temos a responsabilidade de definir o alcance da nossa investigação aqui; não é um órgão externo para fazer isso.

Então, entendendo a compreensão de V. Exa., eu só insistiria que nós pudéssemos fazer essa inclusão desse requerimento em específico.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente, Senador.

E, antes de fazer o convite para que a convidada tome assento à mesa, eu só queria deixar mais uma vez claro a esta Comissão o meu comportamento, obedecendo aos princípios que regem a administração pública. Quem me conhece um pouco mais de perto sabe. As vezes que eu tenho que fazer qualquer intervenção às vezes mais contundente ou mais dura, é para cumprir aqueles mandamentos constitucionais previstos explicitamente no art. 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Então, eu acho que esta Comissão tem um momento. E pode ter certeza de que desta Presidência V. Exa., como os meus colegas, como depositaram confiança em mim para que eu pudesse presidir... Assim o farei, porque eu não me canso de dizer que esta Comissão tem que prestar um serviço de mais de proatividade e, mais uma vez, deixar de ter uma ação muito contundente na periferia e subir ainda para um andar superior, que é onde estão, infelizmente, umas condutas que chegam a instituições que são de Estado e que podem contaminar... E o grande prejudicado nesse tipo de comportamento criminoso, quando envolve participação de instituições no crime ou em condutas de lavagem de dinheiro, é a população que mais sofre, que mais precisa e que precisa de políticas públicas. Eu sempre vou reafirmar isso. E isso transcende a qualquer campo ideológico-partidário. Isso é uma convicção que todos nós devemos permear, aliás, todo servidor público deve permear, porque esse é o múnus público de um servidor público, que não é diferente para um agente político, porque nós temos que cumprir o que determina a Constituição Federal.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Vanessa Cavalieri, a quem eu agradeço imensamente o comparecimento a este Senado Federal.

Vamos aguardar a Dra. Vanessa Cavalieri proceder a... *(Pausa.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu quero ressaltar que a oitiva da Sra. Vanessa Cavalieri deu-se pelo Requerimento 120, de 2025, de autoria do querido Senador Rogério Carvalho, a quem aqui eu agradeço e manifesto minha manifestação de apreço e apoio.

Com a palavra a Dra. Vanessa Cavalieri pelo tempo regimental de 20 minutos para sua exposição. Claro, havendo necessidade e com as interlocuções e as intervenções dos colegas Senadores e Senadoras, esse tempo poderá ser expandido.

Com a palavra a Dra. Vanessa. Bem-vinda ao Senado.

**O SR. VANESSA CAVALIERI** (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Queria agradecer aos Exmos. Senadores pelo convite para estar aqui.

Eu queria começar falando um pouco sobre o meu trabalho, o que eu faço e por que eu estou aqui hoje.

Eu trabalho como juíza no Estado do Rio de Janeiro há 21 anos e há 11 eu sou a Juíza Titular da Vara da Infância e Juventude, a única da capital do Rio de Janeiro, responsável pelo processo e julgamento dos adolescentes infratores da segunda maior capital do Brasil.

Só para vocês terem uma ideia, em São Paulo, são seis juízos, são seis varas da infância fazendo o mesmo trabalho que no Rio, onde uma única vara é competente.

Evidentemente que isso é muito trabalho. E há desafios, mas há também uma grande vantagem no fato de eu ser a única Juíza responsável por esse tema. Eu tenho um ponto de observação do fenômeno da delinquência juvenil e do envolvimento de jovens no crime muito privilegiado, porque eu tenho todos os dados da capital do Rio de Janeiro, uma cidade com 8 milhões de habitantes, com os problemas de segurança pública que os senhores certamente conhecem tão bem quanto eu.

E, ao mesmo tempo que eu tenho esse banco de dados que me permite olhar o fenômeno com distanciamento e perceber que existe algo em comum entre todos os adolescentes que chegam ao sistema de Justiça, eu também tenho a oportunidade de conversar com cada um desses adolescentes individualmente, olhando no olho de cada um, e escutar as suas histórias





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas audiências, nas audiências de apresentação, nos interrogatórios deles. E o que eu percebi, ao longo de mais de uma década trabalhando nesse lugar, é que existe uma trajetória de vida comum a todos eles. Todos eles passam pelo mesmo percurso, que começa, muitas vezes, ainda dentro da barriga da mãe, até o momento em que eles chegam à Vara da Infância, respondendo por um ato infracional. E é um percurso em que eles são invisibilizados, e há a falta de políticas públicas que podem mudar esse cenário.

A gente vive, hoje, no Brasil, uma situação que muitas vezes parece não percebida pelos órgãos responsáveis, principalmente pelo Poder Executivo, que muitas vezes tem uma atuação focada na segurança pública focada no criminoso adulto, quando ele já faz 18 anos e vai para o sistema carcerário, e esquece que a grande maioria das pessoas que hoje estão presas, ou que estão envolvidas nas organizações criminosas, ou que já perderam a vida ainda jovens, antes de chegar aos 30 anos de idade, não começaram a se envolver com o crime quando fizeram 18 anos; eles começam a se envolver timidamente com a prática delitiva com 11, 12, 13 anos de idade. E, nesse momento, a gente tem uma janela de oportunidade que permite fazer uma intervenção eficaz e mudar essa trajetória, só que infelizmente o poder público não tem olhado para essas oportunidades.

É muito mais fácil – infinitamente mais fácil – tirar um menino de 12, 13, 14 anos, que está começando a trabalhar como "vapor", na boca de fumo, vendendo droga no varejo... Não sei se, em todo o Brasil, se chama assim, mas, no Rio de Janeiro, o nome que a organização criminosa, tráfico de drogas, dá para aquele menino que vai vender droga, na boca de fumo, no ponto de venda de drogas, é "vapor". Então, quando ele começa a trabalhar como "vapor" ou como – eles chamam – "radinho", que é quem fica com o radiotransmissor, fazendo o controle ali de quem chega, de quem sai, se a polícia entrou, o que precisa de droga para vender... É muito fácil fazer uma intervenção na vida desse menino e tirar ele do tráfico de drogas; difícil é a gente prender o dono do morro, difícil é tirar um Marcinho VP, um Fernandinho Beira-Mar do envolvimento com a facção criminosa; só que mesmo o Marcinho VP, mesmo o Fernandinho Beira-Mar um dia foram meninos de 10, 11, 12 anos que não viram outra possibilidade, outra oportunidade na vida, a não ser caminhar através da delinquência.

Quem é esse menino? Eu fiz um mapeamento em 2019, porque eu colho todos os dados biopsicossociais de todos os adolescentes que chegam. Quem é esse menino que chega ao







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema de Justiça? É um adolescente que nasceu numa família que não teve acesso à política pública, que na minha opinião – na minha humilde opinião –, é a política pública número um no Brasil e que vem sendo ignorada por todos os setores políticos até agora: planejamento familiar. É um menino que nasceu numa família que não teve acesso ao planejamento familiar. E, infelizmente, eu cheguei à conclusão de que o planejamento familiar é o maior tabu da sociedade brasileira. Não interessa nem à direita nem à esquerda falar sobre isso.

Muitas vezes, quando a gente fala sobre planejamento familiar, alguns setores progressistas escutam, porque querem escutar, querem fazer eugenia e proibir os pobres de terem filho. E muitos setores da direita escutam, querem legalizar o aborto, quando o planejamento familiar não é nem proibir pobres de ter filho e muito menos legalização do aborto. Planejamento familiar é garantir a qualquer mulher e a qualquer homem, mas principalmente às mulheres, que acabam sendo quem decide levar a gravidez adiante ou não, o que todas as mulheres nesta sala, inclusive eu, têm direito: escolher se querem ser mães, quando querem ser mães, quantos filhos querem ter. Infelizmente, esse direito no Brasil só é garantido às mulheres privilegiadas.

E esse menino nasce numa família em que não houve planejamento familiar. Na grande maioria das vezes, a mãe dele foi uma mãe ainda adolescente, e a gravidez na adolescência é o fator número um de abandono escolar por parte das meninas. O Unicef tem um estudo que demonstra que a criança que nasce de uma mãe adolescente, ao chegar na adolescência, tem um risco muito mais alto de se envolver com crimes e ter morte violenta ainda na adolescência.

Esse menino está numa família monoparental feminina. Ele não conhece o próprio pai, ou, quando conhece, não tem nenhuma convivência. Os homens da família, os pais desses meninos, não participam da vida do filho, não se encontram com ele, não o educam e não dão nenhuma assistência, nem emocional, nem material.

Esse menino estuda numa escola sem nenhuma qualidade. Essa mulher tem vários filhos. Então, enquanto a média de filhos das famílias brasileiras, medida pelo IBGE, é de 1,6 filhos por família, os adolescentes infratores da cidade do Rio de Janeiro têm em média cinco irmãos. São famílias com seis filhos, de uma mãe que não tem marido, não tem pai, não tem homem em casa para ajudar a cuidar dos filhos e também não tem nenhuma rede de apoio. É uma mulher





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, porque na maioria das vezes foi mãe adolescente, abandonou a escola e também não tem acesso ao mercado formal de trabalho. Ela trabalha em empregos informais, como empregada doméstica, faxineira, vendedora ambulante, etc.

E com quem ficam as crianças quando ela precisa sair para trabalhar para colocar comida dentro de casa? Muitas vezes, ficam sozinhas ou com uma vizinha que cobra ali R\$100 para tomar conta das crianças da comunidade. Muitas vezes, ficam com os filhos mais velhos, que são outras crianças que tomam conta dos irmãos. Não há creche suficiente para todas as crianças do Brasil. As que mais precisam não têm acesso à creche.

Quando ele vai para a escola, ele recebe uma educação pública de péssima qualidade. Na semana passada, eu fiz uma audiência em que um professor prestou depoimento, comentou – ele é responsável pela aceleração, pelos alunos que têm defasagem –, falou que ele tem alunos no sétimo ano que não sabem ler e escrever.

Uma das perguntas que eu sempre faço ao adolescente que chega respondendo por ato infracional é se ele está estudando ou não, e caso ele tenha abandonado a escola, eu pergunto em que série ele parou. Setenta e oito por cento dos adolescentes infratores largaram a escola, abandonaram a escola no sexto ano. E por que no sexto ano especificamente? Porque até o quinto ano tem aprovação automática. Então, eles são aprovados mesmo sem saber ler e escrever.

Quando eles param de estudar, no 6º ou no 5º ano, eu pergunto: "Você sabe ler e escrever?". E eles me respondem: "Eu sei copiar o quadro". "Mas você sabe ler o que você copiou?". "Não, não sei ler".

Então, eles não recebem uma educação... Não é uma educação de excelência, do nível de uma escola bilíngue, particular, internacional; é o básico. Eles não sabem ler, escrever e fazer contas de matemática, depois de terem permanecido cinco, seis anos na escola.

E é claro que esse menino, que não consegue nem entender o que a professora está falando, na sala de aula, não vai permanecer na escola até o 3º ano do ensino médio, para depois tentar entrar numa faculdade com vaga de cotas de alunos públicos ou de alunos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negros. Ele tem uma urgência. A urgência dele é profissionalizar-se; é trabalhar; é ter autonomia financeira, ganhar dinheiro.

E, enquanto não há vaga de jovem aprendiz para esse jovem pobre, tem uma empresa onde nunca faltam vagas. Essa empresa é uma organização criminosa chamada de tráfico de drogas. No Comando Vermelho sempre há vagas; no Terceiro Comando sempre há vagas.

E esse menino, então, começa a trabalhar. E, aí, se ele não abandonou a escola ainda, é um passo, porque, no tráfico de drogas, não tem carteira assinada e não tem direitos trabalhistas. Ele trabalha 12 horas por dia, de 8 da manhã até 8 da noite, ou de 8 da noite até 8 da manhã. De domingo a domingo. Para ganhar, no final da semana, um valor de R\$200. É o que ele ganha como "radinho". Ou R\$200 pela carga de drogas que ele vende. Se ele vende uma carga de cocaína, de maconha, de *crack*, ele ganha R\$200. Às vezes, leva dois, três dias para ganhar R\$200.

Se os senhores fizerem a conta junto comigo, V. Exas. vão ver que, se ele estivesse trabalhando como jovem aprendiz, ele estaria ganhando a mesma coisa, com uma carga de horário muito menor do que ele ganhando no tráfico de drogas. Então, é uma falácia, é uma mentira que a gente escuta, repetidamente, dizer que ele vai para o crime porque é sedutor o que ele ganha lá, que a vantagem financeira é sedutora. Ele não tem referência. Ele não tem profissional que ele possa olhar e admirar. O profissional que ele admira é o traficante dono do morro, dono da boca, que é o homem poderoso dentro da comunidade, com quem todas as mulheres querem sair e que todos admiram.

Quando a gente consegue uma vaga em jovem aprendiz para esse menino... Por exemplo: no escritório de advocacia, ele diz que o sonho dele é ser advogado. Se a gente consegue colocá-lo trabalhando com o CFO de uma empresa, ele quer ir para o mercado financeiro. Ele passa a ter outras referências.

E, aí, a gente continua enxugando gelo.

Hoje, no Rio de Janeiro, a gente tem uma fila de espera de adolescentes que cometeram atos de extrema gravidade que estão sentenciados com medida socioeducativa de internação por mim e pelos meus colegas juízes auxiliares. E temos mais de 200 adolescentes na fila de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espera, porque temos uma decisão do Supremo Tribunal Federal que proíbe a superlotação no sistema socioeducativo. No Rio de Janeiro, tem a situação peculiar de ser o estado da Federação com o menor número de vagas *per capita*, três vagas de internação a cada 100 mil habitantes... São Paulo tem 82. Então, os adolescentes ficam em casa, quietinhos, comportados, indo para a escola, esperando aparecer a vaga da internação. E repetindo as suas passagens pelo tráfico de drogas.

No Rio de Janeiro, está acontecendo um fenômeno bastante interessante, que está se repetindo em todo o Brasil: o número de adolescentes infratores caiu vertiginosamente após a pandemia. O CNJ encomendou um estudo a um instituto de pesquisa, que não conseguiu concluir a causa dessa redução. Eu tenho uma hipótese. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o Comando Vermelho, proibiu o roubo de celular nas praias da Zona Sul. Primeiro descumprimento, o adolescente é espancado; segundo descumprimento, ele é morto. Eu já recebi adolescentes na minha vara que chegaram lá com a mão a ponto de necrosar, porque tinham tomado tiro na mão, porque roubaram celular em Ipanema, no Leblon. Na Barra não está proibido. Então, o aumento de roubos e furtos de celulares na Barra da Tijuca foi enorme.

O que está acontecendo? Esses meninos estão sendo mortos pelo tráfico, pela milícia. E as polícias, a polícia militar principalmente, e principalmente no interior – a gente tem esse relato dos juízes do interior –, a polícia está parando de apreender adolescentes em flagrante. Por quê? Porque não tem vaga. Mais de 200 adolescentes aguardando vaga de internação provisória. O adolescente ri na cara do policial militar que faz a apreensão.

E a consequência disso é que eles ou morrem, muitas vezes antes de chegar aos 18 anos – eu tenho o hábito de... quando o processo está paralisado aguardando localizar o adolescente: a gente faz uma busca pela certidão de óbito, e frequentemente eu extingo o processo pelo óbito do adolescente –, ou ele acaba fazendo 18 anos e vai se envolvendo cada vez mais na criminalidade, porque a mensagem que nós, o poder público como um todo, estamos passando para esse adolescente é que o crime compensa, não há consequência para a prática do crime, delitiva.

E, por fim, a gente tem o segundo grande problema, que é: depois que esse adolescente cometeu esse erro, cometeu esse desliz, errou e vai ser responsabilizado e merece ser





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilizado... E só para os senhores entenderem, assim, quem conhece meu trabalho de perto, eu sou uma juíza considerada aí, por exemplo, pela Defensoria Pública, uma juíza linha dura, eles acham que eu sou muito dura com os adolescentes, eu não estou aqui para passar a mão na cabeça de ninguém nem dizer que eles são vítimas da sociedade. Eu acho que a gente precisa responsabilizar e ensiná-los desde a infância e adolescência que o que a gente faz tem consequências, para que eles possam se tornar adultos funcionais, que vão trabalhar, que vão produzir riqueza para o país, que vão ter uma vida boa, que não vão prejudicar ninguém, porque é bom para eles, é bom para toda a sociedade.

Só que o sistema socioeducativo está completamente abandonado. E o sistema socioeducativo no meio aberto, que é a primeira medida que o adolescente pode receber de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, o tráfico de drogas é um crime, na maioria das vezes, cometido sem violência ou grave ameaça, a não ser que ele tenha usado arma de fogo, e na maioria das vezes esse menino que está começando a trabalhar ainda não tem arma de fogo, ele recebe uma medida em meio aberto, cuja competência para executar não é dos estados membros; é dos municípios. E a gente vê constantemente os Prefeitos, inclusive vários Prefeitos do Rio de Janeiro, de todos os partidos políticos, e do Brasil inteiro, colocando a segurança pública na conta dos Governadores dos estados, que têm, sim, muita responsabilidade. O sistema socioeducativo no meio fechado está completamente abandonado. Mesmo não havendo mais superlotação, os meninos mal saem do alojamento, não fazem uma atividade esportiva lá dentro, muitos não frequentam escola, saem, quando muito, para fazer sua refeição e voltar.

Porém, não existem, na quase totalidade dos municípios do Brasil, programas socioeducativos no meio aberto nos municípios. O que o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei do Sinase preveem e querem que aconteça é que esse adolescente que, por exemplo, cometeu um furto de um celular, ou causou um dano, ou estava andando num carro roubado e aí recebeu ali uma medida por receptação, ou começou a vender drogas na boca de fumo, receba um plano de vida, um projeto de vida, que possa ser elaborado para ele um projeto de vida. Que ele seja então recebido no Creas, que é o órgão que vai executar a medida de meio aberto, e o gestor ali, um mentor, alguém possa conversar com ele. O que o pai e a mãe deveriam fazer, o que nós que temos filhos... Eu sou mãe de duas meninas, eu tenho uma filha





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 17, outra de 18, o que eu faço com as minhas filhas, o que o pai delas faz com elas? Conversar sobre o projeto de vida: "Qual o seu sonho? Como é que a gente vai fazer para você conseguir atingir seu sonho?". Quando a gente pergunta para esse menino qual o sonho dele, o que ele tem vontade de fazer, a maioria não tem nenhum sonho. Quando tem, o sonho é ser jogador de futebol. Claro que famoso e milionário, né? Muitos nem sabem jogar bola, mas querem ser jogador de futebol. Não tem plano B. E o trabalho do meio socioeducativo aberto é fazer esse plano B. É conversar com ele, identificar habilidades, entender quais são os pontos de risco para ele. Ele está trabalhando no tráfico por quê? Se é porque ele é usuário de drogas e tem uma dívida para pagar, então ele precisa de tratamento de drogadição. Por que ele abandonou a escola? Talvez ele tenha um déficit de aprendizagem não diagnosticado e ele precisa de tratamento. Muitas vezes há questões de saúde mental não diagnosticadas. A família está muito vulnerável, e ele precisa ajudar com renda? Então programas de assistência social. Não é difícil fazer esse plano, mas infelizmente isso não acontece. Na prática, esse menino volta e eu pergunto: "Você cumpriu sua medida anterior?". "Cumprí." "Como é que foi?". "Ah, eu ia lá assinar um papel". Ele vai no Creas uma vez por mês, fica meia hora, assina um papel e vai embora para casa. Se assinar papel mudasse a vida de alguém, a gente nem precisava que existisse o Creas, né?

Então, senhores, eu quero me colocar à disposição para poder contribuir com o que eu puder, com a minha experiência e com a minha visão, mas, para concluir, eu acredito que a gente precisa de algumas políticas públicas capazes de mudar esse cenário no Brasil. Como eu disse, não é difícil a gente fazer uma intervenção precoce, é difícil fazer a intervenção quando ele já está muito envolvido com a criminalidade. E as políticas públicas mais urgentes no Brasil são o planejamento familiar acessível a todas as pessoas, a reforma da educação... Não, não é possível que a gente continue tendo um único objetivo do estudante brasileiro que seja chegar à faculdade. Esses meninos não vão chegar à faculdade e não querem chegar à faculdade. A pergunta que eu mais escuto na audiência, quando eu sentencio esse adolescente, é: "Doutora, a senhora me arruma um Jovem Aprendiz?". E, na maioria das vezes, eu não consigo, porque as empresas não querem esse adolescente.

A gente teve a experiência de uma menina que enviou vários currículos. Ela não era infratora, ela era uma menina acolhida, porque ela não tinha família, e ela nunca recebeu





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum convite, nenhuma resposta para participar de processo seletivo. Então a Desembargadora gestora da comissão mudou o endereço da menina. Tirou o bairro onde ela morava, que era o endereço do abrigo, e botou o dela própria, da Desembargadora, o endereço num bairro nobre do Rio de Janeiro. No dia seguinte, ela teve 32 convites para participar de processo seletivo em empresas. O mesmo currículo, a mesma menina, a mesma fotografia; a diferença era só o bairro onde ela morava, né? Então a gente precisa de ter uma reforma da educação para que eles possam se profissionalizar e sair da escola já profissionalizados. De preferência, já começar a trabalhar ainda antes de concluir o ciclo básico de educação.

E a efetiva implementação das políticas socioeducativas no Brasil, senhores. Eu sei que esse tema é polêmico, mas eu não posso deixar de falar. E eu tenho... Já fui juíza criminal antes de ser juíza infracional, e eu tenho absoluta convicção, até por razões científicas, que a redução da maioria penal não vai ser capaz de mudar esse cenário.

Hoje, dois terços dos adolescentes infratores do Rio de Janeiro têm entre 16 e 18 anos. Então, eu seria a maior interessada em defender isso, porque, no dia que – se um dia o fizerem, né?, espero que não aconteça – reduzirem a maioria para 16 anos, o meu trabalho vai cair por dois terços; eu vou ter um terço do trabalho que eu tenho hoje. Mas eu não acredito que isso seja capaz de mudar a nossa realidade, principalmente porque a falta de maturidade de um jovem de 16 anos, em comparação com um de 18, com um de 20, com um de 21, é muito evidente; e existem já evidências científicas de que o córtex pré-frontal só vai estar formado lá em torno dos 24 anos. Mas a gente pode fazer uma intervenção precoce e desde cedo dar a esse adolescente uma outra referência.

Muito obrigada pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Dra. Vanessa Cavaliéri.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira, para as suas intervenções.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Vanessa, não é surpresa para mim, que já acompanho o seu trabalho há algum tempo, a excelência da apresentação, né? A senhora muito rapidamente – acho que não gastou 20 minutos – desfez uma série de mitos que permeiam a nossa atividade política e também a atividade da segurança pública, como esse mito da repressão na ponta como solução para os nossos problemas. Não é. A repressão da ponta precisa acontecer, a gente sabe, eu sou policial civil há 25 anos. Em algumas circunstâncias, o confronto vai ter que existir, porque retomada de território só se dá pela força, ninguém vai retomar território de bom grado. Mas a gente jamais estará enfrentando o problema se continuar fazendo o que a gente faz historicamente no Brasil há décadas, que é aumentar penas, aumentar punição para periferia e não tratar da lavagem de dinheiro, não tratar da corrupção, não tratar da falta de políticas públicas eficientes, não dar consequência para quem não aplica políticas públicas eficientes.

A gente jogou fora uma oportunidade grande agora, recentemente, com o projeto antifacção, porque, no projeto antifacção, aprovado por unanimidade pelo Senado, existia a previsão de fonte nova de financiamento para o sistema prisional e para o sistema de assistência e internação. Porque isso é muito lógico, é uma lógica absoluta. Se eu não tenho onde colocar o apreendido, qual a expectativa que eu tenho de ele se recuperar? Nenhuma. E eu fico alimentando a sociedade com uma ilusão de que, se eu superlotar aquela cadeia, se eu usar o método Bukele, que é incompatível com a nossa Constituição... Eu sempre faço essa ressalva: é incompatível com a Constituição democrática você ter uma internação, uma condenação, um encarceramento sem processo, que é o que se faz lá naquele país. E encarceramento sem processo significa que você pode ser o próximo encarcerado, para quem é admirador da medida. Isso só depende da vontade de quem tem a chave da cadeia. Mas é preciso avançar.

Então, um ponto que acho que merece a reflexão e a análise da opinião da senhora, de V. Exa., é com relação às medidas de internação hoje disponíveis. Vamos deixar de lado por alguns instantes o fato de que não temos infraestrutura suficiente; que o Estado do Rio de Janeiro, que, com todo o respeito ao Governador Cláudio Castro, é um vexame nacional... Não é responsabilidade só do Governador Cláudio Castro, é responsabilidade de pelo menos uma dúzia de Governadores antes dele. A carência de vagas no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro me parece que é superior a 16 mil vagas, alguma coisa dessa monta. Aí você está brincando. Você não está fazendo segurança pública, você não está fazendo um trabalho sério,







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, se você não tem vaga para colocar quem você vai prender, você não está fazendo absolutamente nada.

Com relação a prazo de internação para adolescentes que praticam atos infracionais análogos a crimes violentos – homicidas, aqueles já faccionados, que estão envolvidos em atos violentos –, hoje nosso prazo máximo é de três anos, não é? O Senador Fabiano Contarato sempre exemplifica um caso do Espírito Santo, muito marcante: um adolescente autor de um quádruplo homicídio, não é isso, Fabiano?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Dentro de uma escola, com dezenas de feridos.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dentro de uma escola, dezenas de feridos e uma internação por um prazo insuficiente.

Então, que alternativas nós teríamos para isso? Antecipo para a senhora que, aqui no Senado, aprovamos um projeto que ampliava o tempo de internação para essas figuras específicas e segregava essas figuras com garantia de investimento em infraestrutura. Mas quero entender com a senhora se esse é um caminho adequado para seguir com relação ao adolescente que é autor de ato infracional violento.

**O SR. VANESSA CAVALIERI** (Para expor.) – Senador, muito obrigada. (*Fora do microfone.*)

Alô.

Senador, muito obrigada por essa pergunta.

Eu compartilho dessa visão de que o prazo máximo de internação de três anos, embora na maioria das vezes seja suficientemente adequado para atender aos objetivos socioeducativos desde que a unidade tenha os recursos e a estrutura necessária... Eu compartilho da visão de que, em algumas situações, especificamente nos atos infracionais análogos a homicídio, latrocínio e estupro, esse prazo é muito reduzido.

Nós temos um caso, no Rio de Janeiro, de um adolescente que matou os pais há dois anos. Eu sentenciei esse adolescente de 16 anos. Ele matou o pai e a mãe com marteladas na cabeça, depois estuprou o cadáver da mãe, violou o cadáver da mãe e depois ateou fogo aos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corpos. E ele ficou um ano e meio na internação apenas. Ele foi liberado e tentou matar... Ele era filho adotivo do casal, tentou matar a mãe biológica e o irmão e agora está em internação, está sentenciado novamente, eu o julguei esse mês pela nova tentativa de homicídio. É um adolescente que tem um laudo psiquiátrico que aponta um indicativo de um futuro transtorno de personalidade antissocial, já tem transtorno de conduta, ou seja, é um adolescente que, embora não se possa diagnosticar a psicopatia, ou seja, o transtorno de personalidade antissocial, ainda na adolescência, já se sabe que será um psicopata. O psiquiatra que fez o laudo dele disse para mim: "Ele é o pior tipo de psicopata e, quando for solto, vai matar novamente". E a gente não tem uma solução na lei para casos assim.

São casos excepcionais, não são frequentes, não são a grande maioria, mas esses casos existem e precisam de uma solução. Eu tenho ficado muito preocupada com esse tema especificamente porque a gente tem visto, nos últimos anos, depois da pandemia, principalmente com o aumento dos atos infracionais análogos a crimes digitais e principalmente com o que acontece nas "panelas" do Discord, um número muito grande de adolescentes que têm chegado com essa avaliação psiquiátrica de transtorno de conduta evoluindo para transtorno de personalidade, e a gente não tem o que fazer.

A medida de segurança prevista em lei para o adulto não existe para o adolescente. Não há como manter um adolescente encarcerado ou privado da liberdade ou numa instituição de tratamento psiquiátrico por mais que haja laudo nesse sentido, só quando ele se tornar adulto e colocar alguém em risco novamente. Então, eu também acho que três anos é muito pouco tempo. Inclusive, eu sou muito fã, se eu posso falar assim, do projeto de lei que eu nem sei mais como é que está, porque eu não acompanhei o trâmite, do Senador Sergio Moro, que aumentava os prazos de internação de acordo com a faixa etária e a gravidade do ato infracional praticado, porque também acho que não podemos tratar um de 12 e de 14 da mesma forma como se trata um de 16 e de 17 anos.

Então, acredito que eu tenha respondido à sua pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe-me a depoente, mas eu não poderia deixar de fazer uma manifestação aqui, com todo o respeito à senhora. E, por favor, não se sinta em nenhum momento ofendida com a minha fala.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dois filhos que são a razão da minha vida, e eles vieram pela via da adoção. Então, com todo o respeito, quando a senhora faz... contextualiza um fato que foi pela via da adoção, vinculando-o a um duplo homicídio de pais, quando a própria...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi, foi, com todo o respeito. Não, eu só estou querendo falar porque o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe qualquer vinculação à forma de vinculação daquele estado de filiação. E eu fico muito triste – sabe, Dra. Vanessa? – quando eu vejo matérias em jornais ou quando falam assim: "Ah, o adolescente que praticou um homicídio era um filho adotivo". Não, ele era filho, a forma como foi é indiferente. Eu pergunto: quantos filhos pela via biológica praticam homicídio? Nós tivemos casos aí inclusive de pessoas de classe média.

Eu só fiz questão de fazer essa ponderação, com todo o respeito e admiração que eu tenho, inclusive à explanação da senhora, porque, inclusive, eu quero fazer uma... Eu acho que já apresentei um projeto de lei proibindo isso, proibindo que os veículos de comunicação veiculem a forma de filiação ali, porque a própria lei já fala que é proibido. É cancelada a certidão de nascimento daquela criança e colocam-se ali os pais que efetivamente o são. Nos meus casos, nossos dois filhos têm dois pais e vieram pela via da adoção. Mas não quer dizer que porque ele foi...

Eu sei que não foi isso que a senhora quis dizer, obviamente, mas eu só... Isso para mim é muito caro, porque, quando se vincula um ato infracional vinculando-o pela forma da filiação, pode-se colocar lá na conta aquilo que eu aprovei aqui, que é o prêmio de adoção tardia, porque eu percorria esses abrigos. Cada aniversário que essa criança faz e se passa dentro de um abrigo, diminui a probabilidade de ela ser adotada. Então, quando a gente vê manchetes de jornais ou de veículos de comunicação vinculando o ato infracional à forma de filiação, isso só reforça e estigmatiza o preconceito com a via da adoção.

Eu estou falando isso como pai. O meu filho vai fazer 12 anos – e eu aprendo muito com os meus filhos – e Mariana, minha filha, fez sete anos. Então, eu só fiz questão de fazer isso... Por favor, eu sei que a senhora não fez com a intenção ruim, mas eu não posso me furtar de falar que eu tenho repulsa quando há vinculação, seja na imprensa, seja em qualquer lugar, da via da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoção, como se fosse uma vinculação reforçando e estigmatizando um ato de violência. Isso não é necessariamente o caso.

Muito obrigado. Só desculpa. Restituo a palavra.

**O SR. VANESSA CAVALIERI** – Senador Contarato, só para ficar bem claro, de forma alguma. O senhor até me perdoa se foi essa a interpretação que o senhor fez, mas eu só... O único motivo de eu ter mencionado que ele era um filho adotivo foi para não ficar sem sentido quando eu digo que ele, depois que saiu, tentou matar a mãe, porque senão os senhores iam pensar: "Mas ele já não tinha matado a mãe?". Porque ele tinha a mãe que ele matou, que era a mãe dele, a mãe que o havia adotado, e depois ele voltou para a casa da família biológica e lá ele tentou matar a mãe. Foi só por essa razão. Mas eu concordo com o senhor. Inclusive, ano passado, ou ano retrasado – ano passado, não, desculpa –, em 2024, a gente teve nove casos de adolescentes que mataram os pais no Brasil. E esse rapaz foi o único que era filho adotivo, e só ele que teve a adoção exposta, e, em nenhum outro caso, foi exposto que era filho biológico. Eu concordo com o senhor: eu também acho que não deve ser feito esse estigma, até porque uma coisa não tem nenhuma relação com a outra, tanto que ele tentou matar a família biológica também. E eu só queria deixar claro que de forma alguma eu quis vincular a prática de ato infracional à adoção; pelo contrário, eu sou uma entusiasta e uma incentivadora da adoção tardia.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Retomando aqui, Doutora, só para a gente já caminhar para a conclusão da nossa inquirição, os mecanismos de recrutamento pelo crime organizado de adolescentes, infelizmente, de crianças e adolescentes, têm esse recrutamento que a senhora já descreveu, que é um recrutamento na periferia, pela carência de alternativas de remuneração, mas nós temos também o recrutamento para outras modalidades de crime pelo meio digital. Eu queria que a senhora muito brevemente tocasse sobre esse tema do recrutamento que nós temos hoje para crimes violentos e para essa cultura violenta que vem sendo cada vez mais consolidada em ambiente digital, em particular uma cultura de violência contra as mulheres. Esse é um drama já retratado inúmeras vezes. O caso do estupro coletivo que foi multinoticiado – salvo engano, na própria cidade do Rio de Janeiro – impacta muito, mas é uma realidade que já vem de algum tempo. Então, eu queria que a senhora mostrasse a sua visão e a sua experiência com relação a esse ambiente digital, os





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riscos dele, sob o ponto de vista de recrutamento para crime organizado, para ações violentas, inclusive ações violentas em escolas, e para esse contexto de misoginia.

Obrigado.

**O SR. VANESSA CAVALIERI** – Pois não, Senador.

Nos últimos anos, notadamente, a partir de 2019 ainda de forma tímida, mas principalmente após a pandemia, a gente percebeu que há uma mudança no perfil do adolescente que chega ao Poder Judiciário. Historicamente, era sempre aquele menino de que eu falei no início, muito pobre, vulnerável, morador de comunidade, com a família bem desestruturada. Começaram a chegar jovens, meninos e meninas, de classe média, classe média, classe alta, alunos das melhores escolas particulares do Rio de Janeiro. E isso vem se repetindo em todo o Brasil, na verdade, em todo o mundo. Em 2023, a gente teve aquela onda de ataques em escola, que certamente V. Exas. acompanharam pelas notícias, e eu também acompanhei, até como mãe de duas meninas, mas também como a juíza que estava ali na ponta, responsável por, quando a polícia fazia sua parte, investigava, o Ministério Público conseguia identificar e promover as medidas judiciais necessárias, pedia quebra de sigilo, busca e apreensão de equipamentos... Eu tinha a caneta na mão, e a minha responsabilidade era impedir que, no dia seguinte, acontecesse uma tragédia numa escola. E eu vou confessar aos senhores que eu não conseguiria dormir e viver e continuar sendo juíza se eu tivesse errado. Não tenho ilusão de que eu já errei muito na minha vida profissional, mas, se eu tivesse errado e, por falha minha, acontecesse de crianças morrerem, de acontecer uma tragédia numa escola... E, felizmente, isso nunca aconteceu no Rio de Janeiro depois que eu comecei a trabalhar nessa área, mas eu lidei com dezenas de adolescentes que se envolveram em planejamento de ataques. E o que eu descobri, novamente, conversando com cada um deles, é que há uma trajetória, há um percurso de violência extrema que eles percorrem, que eles caminham ao longo da sua vida, que começa lá na infância ainda, numa invisibilidade ainda na escola... E eu não vou falar sobre tudo, porque não temos tempo suficiente, mas eles estão invisíveis na escola, sofrendo *bullying*, em famílias disfuncionais que não fazem seu papel de ser pai e mãe, de dar limite, contorno, de ser os adultos dentro de casa. E, então, eles vão para o lugar mais perigoso onde uma criança e um adolescente podem estar sozinhos hoje em dia: eles vão para a internet sem supervisão dos adultos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu que não posso deixar de falar aqui, parabenizando-o pelo ECA Digital, que entra em vigor na semana que vem e que está sendo falado no mundo inteiro como a legislação mais vanguardista, mais moderna e que mais protege crianças e adolescentes no ambiente digital. Eu tenho muito orgulho por, de alguma forma, ter contribuído para que chegássemos a esse ponto.

O que acontece é que esse jovem, que está fragilizado emocionalmente pela falta daquilo que mais fortalece o ser humano que são os bons relacionamentos, a conexão com outro ser humano, ele não tem amigos, ele não é visto, os pais não dão atenção a ele e ele vai para comunidades de radicalização *online*, de violência extrema, principalmente numa determinada plataforma chamada Discord. Inclusive, hoje o Discord soltou uma nota dizendo que vai se adequar ao ECA Digital e vai passar a fazer verificação etária, porque a idade mínima para usar o Discord é 18 anos. O Discord é uma plataforma onde acontece hoje em dia tudo que acontecia há cinco anos na *dark* e na *deep web*.

Eu tenho processos de adolescentes que foram apreendidos com vídeos de bebês sendo estuprados ao vivo no Discord. Cerca de 30 cães e gatos são torturados e mortos por noite no Discord. Meninas de 10, 11, 12 anos são coagidas e feitas de vítimas e são obrigadas a se automutilar, a fazer sexo em frente às câmeras, muitas vezes com seus animais domésticos, a torturar e matar seu gato, seu cachorro, seu passarinho. Muitas são levadas inclusive ao suicídio na frente das câmeras. Enquanto isso, meninos ficam liderando essas verdadeiras sessões de tortura como se estivessemos num coliseu virtual. E eles têm um discurso ali de que as mulheres são as culpadas pelo sofrimento deles, pela exclusão.

Esses jovens de 12, 13, 14 anos estão sendo radicalizados *online*. E muitas vezes já chegam para a gente com um quadro indicativo de transtorno de conduta, ou seja, não têm empatia, não têm remorso, não têm arrependimento e não se sensibilizam sobre a dor do outro. Quando eu perguntei para um menino que tinha torturado um gato durante três horas o que ele sentiu quando ele arrancou a pele do gato vivo, ele falou: "Eu não sinto nada" – 14 anos de idade! "Não sinto nada, não sinto prazer, mas também não sinto pena."

Está havendo um fenômeno psíquico chamado dessensibilização em relação à violência. Crianças e adolescentes passam as noites nessas plataformas assistindo atrocidades que nenhum de nós suportaria ver por muito tempo. E o cérebro delas vai se tornando insensível em





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação a essa violência. E nesse ponto, assim, mais uma vez, a gente tem hoje uma legislação que já vai entrar em vigor, que responsabiliza as *big techs* por tornarem esse ambiente mais seguro, mais protegido para crianças e adolescentes.

E tem um outro fator também que eu acredito também que vai melhorar, com a entrada em vigor da nova lei, que é a pornografia industrial. Quanto ao acesso à pornografia industrial, há pesquisas que mostram que no Brasil uma criança tem o primeiro contato com sexo explícito pornográfico produzido industrialmente aos nove anos de idade, sem procurar. Quando a criança busca, por exemplo, informações sobre educação sexual, em dois, três cliques, ela abre uma página de um *site* de pornografia. E a pornografia industrial quase sempre é misógina, violenta contra a mulher e degradante. E aí os meninos, e muitas vezes as próprias meninas, que ainda não têm nenhuma experiência sexual na vida real, estão aprendendo que aquilo é sexo de verdade, que é assim que devem se relacionar.

Eu não posso comentar o caso do estupro coletivo, porque eu sou a juíza que vou julgar o adolescente envolvido. Então não posso me manifestar sobre o processo de andamento sob pena de ter arguida a minha suspeição, mas não é o primeiro, nem o décimo, nem o vigésimo caso de estupro coletivo entre adolescentes da mesma escola, de escolas tradicionais de classe média, que eu recebo na minha vara.

E tem algo que me chama a atenção nesses casos, em todos eles, porque os senhores sabem que quase sempre os fatos são filmados e a gente vê o vídeo do ato infracional, da violência sexual: é que, claramente, esses meninos estão reproduzindo uma cena que eles viram num filme, num vídeo de sexo explícito pornográfico. Então, há uma repetição de um comportamento, de algo a que eles não deveriam nem estar tendo acesso.

E aí a gente tem este aumento assustador: tem uma pesquisa de uma universidade inglesa que mostra que hoje, em 2025 – foi feita ano passado –, a faixa etária com o maior número de homens misóginos e com ódio de mulheres é na adolescência. Tem mais adolescentes misóginos do que homens adultos e homens idosos, e isso é, principalmente, provocado por causa do acesso precoce à pornografia.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, eu agradeço pela oportunidade. Dra. Vanessa, novamente, é uma contribuição enorme que a







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora dá aqui para o Congresso Nacional, para o Brasil. Parabéns, Rogério, pelo convite. Acho que é uma audiência muito oportuna para que a gente comece a ter um norte com relação a identificar quais são os nossos problemas e quais são as soluções verdadeiras. A agressividade só nas redes não resolve nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mourão, eu só queria fazer aqui...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu não sou o autor do requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Sou eu o primeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A ordem aqui é o Relator, o Vice-Presidente e o autor do requerimento.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Eu cedo minha vez ao...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Então, a gente vai fazer... Eu só vou fazer um...

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – ... ao meu amigo Rogério.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu só queria fazer uma ponderação à Dra. Vanessa com relação ao projeto, porque é de minha autoria e eu sou um entusiasta da defesa das políticas públicas para que haja, efetivamente, a retirada dos jovens, do adolescente, para que ele não seja, efetivamente, cooptado por milícias, ou por facções, ou por tráfico – eu quero deixar isso muito claro –, mas, quando eu apresentei esse projeto de lei, isso foi em 2019, eu tinha acabado de ser eleito Senador, é porque eu trabalhei na vara, eu trabalhei tanto na vara de execução penal, com os







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores... E, quando a senhora relata o comparecimento, de que vai lá e assina um papel, isso é reproduzido com o maior também, por exemplo, quando ele recebe a concessão do instituto do livramento condicional, previsto no art. 83 do Código Penal. Então, essa é uma reprodução que fala que... Infelizmente, retrata que o caráter de readaptação ao convívio sociofamiliar não está se cumprindo.

Então, esse projeto simplesmente faz o seguinte. Eu peguei o G20. Dentro do G20, o Brasil é o mais permissivo com relação ao tratamento de medida de internação para adolescente em conflito com a lei. E ali nós fizemos um recorte: praticou com violência, grave ameaça ou equiparado ao hediondo, excepcionalmente o magistrado, por decisão fundamentada, poderá, sim, elevar esse período de internação para até dez anos de internação, dependendo do contexto, podendo chegar, nas demais hipóteses, a até cinco anos. Eu falo "até" porque continua o poder discricionário. É óbvio que, na vida profissional da senhora – dez anos nessa vara, titular, da infância e juventude –, há alguns casos, mesmo no homicídio, em que a senhora poderia aplicar três anos de internação e, dependendo do contexto, muito provavelmente teria aplicado um ano, dois anos, e não aplicou o período máximo.

Então, é por isso que eu defendo esse aumento do período de internação.

Veja que eu sou radicalmente contra quando se fala em redução da maioridade penal por um impeditivo constitucional também, além do processo de formação biopsicológica do caráter e do processo cognitivo daquela pessoa, mas aumentar o período de internação, para mim, eu acho que é uma medida urgente que o Brasil tem que enfrentar, porque, senão, a gente vai ficar aí achando, banalizando. Eu não posso achar razoável que um rapaz de 17 anos que pratica um latrocínio, que é um roubo qualificado pelo resultado morte, vai pegar, no máximo, três anos de internação; eu não posso achar razoável que um rapaz que pratica um estupro, tendo 16, vai pegar, no máximo, três anos de internação; de um homicídio qualificado, que seria de 12 a 30 anos, vai pegar, no máximo, três anos de internação; do rapaz que, lá em Aracruz, entra com duas armas do pai, que era policial militar, todo uniformizado, com uma indumentária militarizada, entra com duas armas e mata quatro, entre crianças e professores, e deixa dezenas feridas. E já saiu. Ele já saiu do período de internação, porque foram três anos de internação.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fico aqui, é claro, defendendo as políticas públicas, defendendo as medidas para que ele não entre. Nós temos que ter oportunidade efetivamente para que ele entre no mercado de trabalho, para que tenha a possibilidade de que ele não tenha essa adesão, infelizmente, às organizações criminosas.

Só queria fazer essas ponderações, porque eu sou o autor, e esse projeto foi aprovado aqui com quase que a unanimidade, está na Câmara dos Deputados. E eu peço aí ao colega para sempre empreender, porque essa também seria uma resposta da sociedade. Não porque eu tenha sido o autor, mas para dar uma resposta efetivamente, no âmbito da segurança pública, de a gente dar um tratamento diferenciado. E aí, depois vai vendo se vai funcionar, se tem que fazer o equilíbrio, o equacionamento dessas medidas. Mas eu acho que isso é urgente na aprovação desse projeto de lei.

Então, eu concedo a palavra ao autor do requerimento, o Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discursar.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero agradecer ao Senador Mourão, que cedeu... Eu não sabia que essa era a sequência. Peço desculpas e agradeço a gentileza.

Na minha vida como profissional de saúde, tem ficado pior tratar de questões tão relevantes como, por exemplo, o planejamento familiar; como, por exemplo, a educação sexual nas escolas. Qualquer iniciativa de educação sexual tem sido vista e tem sido criminalizada ou tem virado palco de disputa, de disputa despolitizada e desonesta, no âmbito escolar, o que acaba colocando em risco a vida de adolescentes, de crianças e de adolescentes. Não porque elas vão imediatamente entrar no crime, mas porque a falta de informação, de compreensão e de autoconhecimento leva a um destino que vai ensejar uma vida muito mais difícil e um futuro diferente do que essas crianças e esses adolescentes e essas adolescentes, principalmente as adolescentes, poderiam ter ao longo da sua vida. Então esse é um problema, de fato.

Quando eu era secretário, a gente idealizou um programa chamado Conte Comigo, que era a gente estar presente nas comunidades, todas as comunidades, ampliando o papel que deveria ser das escolas, como a gente fez para combater a propagação da aids no final da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

década de 80 e década de 90, porque era uma epidemia que estava associada ao comportamento e, para você mudar o comportamento, você precisava envolver os vulneráveis e os grupos de risco.

E a gente sabe quem são os mais vulneráveis, quais são as famílias mais vulneráveis, e de que maneira se poderia chegar a essas famílias, a essas crianças e a esses adolescentes. Infelizmente, não prospera esse tipo de iniciativa. Elas são substituídas ou sequer elas conseguem amadurecer, porque não interessa.

Aí tem uma outra questão – que também a gente... – que diz respeito a vários temas que foram abordados aqui, que é a apartação: uma parte da sociedade acha que a outra parte da sociedade não existe. Isso, quando a gente fala em redução de jornada de trabalho, tem uma parte que acha e só está preocupada com o que vai diminuir de ganho de uma parcela do setor que contrata. Não existe gente, e, quanto maior a empresa e quanto mais rica é a outra classe, mais invisível se torna a maioria das pessoas. E, assim, os trabalhadores se tornam invisíveis.

Se é uma multinacional, os trabalhadores são todos invisíveis. É bonitinho, arrumadinho, tem ESG, tem não sei o quê, mas aqueles trabalhadores não passam de uma fonte de geração de riqueza. E, qualquer coisa que você faça para aqueles trabalhadores, aquilo vai diminuir a riqueza que vai ser agregada, vai gerar risco, vai cair a ação na bolsa, mas as pessoas não são consideradas. E, quando você não considera uma pessoa dessa, que você discrimina e acha que aquilo é menor – falando de uma relação de trabalho –, quando você diz que é menor, sabe o que acontece? Essas pessoas não convivem, essas pessoas não têm tempo, há a brutalização das relações, a secura, a distância, o afastamento, a falta; ou seja, não é possível a essas famílias a convivência, o afeto, a entrega, a troca, a presença. E a gente acha que para essas pessoas está tudo bem. A gente, não: a gente quer ter isso, mas outras as outras pessoas...

Então, há uma discriminação. É mais do que uma discriminação, é uma discriminação com apartação. Então, se a gente olhar as periferias das cidades, elas são apartadas. Se você for à periferia de São Paulo, você vai ver que não tem uma árvore, não tem uma área de lazer, não tem nada. É a realidade mais miserável que já vi na minha vida. Se você vai às favelas do Rio de Janeiro, é igual. Então, a gente vive uma apartação e a ausência de qualquer perspectiva de humanidade. Essa é uma dimensão.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há outra questão que foi levantada aqui, que é a escola. Nós não temos escola em tempo integral, a gente não tem para todo mundo, a gente não tem creche para todo mundo. Veja, se tudo isso se fizer... A gente vê 80% daqueles que estariam na fila ou que estariam no banco dos réus ou respondendo por algum ato infracional... Alguns, mesmo com tudo isso, vão cometer atos infracionais – e, para isso, existe a lei, existe o regimento, e a gente precisa ter um sistema de reabilitação ou de acolhimento, de acompanhamento, de reintegração, de ressocialização, efetivo.

Veja, eu comecei a minha vida como médico num serviço de saúde mental, num hospital psiquiátrico. E a droga – assim como todas as formas de cooptação que tomam conta da vida, que absorvem a vida do outro – interrompe relações sociais, interrompe relações afetivas, é como se tudo fosse subsumido por aquele lugar que lhe cooptou.

Então, um ambiente como este só faz sentido se ele for promotor de ressocialização, de reconexão, simplificando: socioafetivo. E nós não temos nenhum, ou nada, ou quase nada parecido de reabilitação, na verdade, de reconexão, vou chamar de reconexão, porque eu acho que é mais forte, de reconexão socioafetiva dessas pessoas, jovens, adolescentes e até adultos, certo? Não existe. Então, mais uma questão que está posta.

Por fim, e não menos grave, é que, nos últimos 15 anos, 16 anos, a humanidade deu um passo atrás gigantesco. Eu diria que a gente está quase num pré-Renascimento, porque, com o Renascimento, a gente viu o conhecimento, os sistemas formais serem constituídos, sistema de justiça, sistema educacional, sistemas religiosos, um conjunto de regras, sistemas familiares, ou seja, um conjunto de regras, um conjunto de regras morais, éticas, o que é certo, o que é errado, que de certa maneira organizaram e estabeleceram filtros na sociedade, filtros que, como dizem o Gilles Deleuze e o Félix Guattari, conformam a superfície de registro e controle, ou seja, a gente está produzindo o tempo todo. E esses filtros definem o que a gente consome e o que a gente coloca para a consumação.

E, nesses últimos anos, o que é mais consumido não é causa, não é nada disso. As pessoas estão consumindo sem filtro e seguem aquele que é mais violento, aquele que é o alfa, aquele que faz mais barulho, aquele que briga mais, aquele que xinga mais. E, assim, a gente conduz ao





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surgimento de tanta coisa que a gente diz: "Agora está tudo aparecendo, está tudo se manifestando".

Isso é um fenômeno que a gente está vivendo, ou seja, a humanidade hoje é guiada, só e exclusivamente, ou praticamente, hegemonicamente... hegemonicamente, pelo senso comum, que é misógino, que é violento, que é vingativo, que é justiceiro; ou seja, é isso que impera e que hoje está na base de como a sociedade está funcionando.

Então, nisso, eu acho que a gente precisa avançar muito mais. O estatuto que foi, o ECA, eu às vezes esqueço o nome... Como é que é? O ECA Digital dá um passo, mas a gente precisa de muito mais, a gente precisa compreender ainda mais o que isso impacta na vida das pessoas para a gente ir diminuindo o impacto na sociedade como um todo. E, por fim, tem o espetáculo, que é a política da espetacularização. Ninguém quer dar conta de um problema complexo; ninguém quer resolver sobre o planejamento familiar, a escola. Não, as pessoas querem um espetáculo para, de forma rápida, dizer que vai resolver e que está solucionando um problema.

Olhe, um câncer de colo uterino não é decorrente de uma única causa, um infarto... Ninguém infarta por uma única causa – tudo é multicausal, né? –, ou seja, é impossível a gente resolver essas questões achando que a política do bandido bom é a do bandido morto, vai resolver o problema que a gente tem que enfrentar. Então, eu acho que a gente precisa ser mais honesto – mais honesto – intelectualmente e na formulação de políticas para que a gente tenha efetividade.

O que eu apreendo aqui é que... Veja, o que a senhora está dizendo aqui – e nós aqui precisamos ter clareza – é que este debate precisa de muita honestidade para produzir efeitos reais na segurança pública, na diminuição da perda de vidas, que são muitas, ou seja, quem mais morre no Brasil morre nessa faixa de 16 a 30 anos – os homens morrem, a maioria morre –, ou depois de velho, pela velhice. E a expectativa de vida dos homens é bem menor do que das mulheres, porque a maioria morre e diminui a expectativa de vida.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que a gente precisa continuar fazendo debates e tendo mais honestidade no debate interno aqui, para que a gente possa produzir alguma coisa que tenha efetividade.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado. Quero parabenizar a V. Exa. pela autoria do requerimento e pela sensibilidade em buscar uma profissional que tem um comportamento que muito dignifica o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Eu concedo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dra. Vanessa, eu passei 46 anos da minha vida no Exército Brasileiro e, por isso, concordo com as observações que a senhora fez a respeito da questão de planejamento familiar e da deficiência escolar, porque a imensa maioria dos soldados que nós acolhemos, os jovens vêm da periferia e carregam todos esses problemas que a senhora mencionou aqui. O Estado brasileiro, em todos os níveis, tem falhado nessa questão da educação, e a senhora foi muito clara quando a senhora colocou aqui: as pessoas chegam ao 6º, 7º ano, não sabem ler, escrever nem fazer as quatro operações, que é isso que têm que saber. Não precisam tratar de sociologia, filosofia e outras coisas que hoje são ensinadas na escola e que não levam a nada para a vida prática, que é o que esses jovens depois comentam com a senhora.

Mas eu tenho uma pergunta para a senhora aqui. É uma preocupação nossa aqui na CPI o uso estratégico de adolescentes pelas facções criminosas, justamente porque eles sabem que a legislação é mais branda para esse grupo. Com base nos casos que chegam à vara de que a senhora é a titular, a senhora identifica que organizações criminosas têm deliberadamente recrutado menores para atividades, como tráfico, roubo e transporte de armas? E, na sua avaliação, que mudanças legislativas poderiam dificultar essa instrumentalização dos jovens pelo crime organizado?

**O SR. VANESSA CAVALIERI** (Para expor.) – Obrigada, Senador, pela pergunta.

Sim, nós percebemos claramente que existe um recrutamento de jovens, de crianças – até de crianças – e adolescentes, pelas organizações criminosas, pelo tráfico de drogas, porque é uma mão de obra barata, é uma mão de obra abundante. E, principalmente no interior do





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado, na capital isso acontece menos, mas, no interior do estado, a gente percebe inclusive que, quando o adolescente é liberado, colocado em liberdade, assim que ele chega ao Judiciário e ele não vai mais para a internação provisória porque não tem vaga na internação provisória, e existem algumas cidades que são estratégicas para o tráfico, porque são cidades que fazem a distribuição regional da droga que chega de fora, às vezes até de fora do país, mas de fora do Estado do Rio, eles estão colocando adolescentes em cargos, por exemplo, de gerência da boca de fumo.

Eu já tive um caso em que eu atuei como juíza criminal na cidade de Nova Friburgo... A cidade de Nova Friburgo fica na Região Serrana do Rio de Janeiro e é a cidade usada pelo Comando Vermelho como distribuição da droga para o norte Fluminense. E havia um caso em trâmite na minha vara em que havia uma interceptação telefônica do celular de um homem chefe do Comando Vermelho, condenado a 300 anos de cadeia, cumprindo pena em Bangu, com o celular, e o celular dele estava com monitoramento da polícia. E houve várias degravações em que ele dizia: "É para colocar [citando as palavras dele] os menores como frente da boca de fumo", ou seja, como gerente, porque o menor vai ser apreendido e liberado na semana seguinte, o maior fica seis meses preso e aí bagunça ali a organização do negócio.

Então, existe isso, sim. E é preciso fortalecer as políticas de prevenção, além da punição severa daqueles que estão realmente na chefia das organizações criminosas, inclusive no que tange à corrupção de menores, porque ainda é um crime punido com uma pena muito branda, mas também o investimento obrigatório no sistema socioeducativo, todo fortalecimento que é necessário para que esse adolescente não seja seduzido. Por que tem essa mão de obra oferecida? Por que tem essas vagas sendo oferecidas e nem todos os adolescentes aceitam trabalhar no tráfico? É isso que a gente tem que olhar, porque, enfim, o crime sempre existirá, mas a gente tem que cortar o mal pela raiz, dando a esse jovem outras opções de vida. Porque é muito hipócrita da minha parte, como juíza, virar para esse menino na audiência e dizer: "Eu quero que você siga outro caminho, que você saia de lá e faça outras escolhas". Se ele soubesse falar dessa forma, ele me perguntaria: "Doutora, mas quais são as outras opções que eu tenho? Qual o meu cardápio de opções além de trabalhar no tráfico? Eu vou trabalhar de jovem aprendiz onde? Na Petrobras? No BNDES?". A gente teve, há pouco tempo, no Rio de Janeiro, a empresa que mais descumpria cotas de jovem aprendiz: era a Comlurb, uma empresa pública de







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recolhimento de lixo, que tinha 900 vagas ociosas de jovem aprendiz. Então, assim, eu não tenho opções para dar para esse menino. Muitas vezes, a escola nem aceita ele de volta, só com o ofício da juíza que eles matriculam. Então, a gente precisa fortalecer as políticas de prevenção.

E aí uma última coisa só que eu não queria deixar de falar é o seguinte: durante décadas, todos nós escutamos dos especialistas, sociólogos e antropólogos que vão dar entrevista no horário nobre, que a grande raiz da violência no Brasil é a desigualdade social – pena que o Senador Rogério já não está mais aqui. É claro que a gente vive num país muito desigual e que há uma questão importante na desigualdade social. E eu não serei ingênua nem hipócrita de dizer que é muito mais fácil para as minhas filhas não se envolverem no crime do que para o filho da menina que faz faxina na minha casa, mas o que a gente tem visto atualmente, depois do crescimento dos crimes digitais, é que os adolescentes que têm cometido os atos com maior violência, com maior crueldade, com maior atrocidade são aqueles que estão no topo da pirâmide da desigualdade social.

Então, hoje a gente vê a realidade social nos mostrando algo de que eu sempre desconfiei: que, na verdade, a raiz da violência não é a desigualdade social. Enquanto o adolescente pobre, morador de comunidade comete principalmente três crimes, três atos infracionais – roubo, furto e tráfico –, que para esse menino significam uma única coisa: R\$200 na mão rápido... Ele pega um celular, ele vende na Uruguaiana por R\$200; ele vende uma carga de droga, ele tem R\$200. Ele vai para o baile, ele gasta em bebida, energético e, no dia seguinte, ele vai fazer de novo para ter mais R\$200 na mão. Só que os atos mais violentos, estupro virtual, tortura de animais, homicídios – a gente teve um jovem que ateou fogo a um morador de rua vivo e transmitiu ao vivo pelo Discord, dois anos atrás, menino de classe média –, são praticados por aqueles adolescentes que nasceram em famílias estruturadas, que têm acesso a ótimas escolas, que têm pai e mãe presentes, a maioria com curso superior.

Então, a gente está vendo hoje a realidade impondo isto: que a raiz da violência não é a desigualdade social nem a pobreza; se eu posso dar a minha humilde opinião, a raiz da violência ou a violência é uma forma trágica, equivocada de expressar necessidades legítimas não atendidas. E a maior necessidade legítima que não está sendo atendida na infância e na adolescência é a necessidade de conexão humana, de vínculo, de afeto, de ser visto e de se







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentir importante. E é por isso que eles são recrutados nessas comunidades extremistas, porque lá eles são vistos, lá eles são valorizados e lá a dor deles importa.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só completando aqui, Presidente, eu queria lembrar, a Doutora falou da violência: um dos expoentes da esquerda mundial já falecidos, o Lenin dizia que a violência é a parteira da história.

Só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Apenas para contextualizar, o texto aprovado pelo Congresso Nacional no chamado projeto antifacção, ele majora a pena daquele líder de facção que recruta adolescentes, não no formato que o Senado desenhou, que era para todas as organizações criminosas, o que abrangeria, por exemplo, as digitais; mas, para aquelas chamadas ultraviolentas, nesse novo tipo penal, você já vai ter essa previsão, o que tende a reduzir a demanda por adolescentes pelas facções, desde que a legislação seja adequadamente cumprida.

Parabenizo novamente, Senador Fabiano, a Dra. Vanessa pelo depoimento rico e que ajuda muito a Comissão.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Presidente, posso complementar o que a Doutora falou?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A gente está com uma ordem de inscrição, Senadora.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu concederia a palavra imediatamente, a não ser que o Senador Sergio Moro inverta, mas...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Se for breve, Senadora... *(Fora do microfone.)* É porque eu tenho que ir na CRE...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu estou esperando...

**A SRA. MARGARETH BUZZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para interpelar.) – É só complementar o que a Doutora falou. É que ontem aquele jovem que participou do estupro coletivo no Rio de Janeiro, ele foi... E ele é uma pessoa que está no topo da pirâmide, com uma camiseta dito "não se arrependa de nada".

É isso que a gente está vendo, e eu concordo com V. Exa., porque é isso que nós estamos vivenciando no dia a dia.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Antes de transferir, eu só quero fazer uma reflexão aqui, por favor.

Longe de mim, mas é porque eu trabalhei na ponta, na polícia civil, por 27 anos. Fui para o interior, depois fui delegado plantonista, enfim. E eu não posso também te fazer esse recorte socioeconômico com a população carcerária. Se você pegar... Eu fiz esta pergunta aqui ao então Ministro Ricardo Lewandowski: qual o percentual da população carcerária hoje de pretos e pardos? É quase 80%, porque, infelizmente, eu vejo a polícia tendo uma atuação muito mais incisiva com a população mais pobre. Eu não vejo a polícia dando baculejo aqui, no Plano Piloto, em Brasília, ou em Ipanema, ou no Jardins em São Paulo, ou na Praia do Canto, que é um bairro nobre lá no Espírito Santo, mas eu vejo isso sistematicamente nos bolsões de pobreza, onde, infelizmente, o Estado é ausente, onde não tem creche para as mães deixarem os filhos, não tem escola em tempo integral, não tem planejamento familiar – não se sabe nem o que é isso –, não tem saneamento básico, não tem iluminação pública.

Então o Estado criminaliza a pobreza. O Estado criminaliza a cor da pele. Eu não tenho dúvida disso. Eu fui utilizado pelo estado por 27 anos para agir de forma contundente contra uma camada socioeconômica menos favorecida. Eu vejo isso aqui dentro, Doutora. Aqui nós aprovamos, com todo respeito, o aumento de pena para furto de cabo de energia. Não que isso não tenha que ser feito, mas quando é para enfrentar, para transformar corrupção ativa,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção passiva, peculato, crime descontrolado, tributado contra o sistema financeiro, como crime hediondo, há uma certa resistência.

Eu trabalhei dentro do sistema prisional. Quantos presos eu vi cumprindo pena com câncer em estado terminal, e a Justiça não concedia prisão domiciliar? Aqui, quando um político é condenado e transitado em julgado por corrupção, concede-se prisão domiciliar.

Então, é muita hipocrisia falar como se eu não fizesse recortes socioeconômicos também. Eu não estou justificando que o crime, como um fenômeno social, tem como base fundamental apenas o recorte socioeconômico, o recorte de quem está na base da pirâmide. É óbvio que eu tenho essa percepção de que, para os crimes mais violentos, as condutas mais violentas, quando tem que se trabalhar nas perdas e nas ausências, que até mesmo a família se impõe ali naquele contexto familiar, mas eu não posso deixar de me falar... Quantas vezes, quando eu era plantonista, eu virava para o tenente e falava assim... Ele me trazia num rapaz que, pelo biotipo, você via a pobreza personificada nesse ser humano com uma bucha de maconha. Eu falei: "Poxa, me traga os *playboys* da classe nobre que estão promovendo festas regadas à cocaína. Aí eu vou me sentir mais justo também, porque todos somos iguais perante a lei". Mas aí, quando você faz esse recorte, pega a população... Porque eu fiz isso aqui. Eu falei: "Ministro, qual a população carcerária de pretos e pardos? Qual a escolaridade?". Isso tem que me dizer alguma coisa.

Agora, nós temos que fazer uma reflexão, claro que voltando nas políticas públicas, de que a senhora muito bem falou.

Só queria fazer essa ponderação

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Perfeito.

Primeiro, quero cumprimentar a Juíza Vanessa Cavaliere pelo trabalho. Imagino que seja um trabalho que traz muitos frutos, mas que também seja muito desgastante, pessoalmente, à frente da Vara da Infância e Juventude do Estado de Rio de Janeiro. Ouvimos aqui alguns





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatos que são de experiências perturbadoras, que, infelizmente, a Doutora vivencia ali de perto.

Eu teria uma ponderação.

Nós falávamos aqui da questão da classe social. Isso que falamos para adolescentes e infantes não é diferente do que acontece para os adultos. Aliás, hoje nós temos aqui um exemplo muito claro, no nosso país, de um banqueiro que cometeu crimes em série, responsável por um rombo, um prejuízo de mais de 40 bilhões de reais em nosso sistema financeiro, e eu tenho certeza de que nunca faltou oportunidade para ele para nada. No fundo, é aquela ganância, aquela cobiça que sempre avança. Isso, já tem as teorias, crime do colarinho branco, Edwin Sutherland, 1939, e creio que a prática do ato infracional também não pode ser associada aí à questão da pobreza ou da falta de oportunidade.

E nós temos, evidentemente, que dar oportunidades para essas crianças e adolescentes, como um objetivo por si, mas também como uma forma de também deixá-las menos vulneráveis a essa tentação de, eventualmente, praticar crime ou se envolver em atividade criminal. Mas isso, evidentemente, não resolve outros problemas, já que não há essa associação ótima entre uma coisa e outra.

Eu teria duas indagações aqui a V. Exa. A primeira é o retrato do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Pareceu-me muito negativo, pela ausência de vagas e pelas deficiências, mas, dentro da sua experiência como juíza, imagino que conheça também de outros estados ou mesmo dentro do Rio de Janeiro, eventualmente pode ter alguma instituição que se destaca nesse tratamento dos jovens, se há algum estado que está com o sistema socioeducativo em melhores condições e se essa experiência poderia ser replicada pelos demais, se a Doutora poderia nos colocar dessa forma, pelo que conhece.

E a outra indagação é um pouco mais provocativa, da questão da redução da maioridade.

Eu também não sou favorável a um corte linear da maioridade penal. No entanto, uma discussão que, a meu ver, me parece muito pertinente é sobre esse corte em relação a crimes praticados com grave violência contra a pessoa, porque o próprio exemplo que V. Exa. colocou, do adolescente que, pelo que eu entendi, matou a mãe biológica e matou a mãe adotiva,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo se nós formos ampliar esse período de internação para dez anos, vamos supor, será que, de fato, é a medida adequada nesse aspecto? Será que a redução da maioridade, não como uma solução linear, mas para adolescentes que tenham praticado crimes graves, com grave violência contra a pessoa, não seria uma resposta, Doutora? Porque será que a ampliação do período de internação seria um remédio suficiente nesse caso?

Porque é diferente uma situação quando nós vamos olhar o envolvimento de um adolescente no tráfico. Uma ampliação do período de internação me parece algo razoável, principalmente em reiteração ou um envolvimento ali mais próximo... Crimes praticados mais graves, uma ampliação desse período de internação igualmente.

Mas esses crimes de sangue, um crime bárbaro desse, atroz, ou o caso... Não vou falar do estupro coletivo, mas casos de violência sexual... Será que, nesse caso, não caberia a possibilidade de realizar essa redução da maioridade penal?

E aqui gostaria de ouvir a opinião de V. Exa. sobre isso, mas fazendo esse corte em relação não a uma ampliação para todos os casos, mas nos casos de adolescentes, por exemplo, acima de 16 anos, um crime violento de sangue, será que não poderia... não seria o caso de tratá-lo não como um adulto completo, poderia ter um apenamento com as atenuantes necessárias, mas será que seria suficiente a mera ampliação do período de internação?

**A SRA. VANESSA CAVALIERI** (Para expor.) – Senador, muito obrigada pelas perguntas. Vou começar respondendo a primeira.

Eu admito que a situação no Rio de Janeiro é pior do que a dos outros estados do Brasil. A gente não tem no Rio de Janeiro nenhuma iniciativa exitosa que possa ser citada como exemplo. Eu conheço a realidade de alguns outros estados, é um pouco melhor, mas eu também não conheço nada que eu possa dizer: "Olha, isso aqui é exemplo para o Brasil e a gente deveria copiar".

Mas tem uma coisa que eu gostaria de trazer para os senhores, até quem sabe *de lege ferenda*, se esta Casa, o Senado, não poderia pensar em algo semelhante: existe em muitos países – nos Estados Unidos, por exemplo, isso é padrão; na Inglaterra; em vários países – algo chamado formulário de avaliação do risco. O que é isso? É um formulário em que o adolescente





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvido em atos infracionais vai preencher, junto com a ajuda de um agente, um comissário de justiça, um agente socioeducativo, alguém que trabalha com o juiz da infância, quais são os seus fatores de risco pessoais. Fatores de risco de quê? Não é periculosidade desse adolescente; é o fator de ele voltar a delinquir após passar pelo sistema de justiça. Não necessariamente isso tem relação com a gravidade do ato praticado.

Então, por exemplo, um adolescente que tem uma família em que os pais são muito firmes em relação às regras e consequências tem um fator de risco mais baixo do que aquele que está numa família permissiva. Um adolescente que não tem nenhum amigo que tenha sido preso tem um fator mais baixo do que aquele cujos amigos estão todos na cadeia. Um adolescente que é bom aluno, que frequenta as aulas tem um risco mais baixo do que aquele, por exemplo, que abandonou a escola.

Aí o que é feito com essa avaliação do risco? Há uma pontuação e aí nessa pontuação há um escore do adolescente: risco alto, médio e baixo. O que as pesquisas científicas mostram? Que um adolescente de baixo risco precisa de pouca atenção do sistema socioeducativo. Se ele recebe muita atenção, o risco de ele reincidir aumenta, porque ele fica vinculado a essa atenção que ele recebe. E o adolescente de alto risco precisa de muita atenção. Isso permite ao gestor do sistema socioeducativo no meio aberto otimizar a sua força de trabalho. Então ele direciona o atendimento socioeducativo para aqueles adolescentes de alto risco e faz uma intervenção focada nos fatores de risco.

Eu tive uma reunião com o gestor do meio aberto na cidade de Cambridge, em Massachusetts, onde fica, por exemplo, a Universidade de Harvard. Eu perguntei: "Mas, aí, como é que vocês fazem?". "Ah, por exemplo, se o adolescente está fora da escola, a gente cria metas de curto prazo. A meta não é "este ano você vai estudar". A meta é "esta semana você vai ficar cinco dias sem faltar à escola. E, se ele conseguir bater a meta, no sábado ele ganha uma recompensa". Eu falei: mas que recompensa? "Ah, uma fatia de *pizza*, um ingresso para o cinema. Eu falei: mas qual é o *budget*, qual é o orçamento que vocês têm para rodar esse programa? Ele falou: "Zero". Eu falei: "Mas da onde vocês tiram o ingresso para o cinema?". "Cem por cento sociedade civil". Eu falei: "Mas como vocês convencem o empresário a dar esse ingresso?". Ele falou: "A gente não precisa convencer. O empresário quer que não esteja





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo furto e roubo na porta do cinema. Então, ele coopera para a recuperação desse jovem".

Eu acho que, talvez, essa seja a grande dificuldade que a gente tem no Brasil: a falta do incentivo, a falta de cultura que a gente tem de a sociedade se perceber como parte de solução e de também de incentivo ao empresário para contribuir. Por exemplo, lá nos Estados Unidos há a doação dirigida do Imposto de Renda. Aqui a gente não tem doação dirigida; há projeto em trâmite para ser aprovado nesse sentido.

A adoção do formulário de avaliação do risco seria uma grande ferramenta para profissionalizar o atendimento socioeducativo. Aqui no DF, a Juíza da Execução, a Dra. Lavínia, fez um convênio com a universidade, e eles implementaram a avaliação do risco aqui no DF, mas é um projeto-piloto; então isso é uma sugestão.

Em relação à sua segunda pergunta, que é muito difícil, me coloca numa saia justa, eu queria dividir a seguinte experiência com V. Exa., Senador. Eu fui Juíza do Tribunal do Júri antes de ser Juíza da Vara da Infância e julguei muitos casos de homicídio. E eu sempre dizia aos meus jurados que o homicídio é o crime que qualquer pessoa é capaz de praticar. Eu, Vanessa, com certeza seria capaz de praticar homicídio, pensando muito rapidamente, pelo menos em duas situações: para salvar a vida das minhas duas filhas, sem pensar duas vezes. E há homicídios e homicídios e homicídios.

Eu já tive um caso, por exemplo, de um adolescente que estava numa praça e viu uma criança sendo puxada pela mão por um homem. Ele prestou atenção e, quando ele prestou atenção, viu que essa menina que chorava, uma menina de uns dois anos, estava sendo levada por um homem que estava com pênis ereto à mostra. E ele começou a gritar: "O que é isso?". E aí os pais da criança, que estavam cuidando do outro filho, foram lá, ou seja, a menina estava sendo levada por um pedófilo. Ele começou a correr atrás desse pedófilo, movimentou todos os outros homens, e eles encurralaram esse homem e lincharam ele, mataram ele com pauladas. Esse jovem, então, foi processado por homicídio qualificado, com várias qualificadoras. O requinte aí, em que a arte imita a vida, é que esse menino fazia 18 anos no dia seguinte, ou seja, se ele tivesse cometido o ato infracional no dia seguinte, seria julgado pelo tribunal do júri e, talvez, absolvido. Então, a gente tem desde um fato que... Não que seja justificável, ninguém







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem o direito de fazer justiça pelas próprias mãos, mas que é diferente de um homicídio também qualificado de um adolescente que mata pai e mãe com marteladas na cabeça porque estava sem celular, de castigo sem celular.

E aí a minha grande preocupação nessa proposta de analisar caso a caso é a seguinte: hoje a gente tem uma lei, uma regra – V. Exa. foi juiz, então o senhor sabe do que eu estou falando –, geral, abstrata, aplicável para qualquer situação, e então a gente vai ter adolescentes como esse que eu mencionei; ou como outro que estava roubando um carro e aí, na hora da impulsividade, na hora do estresse, da tensão, às vezes acaba até atirando, mas não era porque ele realmente queria matar, mas porque houve ali umas circunstâncias; e a gente tem o psicopata frio Ou todos vão ser julgados da mesma forma ou a gente vai deixar o arbítrio de cada caso ao juiz. E eu, como juíza, não acho que isso seja recomendável. Eu não acho que o juiz deva decidir caso a caso qual adolescente vai ser julgado como adulto, qual adolescente vai ser julgado como adolescente, até porque o que eu vejo na prática é o seguinte: o adolescente é uma sementinha do mal, um projeto de criminoso, um psicopata que tem que ser trancado, jogado fora quando é o filho dos outros, mas quando é o meu filho que praticou um ato infracional, por mais grave que seja – agora a gente tem visto as notícias no jornal, nesse caso que V. Exa. citou –: "É uma bobagem, foi um erro, é um menino, é uma criança".

Juízes são seres humanos, nós erramos, nós temos nossos vieses, nós somos influenciados pela nossa experiência de vida, então eu não consigo conceber que isso possa ser a forma mais justa e mais equânime de julgar um adolescente envolvido em atos graves. Porém, eu concordo que atos de extrema violência, principalmente com o resultado morte, precisam de uma responsabilização mais severa do que a que gente tem hoje na nossa lei.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu tenho só mais uma complementação, uma indagação, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, Senador, eu só queria complementar isso aqui.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, claro.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza. É porque eu tenho aqui uma percepção, com todo o respeito, diferente. Não que eu tenha... Se há uma coisa a que eu tenho me curvado aqui no Senado, desde quando eu tomei posse, é que eu sou um eterno defensor daquilo que chamam de a espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil. E eu não quero aqui entrar em discussão, mas isso é um fato, que não só eu estou dizendo. Se você pegar a maioria dos constitucionalistas e as próprias decisões do Supremo Tribunal Federal, quando você analisa o art. 60, §4º, IV, que diz que não será objeto de emenda constitucional qualquer conduta que tenda a abolir direitos e garantias individuais, essa discussão da redução da maioria penal entra no contexto, por se entender que o art. 228, quando diz que "são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos". Então eu acho que... Não é porque eu queira isso, mas é porque eu tenho que me curvar a uma decisão, a um entendimento de que isso é efetivamente uma cláusula pétrea material, previsto no art. 60, §4º, IV, em consonância com o art. 228 da Constituição Federal.

Por isso é que eu quero aqui falar, porque às vezes a gente faz um movimento... Por isso é que eu vejo com bons olhos você efetivamente calibrar e, caso a caso, verificar se você pode aumentar ou não o período de internação, de acordo com as medidas socioeducativas previstas lá no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Era apenas só isso que eu queria falar, eu restituo a palavra...

**A SRA. VANESSA CAVALIERI** – Antes de o senhor... Eu queria só complementar algo.

Na verdade, a gente tem uma grande incongruência na Lei do Sinase, que diz o seguinte: se um adolescente já cumpriu a medida socioeducativa e progrediu para um regime mais... para uma medida mais branda, ele não pode mais ser julgado e receber a medida mais gravosa – no caso, a internação – por um ato anterior. Então, eu já tive esta seguinte situação: o adolescente tinha cometido um roubo, roubo com arma de fogo, recebeu internação; progrediu para semiliberdade; depois, ele foi identificado como sendo o autor de um homicídio, praticado anteriormente ao roubo. Ele não pode mais ser internado por esse homicídio. A lei veda, proíbe, o que é uma grande incongruência. Então, acho que, talvez, uma mudança legislativa mais





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples seria essa revogação... Eu não vou lembrar o artigo de cor; se não me engano, 45, §2º, da Lei do Sinase, salvo engano.

Então, a gente tem questões mais importantes para serem analisadas e que, na prática, fazem uma diferença muito grande. Por exemplo, o prazo máximo de internação é três anos, mas ninguém fica três anos. Ninguém fica três anos, porque não há vaga, porque a Lei do Sinase proíbe o juiz da execução de avaliar, de considerar a gravidade do ato infracional praticado no momento de reavaliar o adolescente.

Então, se o adolescente cometeu quatro homicídios, mas a equipe técnica diz assim: "Olha, o comportamento dele é excelente, ele está muito arrependido, ele pode progredir", o juiz não pode dizer: "Eu vou deixá-lo mais seis meses porque ele cometeu um quádruplo homicídio". O juiz não pode levar em conta a gravidade do fato. E aí como é que o juiz fundamenta uma decisão de permanência desse adolescente se a equipe técnica diz que ele está recuperado? E, pior, os adolescentes mais frios, mais violentos e mais cruéis são os que têm o melhor comportamento dentro da unidade, são os que não arrumam confusão, são os que não transgridem, são os que cooperam e são os que têm o melhor relatório promovendo a progressão deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mesmo porque, só complementando, poderia se aplicar a regra que o próprio Código Penal diz: "As regras gerais deste Código aplicam-se [...] [à legislação especial], se esta não dispuser de [...] [forma diferente]". Então, se você tem uma reiteração de ato infracional praticado, você poderia, sim, entre aspas, se nós procedêssemos numa mudança legislativa aqui, "aplicar a regra do concurso de crime", seja o concurso material do 69, o formal do 70 ou do 71, o 69 quando mais de uma ação, mais de um crime aplicam-se apenas cumulativamente. Acho que essa seria uma solução legislativa e que deixo aqui para a minha equipe aí fazer essa análise.

Volto a palavra ao Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Uma reflexão apenas também, a meu ver, importante, Doutora, porque a gente vê uma instrumentalização das crianças, dos adolescentes para a prática desses crimes por adultos. Esse é um problema





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, às vezes, esse tratamento da legislação acaba favorecendo a que eles sejam a escolha de adultos criminosos para praticar crimes.

A gente pode trazer um exemplo até do crime de colarinho branco. Hoje a gente tem os escritórios de advocacia que ainda não implementaram, por falta de atuação da OAB, as regras necessárias de políticas de prevenção da lavagem de dinheiro. Então, utilizam escritórios de advocacia para lavar dinheiro, assim como utilizaram *fintechs* porque as regras eram mais frouxas a respeito delas. Então, daí os adultos, por exemplo, no tráfico, pegam os adolescentes para praticar esses atos infracionais de tráfico. Por quê? "Olhe, se você for pego, a consequência é branda, não tem nenhum problema." Assim como usavam lá mulheres grávidas para agir de mula.

Então, quando a gente tem essa legislação mais, vamos dizer assim, leve em relação aos adolescentes por esse tratamento, será que também a gente não os está colocando como uma escolha num alvo do crime organizado para serem cooptados? Como é que a gente poderia eventualmente, na opinião da Doutora, compensar esse efeito? Por exemplo, a nossa legislação é suficiente para punir um adulto que coopta um adolescente para praticar crimes? Nós temos uma legislação dura o suficiente, na sua opinião, para que esse indivíduo seja punido rigorosamente por cooptar um adolescente para o tráfico ou cooptar um adolescente para praticar um roubo, um furto ou algo parecido?

Talvez aí, Presidente, seja algo que nós pudéssemos trabalhar nesta Comissão para criar até um tipo penal específico. Se cooptou um adolescente para a prática de qualquer espécie de crime, tem que ser uma pena de 30 anos, 40 anos. Então, a gente tem que começar a aumentar o rigor da legislação, porque nós tínhamos... E aqui eu me recorro de memória – já deixei a magistratura faz um tempo; então, a gente não se recorda exatamente de vários detalhes – que nós tínhamos antigamente o crime de corrupção de menores, em que, salvo engano, as penas eram ridículas, eram ínfimas para punir a gravidade desse tipo de fato.

Então, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exa. a respeito dessa cooptação dos adolescentes para a prática de crimes, talvez por uma falha também da legislação, por não tratar essa conduta do adulto, aqui sim, com a gravidade necessária.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VANESSA CAVALIERI** – Senador Moro, eu até mencionei isso já, que realmente a pena da corrupção de menores, que seria esse crime, essa corrupção seria a corrupção moral de levar o adolescente ou a criança a praticar conduta delituosa, a pena é muito branda, e o Senador Alessandro Vieira me disse que no projeto já há a previsão de endurecimento dessa pena.

Eu concordo com o senhor que o sistema que nós temos atualmente favorece o aliciamento de crianças e adolescentes pelas organizações criminosas, mas, quando uma criança e um adolescente é aliciado por um adulto, ele é vítima. Quem está cometendo algo que é reprovável, que é vil é o adulto que está usando essa criança e esse adolescente. Então, não vejo como nós possamos chegar ao caminho de endurecer o tratamento do adolescente para puni-lo, porque ele foi vítima do aliciamento. Acho que temos que punir o adulto que está se aproveitando da vulnerabilidade, da fase de neurodesenvolvimento incompleta de um adolescente.

Por outro lado, como juíza da infância, eu acredito na prevenção. Nós já chegamos na profecia realizada de Darcy Ribeiro, que disse que se não investíssemos em educação, em alguns anos faltaria vaga nos presídios. Já estamos vivendo isso. Já temos uma fila de espera no sistema socioeducativo e o CNJ, em breve, eu imagino, por tudo o que nós estamos vendo acontecer, vai criar uma fila de espera no sistema carcerário também. As vagas já não são suficientes para o número de pessoas que precisam estar encarceradas, porque cometeram atos de extrema violência.

De nada adianta este Congresso Nacional, este Senado aprovar uma lei, seja reduzindo a maioria penal... Eu não vou entrar na questão da condicionalidade, confio que os senhores tenham uma Comissão de Constituição e Justiça e temos o Supremo Tribunal Federal para decidir sobre uma eventual incondicionalidade, mas de nada adianta reduzir a maioria penal ou mesmo endurecer e aumentar os prazos de internação definitiva do adolescente que cometeu atos de extrema violência, porque não temos vagas. Há diversos estados brasileiros que têm fila de espera, não é só o Rio de Janeiro. Na prática, esse adolescente vai continuar na rua.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa, paralelamente à construção de novas unidades, que é imprescindível, e do aparelhamento do sistema socioeducativo, mas a gente precisa fechar essa torneira, a gente precisa atuar na prevenção lá no início, para evitar que novos adolescentes e novas crianças vão por esse caminho. Se tivéssemos feito isso há dez anos, hoje a realidade seria diferente.

Olha, eu não queria deixar de dizer para todos os senhores que estão aqui, V. Exas. Senadores e todos os demais que estão aqui, o quanto eu estou emocionada de estar aqui hoje, porque eu falo sobre esse assunto há mais de dez anos e ninguém me escutava. Era a hora que a jornalista cortava o meu microfone em entrevista ao vivo, era quando eu começava a falar sobre planejamento familiar, sobre educação de base, e hoje, para mim, receber o convite do Senado Federal para estar aqui falando nisso, sendo transmitido ao vivo no YouTube para todos os brasileiros me ouvirem, é algo, para mim, muito emblemático, porque mostra o quanto a sociedade brasileira, principalmente, esta Casa Legislativa e o poder público estão percebendo que ou nós todos nos identificamos como parte do problema e parte da solução ou vai ficar impossível continuar vivendo no nosso país.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, eu só vou mais uma vez complementar, por favor. É porque quando a senhora fala da corrupção de menor, é essa reflexão, Senador Moro, Senadora Margareth, que a gente vai ter que fazer aqui. Hoje, o maior, se ele pratica o crime de corrupção de menor, que é o art. 244-B do Código Penal, que prevê uma pena em abstrato de reclusão de um a quatro anos, ele responde em concurso material com o ato infracional praticado pelo adolescente. Então, não é o aumento de pena para o adolescente ou o aumento de período de internação. Vai estar lá: o adolescente praticou o ato infracional X, ele vai receber a medida socioeducativa daquilo. Agora, o maior que praticou a corrupção com ele, além daquele crime, porque ele concorreu com aquele crime, como autor, coautor ou partícipe, vai responder também pela corrupção de menor, prevista no art. 244-B, somando-se as penas de um a quatro... O que nós vamos ter que debater aqui é: a atual pena do crime de corrupção de menor de um a quatro anos previsto no art. 244 é uma medida adequada proporcional ao ato praticado? Se falar "não", aumenta-se essa pena, e ele soma com a pena do crime praticado pelo adolescente em conflito com a lei em concurso material, por força do art. 69. Só isso.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para interpelar.) – Presidente, obrigada. Eu me sinto já muito contemplada com a fala da Juíza Vanessa.

E quero dizer que concordo plenamente com você, porque eu também cometeria um homicídio para defender minhas duas filhas, com certeza. Então, tem atos que a gente tem que julgar diferente. Essa situação que você relatou de a criança gritando que um homem estava levando outra criança é difícil de julgar e deixar para que um juiz julgue conforme a lei...

E aí, ao mesmo tempo, a gente tem situações em que a lei já está ali... Eu, por exemplo, fiz uma legislação que é o Cadastro Nacional de Pedófilos e estupradores, e ele não consegue sair do papel, não consegue ser efetivado para que a gente possa se proteger, para que a gente possa proteger as famílias. Isso é importante.

A importância de estarmos ouvindo uma mulher falando, uma mulher que vive os fatos... Eu também fiquei emocionada ouvindo você falar, porque é o que a gente precisa: fazer uma reflexão do que está acontecendo no nosso país. As injustiças são muitas com as nossas crianças, com os nossos adolescentes, que estão sendo usados pelos maiores, e a gente está sem ter saída. A saída, claro, é a educação, sempre será a educação, mas como que nós vamos fazer isso? Hoje, nós não podemos nem reprovar uma criança na escola, não podem reprovar, ela tem que passar. Isso está errado, Doutora! Isso está errado. Nós precisamos... Eu lembro que meu pai me punia se eu tirasse nota baixa. Hoje, nem os pais nem a escola mais olham para a nota do aluno, e nem pela ausência dele. Então, é isso. Fica aí uma reflexão. Fiquei muito feliz com a participação da senhora aqui nesta Comissão, porque concordo plenamente: nós temos que fazer uma grande reflexão sobre o que está acontecendo no nosso país.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Agradeço as considerações do Relator, o meu querido Senador Alessandro Vieira.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, quero parabenizar pela exposição didática, direta, objetiva e consistente da Dra. Vanessa Cavalieri. Parabéns pela sua postura. Obrigado por ter vindo ao Senado Federal.

Antes de encerrarmos a presente reunião, comunico que amanhã, dia 11 de março, ocorrerá a 12ª Reunião da CPI, destinada à deliberação de requerimentos e oitivas do Sr. João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-Presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos, e do Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e cinco minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcio Bittar, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Hamilton Mourão e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Wilder Moraes, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Paulo Paim, Giordano, Esperidião Amin e Chico Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 205 de 2026** que: "Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o envio de informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e beneficiários finais vinculados à aeronave de prefixo PP-NLR e à empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 206 de 2026** que: "Requer, à empresa Prime Aviation Táxi Aéreo e Serviços LTDA (Prime You), o envio de informações sobre a identificação de passageiros relativos à aeronave Embraer Legacy 650, prefixo PP-NLR, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 210 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Vladimir Timerman, fundador da Esh Capital." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 211 de 2026** que: "Requer, ao Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, o envio de informações correspondentes e o acesso aos dados e elementos de prova já colhidos nas investigações correlatas ao Banco Master S/A." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 212 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 3 de março de 2026." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 213 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos telefônico e telemático do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 3 de março de 2026." **Autoria:** Senador







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 215 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Retirado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 216 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal de King Participações Imobiliárias Ltda., referentes ao período de 6 de setembro de 2022 a 28 de fevereiro de 2026." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 219 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO, CPF 094.378.048-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 220 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de DANILO BERNDT TRENTA, CPF 008.583.431-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 222 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FABIANO CAMPOS ZETTEL, CPF 027.818.816-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 223 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO, CPF 819.684.424-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 225 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de MOHAMAD HUSSEIN MOURAD, CPF 265.621.358-42, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 226 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de ROBERTO





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

AUGUSTO LEME DA SILVA, CPF 215.652.438-62, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 228 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Compliance Zero." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 229 de 2026** que: "Requer que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA. (CNPJ 39.665.366/0001-15), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 4 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 230 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações detalhadas sobre os processos administrativos disciplinares que culminaram no afastamento dos servidores Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 231 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de fiscalização do Banco Central." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 232 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 235 de 2026** que: "Requer que seja convidado representante do Instituto Sou da Paz." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 236 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa King Participações Imobiliárias, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 237 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, as informações e documentos enviados pela Polícia Federal sobre o óbito de LUIZ PHILLIPI MACHADO DE MORAES MOURÃO, investigado na Operação "Compliance Zero"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 238 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Paulo Sérgio Neves de Souza, Servidor Público Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 239 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Bellini Santana servidor do Banco Central e ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (DESUP)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 240 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Leonardo Augusto Furtado Palhares, administrador da empresa Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal Ltda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 -**





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO Nº 241 de 2026** que: "Requer a convocação da Senhora Ana Claudia Queiroz de Paiva, sócia da empresa Super Empreendimentos e Participações S.A." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 242 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Marilson Roseno da Silva, Escrivão de Polícia Federal aposentado." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 243 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de King Motors Locação de Veículos e Participações Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 244 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão "Sicário", referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitivas. Finalidade:** Oitivas do Sr. João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos, e do Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Oitiva do João Carlos Falbo Mansur, Ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos, em atendimento aos requerimentos 179/2026 e 188/2026; do Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em atendimento ao requerimento 1/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva do Sr. João Carlos Falbo Mansur. Não compareceu à reunião o Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**

Presidente da CPI do Crime Organizado





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2026/03/11>

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes: na primeira, teremos a deliberação dos requerimentos constantes na pauta – itens 1 a 29 –; na segunda, teremos a oitiva do Sr. João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-Presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos, e do Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Ressalto que a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur foi feita nos termos da aprovação dos Requerimentos 179 e 188, de autoria deste Presidente e do Senador Jaques Wagner, respectivamente; e o convite do Sr. Eduardo Leite foi feito nos termos da aprovação do Requerimento 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 10 de março de 2026.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. *(Pausa.)*

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d" de dado, item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco, em globo dos requerimentos constantes da pauta.

Os Srs. Senadores que...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu faço só duas observações e peço a consideração de V. Exa.

Primeiro, de um requerimento que é de minha autoria, de nº 215, eu solicito a retirada para reavaliação, para que a gente possa incluir na próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Por que parou? É sobre o quê?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É o requerimento de convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador do Mato Grosso do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Hum-hum.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu peço a retirada de pauta, para avaliação na próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, o item 7 está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

### 1ª PARTE

### ITEM 7

### REQUERIMENTO Nº 215/2026

*Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso.*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira)

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Item de pauta 7, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Qual outro?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E a observação com relação ao pedido de quebra de sigilo fiscal, bancário e telemático do ex-Deputado, salvo engano, e ex-Ministro João Roma. Eu gostaria de revisar esse pedido. Ele é da autoria do Senador Humberto Costa, mas, ao longo da votação, podemos votá-lo. Eu só quero revisar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Então, ele está suspenso por enquanto. Ele está destacado, é isso?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Destacado, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Os demais requerimentos de...

Esses são requerimentos? Só quero consultar aqui... *(Pausa.)*

Consulto se todos concordam com votação em globo dos itens que foram anunciados, à exceção desses que o Relator solicitou, para que possamos proceder à deliberação, à votação simbólica.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados todos os requerimentos que foram anunciados.

Em adição aos requerimentos de transferência de sigilo dirigidos à Receita Federal, esta Presidência está incluindo o pedido de análise dos dados ao órgão. *(Pausa.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu já estou em condições de opinar com relação ao requerimento específico do qual pedi destaque, Requerimento de nº 223, de 2026...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... de autoria do Senador Humberto Costa, que pede a quebra de sigilo bancário, fiscal, completo, do cidadão João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro da Cidadania.

Observo, Sr. Presidente, que a fundamentação me parece insuficiente, no sentido de que a solicitação da quebra de sigilo está baseada apenas em vínculos com o ex-Ministro Ronaldo Bento, que depois passou a ser Diretor do Banco Pleno, liquidado pelo BC, Banco Pleno, que tem uma conexão com o Banco Master.

A técnica recomenda que a gente tenha a quebra do Ronaldo Bento – que, salvo engano, já foi concedida –, para, em seguida, partir para uma eventual quebra do ex-Ministro Roma, para que não se dê uma condução de excessivo rigor na restrição ao direito do cidadão.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Esta Presidência retira de pauta esse requerimento, para análise posterior, podendo entrar na pauta na próxima reunião deliberativa, que será semana que vem.

Anuncio a segunda parte desta reunião, com a oitiva...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – ... eu havia solicitado, ontem, a inclusão de um requerimento, na pauta, pela quebra fiscal e do sigilo bancário do Fundo Arleen... Foi incluído, não foi incluído... Foi deferido?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Sergio Moro, com a devida vênua, esta Presidência vai manter a prática, com o compromisso de







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar na pauta deliberativa da próxima semana, para não abrir precedente, como eu venho aqui procedendo. Então, esse, esse... Eu acho pertinente, mas ele estará na pauta da deliberativa da próxima semana, com toda certeza.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, eu tenho o compromisso de V. Exa. de, na próxima..

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Claro. Não tenha dúvida disso. Eu só não quero colocar extrapauta, justamente porque eu tenho que ter um respeito para com os demais Senadores...

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O compromisso de V. Exa. é suficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, não, não... Perfeito. Perfeito.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só queria esse esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não tenho dúvida disso.

Anuncio a segunda parte, deliberativa, oitiva do Sr. João Carlos Falbo Mansur.

Comunico que a CPI foi notificada da decisão do Ministro Flávio Dino, do Habeas Corpus 269005, Distrito Federal, na qual deferiu, parcialmente, os pedidos formulados pelo Sr. João Carlos Falbo Mansur, para assegurar ao depoente, em seu depoimento perante a CPI do Crime Organizado:

- a) o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatória a ele dirigidas; b) o direito de não assumir compromisso de dizer a verdade; c) o direito à assistência plena por advogado durante o ato, frisando que este profissional não pode ser alvo de humilhações e/ou indevidos cerceamentos, sem prejuízo das atribuições regimentais do Presidente da CPI quanto







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à condução dos trabalhos e d) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. João Carlos Falbo Mansur. (*Pausa.*)

Enquanto estão tomando assento o convidado e o advogado, eu vou proceder a algumas palavras aqui, só como um esclarecimento.

Eu sou o autor do requerimento aprovado por este Colegiado que trouxe o Sr. João Carlos Falbo Mansur a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Sua presença hoje não é uma mera formalidade, Sr. Mansur, é uma necessidade democrática. O Parlamento brasileiro, por meio desta CPI, exerce seu dever inalienável de investigar e esclarecer, e sua oitiva é crucial para compreendermos as tramas que hoje assombram a confiança em nosso sistema financeiro nacional.

O propósito desta Comissão, como já afirmei em outras ocasiões, é claro: ele se revela hoje na cronologia dos fatos que nos trouxeram até aqui. A Reag Investimentos, empresa que o Sr. Mansur fundou e presidiu, viu seu crescimento financeiro vertiginoso ser ofuscado por uma série de investigações que trouxeram à tona suspeitas gravíssimas.

Em agosto de 2025, o Sr. Mansur e a Reag Investimentos foram alvos da Operação Carbono Oculto. Dos 350 alvos da operação, 42 têm escritórios na Avenida Faria Lima, o que demonstra que o crime organizado possui uma verdadeira indústria de lavagem de dinheiro no coração do sistema financeiro nacional. Na Operação Carbono Oculto, a Polícia Federal desvendou um bilionário esquema de fraudes e lavagem de dinheiro, com a chocante participação do Primeiro Comando da Capital (PCC), no setor de combustíveis. As investigações apontam que fundos administrados pela Reag teriam sido utilizados para movimentar cerca de 250 milhões para essa facção criminosa.

Em fevereiro de 2026, foi a vez da Operação Compliance Zero. Novamente, o Sr. Mansur e a Reag foram alvos, dessa vez, em uma ação que combate a emissão de títulos de créditos falsos ligados ao Banco Master. O Banco Central informou que fundos da Reag estruturaram operações fraudulentas para ocultar os verdadeiros beneficiários de uma ciranda financeira que pode superar 11 bilhões, desviando recursos do sistema financeiro nacional. A Operação





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compliance Zero revelou também que o esquema envolve não apenas operações financeiras suspeitas, mas também práticas de intimidação violenta e estruturas criminosas organizadas com a atuação de agentes que operam para proteger interesses ilícitos e silenciar vozes, inclusive da imprensa.

Diante de um quadro de graves violações às normas que regem as atividades financeiras, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da Reag Investimentos, no último dia 15 de fevereiro. Uma medida drástica, mas necessária para proteger o mercado. Com essa decisão, os bens dos controladores, ex-administradores da Reag, incluindo o Sr. Mansur, foram declarados indisponíveis, impedindo a dilapidação de patrimônio.

Sr. Mansur, seu nome ecoa não apenas no mercado financeiro, mas também em um universo tão popular e simbólico quanto o futebol brasileiro. Suas ligações com clubes e projetos importantes no esporte, em um momento de tais denúncias, adicionam uma camada de preocupação para milhões de torcedores e para a sociedade em geral. O que está em jogo aqui é a confiança do povo brasileiro, a confiança na solidez de nossas instituições financeiras, a confiança de que o dinheiro do cidadão está seguro e a confiança de que o crime organizado não encontrará guarida em nenhum setor de nossa economia.

Não podemos permitir que a sombra da criminalidade paire sobre nossa economia. Essa CPI é, acima de tudo, um fórum de diálogo e esclarecimento.

Respeitamos seu direito ao silêncio quanto aos fatos que possam implicar autoincriminação. Este é um pilar da nossa Constituição. No entanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito é também um espaço legítimo e fundamental para que, com sua versão e colaboração, possamos buscar a verdade. E a sua oportunidade é de esclarecer, de ser ouvido e de contribuir para a robustez de nossas instituições. Nosso propósito é o que a população espera de nós é claro: entender como tais esquemas puderam prosperar, identificar falhas em nosso mecanismo de controle e, mais importante, propor soluções concretas para que o Sistema Financeiro Nacional permaneça hígido, protegido de vulnerabilidades e, acima de tudo, a serviço do povo brasileiro. Contamos com a sua colaboração para que a verdade prevaleça e a justiça seja feita.

Eu consulto se o depoente quer fazer uso da palavra por 20 minutos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** (*Fora do microfone.*) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Deixa ele primeiro... Pode, pode falar. Com a palavra o Dr. José Luis.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** (*Fora do microfone.*) – Bom dia, eminente Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Aperta... aperta.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Bom dia, eminente Presidente, na pessoa de quem eu peço vênica para saudar todos os integrantes da mesa e todos os Senadores e Senadoras presentes, servidores. Senhores e senhoras, bom dia.

Presidente, o Sr. Mansur figura como indiciado em três procedimentos: Carbono Oculto, inclusive na Quasar e da Compliance Zero. Compliance, inclusive, a que essa defesa não teve acesso. Essas investigações apuram, inclusive, a atuação dele no mercado financeiro. Por esse motivo, pelo *habeas corpus* que foi concedido pelo eminente Ministro Flávio Dino, respeitando, mais uma vez, pontuando mais uma vez o respeito que o Sr. Mansur e que a defesa têm por esta Comissão, pelo Senado Federal, a defesa, com a máxima vênica, registra que ele vai usar o direito constitucional de não responder a indagações, mas evidentemente que está aqui presente, para escutar as indagações, mas evidentemente ele vai, como disse a V. Exa. anteriormente, ele vai se manter em silêncio. Eu agradeço a atenção de V. Exa., Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Eu só queria, só para deixar bem claro e registrado: então, a defesa, juntamente com o depoente, vão cumprir a determinação do Ministro Flávio Dino em todos os questionamentos ou apenas naqueles que o depoente e V. Exa., enquanto advogado dele, entenderem que possam incriminar? Porque existem, por exemplo, perguntas elementares, como, por exemplo, "qual a profissão do senhor?", "qual a renda mensal do senhor?". Então, em qualquer dessas indagações o depoente vai permanecer calado? Ou terá essa possibilidade de que... de cumprimento nesse sentido, de que naqueles questionamentos que não o incriminam, o depoente deveria dizer a verdade?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Presidente, até para não ficar num debate, "essa ele responde", "essa ele não responde", ele vai... ele vai usar o direito de ficar em silêncio. Muito, muito obrigado, registro o respeito novamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a todos.

Já de antemão, Presidente, solicito que a Comissão formalmente noticie ao Ministro Flávio Dino o que a gente entende ser um abuso do direito de defesa, na medida em que a ordem judicial é muito clara no sentido de albergar o direito ao silêncio apenas nas perguntas e respostas que poderiam gerar autoincriminação.

Somos todos nós defensores da advocacia, advogados na essência, e entendemos perfeitamente o manejo do direito de defesa, mas ele não está, não cobre, tenho absoluta segurança com relação a isso, perguntas elementares que seriam fundamentais, porque nós estamos diante, senhores e senhoras, de um tsunami de lama que atinge todos os Poderes no Brasil e todas as instâncias federativas.

Esse conglomerado de operadores do mercado financeiro atingiu prefeituras, governos estaduais, o Governo Federal, fundos de previdência, o mercado financeiro em geral e investidores, pessoas físicas e jurídicas. Fatos gravíssimos. Mas um primeiro passo para a compreensão era entender como funciona esse mercado, quando foi criada essa empresa, em que momento essa empresa prospera no mercado, porque, durante longo tempo, a Reag e o Sr. Mansur foram referidos respeitosamente no mercado. É muito claro este momento. Seria oportuno, por exemplo, compreender como se deu a participação da Reag na estruturação da operação de aquisição da Ebal, Cesta do Povo, no Estado da Bahia, no ano 2018; como se deu a vinculação e a estruturação de investidores para que se fizesse a aquisição do Máxima, que depois se transforma no Banco Master; como existe essa proteção e essa atuação de investidores; como se dá a atuação da Reag, por exemplo, na aquisição de precatórios do escritório de advocacia do Sr. Governador do Distrito Federal, por valores aparentemente não compatíveis com os valores de mercado. Então são vários questionamentos que não são, a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*priori*, autoincriminatórios, a não ser que a gente compreenda que absolutamente toda a atividade exercida por V. Exa. ao longo da carreira seja criminosa. Quero crer que não seja. Mas ninguém aqui vai ficar exercitando algum teatro de interrogatório sem respostas. O nosso trabalho é um trabalho sério.

Eu repito: esse é um escândalo de proporções que, sem dúvida nenhuma, vai atingir e depois superar aqueles que verificamos em escândalos do passado, como o petróleo, mensalão, os escândalos vinculados às operações estruturadas da construtora Odebrecht, porque os volumes financeiros são assustadores, a infiltração pela corrupção no poder público é assustadora e o dano causado às pessoas... Porque, como são muitos números, Senador Moro, Senadora Margareth, as pessoas tendem a despersonalizar as vítimas, parece que a gente está falando de dinheiro, mercado financeiro, coisas etéreas. Não. Os aposentados e pensionistas que tiveram seus fundos de pensão saqueados por esse grupo criminoso vão ter dificuldade em receber seus proventos, vão ter que pagar, seguramente, por uma recomposição de caixa, como até hoje fundos públicos pagam, o Petros e tantos outros. As pessoas trabalham a vida inteira e são assaltadas por gente de colarinho branco que se esconde em gabinetes de Brasília.

A busca da verdade, meu colega Fabiano, que é delegado de polícia como eu e sabe bem, vai seguir por outros caminhos, mas deixo registrada a relevância de informar ao Ministro Flávio Dino aquilo que entendo ser um abuso do direito de defesa. Todo o respeito, toda a vênua à excelente banca da advocacia que assiste ao investigado. E, da minha parte, encerro a minha participação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Relator.

Eu, enquanto Presidente, quero aqui fazer um registro que, para mim, é sagrado, dentro do sistema processual penal brasileiro. Nós temos um sistema processual brasileiro misto, em que você tem uma primeira fase, que é a chamada pré-processual, que é a fase de inquérito, em que, regra geral, não há contraditório e não há ampla defesa; e a segunda fase, uma fase acusatória, em que você tem aí o contraditório e a ampla defesa. E que eu sempre sou, me curvo àquilo que eu chamo que é a espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil. E, lá na Constituição, está expresso que, a todos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os litigantes, em processo judicial ou administrativo, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa. Isso lá na parte...

Como o depoente, o Sr. José Carlos Mansur, comparece a esta Comissão na qualidade de investigado, eu entendo, essa Presidência entende que o ato de interrogatório é um mecanismo de defesa. Por isso que é necessário respeitar a decisão da pessoa que está sendo investigada. Compete a nós, com habilidade, profissionalismo, lisura e boa técnica, provar, com provas objetivas, documentos, quebras de sigilo telemático, fiscal, transferência de dados, provas subjetivas, outros depoimentos e, ao final, concluir que há participação daquele investigado. Mas eu não posso, enquanto Presidente, tentar tolher um direito que, para mim, é sagrado, que é esse direito constitucional.

Então, eu consulto o Vice-Presidente Hamilton Mourão se quer fazer o uso da palavra para qualquer questionamento.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, Sr. João Carlos Mansur, Dr. José Luis Oliveira Lima, meus colegas, Senadora Margareth, demais Senadores aqui presentes.

Eu entendo a posição do depoente aqui, é um direito que foi assegurado pelo Ministro Flávio Dino. Eu tinha três perguntas para o senhor, Dr. Mansur, que eram em relação à transparência das operações, à responsabilidade e governança, e a relação institucional entre o banco e a gestora da qual o senhor fez parte. Mas, uma vez que o senhor vai permanecer em silêncio, eu vou deixar de fazer essas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Insiste em permanecer em silêncio?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Já declarou, né, que vai permanecer? Está bom. O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, o investigado, nessa condição, exerce o direito ao silêncio e, claro, nós respeitamos esse direito constitucional.

Agora, eu tenho que fazer aqui algumas reflexões porque, Sr. Mansur, o que eu esperava do senhor, que viesse aqui, seria: "Olha, eu sou o administrador da Reag Investimentos. A Reag Investimentos está sendo investigada pela Polícia Federal"... E veja que são suspeitas muito graves, não só de lavagem de dinheiro, de corrupção de agentes públicos – que, por si só, já seria péssimo –, mas igualmente suspeita de lavagem de dinheiro para o PCC. Então, a gente está falando de crime organizado. E o crime organizado não se sustenta sem lavagem de dinheiro. Eu vejo aqui as matérias, inclusive na imprensa, fundos suspeitos de lavagem de dinheiro. Só os gerenciados pela Reag, segundo as matérias divulgadas na imprensa, é mais de uma dezena de fundos comprometidos ou suspeitos de terem lavado dinheiro para o PCC.

Eu penso que o senhor, claro, tem todo o direito de ficar em silêncio, mas o senhor, vindo aqui, o senhor perde uma oportunidade, como foi colocado aqui pelo Senador Mourão. Pergunto sobre governança. "Olha, eu tinha, na minha empresa, mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e eu era zeloso em relação a isso. Infelizmente, esses mecanismos falharam, e a minha empresa foi utilizada inadvertidamente para lavagem de dinheiro por criminosos. Eu não tenho nenhuma relação com a estruturação desses fundos para fim de lavagem de dinheiro". Agora, quando o senhor vem aqui e o senhor simplesmente fica em silêncio, o senhor não consegue dar uma explicação, o senhor não se dispõe a falar nada sobre esse assunto... Aqui a gente está querendo fazer um trabalho de investigação, um trabalho de apuração, mas o senhor também fala ao público, à opinião pública brasileira. Quando chega o investigado e não tem nada a dizer, nada a esclarecer, a situação do senhor fica muito complicada, porque – tudo bem –, no processo, esse silêncio não vai poder ser considerado como prova contra o senhor, mas, perante a opinião de todos aqui, que gostariam de ouvir uma explicação, a percepção que existe é aquela do velho adágio quem cala consente. Se eu fosse gestor de uma instituição financeira sobre a qual recaíssem tão graves acusações, a defesa que eu gostaria de fazer seria esta, a de que eu não tenho relação e que eu fiz tudo o que estava em minhas mãos para evitar que a minha empresa fosse utilizada para o crime organizado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou tomar liberdade apenas de indagar o senhor se é isto mesmo: se a Reag Investimentos e o Sr. João Carlos Falbo Mansur não têm nenhuma explicação a dar sobre a governança dos fundos, sobre o mecanismo de prevenção à lavagem de dinheiro, ou se a verdade com que nós saímos desta Comissão é a de que a Reag, sim, era, vamos dizer assim, um local próprio para lavagem de dinheiro do PCC e dinheiro igualmente de corrupção? Claro que, como disse, o senhor tem todo o direito de ficar em silêncio. Isto não vai ser usado como prova: o senhor ficar em silêncio. Mas, enfim, gostaríamos nós todos aqui de lhe dar o benefício da dúvida e ouvir as explicações que o senhor, porventura, teria a dizer.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** (Para depor.) – Senador, bom dia.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Bom dia.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Com todo o respeito, eu vou usar minha prerrogativa de permanecer calado.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, eu... (*Falha no áudio.*)

... das minhas perguntas, lamentando, porém, a perda de uma chance, a perda de uma oportunidade para chegar aqui e colocar a limpo toda essa questão.

E, aos olhos, infelizmente, da opinião pública, me parece que, se a Reag Investimentos não tem uma explicação, um esclarecimento a dar sobre essas suspeitas relacionadas ao envolvimento dela com o PCC ou ao envolvimento dela com operações de lavagem de dinheiro de agentes públicos corrompidos, realmente estava certa a Polícia Federal e o Banco Central em promover a intervenção, a liquidação e a extinção dessa empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador.

Eu quero aqui, mais uma vez, fazer uma reflexão ao convidado e ao advogado.

Eu sei, Doutor, eu respeito a decisão de V. Exa., com todo o respeito, mas eu parto muito da minha vida sob um freio moral. Eu acho que não tem nenhum ordenamento jurídico no mundo que não seja sedimentado se não for em cima de um comportamento ético e moral. Se







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tivesse uma empresa que fosse deflagrada em uma Operação Carbono Oculto com suspeita de lavagem de dinheiro com o PCC (Primeiro Comando da Capital), que é crime organizado, eu teria todo o interesse em dar a minha versão dos fatos, porque, quando a gente está com a verdade, esses fatos se perpetuam. Não existe meia-verdade. Você pode me perguntar uma coisa hoje, e eu vou responder da minha vida hoje, e, daqui a cinco, dez, quinze anos – enquanto minha memória assim permanecer –, eu farei.

Eu acho que realmente isso – e eu concordo com os Senadores – passa muito ruim... porque eu fico sempre me colocando no lugar. Eu falo assim: meu Deus, se fosse eu com uma empresa, Sr. Mansur, e tivesse sido atribuída a mim, à minha empresa uma operação, como houve da Polícia Federal, Carbono Oculto, com suspeita de lavagem de dinheiro com o PCC, eu teria todo o direito de falar: "Olha, isso não acontece, porque a minha empresa é isso, é assim, tem esse capital, tem essa transparência, tem esse *modus operandi*, a gente faz isso". E efetivamente, naquelas questões que o senhor acha que o senhor não tem firmeza para responder, porque poderiam, de alguma forma, o incriminar, fala: "Não, essa eu não vou responder, porque..." ou "vou pedir a assistência do meu advogado".

Agora, eu penso muito no que se passa para fora. Eu acho que a gente tem que sempre pensar como que você vai comunicar isso para fora, né?

Eu só posso fazer uma pergunta pessoal para o senhor, com todo o respeito? O senhor tem filhos?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** (Para depor.) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quantos filhos o senhor tem?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Três.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Três filhos. Adultos?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Adultos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Adultos, né? Eu também tenho filhos e eu sempre falo assim: os filhos olham para os pais como espelho para ser alguém na vida. Eu sempre falei isso – sabe, Dr. José Luis? Eu falo assim: meu Deus, qual imagem que você está transmitindo para os seus filhos? Qual imagem que eu transmito para os meus filhos? Não tem lei nenhuma que vai desvirtuar a minha conduta, porque essa lei maior para mim é esse comportamento ético e moral. Então, desde quando eu era Delegado do interior, eu sempre fazia. Chamava aquele senhorzinho e falava: "Meu amigo, qual imagem você está transmitindo para os seus filhos?". E esta é a reflexão que eu faço: olha, qual imagem que a gente transfere para os nossos filhos? Qual imagem que o senhor transfere para os seus filhos quando estão assistindo a todos nós e veem o senhor aqui exercendo um direito constitucional, obviamente, por amparo de uma decisão de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, não falando sobre questões para mim que são elementares? Porque, na minha empresa, eu ia falar: "Olha, eu fui fundador e ex-Presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos. A Reag tinha como objeto isso. Nós tínhamos essa composição. Essa operação se deu nesse contexto. Nós nunca tivemos qualquer relação com o PCC", e assim sucessivamente, porque eu acho que é esse o freio, né?

Eu gosto muito de falar naquilo que o Kant falava do imperativo categórico: age de tal forma como seu comportamento se torne uma lei universal. O que você vai fazer hoje, se fosse tornado uma lei universal, seria positivo? Isso vale para qualquer coisa, qualquer ato da vida da gente.

Então, eu volto a insistir com o senhor: o senhor não quer, pelo menos, falar desses fatos que não têm absolutamente nada a ver? Exponha um pouco para a gente qual é a empresa, em que consistia a Reag, qual era o objeto dela, qual era o *modus operandi*. Apenas isso. Eu queria, assim, ver qual seria a reação das pessoas da minha família vendo eu falar assim: "Não vou falar nada sobre minha empresa ou para a nossa empresa", que é aquilo que está ali. O senhor não... Eu só queria fazer esse apelo ao senhor, e com todo respeito. Eu estou fazendo um apelo enquanto Presidente, não querendo jamais suplantar o direito constitucional. Eu só estou falando assim, que se você... Quando a gente tem uma convicção de que determinada resposta em nada irá contribuir para agravar a situação do senhor, qual o problema de o senhor ter essa oportunidade de explicar para a população, para as pessoas que estão ouvindo, falando assim:





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não, eu fundei a Reag, eu fui ex-Presidente desse conselho de administração, e ela era uma empresa para isso, para isso, para isso. Eu tenho orgulho, ou eu não tenho orgulho, eu fiz isso, fiz aquilo", mas alguma coisa, porque é muito incômodo você chegar aqui e falar assim: "Olha, eu vou me reservar o direito de permanecer calado nas questões elementares". Por exemplo, se eu perguntar ao senhor: "O senhor é casado?"... Ainda bem que o senhor respondeu que o senhor tem filhos, porque, senão, eu ia ficar até mais preocupado quando eu perguntei se o senhor tinha filhos, que foi uma pergunta extremamente pessoal.

Mas eu quero aqui, mais uma vez, fazer essa reflexão, Sr. João. Com todo o respeito, aqui no Senado, ainda bem que os colegas Senadores e Senadores... E quero fazer o registro da Senadora Margareth Buzetti, uma Senadora que dignifica muito este Senado e muito a Bancada Feminina. Ela tem uma pauta forte com o combate à impunidade, a gente reconhece isso. Mas eu só faço esse apelo ao senhor, se o senhor pelo menos não queria fazer uma explanação sobre a empresa do senhor. Apenas isso.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não,

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Presidente, a forma tão... Eu já tenho 36 anos de carreira, Presidente, já estive em inúmeras CPLs. A forma tão respeitosa, tão cordial de todos os integrantes desta Comissão... Na exposição de V. Exa. agora eu senti muita sinceridade na forma como V. Exa. você colocou. Então, o senhor vai colocar um pouco a história da empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Entendeu? Assim, para que possa não parecer uma posição não de transparência, isso parece que é uma empresa de fato, como coloca, uma empresa que não tenha nenhuma responsabilidade.

Por exemplo, essa acusação de ter participação, por exemplo, com o PCC não existe, no caso da Carbono Oculto, Presidente. V. Exa. é Delegado, eu conheço... Porque às outras investigações a gente não tem nem acesso.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – À Compliance, por exemplo, não tenho acesso, mas não existe, por exemplo, uma afirmação na Compliance, textual, de que a Reag lave dinheiro do PCC, entendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por isso que é importante, Doutor...

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Isso está documentado nos autos, em uma petição nossa. Mas então, ele vai esclarecer, sim, esse histórico.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só quero deixar claro que eu respeito muito o senhor.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Eu sei que o senhor me respeita.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu fico sempre fazendo esse exercício de me colocar no lugar. Com todo o respeito, se eu estivesse no lugar do senhor, advogando para ele, eu ia falar assim: "Meu amigo, desses fatos... Esse é o momento de você expor para a população qual é a empresa".

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Eu acho importante ele falar, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – ... um pouco a fundação da Reag, tudo em respeito à eminente Senadora, ao eminente Senador e a todos daqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Sr. João Carlos, pelo tempo que o senhor julgar necessário, e o senhor vai fazer a exposição... Fique à vontade naquilo que o senhor achar, "Olha, eu preciso falar isso", esse é o momento de o senhor falar, até mesmo para o senhor se defender... Imagine que o senhor estivesse falando, como o advogado falou, da Operação Carbono Oculto com o PCC... Cara, quem quer... Qual é a pessoa...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** (*Fora do microfone.*) – Não vai entrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, não, não, não vai entrar... Eu estou falando... Obviamente, não... Não estou falando que ele vai entrar. Eu estou falando assim... Quem gostaria de ser vinculado ao Primeiro Comando da Capital no crime organizado? Qual a empresa que gostaria? Quem é a pessoa, física ou jurídica, que quereria?

Então, eu agradeço, mais uma vez agradeço a participação do advogado, a deferência e a sensibilidade...

E o senhor faz uso da palavra da forma como lhe aprouver.

Com a palavra o Sr. João Carlos Falbo Mansur.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** (Para depor.) – Senador, obrigado pela oportunidade, a todos da mesa, General, Senadora, Senador...

A companhia foi fundada em 2012, autorizada pelo Banco Central, autorizada pela CVM. A gente passou esses últimos 14 anos num crescimento importante, atendendo a empresas e famílias, a nossa companhia nunca atendeu ao mercado de uma forma geral. Esses dados são públicos. Nós nunca captamos nenhum centavo público, então, a gente só trabalha para investidores que, no mercado, se chamam de "qualificados", ou seja, famílias, empresas e indivíduos de alta renda.

A companhia, até agosto, tinha cerca de 800 funcionários, aproximadamente 700 fundos, distribuídos em cerca de 300, 350 grupos empresariais e famílias brasileiras de todos os estados, inclusive do estado do senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe-me, eu não prestei atenção... Quantos funcionários? Oitocentos, não?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Oitocentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tá. Perfeito.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Oitocentos funcionários.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso quando?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Até agosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Agosto do...

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Agora, de 2025.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Esses dados são públicos, e a empresa sempre foi auditada por empresas internacionais de auditoria.

Nós, há seis anos, tínhamos *rating* de gestão internacional por duas companhias internacionais, e todas as estruturas de governança que uma empresa aberta, na bolsa de valores, tem e necessita.

Nós tínhamos duas companhias listadas, uma de administração fiduciária e uma de gestão, no novo mercado da bolsa de valores. Ou seja, a gente escolheu o nível de governança mais alto possível, justamente por conta disso: conselho de administração independente, com nomes de referência no mercado e operações muito claras e muito transparentes. Eu acho que a gente acabou sendo penalizado por ser grande e independente. Nosso mercado penaliza o independente.

Todas as informações que eu estou trazendo agora a vocês, aos senhores, são públicas. Estão disponíveis no *site* da companhia, que é uma companhia aberta. Ou seja, a gente presta, regularmente, informações ao mercado, à CVM, à B3 e ao Banco Central.

Nós éramos auditados por uma empresa internacional de auditoria, e a auditoria interna, por outra empresa internacional. Nosso departamento de *compliance* tinha 12 pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só por curiosidade: com o Banco Master também?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – O Banco Master era um dos clientes...

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** – Era um dos clientes.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – ... como outros bancos

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Era um dos clientes.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – ... como outros bancos, como outras instituições financeiras e como outras empresas de mercado, um cliente como o senhor, como eu, como o nosso advogado; então, normal.

Voltando a um questionamento do Senador Sergio Moro, sim, *compliance* muito forte. Sim, *compliance* regulado pelo Banco Central, regulado pela associação, como associados da Associação de Mercado de Capitais, pela CVM. Sim, 12 pessoas no departamento de *compliance*, isso não é normal em uma companhia como a nossa; 18 pessoas no departamento jurídico; entre *compliance* e jurídico nós tínhamos 30 pessoas, e, se vocês pesquisarem qualquer companhia do nosso segmento, obviamente não vão encontrar isso.

Não éramos, nunca fomos empresa de fachada, não temos investidores ocultos, é um *partnership*, ou seja, vários sócios, várias pessoas. Eu fundei a companhia, eu era Presidente do Conselho de Administração, eu já não sou Diretor da companhia há alguns anos, já exercendo funções estratégicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe-me, só para eu entender: atualmente o senhor ocupa qual cargo?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Atualmente eu não ocupo cargo nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nada?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Nada.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Desculpe-me, Senador...?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Me parece que o senhor fez uma venda no ano passado, não é isso?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** (Para depor.) – Sim, na época...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Para um grupo de ex-diretores...

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Isso é público.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Informações públicas, informações de cunho público: sim, foi feita a venda das duas empresas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor pode falar o valor dessa venda?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Na verdade é público, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas o senhor tem?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Não tenho comigo agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não? Perfeito.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Se o senhor me permite, só para aprofundar essas informações que o senhor deu de 800 funcionários, 700 fundos: a gente está falando aqui, agregando esses fundos, de que valor de operação?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Senador, rapidamente eu vou responder. Também são dados públicos, são dados que qualquer um pode consultar de forma aberta. Nossa companhia chegou a ter 700 fundos, aproximadamente 300 bi sob administração – de terceiros, não são recursos próprios, são recursos de terceiros –, dados públicos facilmente acessados por qualquer cidadão.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, perfeito.

Então, o montante questionado, os fundos questionados, correspondem a uma fração de não mais de 10%, 15% do volume total da operação, não é?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Muito menos, Senador.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Então, deixando claro, volto a dizer, são todas informações públicas, qualquer cidadão pode ter acesso, são dados abertos. Os dados do Banco Central, os dados da CVM também são dados abertos. O que a gente não pode abrir são os clientes, porque há proteção, por lei complementar, de sigilo bancário.

Mas o que fizemos até agora foi isso, trabalhamos de forma muito diligente, muito consciente. Infelizmente passou um rolo compressor. Nós não temos nenhuma ligação. Como o nosso advogado, o nosso patrono acabou de colocar, no procedimento da Carbono Oculto, em 15 mil páginas, não existe nenhuma menção à associação com o PCC ou com o crime organizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas, Sr. Mansur, ao que o senhor atribui essa operação então? O senhor acha que isso foi uma... Porque é difícil, né? A gente pega assim, as pessoas vão falar...

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Senador, eu vou... Aí é uma opinião pessoal, eu acho que eu vou permanecer calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nem a opinião pessoal o senhor poderia falar?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – A opinião pessoal é pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu sei.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – A gente está em um ambiente público, eu acho que eu vou permanecer calado, Senador.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É porque, tipo assim, se você tem um negócio em que está tudo da melhor forma possível, e, de repente – como a expressão do senhor, eu também me sentiria da mesma forma –, um rolo compressor passando, uma operação da Polícia Federal em cima da minha empresa, com pessoas falando... "Meu Deus, o que está acontecendo?".

Mas tudo bem, eu respeito, eu respeito.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – É muito importante...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Se me permite, Presidente e Sr. Mansur, Dr. Oliveira, só aproveitar essa experiência nessa mesma linha. Os fundos administrados pela Reag, tem vários perfis de fundo, um deles é o fundo de cotista único. Você pode descrever o que é isso? Porque, compreenda, pra todo mundo está nos acompanhando, inclusive os Senadores, essa não é uma realidade cotidiana. Como é que funciona isso?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** (Para depor.) – Senador, isso é um dispositivo facultado na lei, isso está expressamente permitido pela legislação, lei federal, inclusive. A quantidade de cotistas independe do veículo, você pode ter um fundo com um cotista e com milhares de cotistas. Então, isso... a CVM regula isso. Ter apenas um cotista não quer dizer que o fundo seja A, B ou C, a quantidade de cotistas não carimba e não determina o objetivo do fundo, né?

Eu gostaria, é uma coisa muito importante, eu gosto de falar isso, eu expliquei várias vezes para o Dr. José Luis: um fundo é um condomínio, ele é como se fosse um prédio. Então, vamos pensar que este prédio é um fundo; o administrador é a imobiliária que administra o prédio; o gestor é o síndico que cumpre o regulamento do condomínio que é administrado por uma imobiliária; e os donos do fundo são os donos do prédio. Então, aqui, este prédio, o Senado Federal, o dono do prédio é o Senado Federal, então o cotista deste fundo é o Senado Federal.

Então, é muito importante que a legislação já coloca isso de forma explícita. Os fundos são condomínios abertos ou fechados? Qual a diferença de um condomínio aberto e um condomínio fechado? No condomínio aberto pode-se entrar ou sair a qualquer momento, é o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundo em que todos nós aplicamos no nosso dia a dia, colocar o nosso dinheirinho ali, que entra e sai e tem uma rentabilidade no dia a dia. E um fundo fechado tem um prazo determinado e tem uma característica determinada. Então, isso é definido em lei, lei federal, é público. Então, a diferença da quantidade de cotistas ou não, independe, eu posso ter um proprietário só do prédio, posso ter milhares.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E a escolha para usar o mecanismo do fundo não é para a pessoa física, ela está ligada a planejamento tributário e outras questões?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Não necessariamente... Não necessariamente. Os fundos foram criados no Brasil e no mundo como condomínios, sim, para uma democratização de investimento. O fato de você usar um fundo, uma empresa, uma fundação, uma instituição qualquer que tenha um CNPJ "indifere", a legislação permite a utilização, óbvio, sem desvirtuar os fins. O senhor não pode usar um fundo imobiliário para comprar um crédito e o senhor não pode usar um fundo de participações para comprar um crédito. Existem determinações expressas na legislação sobre qual tipo de ativo pode entrar em determinados tipos de fundo e existe um regulamento, como no nosso condomínio – não pode fazer barulho após as dez, não pode ter movimentação de obra antes das sete da manhã. O regulamento do fundo público, na CVM, publicado nos *sites* dos administradores, dos gestores e da própria CVM, gera a regra de funcionamento daquele condomínio. I

Isso é muito importante, porque ele é transparente ao extremo. A CVM faz um trabalho excepcional, o Banco Central faz um trabalho excepcional, os administradores são fiscalizados diariamente pela CVM de forma automática. Então a parametrização dos regulamentos é muito séria. A instituição funciona muito bem, os órgãos de controle do mercado de capitais e do mercado financeiro são muito competentes, Senador.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ainda assim, por esse canal, passaram alguns bilhões de dinheiro sujo.

O senhor mencionou, só sem avançar demais, eu entendo a atuação da defesa, o senhor mencionou duas companhias listadas em Bolsa...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... vinculadas à Reag. E uma delas de gestão fiduciária, é isso?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – São dois serviços diferentes. É um serviço de administração fiduciária, comparativamente à imobiliária, e um serviço de gestão de recursos, comparativamente ao síndico.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Só para eu entender, quando eu perguntei... Desculpa, só para entender mesmo, o Banco Master era sócio ou ele era cliente do fundo?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** (Para depor.) – O Banco Master era nosso cliente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Cliente.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – O Banco Master e seus acionistas, como outros bancos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Nós tínhamos cerca de sete ou oito instituições financeiras como clientes da nossa empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, agora uma percepção pessoal, claro. Como o senhor viu essa liquidação do Banco Central da Reag?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Aí é uma opinião pessoal, eu vou ficar calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Entendi. Perfeito.

O senhor terminou as suas considerações?

**O SR. JOÃO CARLOS FALBO MANSUR** – Terminei, Presidente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mais uma vez, eu quero agradecer ao Dr. José Luis, e parabenizar a sua trajetória enquanto advogado, que dignifique muito a Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu tenho muito orgulho de falar que eu sou inscrito na OAB e, depois de aposentado como delegado, na época da eleição, eu falei: eu vou tirar minha OAB para advogar junto com o meu sobrinho, e aí eu fui eleito Senador e estou aqui e agradeço à população do Estado do Espírito Santo por ter esta oportunidade de aprendizado.

E, mais uma vez, as minhas homenagens à Ordem dos Advogados do Brasil.

Sr. José Luis, eu quero agradecer imensamente a sua compreensão e sensibilidade naquilo que eu tentei fazer com que o senhor ficasse o mais à vontade e seguro possível aqui. Eu confesso ao senhor, e aqui eu não estou para julgar ninguém, longe de mim, mas eu participo de algumas CPMIs, algumas vezes, e eu confesso que eu não compactuo com determinados tipos de comportamento, com qualquer que seja a pessoa que venha numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu tive minha vida pautada como delegado de polícia e nunca, eu nunca... Uma coisa sagrada para mim é o respeito, o respeito com aquela pessoa. Podia ser o pior criminoso que fosse. Eu, em nome do Estado, tinha que ser inteligente para provar, por provas objetivas e subjetivas. Eu não preciso arrancar um depoimento ou um interrogatório de uma pessoa. Eu tenho que ser muito mais inteligente para fazer aquilo... E, ao final, concluir se tem provas e se tem elementos.

Quantas vezes que eu relatei inquérito, até gravava o final do meu relatório, da análise da trilogia da culpa, verifique-se culpa ou, se essa foi tão somente da própria vítima, e sugeria o arquivamento por atipicidade do fato ou por ausência de responsabilidade.

Então, eu quero aqui, não só como Senador, mas como um homem, falar da minha gratidão pelo senhor ter vindo aqui, respeitando a decisão e, naquilo que o senhor, obviamente, se sentiu confortável em falar, se manifestar.

Eu consulto... Só antes de finalizar, porque eu esqueci, perdoe-me, Senadora, a Secretaria só me avisou agora... Concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente. Só quero fazer um comentário aqui.

Ouvindo tudo, eu – diferentemente dos colegas Senadores que são advogados, do meu colega jurista aqui – não entendo por que uma pessoa fica em silêncio em um ambiente tão seguro como aqui, que é o Senado Federal, onde o senhor poderia falar realmente o que pensa, até a sua opinião pessoal. Como eu não sou do direito, eu não consigo entender por que uma pessoa, que não está sendo coagida para falar, mas exerce um direito, o que é o.k... Mas nós estamos diante de um caso tão assombroso, tão assombroso, que é do Banco Master, que envolve até o Supremo Tribunal Federal, e a gente está tentando entender o que está acontecendo.

A única certeza que a gente tem, Senador Alessandro, é que muitas pessoas vão ficar sem receber o seu dinheirinho sagrado. Ali nós vemos realmente a participação de pessoas de dentro da Justiça. Nós, hoje aqui, temos que pensar em proteger a Suprema Corte, e não os seus integrantes – não os seus integrantes. Talvez seja isto que a CPI esteja fazendo – não é, Senador? – quando o senhor convoca os dois Ministros para que eles venham, para que sejam investigados: é para proteger uma instituição tão forte como é a Suprema Corte. Mas nós não podemos aceitar que a Dra. Viviane Barci de Moraes tenha um contrato que envolve tudo isso que nós estamos falando hoje e não explique. Depois de três meses, ela dá uma explicação montada, que, para mim, ficou pior. Ela ofendeu a nós brasileiros com essa explicação. E está tudo certo...

Então, Sr. João Carlos, pelo menos, o senhor falou um pouco, não ficou totalmente em silêncio, porque aqui o senhor poderia falar com segurança até suas opiniões pessoais.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Antes de encerrar, eu quero aqui justificar que o Governador Eduardo Leite, mais uma vez, não compareceu e que também não foi disponibilizado o Secretário de Segurança Pública do estado para vir a esta Comissão. Eu faço um apelo aqui ao Governador: ou ele ou o seu Secretário, nós vamos reiterar a necessidade do comparecimento deles.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, para que a gente possa encerrar os trabalhos, já agradecendo a presença de todos e a colaboração da defesa, quero fazer um registro que é muito importante, Senadora Margareth: esse é um escândalo que não tem marca ideológica. Infelizmente, num país que está paralisado pela polarização, a gente vê cada lado tentando atacar adversários usando o que deve ser uma investigação séria.

E uma dessas coisas, assim, que a vida vai nos mostrando: a divulgação constante de dados – hoje novamente vários dados são divulgados – e a confissão parcial dos envolvidos vai mostrando cada vez mais que essa é uma doença gravíssima e que se infiltrou por todo o corpo, por todo o tecido social brasileiro, com políticos de direita e de esquerda indistintamente envolvidos, figuras que estão nos mais altos cargos – a senhora citou a doutora esposa do Ministro Alexandre de Moraes. Veja a que ponto chegamos.

Inclusive, eu tomo a liberdade, Dr. Oliveira: essas pessoas precisam contratar bons criminalistas, porque as estratégias de defesa dos ministros até agora são escandalosas. A justificativa, a fundamentação para o recebimento de impressionantes quase R\$80 milhões foram algumas reuniões e manuais de *compliance*. Um levantamento técnico feito – acho que divulgado hoje pelo jornal *O Globo* – mostra 70% de plágio e uso de IA para os tais relatórios e manuais de *compliance*.

Não tem desculpa, não adianta tentar tapar o sol com a peneira, é uma crise gravíssima, gravíssima. E a gente vai permanecer vendo políticos irresponsáveis tentando fazer uso eleitoral. Tem uma frase lá – usam muito Nordeste, Fabiano, não sei se lá no Espírito Santo usam –, que é grosseira, mas eu vou usar porque descreve bem a realidade: macaco não olha o rabo. Infelizmente, é muito remoto que nós tenhamos algum partido relevante no Brasil que não tenha integrante de destaque envolvido nesse escândalo, que recebeu recursos por diversas vias, mecanismos de lavagem pueris – pueris –, consultorias *fake*, contratos de advocacia simulados, fundos patrimoniais que não se sustentam em pé, venda de precatório por valor de face quando a regra do mercado é deságio, tudo isso está passando aos nossos olhos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que as pessoas, os homens e mulheres públicos que têm responsabilidade, nos três Poderes, compreendam a gravidade e tomem providências, porque essa, sim, é uma crise que ameaça nossa democracia, porque não há democracia quando você não confia nas instituições.

Presidente, obrigado pela tolerância do seu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Muito obrigado.

Mais uma vez, quero agradecer o comparecimento do Sr. João Carlos Falbo Mansur e do Dr. José Luis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os convidados e convidamos para as próximas reuniões, a serem realizadas nos dias 17 de março e 18, com pautas que serão publicadas pela Secretaria da Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.)*







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quinze minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Otto Alencar, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Magno Malta, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Wilder Moraes, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 215 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 218 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, CPF 156.305.876-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 221 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de LETÍCIA CAETANO DOS REIS, CPF 657.724.151-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 223 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO, CPF 819.684.424-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 224 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário e fiscal de Ahmed Mohamad Oliveira, CPF 074.195.818-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 227 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, CPF 078.602.017-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 233 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto, presidente do Partido Liberal." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 245 de 2026** que: "Requer a convocação da Sra. Martha Graeff, empresária e influenciadora digital." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 246 de 2026** que: "Requer a elaboração de RIF e a quebra de sigilo fiscal e bancário do ARLEEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA, CNPJ nº 41.673.442/0001-86, referentes ao período de 9 de fevereiro de 2021 a 29 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 248 de 2026** que: "Requer a convocação da Senhora Martha Graeff, influenciadora digital." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 249 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Governador do estado do Mato Grosso." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 250 de 2026** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Frederico Murta, Delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, atual titular da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE) da Polícia Judiciária Civil daquele Estado, para comparecer a esta CPI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 253 de 2026** que: "Requer, à Comissão de Valores Imobiliários (CVM), à Receita Federal do Brasil, ao Banco Central do Brasil e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), o envio de informações e da identificação completa dos beneficiários finais de fundos de investimento exclusivos ou restritos vinculados, geridos ou administrados pelo Banco Master ou pela REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), de janeiro de 2022 até o presente." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado com aditamento. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 254 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 255 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Clínica Mais Médicos SA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 256 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 257 de 2026** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa A&M Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA., referentes ao período de 28 de dezembro de 2022 a 12 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 258 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Willer Tomaz, advogado." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2026** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 260 de 2026** que: "Requer a a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 261 de 2026** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Willer Tomaz, referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 262 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Artur Martins de Figueiredo, sócio da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 263 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor FLAVIO DANIEL AGUETONI, diretor da empresa PRIME AVIATION PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., CPF nº 286.491.528-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 264 de 2026** que: "Requer a convocação da Sra. Giselle dos Santos Carneiro da Silva, ex-assessora da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Retirado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 265 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. João Gustavo Haenel Neto, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 266 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Flavio Daniel Aguetoni, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 267 de 2026** que:





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer a convocação da Sra. Thatiane Garcia Silva, sócia da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 268 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Rodolfo Garcia da Costa, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 269 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Marcus Vinicius da Mata, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 270 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Senhora Giselle dos Santos Carneiro da Silva, CPF nº 087.112.627-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Retirado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 272 de 2026** que: "Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 273 de 2026** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro da Cidadania, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 12 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 275 de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor José Pedro Gonçalves Taques, advogado, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso, a comparecer a esta Comissão, afim de prestar informações perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito em razão denúncias relacionadas a possíveis irregularidades no sistema de crédito consignado no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 276 de 2026** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo (diretor da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A.), referentes aos período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 277 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Francisco Craveiro de Carvalho Junior, CPF nº 490.291.263-53, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Retirado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 278 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CONSULT INTELIGENCIA TRIBUTARIA LTDA, CNPJ nº 45.619.280/0001-59, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Retirado. **2ª Parte - Oitivas.** **Finalidade:** Oitivas do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de fiscalização do Banco Central, e do Sr. Vladimir Timerman, fundador da Esh Capital. Oitiva do Paulo Sérgio Neves de Souza, Ex-diretor de fiscalização do Banco Central, em atendimento aos requerimentos 231/2026 e 238/2026; do Vladimir Timerman, Fundador da Esh Capital, em atendimento ao requerimento 210/2026. **Resultado:** Realizada a oitiva do Sr. Vladimir Timerman. Não compareceu à reunião o Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**  
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/18>





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes. Na primeira, teremos a deliberação dos requerimentos constantes na pauta, do item 1 a 36. Na segunda, teremos a oitiva do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-Diretor de Fiscalização do Banco Central, e do Sr. Vladimir Timerman, fundador da Esh Capital.

Ressalto que a convocação do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza foi feita nos termos da aprovação do Requerimento 231, de autoria do Senador Humberto Costa e Alessandro Vieira, respectivamente.

A convocação do Sr. Vladimir Timerman foi feita nos termos da aprovação do Requerimento 210, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, realizada em 11 de março de 2026.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não. Com a palavra o Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que esses trabalhos têm sido muito bem conduzidos por V. Exa. e pelo Senador Alessandro Vieira. E a Comissão focou no crime organizado e, por superveniência de fatos, começou também uma investigação envolvendo o Banco Master, porque o Banco Master







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está ligado à Reag, que por sua vez lavava dinheiro do PCC e do Comando Vermelho. Parece-me que esse é o objeto delimitado dessa investigação desta Comissão.

No entanto, nós fomos surpreendidos aqui com a propositura de alguns requerimentos – está? – que não têm nenhuma pertinência temática com os temas desta Comissão. Vou dar um exemplo aqui. Convocação de Giselle dos Santos Carneiro da Silva, requerimento da Senadora Soraya Thronicke. Essa pessoa é ex-assessora da Primeira-Dama Michelle Bolsonaro. A justificativa é para investigação do cartão corporativo, dos gastos do ex-Presidente. Aí foi colocado na pauta. Podemos até votar o mérito, e eu acho que não tem problema nenhum em fazer quebras aqui ou convocar, mas aqui é um requerimento que nitidamente não tem a menor pertinência temática com o tema desta Comissão. E aí, qual que é o problema, Presidente? Fica parecendo que se está querendo utilizar esta Comissão para fazer o jogo político baixo, né?

Outro caso aqui é Valdemar Costa Neto, Presidente do Partido Liberal. O que ele tem a ver com o escândalo do Banco Master? Depois nós temos aqui também quebra do sigilo fiscal do Paulo Guedes. Ele tem alguma suspeita de ter algum envolvimento em alguma espécie de ilícito? Foi aprovada aqui a convocação, com o meu protesto, inclusive, mas nunca sequer se cogitou de algum envolvimento dele em nada ilícito ou recebimento de nenhum valor ilícito. A mesma coisa em relação ao Roberto de Oliveira Campos Neto.

Vejo aqui também requerimentos envolvendo a oposição no Estado da Bahia, né, como o ex-Prefeito de Salvador ACM Neto, que a meu ver deixam de lado o fato de que se nós vamos falar em Banco Master na Bahia, a principal suspeita recai sobre o Sr. Rui Costa, o atual Ministro da Casa Civil. Do Ministro da Casa Civil, é conhecida essa história de que através do Credicesta concedeu exclusividade ao Banco Master e do outro lado proibiu que os servidores da Bahia tivessem a portabilidade para escolher taxas de juros menores no crédito consignado.

Então, a observação que faço aqui a V. Exa. é que se investigue todo mundo, mas não se utilize esta CPI como um instrumento para criação e exploração de fatos políticos que não têm nenhuma relação, ou que se faça uma seleção de alvos.

Eu apresentei aqui, Excelência, dois requerimentos ontem, o 280 e o 281, de 2026, para que nós convoquemos, então, o Ministro Rui Costa, para ele poder explicar as relações dele com o Banco Master, e igualmente convocar o Jerônimo Rodrigues Souza, que deu continuidade a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa relação especial do Governo da Bahia com o Banco Master, porque, se é realmente para começar a apurar o que aconteceu no Estado da Bahia, as responsabilidades recaem, as suspeitas recaem principalmente em cima do Ministro-Chefe da Casa Civil, Rui Costa. Mas pediria aqui que requerimentos que não têm qualquer pertinência... E aproveito aqui o Senador Alessandro Vieira presente... Está sendo convocada a assessora da Primeira-Dama Michelle Bolsonaro – não tem nada a ver com o crime organizado, não tem nada a ver com o Banco Master – para apurar cartão corporativo. É da Senadora Soraya Thronicke, que nem está aqui para justificar esse requerimento, que, a meu ver, é um absurdo. Convocar Valdemar da Costa Neto, que não tem nem suspeita, envolvimento em crime organizado ou Banco Master. Quebrar sigilo fiscal do Paulo Guedes, não tem nenhuma suspeita de algo ilícito envolvendo-o.

Então, se é para fazer um jogo político, eu talvez saia dessa CPI, então, porque eu não me presto a esse papel de ficar aqui nessa discussão baixa. Vamos investigar o crime organizado e vamos investigar, como foi muito bem colocado pelo Relator, inclusive por V. Exa., o Banco Master por conta das relações dele com o crime organizado e com a esfera de proteção em relação ao crime organizado. Mas, mesmo em relação a isso, se formos fazer uma investigação, que seja uma investigação completa, sem escolher alvos selecionados. E, se formos investigar, então, relações na Bahia, o papel central do Rui Costa e do Governador atual, Jerônimo Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Eu quero aqui anunciar que, a pedido do autor dos requerimentos, Senador Rogério Carvalho, encontram-se retirados de pauta os Requerimentos 277 e 278 da pauta que foi anunciada. Então, esses dois requerimentos estão retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

### **1ª PARTE**

### **ITEM 35**

### **REQUERIMENTO Nº 277/2026**







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Francisco Craveiro de Carvalho Junior, CPF nº 490.291.263-53, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho

### 1ª PARTE

#### ITEM 36

#### REQUERIMENTO Nº 278/2026

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CONSULT INTELIGENCIA TRIBUTARIA LTDA, CNPJ nº 45.619.280/0001-59, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho)

Eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, que eu acho que está no sistema remoto e quer fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom, Sr. Presidente, inicialmente eu quero pedir a V. Exa. que retire da pauta de hoje quatro requerimentos sobre os quais não há consenso de que sejam votados hoje. Não significa que não serão votados. E até eu gostaria de, para essa votação, estar presente, estar aí presencialmente. Então, os Requerimentos 256, 258, 261 e 273, que nós poderemos discutir e votar na próxima semana.

Com relação à manifestação do Senador Sergio Moro, é óbvio que a posição dele é absoluta e totalmente parcial. Eu pergunto o que é que o Sr. Fábio Luís Lula da Silva tem a ver com o Banco Master, com o crime organizado? E o seu sigilo fiscal, telefônico, telemático,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário foi quebrado. Existem razões para essas pessoas que foram convocadas ou das quais foram aprovados requerimentos, né? Por exemplo, o Sr. Valdemar da Costa Neto. Não, ele não é... Realmente, ele não é acusado, mas ele é uma testemunha importante.

É porque tem gente que acha que no processo judicial só tem o promotor e o juiz, mas tem as testemunhas. Ele declarou num programa de televisão que o Sr. Daniel Vercaro fez polpudas doações eleitorais tanto para o ex-Presidente Jair Bolsonaro quanto para o Governador de São Paulo. Ele disse com todas as letras isso. E o Daniel Vercaro, cada dia que passa, se mostra alguém que tem uma vinculação clara com o crime organizado. Hoje são muitas as especulações sobre recursos de fundos que foram para o Reag e terminaram passando pelo Banco Master. Então, ele viria como uma pessoa que poderia testemunhar aqui sobre fatos como esse.

Então, acho que, em toda CPI, em toda investigação que acontece no Parlamento – não é? –, a forma de nós resolvermos essas querelas é nós votarmos os requerimentos, porque esse julgamento do Senador Sergio Moro não é um julgamento com o qual todos nós venhamos a concordar, não é? Aliás, a extrema direita nessa CPI e nesse Congresso Nacional, a única coisa que faz é fazer disputa política, é tentar jogar para o cenário da disputa eleitoral – não é? – uma investigação que deveria ser feita com a mais absoluta seriedade.

Então, eu quero contestar essas colocações sobre os requerimentos que estão apresentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Então comunico que estão retirados de pauta, a pedido do autor do requerimento, Senador Humberto Costa, os Requerimentos 256, 258, 261 e 273 da pauta deliberativa.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

### 1ª PARTE

### ITEM 16

### REQUERIMENTO Nº 256/2026





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**1ª PARTE**

**ITEM 18**

**REQUERIMENTO Nº 258/2026**

*Requer a convocação do Sr. Willer Tomaz, advogado.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**1ª PARTE**

**ITEM 21**

**REQUERIMENTO Nº 261/2026**

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Willer Tomaz, referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**1ª PARTE**

**ITEM 32**

**REQUERIMENTO Nº 273/2026**





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro da Cidadania, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 12 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Fabiano Contarato.

Quero cumprimentar também o Senador Alessandro Vieira e, mais do que isso, eu quero me solidarizar com o senhor por – um cumpridor do trabalho, da sua missão, como o senhor é aqui, eu sou testemunha –, o senhor ter sido, de uma certa forma, intimidado a partir de uma entrevista que o senhor deu e de outros posicionamentos que o senhor tem tido de forma transparente aqui no Senado Federal, pelo escritório de advocacia da família do Ministro Alexandre de Moraes. É inaceitável esse tipo de intimidação e quero manifestar a minha inteira solidariedade.

E quero aqui, Presidente, fazer um pedido para o senhor; na verdade, dois: primeiro, que a gente se mantenha – e o senhor é fundamental nisso, o senhor é uma pessoa que tem muito equilíbrio, entramos juntos aqui no Senado Federal... Não deixe essa CPI virar palco político. Vamos nos atentar aos requerimentos que tenham realmente conexão com o que a gente veio fazer aqui.

Então, me parece algo esdrúxulo, completamente politiqueiro – não é nem político – a convocação, quebra de sigilo da Sra. Giselle dos Santos Carneiro Silva, só porque ela é assessora da Primeira-Dama... da ex-Primeira-Dama Michele Bolsonaro, porque não tem absolutamente nada a ver. É expor exatamente uma pessoa, uma jovem inclusive, ao julgamento público, a sua





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intimidade, as suas contas, que não têm nenhum indício, absolutamente nada com relação ao crime organizado. Então a gente precisa ser justo nesse aspecto.

E segundo, Presidente, já faz 30 dias, se eu não me engano – sua assessoria pode confirmar –, que nós votamos os requerimentos aqui daquele último bloco, que nós votamos vários requerimentos. Inclusive, o Senador Alessandro tinha o da convocação da esposa do Ministro Alexandre de Moraes, Viviane Barci; eu tinha o convite. O senhor, tudo bem, optou pelo convite, acho justo, só que já faz 30 dias e eu queria saber se houve uma resposta da Sra. Viviane. Se não tiver havido, até por respeito a esta Comissão, para que nós não sejamos desmoralizados, eu peço que o senhor transforme em convocação, para que a gente possa concluir os nossos trabalhos. Nós temos 129 milhões de razões para fazer essa transformação em convocação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom dia, acolho a manifestação de V. Exa.

Dando continuidade aqui...

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... nos termos do art. 235, III, "d", item 5, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em globo dos requerimentos constantes da pauta.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta...

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, eu vou fazer o seguinte, para a gente dar celeridade aos trabalhos: eu consulto se há divergência com relação aos convites, o Requerimento 250 e o Requerimento 275, um convite ao Sr. Frederico Murta, Delegado de Polícia do Estado do Mato Grosso, da Senadora Soraya Thronicke; e o requerimento do Senador Humberto Costa convidando o Sr. José Pedro





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gonçalves Taques, advogado e ex-Senador e ex-Governador do Mato Grosso, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações perante a Comissão Parlamentar.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Os Senadores concordam com os convites para essas pessoas? Volto só falar, uma coisa é aprovar o convite, outra coisa é efetivamente se elas virão aqui.

Com relação à ordem de oitiva, Senador, eu tenho feito um contato em conjunto com o Relator e a gente tem feito... Até mesmo, para o senhor ter ideia, eu tenho tido a cautela de colocar dois convidados, porque caso um consiga uma decisão judicial, pelo menos a gente assegura uma oitiva de uma pessoa, como é o caso do que vai acontecer hoje na segunda parte. Nós temos dois convidados, duas pessoas convocadas, apenas uma irá comparecer. Então, isso está sendo feito. Aprovado o convite, eu vou dar a resposta ao senhor no momento oportuno em que ela for acionada para comparecer, e ela vai dizer, uma vez convidada, se ela vai comparecer ou não. Eu só estou falando que é para a gente dar a celeridade. Se não for ter destaque nesses dois convites, a gente aprova simbolicamente esses dois convites e se vê, posteriormente, a questão da conveniência e oportunidade para oitiva dessas pessoas que eu terei a sensibilidade de assim o fazer. Se não, aí, então, a gente vai ter que ir para o voto nominal.

Volto a falar, toda pauta que foi aqui deliberada eu pautei, e a pertinência e a fundamentação ficam por conta do autor do requerimento. Então, o autor do requerimento vai ter oportunidade para manifestar a sua fundamentação, justificando por que está sendo convocado, por que está pedindo a quebra da transferência de sigilo bancário, telemático, fiscal, qualquer que seja. E aí, sim, no voto, num espaço democrático... Os colegas, com todo o respeito, sabem da minha conduta aqui. Eu volto a falar, eu tenho projetos aqui, enquanto Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que eu era radicalmente contra e votei. Por quê? Porque eu respeito, eu tenho que me curvar à decisão do órgão colegiado.

Então, o requerimento está feito. Quem tem divergências sobre aquele requerimento de convocação, ou de convite, ou de quebra, ou de transferência, destaca, e a gente vai para o voto. Votou. Perdeu? Perdeu, não vai convocar, não vai transferir e assim sucessivamente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só pediria para a gente ganhar tempo, porque a gente tem uma pessoa para ser ouvida, e a gente vê. Eu só faço a pergunta de forma bem objetiva. Esses dois convites, a gente tem consenso para aprovar convite dessas pessoas. Se não, nós vamos para o voto, a votação vai ser nominal.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado. É apenas para tentar colaborar na condução dos trabalhos e também colaborar para que esta Comissão não desperdice seu tempo e seu foco.

No tocante ao Requerimento nº 275, que é um convite do Sr. Pedro Taques, existem outros dois requerimentos de convocação. Então, a minha sugestão é pela prejudicialidade desse convite, uma vez que votaremos logo em seguida a convocação.

Este é um ponto que merece já uma reflexão antecipada da Comissão. Estamos trazendo para cá essa situação, e o requerimento inicial de convocação do Sr. Pedro Taques, ex-Senador, ex-Governador, ex-Procurador da República, se dá por conta de documentos e informações que ele traz referentes à atuação do Banco Master no Estado do Mato Grosso, num contexto específico.

Mas é muito importante também deixar registrado, para que todos votem com absoluta consciência, que também estaremos importando para esta Comissão uma disputa política local. Nós temos lá uma disputa entre o Sr. Pedro Taques e o atual Governador, Mauro Mendes, os dois pré-candidatos ao Senado pelo estado. E os dois procuraram a Comissão, os dois apresentaram documentação, com documentações absolutamente conflitantes com relação ao objeto.

Então, a minha visão é que é válida a convocação para que seja ouvido – e não convidado, porque isso aqui não é espaço para seminário –, convocado como testemunha para assumir o compromisso de falar com as responsabilidades da lei e que apresente os documentos e se responsabilize pelo que fala, porque a gente tem que dar consequência às coisas. A gente fica





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui reclamando de decisão do Supremo que barra uma convocação, que derruba uma quebra de sigilo, mas, se a gente vota e aprova a convocação e quebra de sigilo sem o mínimo de reflexão e profundidade, a gente é que está se desmoralizando, não o Supremo.

A gente vai votar, e eu acho importante, Fabiano, que a gente faça uma análise, requerimento por requerimento, em alguns dos casos pelo menos, para que as pessoas fundamentem: qual é o indício que você tem para pedir uma medida que é extrema, que é a quebra de sigilo? Nem todos, ninguém tem a obrigação de ter formação jurídica, para ser Senador, para ser Deputado, não é isso, mas todos nós temos assessoria, tem consultoria na Casa, para que possa entender para que serve cada coisa e qual é a fundamentação mínima. Então, se eu vou pedir uma quebra de sigilo, tem que ter fundamentação, nexos com o que a gente está fazendo, apontamento de que esse é o único caminho para que a gente possa ter essa prova, que ela não pode ser produzida por outro meio menos gravoso. Porque uma quebra de sigilo não é mostrar só um fato que se está investigando, ela quebra inteiro, você vai ter todo o acesso.

Então, essa reflexão, Presidente Fabiano, com a tolerância do seu tempo eu faço, para que a gente possa conduzir o trabalho da forma produtiva e, particularmente, defendendo, no caso dos convites, que é a questão que o senhor coloca neste momento, que esse, especificamente, seja desconsiderado para que a gente aprove logo a convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acolho a manifestação do Relator, Senador Alessandro Vieira, mas eu vou manter a deliberação dos convites, porque eu entendo que uma coisa não está prejudicial à outra. A gente pode muito bem aprovar o convite e rejeitar a convocação, ou pode aprovar, rejeitar o convite e rejeitar a convocação. Então, eu vou manter o convite aqui feito para essas pessoas.

E eu consulto se podemos votar de forma simbólica ou se serão destacados para votação do convite.

A conveniência e a oportunidade para ouvir aqui, isso vai ser de acordo com o trabalho que eu vou dialogar enquanto Presidente, até mesmo em diálogo com o Relator. Eu só queria fazer essa manifestação.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Senadores aqui presentes se querem destacar esses convites. Se quiserem destacar nós vamos para o voto para convite.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Oportunamente vai ter a deliberação das convocações.

Quero também informar a esta CPI que, com relação a todas as quebras de transferência de sigilo, elas serão nominais, individuais, tendo em vista determinação – eu acho que é a orientação do próprio Supremo Tribunal Federal, justamente para a gente ter responsabilidade naquilo que vai aprovar aqui com relação a transferência de sigilo.

Mas agora nós estamos para caminhar, e eu só queria saber se os colegas querem destacar estes dois convites, 250 e 275. Se for, se manifestem, por gentileza.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria, Presidente, assim, de concordar com o Senador Alessandro Vieira. Nós não estamos aqui, assim, fazendo palestra, seminário. A sociedade aguarda um posicionamento firme desta Comissão para que não haja desvio de foco, mas, ao mesmo tempo, para que a gente possa cumprir o nosso dever.

Convite a gente está vendo, a gente está percebendo que não está funcionando o instrumento de Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, com todo respeito...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, se o senhor tomar decisão, a gente tem que aceitar.

Eu só gostaria de reforçar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Essa questão já está prejudicada, a decisão...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, nós vamos entrar com a convocação também, tá?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, tá. Eu acho que...

Está na pauta esse...?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Já está na convocação.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu estou falando no caso de outros que foram aprovados os convites, como o da...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não tem problema. Senador, tenho serenidade e equilíbrio para isso.

Eu só quero saber: alguém vai destacar os convites?

Se não for, Senadores e Senadores que concordam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovados os convites 250 e 275.

(São os seguintes os itens aprovados:

### 1ª PARTE

#### ITEM 12

#### REQUERIMENTO Nº 250/2026

*Requer o envio de convite ao Sr. Frederico Murta, Delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, atual titular da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE) da Polícia Judiciária Civil daquele Estado, para comparecer a esta CPI.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### 1ª PARTE

#### ITEM 33

#### REQUERIMENTO Nº 275/2026

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor José Pedro Gonçalves Taques, advogado, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso, a comparecer a esta Comissão, afim de prestar informações perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito em razão denúncias relacionadas a possíveis irregularidades no sistema de crédito consignado no Estado de Mato Grosso.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa)

Anuncio as convocações.

Prestem atenção, por gentileza.

Requerimento 251... Desculpem-me, 215, do Senador Alessandro Vieira; 233, do Senador Humberto Costa; 245, do Senador Marcos do Val; 248, do Senador Alessandro Vieira; 249, do Senador Rogério Carvalho; 256, do Senador Humberto Costa; 258, do Senador Humberto Costa... Desculpem-me, 256 já foi. À exceção daqueles que já foram retirados: o 256 foi retirado de pauta, a pedido do subscritor; o 258 também. O 262, do Senador Humberto Costa; 264, da Senadora Soraya Thronicke; 265, da Senadora Soraya Thronicke; 266, da Senadora Soraya Thronicke; 267, da Senadora Soraya Thronicke; 268, da Senadora Soraya Thronicke; e o 269, da Senadora Soraya Thronicke.

Lembro que os Requerimentos 256, 258, 261 e 273, de autoria do Senador Humberto Costa, foram retirados de pauta a pedido do requerente, do propositor.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

### 1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 16**

**REQUERIMENTO Nº 256/2026**

*Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**1ª PARTE**

**ITEM 18**

**REQUERIMENTO Nº 258/2026**

*Requer a convocação do Sr. Willer Tomaz, advogado.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**1ª PARTE**

**ITEM 21**

**REQUERIMENTO Nº 261/2026**

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Willer Tomaz, referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**1ª PARTE**

**ITEM 32**





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### REQUERIMENTO Nº 273/2026

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro da Cidadania, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 12 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa)

Eu solicito quais são, desses que eu anunciei, quais são os que serão destacados.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Mesmo a Senadora Soraya Thronicke não estando presente aqui, o senhor vai manter os requerimentos dela? Porque não vai ter nem quem defenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E vai para o voto, Senador.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gostaria de lhe fazer essa ponderação, até pra gente ganhar tempo nos trabalhos.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero destacar o Requerimento 233, de convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Espera um pouquinho.

Por gentileza, a Secretaria anota isso.

Requerimento 233...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E o 264, de convocação da Sra. Giselle dos Santos Carneiro da Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só esses dois, Relator?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Da minha parte, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mais algum dos Senadores presentes quer destacar, desses que eu li, algum?

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Nesses requerimentos aqui que ela colocou Prime Aviation, não sei qual que é o mérito aqui: sócio de Prime Aviation.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O acesso aos requerimentos está no sistema, Senador.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, mas é um pouco difícil de entender aqui a argumentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, a deliberação vai ser pragmática. Eu não estou entrando no mérito. Nós estamos aqui deliberando convocação.

Eu quero só saber o seguinte: apenas esses, a pedido do Senador Alessandro Vieira, estão destacados?

Se for, os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Qual?

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Os itens 7 e 24 estão destacados?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Qual?

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – O item 7 e o 24.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso, perfeitamente, Senador.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O 233 e o 264.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso, perfeito. (*Pausa.*)

O que tem? Não, é isso.

É isso mesmo, Senador. Esses estão destacados.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as convocações, à exceção do item 7 e do item 24, que correspondem aos Requerimentos 233 e 264 da pauta.

(São os seguintes os itens aprovados:

### 1ª PARTE

#### ITEM 1

#### REQUERIMENTO Nº 215/2026

*Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

### 1ª PARTE

#### ITEM 8

#### REQUERIMENTO Nº 245/2026

*Requer a convocação da Sra. Martha Graeff, empresária e influenciadora digital.*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Marcos do Val

**1ª PARTE**

**ITEM 10**

**REQUERIMENTO Nº 248/2026**

*Requer a convocação da Senhora Martha Graeff, influenciadora digital.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

**1ª PARTE**

**ITEM 11**

**REQUERIMENTO Nº 249/2026**

*Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Governador do estado do Mato Grosso.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho

**1ª PARTE**

**ITEM 22**

**REQUERIMENTO Nº 262/2026**







SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer a convocação do Sr. Artur Martins de Figueiredo, sócio da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**1ª PARTE**

**ITEM 25**

**REQUERIMENTO Nº 265/2026**

*Requer a convocação do Sr. João Gustavo Haenel Neto, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke

**1ª PARTE**

**ITEM 26**

**REQUERIMENTO Nº 266/2026**

*Requer a convocação do Sr. Flavio Daniel Aguetoni, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke

**1ª PARTE**

**ITEM 27**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO Nº 267/2026**

*Requer a convocação da Sra. Thatiane Garcia Silva, sócia da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke

**1ª PARTE**

**ITEM 28**

**REQUERIMENTO Nº 268/2026**

*Requer a convocação do Senhor Rodolfo Garcia da Costa, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke

**1ª PARTE**

**ITEM 29**

**REQUERIMENTO Nº 269/2026**

*Requer a convocação do Sr. Marcus Vinicius da Mata, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke

)

Agora, vamos para a votação nominal desses requerimentos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto se o Senador Humberto Costa encontra-se no sistema... Ah, não.

Então, com a palavra, o Senador Rogério Carvalho, para fazer a sustentação da convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto, por 10 minutos.

É esse o prazo, né? São 5 minutos. Perdão.

Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho.

### 1ª PARTE

#### ITEM 7

#### REQUERIMENTO Nº 233/2026

*Requer a convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto, presidente do Partido Liberal.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é importante a gente tratar essa questão do Banco Master não como algo... E já está mais do que claro para toda a sociedade brasileira que é um esquema de fraude dentro do sistema financeiro, na verdade uma pirâmide dentro de uma instituição financeira, ou seja, eles tomaram dinheiro de várias pessoas, sem lastro, sem condição de fazer isso, fizeram operações temerárias, ou seja, criminosas, e obviamente isso aconteceu sob a guarda e a proteção do Banco Central, do Ministério da Fazenda e de um campo político. Então, não dá para a gente querer tirar a política deste escândalo.

Veja, todos que têm filiação partidária estão na política de alguma forma, e nós não podemos tirar o presidente do Partido Liberal, que disse que o Banco Master doou recursos para campanhas do então candidato a Presidente da República Jair Bolsonaro e do então candidato a Governador do Estado de São Paulo Tarcísio.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele afirmou, e estamos investigando um esquema de corrupção, um esquema que transcende a corrupção banal, mas sim um esquema que se caracteriza como organização criminosa no sistema financeiro. Não podemos chamar sob o argumento de que essas pessoas não foram citadas, mas elas se colocaram no jogo ao afirmar que lideranças políticas do seu partido ou vinculados à sua base de aliança política receberam recursos daqueles que tinham a obrigação, do Governo que tinha a obrigação de impedir que este esquema criminoso acontecesse, como o Banco Central do Governo de Bolsonaro, como o Ministro da Fazenda do Governo de Bolsonaro, porque foi debaixo do comando deles que esse escândalo nasceu, cresceu, brotou e deu os frutos. E a gente está aqui tentando entender qual é o estrago que isso vai produzir não só na economia, mas vai produzir na imagem das instituições pelo grau de comprometimento e de envolvimento dos diversos setores da institucionalidade brasileira neste esquema criminoso e mafioso que foi montado.

Recentemente tivemos a proibição da divulgação de vídeos – veja a que ponto nós chegamos – porque está querendo proteger alguém. Então, não dá para a gente vir aqui a esta Comissão, não abrir e não querer investigar com o argumento de que está politizando, de que isso é um problema. Não, esta aqui é uma Comissão do Senado da República, esta Comissão tem um papel: colocar luz – coisa que o Judiciário e outros não podem fazer. Isso aqui é complementar, e a gente tem que colocar luz, inclusive no âmbito da política mesmo e no âmbito do comportamento das instituições, porque isso cabe a nós.

E um Presidente de partido que afirma que recebeu dinheiro de um banco que está no centro de uma investigação como esta...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... é preciso que seja ouvido como testemunha. Ele não é acusado de nada, mas ele pode ajudar bastante a gente a esclarecer como esse esquema funcionou.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto qual Senador vai usar o tempo de cinco minutos para rebater ou para argumentar sobre a não convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, como Líder do PL, eu queria o tempo de Líder para eu poder me manifestar a respeito do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Quem é o Senador que vai fazer o contraponto?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Sergio Moro para a manifestação contrária à convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto, que é o Presidente do Partido Liberal.

Por cinco minutos, Senador, por gentileza.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, eu não estou no Partido Liberal. Então, me sinto à vontade de falar isto: as doações de campanha não são ilegais, não são ilícitas. O próprio Presidente do partido admitiu que havia essas doações, mas admitiu de uma maneira a destacar um fato normal, corriqueiro, dentro da vida política. Se houvesse alguma suspeita de ilicitude envolvendo essas doações, aí daria toda razão de nós o convocarmos aqui para falar qualquer coisa ou esclarecer esses fatos. Mas, se nós formos...

O único fato que aqui é colocado pelo PT para justificar essa convocação é um fato lícito, é um fato corriqueiro. E não vi em nenhum lugar a afirmação de que o Presidente do Partido Liberal seria de alguma forma implicado e investigado em qualquer coisa envolvendo o Banco Master. Ao contrário, as manifestações que vi dele na imprensa eram no sentido favorável à investigação.

Aliás, vamos aqui destacar que a CPI do Banco Master e a CPMI do Banco Master, tão necessárias para este país, foram todas subscritas pela oposição, especialmente pelo Partido Liberal. Eu também assinei pelo União Brasil, porque nós precisamos fazer essa investigação.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, na verdade, com todo o respeito ao requerente, não existe causa fundada a justificar uma convocação para esclarecer um fato lícito, sobre o qual não recai nenhuma suspeita. Caso sobrevenha alguma suspeita sobre essa doação eleitoral, então, que se investigue, mas é o contrário. O que a gente vê aqui? Aqueles que deveriam ser investigados pela sua conexão com o Banco Master, que começou esse escândalo lá no Credcesta, na Bahia, Senador Girão, com o então Governador Rui Costa, hoje Ministro da Casa Civil, não estão sendo convocados, não estão sendo aqui... Eu vou apresentar esse requerimento, vamos fazer isso, então. Agora, não se justifica – e eu creio que o Senador Alessandro Vieira tem sido muito criterioso em relação a isso – nós fazermos investigação, porque não existe uma causa fundada para chamar o Sr. Valdemar da Costa Neto em relação ao Banco Master ou à CPI do Crime Organizado. O que existe apenas são doações eleitorais sobre as quais não recai nenhuma suspeita de ilicitude.

E vejam: isso aconteceu em 22, muito distante do escândalo gigantesco que o Banco Master hoje se tornou. Então, imagino que, em 22, a não ser que tivesse uma bola de cristal, seria muito difícil ter esse conhecimento.

Então, por isso, as razões pelas quais eu acho que neste momento não se justifica a aprovação deste requerimento, sem prejuízo, sim, caso surja alguma suspeita fundada, que nós façamos esta convocação... Senão, é capaz de vir aqui o Presidente do Partido Liberal e simplesmente falar assim: "Foram feitas as doações, estão declaradas. Ninguém tinha conhecimento de nenhum ilícito". E daí?

*(Soa a campainha.)*

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aí ficarão o PT e os autores do requerimento sem qualquer espécie de indagação pertinente para o avanço dessas investigações. Então, por isso, eu me posiciono no sentido de indeferimento dessa convocação.

Aliás, nós vamos ver se não tem doações também do próprio Banco Master e das pessoas envolvidas lá para o PT da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Carlos Portinho, como Líder, por cinco minutos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, Senador.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) – O PL está muito bem representado pela indicação dos seus membros aqui...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, o senhor pode...

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mas fiz questão de estar presente...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, só... Desculpe. Eu queria pedir – eu cheguei agora – se eu podia me inscrever.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fiz questão de estar presente aqui como Líder, porque a gente tem que dar a devida dedicação e ter o compromisso com esta CPI.

Presidente Contarato, esta é a CPI do Crime Organizado. A razão pela qual o Senador Rogério Carvalho faz um exercício elástico, hercúleo para justificar a convocação do Presidente do Partido Liberal nada tem a ver com crime. Ele não tem nenhuma relação com crime algum no caso do Banco Master.

Ele trata de uma doação que está lá na página, provavelmente, da Justiça Eleitoral – isso é um fato sabido. A gente não pode criminalizar o sistema de doação que este Parlamento mesmo aprovou. Antes, quero lembrar, quando as doações de empresas privadas aconteciam, deu azo, inclusive, à própria Lava Jato, Senador Sergio Moro, que V. Exa. conhece muito bem, porque ali tinham trocas, tinha caixa 2, não se tratava de doações lícitas. Criminalizar doações lícitas fere, inclusive, o processo eleitoral que foi aprovado por este Congresso e que já está restrito justamente por aqueles que abusaram de doações, na época, para caixa 2, de dinheiro por fora, para dizer, na época da Lava Jato, e aquilo sim foi criminalizado. Agora, criminalizar doações lícitas que podem ter ocorrido para outros partidos, não tenho a menor dúvida disso... Pode levantar, Senador Sergio Moro, se não tem também na Bahia. A gente vai trazer um fato lícito para dentro de uma CPI que quer apurar crimes.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o crime é ter um fundo ligado ao PCC, fazendo negócio com a autoridade da República. Isso é um crime, porque o dinheiro é ilícito, porque o cassino era ilegal, porque tinham crianças, Senador Girão, dentro de um cassino. Isso é ilícito.

Esta CPI tem que seguir o seu caminho, porque, para tumultuar, para politizar, eu acho que não é cabido. Acho que a gente vai desvirtuar da verdadeira função e objetivo desta CPI, e temos que ter muito cuidado com isso, porque muitas vezes esse tipo de estratégia é para esvaziar a CPI, é para tomar o seu calendário com depoimentos que não têm relação com crime algum. Isso não foi... Não há... Nesse exercício feito pelo requerente, não há nenhuma atribuição de crime.

Então, por isso, Sr. Presidente, eu digo e repito: investigação nesta CPI do crime, na CPI do caso Master, que, como Líder do PL, assinei, a pedido, inclusive, dos meus pares e do partido que eu represento – é uma assinatura de uma Liderança do Partido Liberal... A gente quer investigar do a quem doer, mas tem que ter relação com crime para estar dentro do escopo desta CPI.

Eu peço a devida vênia ao requerente e que a gente tenha parcimônia e compreensão para que não percamos tempo com fatos que não ensejam crimes, porque crime nenhum é atribuído ao Presidente do Partido Liberal. Deixo isto claro: crime algum, envolvimento algum do seu nome com nenhum crime que diga respeito ao Banco Master.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio que será aberto o painel para votação do item 233, convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Humberto Costa, pelo sistema remoto.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Como Líder do PT, autorizado...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com todo o respeito, Senador, o senhor vai usar a palavra como Líder?







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Então...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Ou como Senador, tudo bem...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, aqui nós estamos dando a argumentação... É Líder do PT, é isso?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, então, por cinco minutos, por gentileza.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Não, eu serei... Eu serei muito rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria consultar o seguinte: a gente já pode abrir o painel para votação? (*Pausa.*)

Então, os Senadores que concordam com a convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto votam "sim" – "sim"; quem vota contra vota "não".

(*Procede-se à votação.*)

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Eu quero ser muito breve, primeiro para dizer que é falsa a colocação de que em 2022 não havia conhecimento de que esse banco funcionava irregularmente. Aliás, nesse período foram 18 rejeições a pedidos de autorização de funcionamento desse banco, e é óbvio que o Presidente da República teria todas as condições de ter conhecimento de que esse





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

banco não tinha uma atuação reconhecida, irregular, e, portanto, rejeitar qualquer tipo de doação nesse sentido.

Segundo, nós não sabemos se realmente essas doações foram legais ou ilegais. O Sr. Valdemar da Costa Neto está sendo convidado, convocado como testemunha. Ele aí não é acusado, ele não está sendo investigado, mas ele deu uma declaração chocante, porque ele disse, inclusive, que se fizesse essa CPI do Banco Master a República poderia cair, seria um verdadeiro furacão, enfim. Seria importante que ele pudesse nos explicar isso. Então, ele vem como testemunha.

E a outra colocação que eu faço, veja: eu fico contente, contente de ver o Senador Sergio Moro, que, quando era o coordenador da Lava Jato, na verdade, declarou como criminosas todas as doações normais de campanha que foram feitas a diversos partidos, tudo dentro da legalidade, mas se jogava sobre essas doações uma nuvem de que havia corrupção por trás, e não foram poucas as pessoas que foram vítimas de uma perseguição judicial odiosa que foi feita sob o comando do ex-Juiz Sergio Moro. Então, eu fico muito feliz que agora ele seja capaz de reconhecer que doação eleitoral não é sinônimo de propina nem de corrupção.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu consulto se todos os Senadores votaram.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Não! Não, não, ainda vou votar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quem vota com o Senador Humberto Costa vota "sim".

Quem rejeita a convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto, Presidente do Partido Liberal, vota "não".

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Peço que registre o meu voto "sim", por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pode registrar? (*Pausa.*)





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o senhor pode ir pelo aplicativo.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Estou tentando aqui. Peço um minuto. (*Pausa.*)

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Votei.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Solicito a abertura do painel, para proclamação do resultado do Requerimento 233, convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 4; NÃO, 6.

Está rejeitada a convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto, Presidente do Partido Liberal.

Anuncio o requerimento, votação nominal

### 1ª PARTE

#### ITEM 24

#### REQUERIMENTO Nº 264/2026

*Requer a convocação da Sra. Giselle dos Santos Carneiro da Silva, ex-assessora da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke

Consulto se a autora do requerimento, Senadora Soraya Thronicke, se encontra no sistema remoto para defesa do seu requerimento, por cinco minutos.

Com a palavra, Senadora Soraya Thronicke.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, eu posso me inscrever? *(Pausa.)*

É uma pergunta só...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, Senador, a palavra é para quem fez o requerimento e quem vai defender contrário, e abro o painel.

Com a palavra, Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Fabiano Contarato, demais colegas, bom dia.

Eu gostaria, Presidente, de defender a convocação da Sra. Giselle. Sim, há fundamentos fortes e há indícios fortíssimos. Essa convocação não se trata de simples cartão corporativo ou de despesa rotineira. A Sra. Giselle dos Santos Carneiro da Silva está sendo chamada porque o seu nome aparece diretamente no RIF do Banco Master e em transações com a ex-Primeira-Dama Sra. Michelle Bolsonaro.

Os áudios revelados pela Polícia Federal em maio de 2023 são muito claros: a Giselle, juntamente com outra assessora, discute com o Tenente-Coronel Mauro Cid a preocupação com o uso de cartão de crédito de terceiros, pertencente à Sra. Rosemary Cardoso Cordeiro, amiga da ex-Primeira-Dama. Então, para pagar despesas da família do ex-Presidente, as faturas eram quitadas com dinheiro em espécie, com o claro objetivo de ocultar a origem dos recursos e os reais beneficiários.

Então, os relatórios do Coaf já apontavam que as movimentações eram atípicas e as triangulações feitas via Pix. Era o seguinte: Giselle recebia valores de Michelle e no mesmo dia repassava para terceiros e empresas. Então, isso configura, sim... Isso nos traz, por óbvio, indícios robustos de esquema de lavagem de dinheiro. É inegável.

Então, por isso, os Requerimentos 264... O Requerimento 264 pede a convocação imediata da Sra. Giselle e a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e telemático. Nós do Senado que estamos aqui tentando apurar realmente o que importa não podemos virar as costas para algo





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tão grotesco – tão grotesco. A sociedade brasileira precisa entender o que acontecia nessas transações absolutamente atípicas e documentadas. Então, não estou trazendo aqui nenhuma ilação. Há indícios seriíssimos que nós precisamos investigar, senão por que estaríamos aqui?

Então, estou acompanhando, Presidente... Porque eu estou com o gabinete lotado, mas estou aqui, presente, porque é possível estar presente de forma remota. Então, na minha ausência aí que foi reclamada, eu quero justificar a ausência física, porém, eu estou aqui, *online*, como foi determinada a possibilidade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Consulto qual o Senador que irá fazer o contraponto, para a não convocação da Sra. Giselle dos Santos Carneiro da Silva?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu queria lhe pedir atentamente, até porque o Senador Magno Malta chegou e está pedindo a palavra, se a gente poderia dividir o tempo, eu e ele, nesses cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, com todo o respeito, eu não vou fazer isso, não. A gente vai manter a ordem aqui, cinco minutos, e eu quero aqui conceder... Quem é que vai fazer a defesa?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Não estou propondo mudanças...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, eu tenho a oitiva ainda da segunda parte desta sessão.

Por gentileza...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – ... resolvendo as coisas, a gente não tem tempo para...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu estou querendo... A decisão é essa. Eu quero saber quem vai fazer o uso por cinco minutos. Quem vai fazer o uso por cinco minutos?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor me permite aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Claro.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Senador Girão, Senador Magno Malta, no tocante a este requerimento, e, com todo o respeito à minha amiga querida, Senadora Soraya Thronicke, o requerimento apresentado diz respeito a um período lá de 23. Os áudios foram revelados em 23 e o Coaf aponta movimentações atípicas da Sra. Giselle, referindo movimentações, cartão corporativo, pagamento de contas pessoais, enfim, esse giro de coisas lá vinculadas à ex-Primeira-Dama.

Não há no requerimento nenhuma referência ao Banco Master. Não há, nenhum requerimento. No requerimento não tem. Foi verbalmente apontado pela Senadora que o nome dessa senhora estaria no RIF do Banco Master. A equipe não está localizando essa referência.

E aí eu retomo aquilo que eu falei no início aqui: é preciso tratar, com absoluta seriedade, o que a gente está fazendo, porque é muito importante. Porque a gente está mexendo com gente muito poderosa, gente que tem muito dinheiro. Então, se a gente começa a emprestar esse espaço para briga política rasteira, aí é a receita do fracasso.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Para uma questão de ordem, Presidente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não está referido aqui.

Então, a minha sugestão à colega Soraya é que se faça a retirada e a reapresentação do requerimento com a fundamentação devida. E aí antecipo que, com a fundamentação devida, terá meu voto favorável à convocação e à quebra.

Agora, sem fundamentação, é para quê? É para a gente aprovar aqui um negócio, fazer um discurso, a pessoa entrar com a petição no Supremo Tribunal Federal, o Ministro dar uma canetada e aí você faz um terceiro discurso: "Agora foi desmoralizado pelo Supremo". Não, não





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi. O que nos desmoraliza é não trabalhar sério. Então, organizado, com calma... a sugestão que faço é que se retire e retifique.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente. Eu queria acatar a sugestão do Senador Alessandro Vieira, certo? Como foi... nós reapresentaremos o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, a autora tem que fazer esse requerimento, senão eu vou ter que votar. Ou a autora retira...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Ela está ouvindo? Se ela estiver ouvindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se a Senadora Soraya Thronicke estiver...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... no sistema remoto, que ela faça a retirada e a gente já dê por prejudicada, retira de pauta e passa para...

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Retira de pauta para refazer, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem. É porque ela vai ter a oportunidade de falar sobre os dois...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Posteriormente, Senador. Posteriormente.

O Senador...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... parece não querer.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Eu ouvi, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se ela vai fazer a retirada...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, é porque é o mesmo objeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Por gentileza, Senadora Soraya.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. realmente está...

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Eu ouvi a argumentação do Relator, o Senador Alessandro Vieira, e pedi para rever como é que foi, como é que nós realmente apresentamos o requerimento. E realmente ele tem razão, falta lá. Não adianta eu argumentar aqui oralmente, sendo que, no meu requerimento, não consta. Foi uma falha da assessoria. Eu vou retirar e reapresentar.

O Senador Alessandro Vieira está corretíssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora Soraya.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... está retirado...

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Retirado. Retirado.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está retirado o requerimento...

**A SRA. PRESIDENTE** (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... o Requerimento 233, de 2026, que convoca... Desculpa, o 264...

**A SRA. PRESIDENTE** (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – O 264.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... que requer a convocação da Sra. Giselle dos Santos Carneiro da Silva. Está retirado a pedido da proponente do requerimento, Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, Senador...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A questão de ordem, que era sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente – poderíamos ter economizado isso –: que o item 30 do Requerimento 270 padece do mesmo vício. E ela poderia também se manifestar sobre a retirada, porque está comprometido pela mesma razão, carecendo de fundamento para a sua aprovação.

Era nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, é porque nós estamos seguindo convite e convocação, ainda não chegamos na transferência de sigilo.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, nós estamos tratando de pauta.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu sei.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É a mesma pessoa, é o mesmo objeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Esta Presidência vai solicitar manifestação de transferência de sigilo nominal para o proponente. No momento oportuno, a Senadora Soraya Thronicke vai falar que vai retirar ou não vai retirar. Agora é convocação. Ela retirou a convocação, está convocado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, eu vou... ela falou e agora a oposição vai falar. Nós estamos na mesma coisa ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi retirado o requerimento, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas eu não posso falar, não posso defender.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Retirou...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Espera aí, Sr. Presidente, o senhor não quer me dar a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Estou seguindo...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu estou dentro do Regimento.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Um fala, aí o outro fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senadora.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Eu retiro o 270 também, pelo mesmo motivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A Senadora está retirando o 270, está bom.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas é o assunto que está posto. O senhor não vai me dar a palavra? Por que o senhor não vai me dar a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Agora, quando eu mudar o assunto, eu vou, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não é mudar o assunto, nós estamos nesse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Porque nós estamos aqui num procedimento, Senador Magno.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Isso é regimental.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ela fez discurso político, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Isso é regimental, isso é discurso político.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Todo mundo teve o espaço, Senador Rogério, por favor.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Isso é regimental, Senador Contarato.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio o Requerimento 253.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas V. Exa. não vai me dar a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor quer...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está dentro do escopo... Ainda não encerrou, ela retirou, mas eu quero falar sobre o assunto. Qual o problema?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está prejudicado o tema, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – V. Exa. excede do Regimento Interno. O Regimento Interno não fala que o senhor tem o direito de exceder. O senhor tem que me dar a palavra. Estou dentro do Regimento Interno e V. Exa. conhece o Regimento Interno, V. Exa. é um homem inteligente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só estou falando, Senador, para a gente ter uma coerência nos fatos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas é o que estou pedindo: coerência.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se foi retirado o requerimento, nós não estamos nem debatendo o mérito disso.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, mas eu quero, eu quero, é o assunto.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É o enfrentamento político, Sr. Presidente. Esta Comissão é uma Comissão política.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Magno Malta, eu vou...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, querido, com todo o respeito, eu quero falar, eu não sou suplente, sou Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, Senador, fala, Senador Magno, pode falar.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu ia cooperar com a fala do Senador Alessandro. Não existe esse RIF. Ainda bem que todos nós pertencemos à CPMI do INSS, todos nós estamos na sala-cofre com os documentos. Não existe esse RIF. Não está dentro do escopo para o qual esta CPI foi formada. Crime organizado, por exemplo, tem um requerimento meu aqui para convocar Fernandinho Beira-Mar, para convocar Marcola, para convocar Marcinho VP, que realmente entendem e comandam o crime organizado, que está infiltrado na vida política brasileira. Não foi colocado para ser votado. Por exemplo, o Senador Alessandro, quando fez a convocação da mulher de Alexandre de Moraes, eu havia feito um requerimento antes. Ele apensou no dele e votaram. Eu podia estar dividindo esse fardo, porque estão dizendo que vão processar ele. Processar por quê? Um assunto que está no ar? Um assunto que está de fala? Eu queria que V. Exa. tivesse pelo menos lido o meu nome, porque aí eu entrava no processo com V. Exa. junto, e vamos apanhar juntos e vamos brigar juntos.

Agora, uma pauta completamente política, essa pauta da reunião de hoje é uma vergonha, é uma vergonha. Isso aqui não tem nada a ver com nada, não tem lé com cré. Onde é que está o Fernandinho Beira-Mar, que ninguém convoca? V. Exa. vai colocar o meu requerimento lá do Espírito Santo, do delegado que foi afastado, porque a Polícia Federal pediu para investigar o Governador, porque o Governador ligou para o Macário Júdice, que vazou a operação do Rio de Janeiro para o crime organizado, o Governador pedindo a ele ajuda para livrar e salvar um Prefeito corrupto de Montanha, e ele fez isso. E depois ele deu o troco pedindo para o Governador uma ajuda, e um delegado, aliás, Marcos do Val, corajoso, que veio a público – parabéns ao delegado –, e colocou tudo. Tem um requerimento meu para trazer o delegado aqui, vamos votar também.

Então, não tem na pauta nada da Oposição, é um enfrentamento político para dizer: "Quebramos o sigilo de Michelle Bolsonaro". Isso está sendo requeitando. O Cid já fez a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delação dele, que não foi uma delação, porque a gente sabe, quem entende, que na delação você fala dos seus crimes e aí, dentro dos seus crimes, se tiver outras pessoas em um entorno, começa a pegar todo mundo. O que o Cid fez foi um comportamento de X9, ele não é delator, ele é um cagete, um X9. Então, Cid, essa matéria é velha para atingir a Michelle, que está cuidando do marido, fragilizada emocionalmente. Mas essa gente não tem sentimento, essa gente não tem empatia.

Então, está lá a Michelle cuidando de Bolsonaro, morrendo aos poucos, sendo morto por esse sistema desgraçado, de perversos, e estão lá atrás, requentando coisa velha de Michelle Bolsonaro. Tenha paciência! A sociedade não é tola, a sociedade não é burra. Vamos para o processo eleitoral normal dizer à sociedade o que pensamos e o que queremos. E ponha, pelo amor de Deus, os meus requerimentos, convocando o Fernando da Costa Beira-Mar; Marcinho VP, que é quem conhece de entranha de política, com os políticos; o Marcola, que comanda tudo, organização criminosa, que inclusive está sendo protegida pelo Lula, para não se tornar organização terrorista, pelo amor de Deus!

Então, foi de bom tom, Senadora Soraya, que deve estar me ouvindo, V. Exa. ter retirado...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... porque realmente não está nos RIFs lá no cofre, porque todos nós estamos trabalhando muito e sabemos o nome de quem está e de quem não está.

Encerro dizendo ao Senador Alessandro que você devia ter falado o meu nome para eu ajudar você a carregar os sacos de cimento, rapaz. Estão botando dois sacos de cimento nas suas costas. *(Risos.)*

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – V. Exa. não se preocupe que eu vou transferir para o senhor o processo, caso ele aconteça.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não, não, eu quero ser seu... Me ponha no processo como o seu... Como é que é? Como testemunha sua.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anuncio o Requerimento 253, que é do pedido do Relator Senador Alessandro Vieira.

### 1ª PARTE

#### ITEM 13

#### REQUERIMENTO Nº 253/2026

*Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Accioly, informações e a identificação completa dos beneficiários finais de fundos de investimento exclusivos ou restritos vinculados, geridos ou administrados pelo Banco Master ou pela REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), de janeiro de 2022 até o presente.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira

Consulto se há consenso para que votemos esse requerimento.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Me permita apenas pedir uma retificação do conteúdo para que se inclua, onde se lê "CVM", se leia também "Banco Central, Receita Federal e Anbima".

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Banco Central, Receita Federal e Anbima.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Por quê? Porque um desafio imenso nesse trabalho de identificação desse fluxo de lavagem de dinheiro é chegar ao beneficiário final...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e existe um vácuo legislativo, inclusive tem projeto nosso aprovado já em tramitação nesta Casa, aprovado já na Comissão, que tenta deixar mais claro para a fiscalização isto: quem é o beneficiário final. Porque hoje você usa várias camadas de fundos para ocultar o verdadeiro destino e o verdadeiro dono do dinheiro. Então, por isso é melhor ampliar o alcance, e peço a compreensão dos colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está incluído. Solicito... Algum Senador quer destacar essa solicitação de informação?

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de informação, Requerimento 253, do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Vamos começar a deliberação de transferência de sigilo.

Anuncio os itens 218, do Senador Humberto Costa... Desculpa. O Requerimento 218, do Senador Humberto Costa; 221, Senador Humberto Costa; 223, Senador Humberto Costa; 224, Senador Humberto Costa; 227, Senador Humberto Costa; 246, Senador Sergio Moro; 254, Senador Humberto Costa; 255, Senador Humberto Costa; 257, Senador Humberto Costa; 259, Senador Humberto Costa; 260, Senador Humberto Costa; 261, Senador Humberto Costa... Desculpa, o 261 está retirado. O 263, da Senadora Soraya Thronicke;

O 270 também está retirado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está retirado o 270.

O 272, Senador Humberto Costa; 273 Senador Humberto Costa... Está retirado o 273. O 276, Senador Humberto Costa; 277, Senador... Está retirado o 277 e está retirado 278, a pedido do Senador Rogério Carvalho.







SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**

**ITEM 2**

**REQUERIMENTO Nº 218/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, CPF 156.305.876-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 3**

**REQUERIMENTO Nº 221/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de LETÍCIA CAETANO DOS REIS, CPF 657.724.151-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 4**

**REQUERIMENTO Nº 223/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO, CPF 819.684.424-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

### 1ª PARTE

#### ITEM 5

#### REQUERIMENTO Nº 224/2026

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de Ahmed Mohamad Oliveira, CPF 074.195.818-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

### 1ª PARTE

#### ITEM 6

#### REQUERIMENTO Nº 227/2026

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, CPF 078.602.017-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO Nº 246/2026**

*Requer a elaboração de RIF e a quebra de sigilo fiscal e bancário do ARLEEN FUNDO DE INVESTIMENTO*

*EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA, CNPJ nº 41.673.442/0001-86, referentes ao período de 9 de fevereiro de 2021 a 29 de janeiro de 2026.*

**Autoria:** Senador Sergio Moro.

**1ª PARTE**

**ITEM 14**

**REQUERIMENTO Nº 254/2026**

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 15**

**REQUERIMENTO Nº 255/2026**

*Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*e telemático, da empresa Clínica Mais Médicos SA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 17**

**REQUERIMENTO Nº 257/2026**

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa A&M Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA., referentes ao período de 28 de dezembro de 2022 a 12 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 19**

**REQUERIMENTO Nº 259/2026**

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 20**

**REQUERIMENTO Nº 260/2026**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 23**

**REQUERIMENTO Nº 263/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor FLAVIO DANIEL AGUETONI, diretor da empresa PRIME AVIATION PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., CPF nº 286.491.528-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke.

**1ª PARTE**

**ITEM 31**

**REQUERIMENTO Nº 272/2026**

*Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**

**ITEM 34**

**REQUERIMENTO Nº 276/2026**

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo (diretor da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A.), referentes aos período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**1ª PARTE**

**ITEM 21**

**REQUERIMENTO Nº 261/2026**

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Willer Tomaz, referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 30**

**REQUERIMENTO Nº 270/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Senhora Giselle dos Santos Carneiro da Silva, CPF nº 087.112.627-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**

**ITEM 32**

**REQUERIMENTO Nº 273/2026**

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro da Cidadania, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 12 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa.

**1ª PARTE**

**ITEM 35**

**REQUERIMENTO Nº 277/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Francisco Craveiro de Carvalho Junior, CPF nº 490.291.263-53, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho.

**1ª PARTE**

**ITEM 36**

**REQUERIMENTO Nº 278/2026**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CONSULT INTELIGENCIA TRIBUTARIA LTDA, CNPJ nº 45.619.280/0001-59, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho.

Consulta em quais desses itens há uma manifestação de destaque para votação nominal.

Pois não, Senador.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, mais uma vez aqui a gente vê o Governo indo, tentando investigar algumas figuras políticas da Bahia: João Roma, Antônio Carlos Magalhães.

Olha, para nós sermos corretos, precisamos investigar então o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o atual Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, porque o Banco Master – isso tem sido amplamente divulgado pela imprensa – começou a ser favorecido pelo Credcesta, lá da Bahia, que era um programa do Governo do Estado, na época do Rui Costa, e com peculiaridades, porque lhe foi dada exclusividade para o consignado dos servidores da Bahia. Do outro lado, foi proibida a portabilidade, o que os servidores, em outros locais, têm, para procurar taxas menores.

Então, eu apresentei dois requerimentos que V. Exa. segue o seu procedimento e não colocou, mas eu queria pedir apenas então o compromisso de serem incluídos na próxima sessão, já que vamos investigar, fazer uma investigação completa e, na Bahia, o cerne me parece que tem que ser as relações do Governo do Estado da Bahia com o Banco Master. Mas em relação ao João Roma...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quais são, Senador? Quais são os requerimentos que o senhor quer destacar?

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quero que destaque aqui... O Requerimento 218 foi retirado?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não.

Então, está destacado 218. Qual o outro requerimento?







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O 223.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O 223, destacado.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O 227.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O 227, destacado.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E o 257.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O 257 está destacado.

Há outros requerimentos?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – O 221, Sr. Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O 221, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O 221 está destacado.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, só para fazer um questionamento à Mesa. O 257 tem o mesmo teor do requerimento... Tem o mesmo teor não, mas se refere à mesma pessoa do Requerimento 7, salvo engano, do Requerimento 6, se essa retirada de pauta não poderia ser já feita pelo 257, seguindo a mesma lógica e analogia que foi feita com a retirada do...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, sobre a retirada desse requerimento eu vou consultar o proponente, que é o Senador Humberto Costa.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, agora, nós vamos fazer a votação... Eu consulto se, à exceção dos Requerimentos 218, 221, 223, 227, 257 – esses estão destacados –, os demais podemos votar em bloco. Os Senadores e Senadores que concordam...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não, Senador.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Apenas... V. Exa. disse agora há pouco... Quebra de sigilo...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Transferência de sigilo.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Transferência de sigilo... Me parece que a CPI acabou sendo chocada com a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre isso. Eu não tenho divergência de mérito em relação aos demais...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... requerimentos, mas, em se tratando de quebra de sigilo, apenas estou fazendo um alerta aqui para a gente não ser novamente surpreendido ou com a seletividade, porque, se uma situação chega ao Supremo e aí há uma suspensão: "Olha, suspende-se o procedimento da CPI, porque não adotou o rito da individualização, da fundamentação, da justa causa, da pertinência", enfim. Eu acho que, no caso das quebras de sigilo, nós precisamos ter essa cautela para não ter como consequência, de repente, decisões que vão acabar desmontando aquilo que a CPI está fazendo. Não estou entrando em mérito dos demais, porque não tenho divergência; agora, do ponto de vista do proveito daquilo que nós estamos fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu consulto se não seria um caminho melhor, para a gente suprir essa possível alegação de que não foi feita a deliberação individualizada por quebra de transferência de sigilo, se, nesses que





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não foram destacados, nós procedêssomos a uma apenas votação nominal deles todos. Não sei se eu me fiz entender.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acho que supriria isso, porque ganharia tempo. Por que eu vou abrir... Se não há destaque desse requerimento, a gente abre uma votação única para todos esses que foram... uma votação nominal para todos esses em que há consenso na deliberação de transferência de sigilo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite uma colaboração...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – ... porque é tema importantíssimo para a autonomia do Poder Legislativo.

O que refere o Senador Marcos Rogério – e a Advocacia do Senado também referiu – é lastreado na decisão monocrática do Ministro Flávio Dino, que suspendeu quebras de sigilo sob a alegação de que o rito de votação em bloco não contemplaria a individualização, a fundamentação. É evidentemente uma decisão arbitrária, abusiva, equivocada e inconstitucional, que serviu à utilização política, mais uma vez, da nossa Suprema Corte.

Então – para que quem nos acompanhe e para os colegas terem muito bem assentado o que estamos fazendo passo a passo –, quebra de sigilo tem que ser individualizada, tem que ser fundamentada, justificada. Ela é uma medida extrema. Onde se dá essa justificativa? No requerimento, assim como acontece no Judiciário. Eu desconheço – 25 anos este ano como Delegado de Polícia –, eu desconheço que alguém em algum processo criminal faça solicitações uma a uma, telefone por telefone, um requerimento para cada telefone. Aí o juiz vai dar um despacho para cada telefone... Isso chega a ser uma agressão à inteligência do brasileiro. Nós temos Ministros na nossa Suprema Corte que diuturnamente agriem a inteligência do brasileiro. Não é razoável.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, creio, Sr. Presidente, que não há maiores prejuízos em se fazer esse teatro de aprovação individualizada, porque é um teatro. Rito de votação quem decide é o Parlamento. E, na decisão do próprio Ministro Dino, ele reconhece, mas tira da cabeça um critério, porque ele precisava naquele momento suspender aquela quebra.

Isso, assim... Senador Magno Malta... E me desculpe me alongar, Presidente. Nós temos uma pauta extensa e uma testemunha muito importante para ser ouvida, mas algumas coisas a gente tem que colocar às claras.

Este roteiro de tensionamento entre os Poderes há muito tempo ultrapassou o razoável constitucional. A conduta é abusiva. Se decide, em algum gabinete fechado, não sabe em que circunstâncias, quem pode e quem não pode ser investigado, quem deve e quem não deve ser investigado, o que não é compatível com uma república. E aí vamos começar aqui a decidir: a gente vai ficar correndo atrás do próprio rabo, como diz no popular, dando cumprimento a decisões que não se sustentam, ou vamos realmente nos investir da autoridade que o povo nos concedeu, nos nossos estados, e fazer valer o que está na Constituição? Uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes típicos de investigação, não há dúvida com relação a isso.

Todos os pedidos que não estão fundamentados, Presidente, a equipe dele, nós todos, eu como Relator, a gente tem feito o cuidado de... Acabamos de fazer isso aqui instantes atrás: olha, esse pedido não está fundamentado, ele vai tomar uma pancada na justiça; retira, refaz. E os colegas compreendem.

Agora, essa questão de rito de votação é um escárnio.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um escárnio. Então...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto, Senador.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria deixar claro para os colegas Senadores que eu respeito muito também o rito desta Casa. Eu também acho totalmente desnecessário, uma vez que há consenso... Um dos princípios que rege a administração pública é a publicidade. Os requerimentos foram publicizados, a pauta foi publicizada, teve ali... Eu estou consultando, enquanto Presidente, quais são os requerimentos que querem destacar, porque há divergência, a gente faz a votação nominal. Eu só estou consultando, porque eu parto muito da democracia. Se os colegas falarem... Eu, por mim, a votação é: nesses que foram destacados... nos demais a votação é simbólica e aprova-se em globo. Agora, se os colegas entenderem que é prudente ou queiram fazer essa votação nominal daqueles que não têm divergência, uma única votação nominal, eu também me submeto. Mas eu estou... Se for depender da minha posição enquanto Presidente, eu acho que já está suprido, porque todos os Senadores aqui presentes estão exercendo o seu direito de destacar ou não determinado requerimento. E, se não há o destaque do requerimento, pressupõe-se a admissibilidade da votação em globo, votação simbólica.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, é porque...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas para consignar, eu trouxe esse assunto aqui para ficar consignado...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... na CPI, porque esse caso aconteceu na CPMI do INSS, e é um absurdo. Assiste razão a fala do Relator nesse caso, e é o meu entendimento também, nós sempre trabalhamos assim no âmbito das CPIs.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então não pode haver conveniência: quando é conveniente para um, o fundamento é esse... Ou seja, desmonta, deslegitima o papel da CPI.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu concordo com o encaminhamento do Relator, e, se V. Exa. sustentar o encaminhamento que é o regimental, é também a compreensão deste Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente.

Só quero ratificar... E já vou te dar a palavra, tá, Senador?

Eu fico, assim, perplexo com relação a isso, né? Às vezes a gente fala que está na Constituição Federal que os Poderes são independentes e harmônicos entre si. Olha, o que nós temos presenciado de determinadas decisões é um verdadeiro absurdo. Não tem como você ressuscitar, por exemplo, um mandado de segurança arquivado há três anos e conceder um *habeas corpus* de ofício para pessoa jurídica. Então, isso faz com que a credibilidade nas instituições fique de alguma forma... Veja que eu defendo a instituição, pelo princípio da impessoalidade. Agora, todos nós aqui... Como eu defendo o Senado, mas cada um dos 81 Senadores responde também pelos atos que assim fazem, seja administrativo, seja civil ou criminalmente.

Então, eu quero deixar claro isto, que eu também não compactuo com isso. E eu, por mim, esta Presidência decide que, nesses requerimentos em que há consenso, vamos proceder à votação simbólica e vamos passar para a votação nominal daqueles que foram destacados.

Por gentileza.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Perfeito, Presidente, Senador Fabiano Contarato. A sua indignação é a minha e eu acho que é a de todos os colegas aqui. O Senado Federal foi violentado – essa é a palavra – com a decisão do Ministro Flávio Dino. Se eles mesmos votam em bloco lá, se a gente sempre votou em bloco aqui, por que no caso específico, Senador Marcos Rogério, da quebra de sigilo do Lulinha, do filho do Presidente, o Ministro Flávio Dino – que foi, Senador Magno Malta, Ministro da Justiça do Lula e também foi indicado ao STF pelo Lula – vai lá e bloqueia? Então, isso é uma violência contra o Parlamento, justamente para acontecer o que está acontecendo aqui: se inviabilizar uma sessão. Poderia ter resolvido e a gente já poderia estar ouvindo o senhor Vladimir aqui, que





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma importante oitiva, mas a gente está perdendo tempo vendo procedimento, porque existe uma interferência.

Agora, eu queria aproveitar, já que o senhor mesmo tocou na questão da decisão do Ministro Gilmar Mendes de, através de uma pessoa jurídica, resgatar um arquivado mandado de segurança, para inviabilizar uma decisão do Colegiado para quebrar, Senador Marcos do Val, o sigilo da Maridt, da empresa lá de Marília...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Do Toffoli, dos irmãos do Toffoli.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... dos irmãos, da família do Toffoli, do Ministro Toffoli, já que houve esse coleguismo aí do Ministro Gilmar Mendes, eu lhe pergunto: nós já entramos, através da Advocacia-Geral do Senado; o senhor tem posicionamento de quando será a resposta?

Nós vamos fazer uma visita ao Presidente do STF, eu queria que o senhor me chamasse – tá? –, porque eu acho importante... Porque esse assunto não pode ficar embaixo do tapete. Nós quebramos o sigilo da Maridt, e me parece que isso é essencial nesta CPI. E ela precisa, nesse aspecto, de um posicionamento, de irmos juntos lá, saber se vai para o Plenário do Senado, para que fique configurado o golpe, mas pelo menos que fique claro, e a gente não faça de conta que está tudo bem aqui. Porque foi outra violência, Sr. Presidente. E eu vi que o senhor colocou muito requerimento hoje – e eu queria lhe fazer um pedido para, na próxima sessão, o senhor, pelo equilíbrio, compensar –, o senhor colocou muito requerimento hoje, 90%, pelo que eu pude contar aqui, mais de 90% só do Governo Lula, da base do Governo Lula, do Senador Humberto Costa, da Senadora Soraya Thronicke. Eu tenho vários requerimentos meus...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tudo eleitoreiro.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de que eu já falei para o senhor, não vou repetir aqui, para lhe poupar, mas que o senhor coloque na próxima; são requerimentos importantes, assim como os que a gente aprovou. Que o senhor marque as sessões para a gente poder ouvir os convidados aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas para ciência, esta Presidência já solicitou uma reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin, e estou aguardando a data para comparecimento e diálogo desta Presidência com o Presidente do STF.

Eu consulto: os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a votação em globo de todos aqueles, à exceção dos itens que já foram destacados, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas todas as transferências de sigilo que não foram destacadas.

Início agora a votação nominal do Requerimento 218...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Um minuto, por favor!

... do Requerimento 218, de 2026, de autoria do Senador Humberto Costa.

### 1ª PARTE

#### ITEM 2

#### REQUERIMENTO Nº 218/2026

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, CPF 156.305.876-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Humberto Costa, por cinco minutos, para a defesa do seu requerimento.

Posteriormente, concederei a palavra a um Senador que fará o contraponto desse requerimento de transferência de sigilo.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, por cinco minutos.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, antes de fazer a defesa, eu queria registrar aqui que era para ter, naquele momento em que eu fiz a retirada só da pauta de hoje de vários requerimentos, um outro requerimento que estaria nessa condição, por não ter sido objeto de um consenso entre nós, inclusive, que é o 257. Eu queria saber se é possível fazer essa retirada para nós o apreciarmos na semana que vem?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente, Senador. A pedido de V. Exa., o requerimento de transferência de sigilo, o Requerimento 257, encontra-se retirado de pauta a pedido do Relator... do proponente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

### 1ª PARTE

#### ITEM 17

#### REQUERIMENTO Nº 257/2026

*Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa A&M Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA., referentes ao período de 28 de dezembro de 2022 a 12 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa)

Com a palavra o Senador Humberto Costa para a defesa do seu Requerimento 218, de 2026, por cinco minutos.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, na condição de Ministro da Economia do Governo passado, o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Paulo Guedes tinha responsabilidade importante sobre os problemas relativos ao Sistema Financeiro Nacional, tanto ele quanto o ex-Presidente do Banco Central, o Sr. Roberto Campos Neto.

Nós todos sabemos que há uma... houve uma autorização praticamente a título precário de esse banco poder funcionar no momento em que era exatamente Ministro da Economia o Sr. Paulo Guedes. E o objetivo desse requerimento é exatamente para que nós possamos ter as informações que demonstrem se a participação do Sr. Paulo Guedes nesse processo se deve a interesses pessoais, individuais, financeiros, enfim, porque as autorizações que foram dadas pelo Banco Central tiveram a participação, o apoio dele, e as medidas também de desregulação do mercado financeiro favoreceram o Banco Master e ele teve um papel decisivo nessa questão. E nós precisamos saber realmente onde esse processo começa. Obviamente, começou no Governo passado, as pessoas que estão implicadas, denunciadas – e cujas quebra de sigilo e outras informações mais têm demonstrado participação ativa –, são todas também do Governo passado, e isso permite que nós possamos ampliar essa investigação e identificar de alguma forma se o Sr. Paulo Guedes, que teve um papel tão relevante para que esse banco se tornasse essa figura num sistema financeiro de sucesso, um sucesso fácil, se há, de fato, algum benefício que foi auferido por ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado Senador.

Eu consulto os colegas se já podemos abrir o painel para a votação, para a gente ganhar tempo.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, para contraditar...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu determino que abra o painel.

Os Senadores que votam para a aprovação da transferência de sigilo referente ao Requerimento 218, que votam com o proponente, que é o Senador Humberto Costa, votam "sim". Quem vota contrário vota "não".





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quem irá falar, fazer o contraponto, é o Senador Rogério Carvalho...? Desculpem-me, é Marcos Rogério?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É sua a palavra, por cinco minutos, Senador.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para contraditar.) – Sr. Presidente, veja bem, nós... Na sessão anterior foi votada aqui a convocação do ex-Ministro Paulo Guedes. Agora o requerimento é de quebra de sigilo, levantamento do sigilo fiscal, transferência desses dados fiscais, financeiros. E qual é a pertinência temática? Qual é o nexo apresentado no requerimento? O fato de Paulo Guedes ter sido Ministro de Estado da Economia do Brasil – o fato de ele ter sido Ministro –, e que regras foram feitas e situações foram criadas, e que isso em tese teria favorecido, teria criado possibilidades para que crimes fossem cometidos. Não há aqui apontamento direto de envolvimento ou de suspeita de envolvimento do ex-Ministro Paulo Guedes. E não há porque não há. E, se houvesse, a posição deste Senador não seria a posição de ser contra o requerimento.

Agora, Sr. Presidente, falou-se de Paulo Guedes, falou-se de Presidente do Banco Central, pela mesma lógica temos que convocar Ministro Haddad; pela mesma lógica temos que convocar o Galípolo – o Banco Central desde 2021 é autônomo.

Sr. Presidente, responsabilizar ou quebrar o sigilo em razão de uma pseudoacusação de possível envolvimento é algo absurdo, é algo que fragiliza o papel da CPI, é algo que desmoraliza a CPI. Nós estamos diante de uma situação, Sr. Presidente, com todo o respeito, que me parece mais instrumento do jogo político-eleitoral do que propriamente de cunho investigativo.

Sr. Presidente, não há dúvida que no Brasil o crime organizado está atuando – PCC, Comando Vermelho e outras organizações criminosas. Sr. Presidente, é lícito chamar aqui para dar depoimento nesta CPI, na condição de investigado, na condição de convocado, quebrar sigilo, o Ministro de Estado da Segurança Pública? É correto aprovar aqui um requerimento para





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quebra de sigilo do Ministro da Justiça e da Segurança Pública do Brasil porque há operações do crime organizado no Brasil e isso está debaixo do escopo de atuação do Ministro de Estado?

Sr. Presidente, convenhamos, nós não podemos fragilizar instituto da quebra do sigilo de uma investigação, de um trabalho que deve ser sério, de uma CPI, meramente por um jogo político-eleitoral. Não se trata de outra questão. Aqui o jogo é eleitoral, aqui o pano de fundo de tudo isso é a disputa eleitoral de um campo contra outro campo. Deixemos a disputa eleitoral para o campo da disputa eleitoral. Agora é uma CPI que trata de investigar crime organizado, e aí querendo trazer para a CPI um ex-Ministro da Economia do Brasil respeitado, quebrar sigilo do ex-Ministro simplesmente por acusações indiretas. Com todo o respeito, esse requerimento carece de justa causa, carece de razoabilidade, está fora do escopo de atuação dessa CPI, porque não se trata de uma situação a apontar para aquele que está sendo alvo do requerimento.

Então por essas razões eu estou fazendo o encaminhamento no sentido da rejeição desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Eu consulto se todos exerceram o direito de voto.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Vou votar, Presidente.

Pode abrir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pode abrir?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Determino à Secretaria que proclame o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 2 Senadores; NÃO, 6.

Está rejeitada a transferência de sigilo, o Requerimento 218.

Anuncio... Antes de anunciar o 221, eu quero aqui, por uma questão de honestidade intelectual com os meus colegas, falar que nós já aprovamos aqui um convite ao Presidente do Banco Central, o Galípolo. E esta Presidência está aguardando apenas a agenda; ficou de me informar até quinta-feira, ou seja, até amanhã, a data em que ele tem disponibilidade para aqui comparecer. Por isso que essa Presidência não pautou nesta sessão a convocação dele. Por gentileza, só por isso.

Anuncio o item...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Presidente, você disse que me daria para justificar, mas é só para... Aí eu vou na palavra de V. Exa., só para acrescentar que eu estou protocolando agora, meu gabinete acabou de fazer... Nós precisamos saber onde é que está o corpo do Sicário. Isso é a CPI do Crime Organizado, isso é crime organizado. Desapareceu, enforcou, morreu, escondeu... Cadê as câmeras? Cadê o corpo de Sicário? Onde ele foi sepultado? Então é o seguinte: eu estou convocando uma série de figuras que estão dentro desse processo, que participaram do processo, inclusive Polícia Federal, e requerendo as imagens. Requerendo as imagens, porque não é possível que, toda vez que tem um crime bárbaro, a câmera esteja desligada. Isso é uma prática, pô! Lembra dia oito? Não tinha câmera nenhuma ligada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, apenas para a gente ganhar tempo, esse requerimento já foi aprovado, já foi mandado para o Ministro André Mendonça para disponibilizar para a CPI. Então, essa preocupação do senhor foi uma preocupação também do Relator e da Presidência e já foi deliberado, já foi votado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim. Eu só acrescentei alguns elementos que eu levantei e que eu estou colocando, porque, Sr. Presidente, eu estou tratando disso e até me reunindo com ministros eu estive. O Sicário era um departamento, ele comandava. Então, ele tinha um nome de matador, de sanguinário... Esse cara... O corpo dele





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desapareceu, mas o departamento ficou. O cara, com uma capacidade de entrar no *site* do FBI, da Interpol, da PGR aqui, do STF, ia dando para o Vorcaro e dizendo: "Ó, aqui está limpo, aqui está limpo, aqui não tem seu nome". Com essa capacidade tecnológica de avanço que ele tem de ser *hacker*, eu sou capaz de afirmar – guardem a minha afirmação –: quando o Governo americano mostrar a fraude dos documentos na imigração americana que prendeu Filipe Martins, eu não tenho dúvida de que esses documentos foram inseridos por esse suicidado – por esse suicidado –, porque 120 milhões é muito dinheiro para se executar serviços. Então, eu não quero dar nome aqui, mas eu quero deixar no ar, para que todo mundo comece a raciocinar, porque vai aparecer. Então, o cara com essa capacidade...

E aí eu fui pedir para o Ministro André Mendonça, Sr. Presidente... Não pedi autorização, Senador Alessandro, do senhor nem do Presidente. Mas tem uma lista, Sr. Presidente. O Sicário tinha uma lista com o nome de pessoas que estavam contra o Banco Master, batendo no Banco Master, que envolve jornalistas e envolve a nós Senadores. Sabe? Eu tenho informação do nome de dois Senadores que estão na lista, e o próprio Ministro... E eu fui dizer a ele: "Olha, o senhor precisa disponibilizar essa lista, porque tem integridade física das nossas famílias. Essa gente não tinha dó. A integridade física é nossa". Então, eu tenho essa preocupação e estou protocolando, até porque é uma CPI, que tem poder de polícia, para que ele não disponibilize individualmente para cada um de nós, mas que ele disponibilize para que a gente fique sabendo para a gente se guardar, pedir pelo menos a segurança da Polícia do Senado, que eu já pedi dez vezes e nunca disponibilizaram para mim, mas está tudo certo, né? Mas vamos pedir de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Anuncio o item do Requerimento 221.

### 1ª PARTE

### ITEM 3

### REQUERIMENTO Nº 221/2026





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de LETÍCIA CAETANO DOS REIS, CPF 657.724.151-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

A autoria do requerimento é do Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra por cinco minutos para defesa do seu requerimento.

Com a palavra o Senador... *(Pausa.)*

Desculpa, com a palavra o Senador Rogério Carvalho para defesa do requerimento, tendo em vista a ausência do Senador Humberto Costa, por cinco minutos.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Presidente, na informação que...

Só um minutinho, Presidente. *(Pausa.)*

A minha sugestão é que a gente retire de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está retirado de pauta o Requerimento 221, pelo subscritor Senador Rogério Cavalho.

Anuncio o Requerimento 223, transferência de sigilo.

### 1ª PARTE

#### ITEM 4

#### REQUERIMENTO Nº 223/2026

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO, CPF 819.684.424-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

Consulto se o Senador Humberto Costa está pelo sistema remoto para fazer a defesa do requerimento por cinco minutos.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Solicito que seja retirado de pauta também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está retirado de pauta pelo Senador Rogério Cavalho.

Anuncio o Requerimento 227, transferência de sigilo.

### 1ª PARTE

#### ITEM 6

#### REQUERIMENTO Nº 227/2026

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, CPF 078.602.017-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa

Consulto se o proponente se encontra pelo sistema remoto para a defesa do seu requerimento por cinco minutos.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu peço também que seja retirado de pauta.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está retirado de pauta pelo Senador Rogério Cavalho.

Terminada... (*Pausa.*)

A parte deliberativa de requerimentos foi finalizada.

Anuncio a segunda parte desta sessão, com a oitiva do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza.

Um dos objetivos desta reunião era a oitiva, na condição de convocado, do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, servidor do Banco Central, que exerceu o cargo de Chefe Adjunto do Departamento de Supervisão Bancária na instituição até a data de 19 de janeiro de 2026. Sabe-se que, atualmente, por determinação do Supremo Tribunal Federal, o Sr. Paulo está afastado do cargo de servidor do Banco Central. A Secretaria desta CPI buscou, com a ajuda da Polícia do Senado, todos os contatos válidos para entrega da convocação do Sr. Paulo, inclusive fazendo diligência ao edifício em que o convocado estaria residindo. Além disso, via Advocacia do Senado, esta CPI peticionou junto ao STF solicitando autorização de deslocamento do convocado, tendo em vista que ele é monitorado por tornozeleira eletrônica. Na manhã de ontem, terça-feira, o representante legal do convocado contatou a Secretaria e enviou petição dirigida a esta Presidência, solicitando que esta CPI obtenha expressa autorização do STF para o deslocamento do depoente e o depoimento seja designado para nova data.

Em atenção a essa petição, esta Presidência cumpre esclarecer, de forma objetiva, o que segue.

No tocante ao comparecimento, fica desde já consignado que esta Comissão arcará integralmente com os custos de deslocamento e diárias tanto do convocado quanto do seu advogado, inexistindo qualquer ônus financeiro para participação na oitiva.

Quanto ao pedido de acesso a autos de inquérito em trâmite no Supremo Tribunal Federal, registra-se que tal pretensão não encontra amparo, uma vez que, à luz do princípio da separação dos Poderes e da independência entre as investigações conduzidas pelo STF e por esta Comissão, não compete a esta Presidência franquear acesso a procedimentos sob jurisdição daquela corte.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, na manhã de hoje, esta Presidência foi notificada de decisão do Ministro André Mendonça em relação ao pedido de apresentação do convocado para depoimento nos seguintes termos, Senador Eduardo Girão:

Ante o exposto, já tendo sido manifestada a objeção de PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA, através da Petição 33108/2026, afasto a obrigatoriedade de comparecimento, transmudando-a em facultatividade, deixando a cargo do peticionário a decisão de comparecer, ou não, à "CPI do Crime Organizado".

Na hipótese de o referido convocado optar, de forma superveniente, por comparecer ao ato, assegure-lhe, nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, o direito: i) ao silêncio, ou seja, de, assim querendo, não responder às perguntas a ele direcionadas; ii) à assistência por advogado durante o ato; iii) de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo; e iv) de não sofrer constrangimento físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Já que o senhor me citou, eu não sei se é porque eu votei publicamente... O único que eu votei a favor foi o Ministro André Mendonça...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria dizer que eu discordo dessa decisão dele. Eu quero só deixar claro que eu acredito que o instrumento da CPMI tem que ser valorizado, não pode ser esmagado, como a gente está vendo, em decisões de praticamente todos os Ministros, porque a gente tem visto a interferência direta e chegando ao cúmulo de dizer: "Olha, se você não quiser ir para a CPI, você não vai". Ou seja, é um desmerecimento do trabalho que a gente está...

Eu discordo disso, já me manifestei publicamente... E o que é que eu posso fazer?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Hã-hã. Perfeito, concordo.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor está dizendo que vai se reunir com o Presidente do STF. Eu queria que o senhor convidasse a mim – eu sou desta Comissão –, eu queria que o senhor convidasse o Senador Magno Malta e os outros colegas aqui, para a gente ir junto com o senhor para manifestar esse arrepio à lei que está acontecendo, essa ditadura da toga que está blindando geral. A gente está vendo decisões de blindagem geral... É melhor acabar com a CPI e CPMI. Se for assim, é melhor acabar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, eu concordo. Eu acho... Já me manifestei publicamente algumas vezes... Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento de minoria. Essa é uma das prerrogativas do Senado Federal. Se a gente aprova uma decisão de maioria aqui, por exemplo, convocação, e vem decisão do Supremo falando que não é obrigado a comparecer... Para testemunha – testemunha! – está sendo facultada a vinda dela até aqui. Eu não estou falando que é o Ministro A, B ou C, eu estou falando de decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, quebra de transferência de dados é uma decisão colegiada e é que invalida isso. Então, qual é o sentido, efetivamente, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se eu não posso proceder à oitiva de testemunhas, se eu não posso convocar um investigado e se eu não posso quebrar, fazer transferência de dados?

Eu acho, assim... É um momento, para mim, lamentável com relação a esse tipo de postura, porque a gente... Eu fico sempre me colocando no lugar quando eu entrava em sala de aula falando para os meus alunos: art. 5º da Constituição Federal – todos somos iguais perante a lei independente de raça, cor, etnia, religião... Infelizmente, essa está longe de ser uma realidade.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – E eu queria parabenizá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Infelizmente, quando a gente tenta subir no andar de cima, com todo o respeito, toda forma de tratamento diferenciado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, Senador, com todo o respeito, eu não canso de falar isto: entre dentro dos presídios e você vai ver o perfil socioeconômico de quem está preso. Aí, agora, quando um político é condenado por corrupção, concede-se a ele prisão domiciliar.

Eu trabalhei dentro do sistema prisional. Quantos presos estão em estado terminal e não se concede, efetivamente, prisão domiciliar? E aí, quando você tem políticos, ou quando você tem empresários, banqueiros...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Traficantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, não importa. Eu acho assim: se a lei é igual, tem que ser cumprida por todo mundo.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Infelizmente, eu quero aqui deixar...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu quero parabenizá-lo, Presidente, porque o senhor fez uma estratégia inteligente. O senhor colocou, já, talvez, antevendo esse ativismo...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bota duas pessoas.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor está colocando duas, três, isso é bom. Porque, por exemplo, hoje nós tivemos uma sessão cancelada da CPMI do INSS, quando a gente ia ouvir um banqueiro, entendeu? Foi cancelada, porque teve uma decisão ontem do Ministro Gilmar Mendes para que ele não precisasse dar as caras aqui. Então, o senhor está certo, bote três.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque, se fizerem com dois, tem pelo menos um.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Só para cooperar com a sua palavra, muito bem-vinda, muito bem colocada num momento como esse, em que o povo não assiste, e o povo que está assistindo, assim, não entende, não consegue entender. Até porque, quando acontece algo grave na sociedade, o que o povo pede? Vai lá para as redes sociais: CPI disso, CPI disso. E não entende.

Sr. Presidente, desde 2005, se o senhor entrar no YouTube, eu denuncio o ativismo judicial, que depois virou ditadura. E agora eles mandam de fato.

Sr. Presidente, uma CPI, CPMI, tem poder de justiça e polícia. O Supremo não pode, quando alguém é convocado aqui – convocado –, dizer a esse cara: "Você não precisa ir". Aí o cara fica ali na mansão dele no Lago Sul, vagabundo, ladrão, fica ali, com a televisão ligada, assistindo, ao vivo, aqui nós sermos desmoralizados, e as pessoas desmoralizadas. Eles não podem. Isso é inconstitucional, eles estão cometendo crime, violação do ordenamento jurídico, da Constituição.

Agora, a Constituição diz que o cara tem direito de ficar calado, ele nem precisa pedir *habeas corpus* para isso. A Constituição já dá a ele esse direito de não fazer prova contra si, fica calado e tal. Mas eles pedem, com medo de serem presos e tal. E uma prisão, só se o cara mentir para ser preso em flagrante, mas sai com *habeas corpus* lá de R\$300 agora – a multa está R\$300. É só descer ali, registrar o cara, ele sai com R\$300 e vai para casa, sem...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Termo circunstanciado, quer dizer, o cara não tem nem uma audiência de custódia, para ser solto só três dias depois, né? Parabéns a Lewandowski. Dá para sair três dias depois.

Então, assim, essa desmoralização... Essa reunião com o Fachin é fatal. Assim, se V. Exa... Me convide para essa reunião; se V. Exa. não me convocar, eu vou do mesmo jeito, que eu vou estar lá na porta, quando vocês chegarem eu entro junto, certo?

E eu quero dizer a V. Exa. que eu tenho feito coisa assim, de o meu estômago virar e tal, porque eu não sou hipócrita, mas eu tenho pedido audiência com alguns ministros que já são antigos na casa e que acompanharam as CPIs que eu comande. Gente, pelo amor de Deus!





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que você tem resultado se o bandido não vem? Se o bandido não vem? E ele não vai vir.

Agora, Senador Alessandro, custa quanto não vir aqui? É uma entidade filantrópica suprema, Senador Alessandro? Hã? Hein? Atendendo um pobrezinho? Não. Se acontece qualquer coisa comigo, eu sei o escritório que eu vou contratar. Eu não sei se eu vou aguentar pagar, pô, entendeu? Porque o troço é de milhão.

Então, aqui nós concordamos, Senador Contarato, da mesma forma, V. Exa. está na linha... Estou encerrando aqui. Porque eu me lembrei de uma coisa, comecei a rir, estou dizendo... V. Exa. está na linha da primeira conversa que nós tivemos. V. Exa. já está indo para a sua reeleição, porque, assim, ele já foi meu companheiro, eu o filiei no PL, o recebi no PL e fiz uma festa grande, viu? Era muita gente – né? – para poder te abraçar lá. Para os senhores entenderem... E veja, passa a vida toda, até hoje eu sou taxado de homofóbico. Eu sou taxado de homofóbico.

E V. Exa. se lembra que, lá no Espírito Santo, o PL... Pegue o microfone aí, Senador Girão, e me pergunte: quem era o Vice-Presidente do PL no Espírito Santo?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quem era o Vice-Presidente do PL, Senador Magno Malta, no Espírito Santo?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Um travesti chamado Moa, era meu Vice-Presidente, o travesti, Presidente da Câmara de Nova Venécia, prendeu os oito Vereadores por corrupção, ganhou a eleição, amado pelo povo, eu estive com o Moa até na morte, Senador Contarato, e ainda sou tachado de homofóbico, com o meu Vice-Presidente, e olha que Moa era conservador, de valores, mas se vestia como mulher mesmo, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, por gentileza, para concluir, porque a gente tem...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, eu quero dizer, Sr. Presidente... Não, se V. Exa. precisar que eu fique sentado aqui até meia-noite com V. Exa., eu fico, entendeu? E eu acho que CPI é isso. Só para mostrar, nós estamos ao vivo...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Os colegas têm outros compromissos também, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós estamos ao vivo – nós estamos ao vivo –, para que o povo saiba, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está bom...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Porque... Só tomou a decisão? O povo sabe que é violação do Supremo, e eu fui visitar alguns Ministros, que, sinceramente... E eu bato muito – bato muito –, eu não sei nem por que eles atenderam o meu pedido, mas eu fui para falar essa verdade aí: os senhores estão pisando na Casa. Se o Presidente da Casa não reage, se Davi não reage a eles, ele é mais amigo deles do que meu, mais amigo deles do que do Senado, do brasileiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Anuncio a segunda parte, oitiva do Sr. Vladimir Timerman, feita nos termos da aprovação do Requerimento 210, de 2026, autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Bem-vindo a esta Casa, Sr. Vladimir.

Eu queria aqui deixar claro...

Cadê as instruções do advogado? Já foi feito aqui, do advogado? (*Pausa.*)

Eu pediria... Eu transfiro a palavra... Bem-vindo ao advogado, bem-vindo aqui, pode ter certeza de que todas as prerrogativas da OAB inerentes ao advogado serão respeitadas, assim como eu espero contar, por esta Casa, pelo Senado Federal, que ajam com urbanidade e respeito com relação a qualquer pessoa. Eu sempre pautei minha vida assim como delegado, como professor de Direito, não vai ser diferente hoje como Senador.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado por ter vindo, eu espero... Faço um apelo aos colegas Senadores e Senadoras, o respeito que se impõe a esta Casa.

Concedo a palavra ao Sr. Vladimir Timerman, por 20 minutos, para o seu pronunciamento referente aos fatos.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** (Para depor.) – Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade. Eu entendo que eu estou aqui como testemunha e, de qualquer maneira, eu sempre me pautei pela verdade, e não ia ser aqui que eu ia fazer diferente.

Eu recebi a comunicação da convocação na quinta-feira à noite e preparei uma extensa apresentação sobre os fatos que eu conheço, por que eu fui convocado. Eu fui informado que eu tenho 20 minutos, então, eu fiz uma pequena apresentação para passar. Nessa pequena apresentação, eu vou falar o que eu poderia apresentar para os Srs. Senadores acerca dos fatos que eu conheço.

Se puderem colocar, por favor, a pequena apresentação... *(Pausa.)*

Eu acabei me encontrando numa situação em que, por conta do trabalho e do que eu escolhi fazer da vida, eu acabei sendo atacado, ameaçado, humilhado, e eu escolhi não abaixar a cabeça, que nem as outras pessoas fizeram. E, por conta disso e pela minha formação, eu escolhi aprofundar e denunciar absolutamente tudo o que eu descobri.

Então, como pediram para eu vir nesta Comissão para explicar o que eu sabia acerca do assunto, eu acho que vale... Tudo começa, né? Na verdade, a minha investigação começa acerca de Daniel Vercaro, Benjamim Botelho, essas pessoas que atuam no Banco Master. Entre 2016 e 2019, você tem três inquéritos policiais instaurados, onde eles assaltam, desviam recursos – R\$500 milhões – numa série de institutos de previdência municipais, e os três...

Está conseguindo passar? É o primeiro eslaide.

Pode passar para o segundo. Isso, pode passar para o segundo eslaide. *(Pausa.)*

**O SR. CÁSSIO DE ASSIS** – Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só peço que essas situações técnicas, que são perfeitamente aceitáveis, não sejam descontadas do tempo do Sr. Vladimir, porque a exposição dele é muito densa. Então, se nós tivermos aqui um minutinho e meio, isso vai fazer diferença.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pode ter certeza, Doutor, de que será assegurado o direito dele de falar, mesmo porque a colaboração está aqui.

Eu só pediria à secretaria que me trouxesse as instruções, porque ele está aqui sob o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho.

O senhor se compromete a assim fazer?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Comprometo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Continue a exposição, por gentileza, e ele vai ter o tempo necessário, pode ficar tranquilo. Está bom?

Obrigado. (*Pausa.*)

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Se puder passar para o terceiro eslaide.

Você tem a história de Daniel Vorcaro. Para quem estudou o assunto, isso remete a antes de ele assumir o Banco Master, você tem uma série de operações policiais, principalmente no Estado de Roraima, onde apontam desvios da Rolim Previ, você tem até pedidos de prisão em relação a Daniel Vorcaro e, no final das contas, você tem os três inquéritos policiais arquivados.

Se puder passar para o próximo.

Em segundo, acho que um ponto importante que eu poderia expor é a captura da CVM, como muito se fala sobre a atuação do Banco Central, quem entende toda a estrutura de como o Banco Master foi montado, começa a entender que a utilização de fundos passa pela competência da CVM e assim você tem uma série... não só fundos, como os ativos que foram utilizados para perpetrar os desvios são da competência da CVM, e eu consigo apresentar de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma maneira mais detalhada possível, caso os senhores queiram, elementos que mostram o porquê que aconteceu o que aconteceu. Essas pessoas, não é que elas achavam que elas sairiam impunes, elas tinham certeza de que elas sairiam impunes.

Eu acho que pode passar para o próximo.

Outra questão de que muito se fala sobre a suspeita, suspeitas de que o Sr. Nelson Tanure é o dono do Banco Master, eu juntei três elementos para mostrar que esse é o caso. Se deu muita atenção às mensagens que foram vazadas do Sr. Daniel Vorcaro, e eu fiz um exercício de procurar as datas em que questões importantes em relação ao banco, movimentações importantes, dívidas supostamente assumidas de Daniel Vorcaro na monta de R\$3 bilhões, para ver se tinha alguma menção a isso com a namorada dele, e muito me surpreendeu que não tinha, não tinha uma única menção. Então o meu sentimento é de que é uma pessoa que realmente não sabia nem o que estava acontecendo, foi colocada para ser a cara, para fazer as conexões políticas, mas a operação, eu tenho certeza... eu consigo mostrar a estrutura, caso os senhores desejem, de como que o Tanure, quais são os elementos que mostram que o Sr. Nelson Tanure seria o dono do banco, sendo que tem que se entender que essa questão é muito maior do que o banco em si. Você tem o Banco Master...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É muito maior.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – É muito maior. Então o Sr. Nelson Tanure é uma das cabeças, eu acho que é o mais alto da hierarquia, quem são as outras pessoas, eu só posso falar o que eu posso provar.

Se quiser passar para o próximo.

Eu acho que uma questão que sempre me perguntaram e jornalistas vinham me perguntar, e eu tenho medidas que eu não posso... Eu tenho censura e eu não posso falar sobre certos assuntos, e uma questão que dá para passar rapidamente é...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senhor, só um minutinho.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, se ele tem esses assuntos de que ele não pode falar em público, vamos fechar a sessão e ele fala o que ele não pode falar em público para nós.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Se me permite aqui só para colaborar na condução, e em breve a gente inicia a parte de questionamentos, mas vamos deixar ele fazer a exposição. Se chegar algum questionamento que esteja de alguma forma restrito, a gente faz uma mudança para reunião fechada.

Esse é um ponto muito interessante de fala, eu vou pedir que o Sr. Vladimir destaque, porque os gastos... Evidentemente, com as quebras de sigilo chegando, os documentos públicos e tudo mais, e a gente sabe que a gente está falando de uma pessoa muito rica, o Daniel Vorcaro é um homem muito rico num país muito pobre, mas, mesmo assim, a riqueza dele não é compatível com os gastos. Se for laranja, é uma laranja grande. Eu acho que essa laranja está mais para um sócio. Vamos chegar lá.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É por isso que eu estou dizendo que é maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O tempo a gente vai continuar. Restitua o tempo dele, ele vai continuar na exposição, e esta Presidência, no momento oportuno, deliberará, caso seja necessário, por favor.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Como falei, eu tenho uma apresentação maior, mas isso daqui é uma fácil, que dá para explicar muito rápido. Se você somar todo o lucro do Banco Master de 2019 a 2026, sem levar em consideração que esses lucros eram lucros fictícios através de manipulação de cotas de ativos, e considerando que o Sr. Daniel Vorcaro tinha 50% do banco, e considerando que fossem distribuídos 100% disso em dividendos, ele teria recebido R\$1 bilhão. Ele gastou mais do que R\$1 bilhão. Só em festas, só em viagens, gastou muito mais do que isso.

E, todas as vezes que jornalistas vinham me perguntar, que as pessoas vinham me perguntar, falavam: "Mas de onde vem esse dinheiro?", eu falava: "Justamente. Do banco é que não era". E isso é uma coisa que fica clara muito cedo, e, dentro da exposição, eu consigo





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar alguns elementos de como esse dinheiro saiu. Obviamente, eu não tenho todos, mas eu consigo apresentar o *modus operandi* disso daí.

Se puder passar para o próximo, por favor.

Eu sou um gestor de fundos... Eu era um gestor de fundos de investimentos, ainda sou, e eu cruzei com o Sr. Nelson Tanure por acaso numa empresa chamada Alliar, e foi lá que começou. Hoje, as pessoas veem essa questão do Sicário, de como as pessoas foram atacadas e não tem ninguém que foi atacado mais do que eu no mercado. Agora, o caso de Alliar foi um caso em que eu consegui impedir que o que se queria ser feito, os desvios que queriam que fossem feitos fossem concretizados. E esse caso foi no final de 2021, 2022, e tenho elementos... Como eu conheço muito bem o caso, você começa a ter os elementos que vinculam essas pessoas. Então, por exemplo – isso daí está na apresentação maior –: o braço direito do Nelson Tanure se chama Pedro Borba. Você tem uma ata de uma assembleia onde o Pedro Borba assina como representante legal do Banco Master. O Banco Master tinha posições em Alliar também.

Eu tive acesso a um documento de uma busca e apreensão, de uma quebra de sigilo onde o juiz, para fazer isso daí, fala que o Nelson Tanure faz parte do grupo de Maurício Quadrado e MAM e Trustee. Daí, quando eu começo a entender isso daí – e espero conseguir explicar para os Srs. Senadores – era uma máquina de desviar dinheiro, é uma máquina de se comprar tudo e todos, né?

Se puder passar para o próximo.

Depois que eu conheci o Sr. Nelson Tanure, infelizmente, no caso de Alliar, ele foi o meu primeiro processo do... O Sr. Cássio estava comigo. Não. O primeiro processo criminal... Eu sou judeu. Na primeira audiência de conciliação, o Sr. Nelson Tanure falou que eu praticava táticas nazistas. Foi a primeira interação que eu tive com ele. E quando eu consegui entrar com uma medida judicial apenas, expondo – eu acredito que a luz é o melhor dos desinfetantes –... expondo o que ele estava fazendo, a questão de Alliar, o meu trabalho era procurar empresas que tinham problemas e a Gafisa veio me atacar, não fui eu que fui atacar a Gafisa. Daí eu falei assim: ótimo, dado que a Gafisa e o Sr. Nelson Tanure se encontram nessa empresa, vamos começar esse projeto.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final, tem alguns pontos. A Gafisa foi o protótipo de tudo. Quem... As pessoas começam a entender o que aconteceu. O Vorcaro entra no Banco Master no início de 2019, Nelson Tanure entra na Gafisa no início de 2019... A Gafisa hoje é uma empresa que deve valer R\$50 milhões na Bolsa, não mais do que isso. Ela chegou a aplicar quase R\$1 bilhão no Banco Master, ao longo do tempo, e a primeira ação que você tem de Nelson Tanure, como administrador da Gafisa, foi comprar ações de Brazil Realty – que eu imagino que quem está acompanhando o caso do Master... – para permitir que o Daniel Vorcaro tivesse dinheiro para ressarcir as debêntures de Simsan e Centara, que aconteceram antes da entrada dele no banco: R\$50 milhões. Então, o primeiro ato que tem é o desvio do dinheiro da Gafisa para permitir que o Daniel Vorcaro e sua turma, Benjamim Botelho e Foco, ressarcissem outros prejudicados, para dois anos depois firmar um termo de compromisso.

Um caso curioso nessa questão é que quem foi o relator do termo de compromisso do processo, final 201901, foi o então Diretor Henrique Machado, que trabalha no Warde Advogados, que é um personagem que me atacou bastante. E o Henrique Machado, quando firma esse termo de compromisso, menciona nominalmente um segundo processo correlato, que é o 202094. Eu estou falando o final dos processos, porque eu não consigo lembrar os números inteiros. E o Sr. Henrique Machado firma... relata o termo de compromisso, dá seis meses, que é o período de cura, e vai trabalhar atendendo o Banco Master, justamente nesse caso 202094. De novo, na minha apresentação eu me aprofundo um pouco mais.

Uma outra questão é: eu apresentei tudo para a CVM que eu sabia. Na verdade, minhas denúncias acerca de Gafisa se iniciaram em 2019 até 2021. Eram só questões em que eu não tinha pescado a ligação com o Banco Master. No dia 22 de novembro de 2022, você tem um documento que chama Parecer 146, onde lá se apontava uma série de desvios e uma série de questões que, se fossem investigadas... Naquele momento o banco tinha menos de R\$15 bilhões. Então, você tem um Parecer 146 da área técnica da CVM, solicitando a abertura do inquérito administrativo. Esse inquérito administrativo demorou 473 dias para ser aberto. Ficaram sentados em cima das informações que poderiam ter impedido isso de acontecer por 473 dias.

Nesse meio tempo, eu fui cobrar a Procuradoria Federal Especializada da CVM. Na reunião, eu fui ameaçado. A denúncia que eu fiz na reunião foi vazada pelo então Presidente da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CVM, João Pedro Nascimento. E... Desculpa. Tem o absurdo do Procurador Montanholi ter respondido para a Polícia Federal, falando que não existiam investigações acerca de Nelson Tanure e Gafisa dentro da...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Sim, ele chegou... A Polícia Federal perguntou: "Existe alguma investigação sobre Nelson Tanure ou Gafisa?". A resposta de Montanholi, seis dias depois da reunião que eu fiz com a Procuradora-Chefe Luciana Silva Alves, foi: "Na área que investiga outra coisa, não tem". E isso daí atrasou as apurações em seis meses, pelo menos.

Em dezembro, o Sr. Nelson Tanure foi indiciado no caso de Gafisa. O procurador do caso apresentou a urgência, e isso daí quase não aconteceu, porque os advogados de Nelson Tanure – e um deles era o mesmo que o do Sr. Vorcaro, que é o Pierpaolo Bottini – remeteram para o STF para protelar e quase prescreveu. Acho que, se não fosse eu pressionar tanto, teria prescrito.

Dá tem uma outra parte que muito se pergunta: como que o banco inflou o balanço? E qual é a responsabilidade de Roberto Campos Neto em cima disso?

Eu fiz uma denúncia para o Banco Central em 2023, onde mencionava especificamente as operações com precatórios, pré-precatórios. Obviamente não foi exaustivo, mas, se tivessem prestado atenção no que eu falei, teriam evitado. Nove dias depois da minha denúncia para o Banco Central... Desculpa, 29 dias depois, é promulgado aquele regramento do Banco Central que impedia o banco de continuar fazendo o que estava fazendo com precatórios e com títulos de crédito.

Eu também tenho um bloco, numa apresentação mais longa, dedicado a explicar exatamente como isso aconteceu. E fica muito clara a deterioração do balanço do banco e onde eles têm que procurar outras coisas para fazer isso, ou outra maneira de fazer isso. Como que eles fazem outra maneira de fazer isso? É um outro escândalo, onde as... É uma questão complexa.

Ah, se puder passar, eu tinha...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Se me permite a interrupção, Sr. Vladimir, apenas para a gente poder esgotar esse pedaço da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua apresentação e tentar facilitar. É como você falou agora, sua última frase: é tudo muito complexo, mas a gente precisa que cada Senador, cada Senadora e a sociedade brasileira entendam.

Então, quando a gente fala aqui...

Retorne, por favor, o eslaide.

Quando a gente trata a Gafisa como um protótipo do modelo, do que é que a gente está falando? De captação de recursos para poder estruturar essa pirâmide e fazê-la continuar girando; é um protótipo de desvio de dinheiro... Eu preciso ter esse detalhamento maior. O senhor se refere aqui: caixa captado de minoritários foi desviado para o Banco Master e para empresas do Nelson Tanure. O que é que a gente está falando aí?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Se o senhor permitir, Senador, eu posso ir para outra apresentação onde eu tenho detalhamento sobre isso.

Na outra apresentação, Gafisa, se puder colocar na p. 33, na apresentação maior, eu devo ter uns dez eslaides em que eu apresento um pouco isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Com a permissão do Presidente, eu acho que é necessário para poder ter a compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria pedir ao depoente que, como está sob o compromisso de dizer a verdade, qualquer alegação que o senhor faz aqui, que o senhor diz que tem uma apresentação mais profunda, que toda a documentação que o senhor tenha que o senhor disponibilize a esta Comissão para que aí, sim, no momento oportuno, os membros assim façam essa análise mais criteriosa. Agora, eu também tenho dúvidas, mas, no momento oportuno, vou me manifestar. E eu concordo com o Senador Alessandro Vieira, porque senão a gente prossegue numa exposição, mas ficando muito sem deixar efetivamente quais foram as fontes e quais são as fundamentações.

Vou dar um exemplo simples. Se o senhor fala assim: o dono do Banco Master era o Nelson Tanure. Com base em que o senhor faz essa afirmação? Eu tenho que ter essa informação para que a gente possa ter, porque senão você fica no campo da opinião. Mas,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, toda a documentação que o senhor tiver, juntamente com o advogado, mesmo que seja de uma forma mais extensa, que disponibilize a esta Comissão, porque o senhor, mais uma vez, está sob o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, sob pena do crime de falso testemunho.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Será um prazer. E qualquer dúvida que qualquer Senador tenha a respeito disso eu estou à disposição.

No final, eu tenho uma apresentação de 98 páginas, que não conseguiu ser detalhada... não tem uma afirmação nessa apresentação que não seja baseada em algum documento.

Então, só quando eu falo que a Gafisa, o protótipo... Só deixe-me achar na minha apresentação. Eu vou apresentando... Eu não enxergo, mas eu consigo enxergar mais de perto.

Então, vamos lá. Na questão de Gafisa, que foi o protótipo de tudo, eu recebi um material, que pediram para eu analisar, do que foi vazado da CPI do INSS.

Isso daqui não consta na apresentação, mas você tinha uma série de anotações da agenda e 100% dessas anotações de agenda eram em relação à Gafisa, com Maurício Quadrado, Daniel Vercaro, Nelson Tanure e outras pessoas correlatas.

Se puder passar para o próximo eslaide...

Então, como começa a questão de Gafisa? Você tinha o Maurício Quadrado, sócio da Planner. Você tinha uma outra gestora antes, que se chamava GWI, que era muito alavancada. A GWI quebra e a Planner passa a deter as ações de Gafisa que eram desse fundo GWI, e um dos sócios da Planner é o Sr. Maurício Quadrado. *(Pausa.)* E você começa a enxergar a montagem desse ecossistema de MAM, Trustee, Planner, Banco Master. Isso daí acontece no início de 2019.

Então, você tem o Sr. Maurício Quadrado, dono de um fundo chamado Jaguar. Esse Jaguar era dono da Planner, e o Sr. Maurício Quadrado sai da Planner para montar a Trustee. Só que você tem uma questão interessante e é a primeira vez que isso daí aparece: o Sr. Maurício Quadrado continua detendo ações preferenciais, ações sem direito a voto da Planner; ele detém essas ações até hoje. E daí a pergunta que eu faço é: como que se toma uma decisão dentro de uma suposta organização criminosa falando "Ah, então as tuas ações têm direito a voto; as tuas







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações não têm direito a voto"? E daí esse pessoal se pauta pelo formalismo e a Planner, que hoje comprou o que restou da Reag, continua tendo o Sr. Maurício Quadrado como sócio, com ações preferenciais, e o Sr. Nelson Tanure, que tinha 20% da Planner, hoje tem 5%.

Se puder passar para o próximo...

Daí você tem a cronologia da tomada de controle. Você tem o Sr. Nelson Tanure...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tomada de controle da Gafisa?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso, da Gafisa.

Senador, muitas informações do Banco Master estão dentro de Gafisa. Eu não consigo entender por que em nenhum momento... E eu já pedi algumas vezes, se fizer uma busca e apreensão, os documentos que tem lá... Para o Senador ter ideia, quando eu falo que tem a transferência de R\$50 milhões com o Brasil Realty, a empresa que vendeu isso para a Gafisa foi uma empresa que se chamava Brazilian Multimarket Investments, que mudou de nome para Jaguar Horizon Investments, que é essa que o Governo americano falou que era do Daniel Vercaro. O final dessa história, eu estou adiantando um pouco, é que você tem um extrato colocado no inquérito policial mostrando que foram desviados R\$88 milhões do caixa da Gafisa e ninguém fez nada. Você tem um extrato de R\$88 milhões saindo e ninguém fez nada. E o prejuízo causado à companhia é de bilhões de reais.

E aí mostra o que o Daniel Vercaro estava fazendo... Ele nada mais era do que um pauperrado do Nelson Tanure. Na Gafisa, isso aí fica muito claro.

Então, quando eu falo, você tem a eleição do conselho, você tinha o que eles chamavam de bloco Planner, que é onde o Nelson Tanure entra, daí tem aquele primeiro fundo lá, uma cadeia de fundos... É sempre a cadeia de fundos: fundo Bergamo e Panarea. Esse fundo Panarea compra R\$50 milhões de Brasil Realty, do Benjamim Botelho ou da Inter Investments, isso daí acaba com os termos de compromisso. Daí a segunda operação que eles fazem, a MOU Wotan, que era para pegar um ativo, que é um ativo... na verdade é um passivo ambiental, que eles jogaram para dentro da Gafisa, e o objetivo deles, no final, era quebrar a Gafisa e jogar um... deixar um passivo ambiental lá. Tirando tudo que a gente conseguia ter da empresa, eu tenho





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma gravação de uma ligação que eu fiz com o CEO da empresa, onde ele vira e fala, o Henrique Blecher fala assim: "Não, o objetivo deles é quebrar a empresa, é fazer uma RJ". E daí eles chegam... E essas, por exemplo, essa Operação Wotan, isso daí nada tem a ver com o Master, é uma questão de Nelson Tanure jogando um ativo podre para dentro da Gafisa em troca de ações, aonde ele chega e faz uma operação igualzinha a uma em que o Henrique Machado já tinha feito um termo de compromisso, falando que era impossível acontecer de novo. Isso daí acontece.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Quando o senhor fala "termo de compromisso", são termos de compromisso perante a CVM...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... perante o Banco Central?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Perante a CVM.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A CVM.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Tá? E, só para esclarecer, o termo de compromisso da CVM não tem a... A assunção de culpa é muito diferente do ANPP. Então... enfim.

Daí você tem debêntures voltando.

Daí tem, novembro de 22, aquele Parecer 146 de que eu falei. Esse parecer ficou escondido por dois anos, praticamente. A Polícia Federal, depois que eu fiz a denúncia, só foi receber esse parecer depois de eu muito insistir.

Aqui, em setembro de 23, mentiram para a Polícia Federal.

Dezembro de 23... Altamura é um outro empreendimento, e esse daí começa a ter um pouco mais de ligação com o Master, que é o Rio Ipanema, no Rio de Janeiro, onde eles tentaram... onde eles tentaram tirar da empresa, e eu não permiti.

Dezembro de 2025, eu comecei a denunciar as coisas. Eu fiz denúncia na Polícia Federal em 2023. Dezembro de 2025, dia 17 de dezembro, denúncia criminal, o... Tarja: "urgente, risco de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prescrição". Tiram Wotan e Brazil Realty, eles tratam só de um caso, e esse caso não tem a ver com o Banco Master, é só uma questão de Nelson Tanure mesmo.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não, foram desentranhadas.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Boa pergunta. Boa pergunta.

Daí, aqui, os quatro esquemas de desvio, na verdade, não são só esses, mas perguntou: debêntures, *death spiral*... O que fez com a Wotan isso daí? Você teve um termo de compromisso de que o Henrique Machado foi o Relator. É uma questão muito complexa. O que eles fazem? Eles chegam e emitem uma debênture cujo preço é determinado, uma debênture conversível cujo preço é determinado pelo preço de cotação da ação. E daí eles têm uma participação muito grande na companhia, e eles vendem ações e derrubam a cotação, e, daí, para eles recomporem essa posição a preços mais baixos... Em Gafisa, eles derrubaram 50%, o que pelas minhas contas dá uns R\$300 milhões a R\$400 milhões, e isso daí já foi feito em PetroRio, termo de compromisso, acontece de novo.

Então...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tentando aqui só, Vladimir...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Ah, se puder passar para o próximo eslaide, por favor.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Para novamente fazer essa tradução simultânea para pessoas comuns, que é o nosso caso, em síntese o que você está descrevendo com a devida roupagem técnica é que eles se apropriam direta ou indiretamente da empresa, eles geram dívidas para aquela empresa, e através deste mecanismo das dívidas eles fazem a subtração de recursos do caixa da empresa para fundos ou para pessoas ligadas a eles. É isso?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Esse daí é um dos elementos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – São vários elementos.

Na verdade, no caso de Gafisa e... O banco era muito... A Gafisa era maior que o banco quando eles entraram; então, eles começam a extrair o caixa da Gafisa comprando CDB do... comprando letra financeira do Banco Master, que chegou a ter R\$300 milhões a R\$400 milhões, a 115 do CDI quando o custo de capital do da Gafisa era 20% ao ano, e nisso daí o CDI era 8 ou 9. Então, como é que eles estavam extraíndo o valor nesse momento? Ele emprestava dinheiro para o Banco Master a taxa menor do que os CDBs, a taxa subsidiada, e, ao mesmo tempo, eles compravam o crédito dessas dívidas lastreado nos bons ativos da empresa. Então, você chegava e: "Ah, eu vou subir o Fasano Itaim, vou comprar o Fasano Itaim. Então, eu emito uma dívida nesse Fasano Itaim, eu compro essa dívida com o dinheiro mesmo que eu tirei da empresa, e é só a diferença de juros, que vai saindo, e, se a empresa quebra, eu ainda tenho alienação fiduciária do bom ativo, e o bom ativo fica comigo". Eu acho que isso daí, no Banco Master, vai se ver muito, essas questões de alienação fiduciária que são alienações fiduciárias esquisitas – para não usar uma palavra ou outra.

Como que é o outro caso que é o caso que virou uma ação, que virou um indiciamento? – o fundo de que eu faço gestão conseguiu entrar como assistente de acusação. Foi pintado na denúncia como manipulação de mercado, e é uma questão um pouco mais grave. Na verdade, o que acontece? O Nelson Tanure empresta dinheiro para um camarada que se chama Gilberto Benevides, que tinha uma empresa quebrada; ele usa esse dinheiro nessa empresa quebrada, que ele chamava de Upcon, para comprar o quê? Brasil Realty e CDBs do Banco Master. Faz-se um laudo de avaliação dessa empresa que foi com esse dinheiro colocado dentro. É tudo circular, né? Foi colocado, então você chega e fala assim: "Ah, colocou R\$150 milhões dentro dessa empresa, faz um laudo de avaliação". Quem faz o lado de avaliação da Upcon é o Fator, cujo Presidente naquele momento era o atual Presidente... O CEO do Banco Fator era o Gabriel Galípolo. E eles valoram esses R\$150 milhões em 1,3 vezes, e daí viram e falam assim: "Então, isso aqui virou duzentos e tantos milhões, e vamos trocar isso por ações da Gafisa", e daí fazem um outro lado de avaliação – quem fez foi a Eleven por um preço muito mais baixo, e ainda dá 20% de desconto, e daí eles pegam...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – ... e ficam com as ações que eles utilizaram para derrubar o preço para depois subscrever as debêntures da Wotan.

O delegado do caso entendeu o Upcon até agora, ele não conseguiu entender a parte da Wotan.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Sobre o indiciamento, entrou como assistente de acusação. Qual é o andamento?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Victor, se puder falar como o andamento... A gente foi aceito como assistente de acusação...

**O SR. VICTOR LABATE** (*Fora do microfone.*) – Fomos aceitos, estamos aguardando cópias... para a CVM no processo. E aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi recebida a ação penal?

**O SR. VICTOR LABATE** (*Fora do microfone.*) – Foi recebida da denúncia.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A denúncia foi recebida?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, instalou a ação penal por qual crime?

**O SR. VICTOR LABATE** (*Fora do microfone.*) – *Insider trading.*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Foi *insider* ou manipulação?

**O SR. VICTOR LABATE** (*Fora do microfone.*) – *Insider.*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – *Insider.*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse processo da CVM é o inquérito administrativo que foi aberto depois de 473 dias, que tinha um relatório... Assim, eu consegui que houvesse um indiciamento antes que a CVM fizesse qualquer coisa. Os Senadores e a população têm que começar a entender que a CVM... E isso daí se repete em diversos processos, a polícia vira e fala assim: "Eu vou esperar a CVM fazer". São questões distintas, e, se esperar, vai prescrever tudo.

Daí tem... Continuando, tem a questão do fundo Bergamo, em que eles chegam e financiam as próprias empresas. Então você tem a Gafisa financiando a Lormont, que é a empresa que o Nelson Tanure usou para comprar a Alliar, e financiando a Alliar. Então você tem uma incorporadora onde Nelson Tanure vira e fala "eu não sou dono", financiando as empresas de baixo.

E a última parte é a venda dos bons ativos entre partes relacionadas. Então você tem um caso desses, um paralelo disso que a gente está vendo com o Banco Master hoje, que eu tenho visto na mídia, é a venda da Itaminas. Você chega e vende para alguém que você fala que não é parte relacionada. O caso mais... E esse caso chega até a ser meio bizarro, que é o Fasano Itaim. Você tem o Fasano Itaim... Eu acho que eu vou falar um pouquinho para a frente sobre o Fasano Itaim, mas, no Fasano Itaim, você tem um fundo do Maurício Quadrado comprando o Fasano Itaim da Gafisa, que é um fundo que se chama Albali.

Isso está mais para frente, eu acho. Aí!

O Fasano Itaim.

Teve uma hora que eu quase consegui colocar um conselheiro de administração dentro da Gafisa, e daí, neste momento, eles venderam o Fasano para o Albali, assim, a preços muito baixos, na calada da noite. Isso daí não passou pelos acionistas, passou pelo conselho de administração. Em nenhum momento se fala que o Albali é uma parte relacionada. O Maurício Quadrado é o dono da Trustee, que faz a administração do Bergamo, que é o fundo... Até na questão formal deveria ter isso, tá? E daí, assim, o que se tem hoje é que é o cotista único, pessoa física é o Maurício Quadrado. O Maurício Quadrado é sócio da Planner, ações sem direito a voto, e dono da Trustee.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E daí o que se fala é que esse Albali era do Quadrado, do Augusto. Enfim, nunca se tem isso daí... Nunca se tem quem que é o beneficiário final, mas tem um processo da CVM onde chega e fala que é o Maurício Quadrado. O que é muito curioso é que se o Fasano Itaim estava num veículo do Maurício Quadrado; como é que o Daniel Vorcaro vendeu isso para o BTG para ter dinheiro para colocar dentro do banco se o veículo era do Maurício Quadrado? Então, você... Dentro dessas questões, quando eu viro e falo que a Gafisa é o protótipo de tudo, as coisas não estavam tão organizadas ali. Então, você tem uma série de questões de confusão patrimonial.

Se puder voltar só um eslaide, eu...

Perguntou como que usava o caixa, se tinha crédito direto do Banco Master, letra financeira. A Gafisa chegou a ter R\$330 milhões de Brasil Realty, uma incorporadora comprando um fundo de investimentos imobiliários que só tem ativos do Daniel Vorcaro. Enfim, a Gafisa chegou a ter R\$325 milhões no Fundo Berlim, que é um fundo que só tem títulos ligados ao Banco Master e a Nelson Tanure. E a Gafisa chegou a ter R\$70 milhões nesse MN I, que é um fundo que apareceu na Carbono Oculto, que as pessoas estão começando a falar. Eu não sei se eu coloquei na apresentação, mas a Gafisa também chegou a ser cotista do Hans, aquele principal fundo da Carbono Oculto.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Vladimir, se me permite... Desculpa aqui, Relator. É só por uma curiosidade minha. Qual foi a motivação do senhor para iniciar essa investigação? Só por curiosidade.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu era acionista da Gafisa. Eu era acionista da Gafisa e eu montei uma empresa – ingenuidade a minha – achando que eu ia conseguir ganhar dinheiro fazendo com que a lei fosse cumprida.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu acho que o senhor pode descrever – desculpe, Sr. Vladimir – a figura do...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Do investidor ativista?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... do investidor ativista. Enfim, como eu disse, aqui são pessoas comuns.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Na década de 80, nos Estados Unidos, você começou a ter os investidores ativistas que entravam nas companhias para tentar... O modelo dos Estados Unidos era diferente do Brasil, eu tropicalizei isso, mas eles entravam na companhia falando: "Eu vou entrar nessa empresa, eu vou ver o que tem de errado, eu não vou deixar mais acontecer o que tem de errado e eu vou criar valor a partir disso, não só para mim, como para todos os outros acionistas". E eu montei uma empresa cujo foco era fazer isso.

Eu tenho uma história de vida de não conseguir ter benefícios particulares. Enfim, a motivação foi essa. Eu acabei em Gafisa e, conforme eu fui investigando a Gafisa, é que eu descobri Banco Master.

Mas aqui eu explico como que o caixa da Gafisa foi desviado.

Daí se puder passar dois eslaides para a frente, daí tem o Bergamo. *(Pausa.)*

Esse daí do Bergamo é bom.

O fundo caixa da Gafisa, que chegou a ter 400, R\$500 milhões é o fundo Bergamo, tá? O Bergamo, num determinado momento, investiu nesse MN I, que é um dos fundos que aparecem nas investigações como diretamente ligado ao Vorcara. Hoje, eu entendo. A Gafisa financiou as questões de risco do Banco Master com isso.

E a Gafisa também colocou dinheiro naquele Hans 95, que é o principal fundo da Carbono Oculto, onde você tem o Hans, o Olaf, o Astralo e o Maia. E daí você chegava ao Hans através do SDG, que é um fundo onde eu sugeriria aos Senadores prestarem muita atenção nesse fundo... É um único fundo onde eu não sei quem que é o beneficiário final, que eu não consegui encontrar, mas tem muitas coisas... E, mais para a frente, eu mostro a importância deste fundo SDG II. E o SDG é investidor, ele tem debêntures da Banvox, que é o veículo que o Senador... É um instrumento onde eu mostro que o Tanure é o dono do Banco Master. Daí eu teria que voltar um pouco.

Daí se puder passar para o próximo...

Na Gafisa, aconteceu tudo. Como eu falei, o desvio de R\$88 milhões do Jaguar Investments Horizon... Isso daí está no inquérito policial. Eles respondem e falam: "Não, pagamos o resgate do fundo". E daí eles colocam um *print* – o Maurício Quadrado e o Artur







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins Figueiredo respondem isso –, colocam um *print* achando que todo mundo é idiota. E eu vou ver qual que é o CNPJ que foi pago. E o CNPJ que foi pago... Essa... Isso daí, que era uma posição... Era uma posição de Brazil Realty que a Gafisa vendeu para o Jaguar Investments, e, em vez de o dinheiro, a prazo, fiado... Em vez de o dinheiro ir parar na conta da Gafisa, foi parar na conta do Banco Master, na tesouraria do Banco Master. No inquérito policial, tem uma foto. Você pega o CNPJ e você vê que isso daí foi desviado. Nunca ninguém respondeu como foi e nunca ninguém negou que isso aconteceu também nos processos, se desvia do assunto.

Se puder passar para o próximo...

Esse daí é o que eu falo que é o primeiro ato junto de Nelson Tanure com Daniel Vorcaro. Você tem um termo de compromisso do ressarcimento de R\$51 milhões nesse processo de 2019-01 que é aquele lá da Centara e Simsan, de que as pessoas estão começando a falar agora. A CVM foi lá e falou assim: "Vocês estão roubando fundo de pensão, devolve o dinheiro". E daí você tem nos mesmos... Daí a Gafisa faz o aumento de capital, manda dinheiro para o Bergamo, que manda para o Panarea, que compra 50 milhões de cotas do Brazil Realty justamente nos dias em que tem o ressarcimento, que é dia 24 de junho... Aumento de capital da Gafisa concluído dia 25 de junho, ressarcimento do Simsan de 28 milhões dia 3 de julho, ressarcimento do Ares e do Máxima em julho de 2020. Você não tem a data exata. Isso daí precisava fazer uma quebra de sigilo para fazer. E daí você tem o Diretor Henrique Machado, nos últimos dias do seu mandato, falando que... Votando contrariamente ao Comitê de Termo de Compromisso. Aí o Comitê de Termo de Compromisso vira e fala assim: "Não existem evidências de que esse dinheiro foi pago". E o Henrique Machado não está lá nem para assinar no final. Eles assinam o termo de compromisso, o Henrique Machado já tinha saído da CVM.

Se puder passar para o próximo...

E aqui eu falo um pouco da questão de como a CVM não funciona, né? No Parecer Técnico 146 – aquele que ficou escondido por dois anos –, é um trecho: "[...] há evidências da ocorrência de irregularidades na condução dos negócios [...] existência de um controle dissimulado por parte do Administrador [Nelson Tanure]". "[...] [Devido] à gravidade da conduta [...] resta clara a adoção [a necessidade de adoção] de diligências adicionais". Isso daí foi pedido no dia 23 de novembro de 2022. No dia 18 de setembro de 2023, eu cobrando a CVM por que





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada estava acontecendo... Você tem a Polícia Federal... A gente entrou com uma notícia de fato, notícia-crime sobre algumas questões da Polícia Federal, e daí a Polícia Federal pergunta para a CVM: "CVM, tem algum processo?". O chefe desse Procurador... Era Procuradora Chefe a Luciana Silva Alves, que me atacou bastante... O Montanholi encaminha para a Polícia Federal, e o que ele fala? "Não há, no âmbito da SMI, processo administrativo, omissão...". A SMI não é responsável por investigar Gafisa, fundo de investimento... Ele vira e fala assim, na cozinha, onde tem o cafezinho: "A gente não está investigando o Nelson Tanure". E nisso daí já tinham 30 processos, 20, mais de uma dezena de processos, e, quando a gente vê essa mentira prestada para a Polícia Federal, a gente vira e faz uma petição. Quando eu tenho acesso aos autos, faço uma petição no inquérito, falando que tem esse, esse, esse e esse processo, e daí o delegado pede de novo. Um dia antes de eles enviarem a resposta para o delegado, eles abrem os dois inquéritos administrativos do Parecer 146, mas não informam da existência desses inquéritos para a Polícia Federal. Eu que tenho que ficar avisando a Polícia Federal o que está acontecendo.

Alexandre Pinheiro dos Santos aqui... Ele recebeu a proposta... O Alexandre Pinheiro dos Santos é o Superintendente-Geral da CVM. É ele que tem que pedir para instaurar os inquéritos administrativos. Ele recebe dia 24 de novembro de 2022 e instaura dia 11 de março de 2024. E não foi espontâneo, foi porque viram que eu estava em cima da Polícia Federal, e a Polícia Federal estava em cima deles, né...

Daí eu falo de novo... Eu detalho um pouquinho mais aquela questão do Simsan/Centara – Simsan/Centara –, onde a Gafisa financia o termo de compromisso. E embaixo eu coloquei só – isso daí os Senadores podem olhar – detalhes, um pouco de detalhes sobre os processos.

E daí...

Se puder passar para o próximo, eu acho que isso daqui é uma questão muito importante, porque a gente está vendo como... Que nem eu falei, a Gafisa é o laboratório de tudo.

Eu recebi muitas denúncias. Muitas pessoas se aproximaram de mim por eu ter tido a coragem de não abaixar a cabeça para essas pessoas. O lado esquerdo é uma pessoa que criou um *e-mail* anônimo, no Proton Mail, fez uma denúncia para a CVM e recebeu uma ameaça justamente nesse *e-mail* em que ele fez a denúncia.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa pessoa criou um *e-mail*, fez uma denúncia para a CVM e para a BSM, falando assim: "Ó, tem coisa errada". E daí você chega e tem um perfil falso, que eu já pedi para investigar, ninguém nunca investigou, que é um *e-mail* de um tal de Fernando Neto, onde vira e fala assim: "Tem gente que já brigou assim e vai pegar cadeia... meça seu tamanho antes de comprar essa briga", se referindo a mim, né? O Tanure tentou fazer me prender algumas vezes.

E esse daqui tem um outro, e eu fiz questão de colocar a assinatura dos advogados. Você tinha o maior acionista da Gafisa em um outro momento, onde a gente estava tentando, de maneira legítima, entrar dentro da companhia e colocar um conselho de administração. O escritório do – não é mais o advogado, mas era até anteontem – Pierpaolo Bottini – do Vorcaro – manda uma notificação ameaçando o acionista, e o acionista fica com medo, vende as ações e sai. Então, essa questão de intimidação, você tem um dos maiores escritórios criminais mandando uma notificação criminal com um pedido de prisão que foi feito contra mim – e eu quero falar sobre isso, se me permitirem, mais tarde –, falando assim: "Ó, se você continuar assim, você vai acabar no mesmo caminho que o Vladimir". Pedido de prisão sob segredo de justiça, indeferido, e ele coloca isso e assina uma notificação para o segundo maior acionista da Gafisa, que era um garoto, com cripto, e o cara chega, vende todas as ações e sai da companhia.

Então, eu acho que... Se puder passar para o último... Ah, não, tem mais dois de Gafisa. O penúltimo.

Isso daqui é um absurdo, né? Você tem a Gafisa... Qual que é esse daqui? Pierpaolo? Esse daí não está no da Gafisa. *(Pausa.)*

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – São as várias ações que foram...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Ah, sim, esse daí... Mas esse daí é outro, se puder colocar no eslaide 44... O que a Gafisa fez? A Gafisa entrou com um processo contra o Vladimir Timerman, na física, falando que eu estava arruinando a companhia. Eu moro em São Paulo, minha empresa fica em São Paulo, a Gafisa fica em São Paulo, tem cláusula arbitral, mas eu não sou acionista da Gafisa. Eles entram no Rio de Janeiro... Lembra alguma coisa? A Ambipar, fizeram a mesma coisa. Entram no Rio de Janeiro, e o juiz profere – os advogados do escritório dos filhos do Ministro Salomão – uma cautelar *inaudita parte*, num sábado. Eles bloqueiam





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R\$110 milhões do meu fundo, que é patrimônio de terceiros, e essa cautelar está vigente há dois anos. Eles fizeram isso daí para quebrar minha empresa, eles chegaram e bloquearam patrimônio de terceiros, em cima de ilações, e há dois anos e meio essa cautelar continuou vigente. Já fiz reclamação no CNJ, e...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Essa decisão foi submetida a um órgão colegiado?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Foi, e... Mas assim, só que...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Essa decisão cautelar foi uma decisão monocrática, mas ela foi... O advogado do senhor interpôs recurso e ela foi submetida ao duplo grau de jurisdição...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Foi, foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E ela foi mantida, a cautelar, aquela decisão monocrática, por quantos desembargadores? Ou ministros?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Então, eu ia falar isso daí mais no final. O que acontece?

É até interessante. Primeiro, eu vou só falar: a denúncia... A Gafisa vira e fala, assim, que houve uma denúncia anônima contra a minha pessoa na CVM. Eu vou lá e peço, na CVM, e falo assim: "Por favor, me mostre a denúncia anônima". Eles usam um documento fabricado na cautelar. O juiz ignora isso.

O outro elemento é uma cautelar que o Tanure tem contra mim, que tem segredo de justiça, e que eles não tinham autorização para usar, prova ilícita. Não tem problema. Daí sobe para o... Quando sobe para o tribunal, sete – sete, eu não estou exagerando –, sete desembargadores se declaram impedidos. É meu único processo no Rio de Janeiro. Vem o primeiro, impedido; o segundo, impedido; o terceiro, impedido; o quarto, impedido; o sétimo; o oitavo chega e vira e fala assim: "Pô, de novo esse negócio de ter um monte de gente, de desembargador se declarando impedido", e daí o...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Ele vota...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – ... e daí vai para o colegiado. Eu não lembro qual é o nome do relator, mas daí tem alguma... Um dos desembargadores é o Desembargador Guaraci Vianna, que foi afastado semana passada pelo CNJ pelas decisões que ele deu em relação ao caso da Refit, da Carbono Oculto.

O outro desembargador... Você tem o Desembargador Sirley, ele se declara impedido, e o Desembargador Guaraci, por algum motivo, não vota; e o Sirley vota mesmo estando impedido, e eu estou há dois anos tentando desbloquear o fundo e não consigo.

Isso daqui aconteceu comigo em Gafisa, aconteceu com Itaú, com Bradesco, com Santander e Ambipar. Você tem, enfim... Eu escolhi...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe, eu não quero interromper, mas eu tenho que fazer só essa fala por questão de clareza.

Então, teve uma decisão monocrática com uma medida cautelar. Essa decisão foi submetida ao duplo grau de jurisdição, nove desembargadores se declararam impedidos...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** (*Fora do microfone.*) – Sete...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sete se declararam impedidos. Houve o julgamento por quantos desembargadores?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu acho que foram três.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por quantos desembargadores? Pode o advogado informar?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu não tenho ninguém que está aqui e cuida do Silvio...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E foi julgado por...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu acho que foram uns três desembargadores.

Eu junto depois.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sim, mas então foi unanimidade, três desembargadores...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** (*Fora do microfone.*) – Sim...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... da câmara mantiveram a decisão de primeira instância que manteve a medida cautelar de bloqueio, é isso?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Aí subiu para o STJ?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Subiu, está parado com...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, é só isso.

Desculpe interromper, desculpe...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu não entendi que tribunal, qual foi a instância em que os sete se declararam impedidos.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator. *Fora do microfone.*) – O TJ do Rio de Janeiro.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – O TJ do Rio de Janeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Porque vai para a câmara são três, aí vai para um, se declara; vai para outro... Até formar...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Ah, Brasil velho, acabou...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Enfim, quando eu falei que Gafisa era o protótipo... E daí, se quiser o último eslaide, explicando o que aconteceu no... O último eslaide dessa parte, desculpa, o 45.

É... Do Sr. Nelson Tanure, ele se gabava de nunca ter sido réu em nenhuma ação. Você tem um caso relatado por um jornalista, que ele teria sido réu na Bahia, eu nunca consegui encontrar.

Então, eu acredito que essa daí, pelo menos a que eu conheço, é a primeira em que o Sr. Nelson Tanure é réu. E o que eu tinha para falar de Gafisa é isso.

Quando eu falo que é o protótipo... tudo que vocês forem ver em Banco Master aconteceu na Gafisa, e aconteceu de uma maneira um pouco desorganizada. Eles estavam querendo se organizar, eles estavam se organizando, fazendo... era meio bagunçado.

Enfim, eu acho que eu passei dos meus 20 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas qualquer esclarecimento os Senadores vão...

Muito obrigado pela exposição.

Eu concedo a palavra ao Relator Senador Alessandro Vieira, para seus questionamentos.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, colegas.

O fato é esse: nós temos uma operação de altíssima complexidade e é muito importante, para o andamento do trabalho que a gente faz aqui e para quem nos acompanha, ir situando as coisas e deixando claro para que as pessoas compreendam.

Então, a primeira coisa é compreender por que a gente está aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito que cuida de crime organizado falando de Banco Master. A gente está falando de Banco Master aqui porque nós temos notícias de diversas operações policiais, inclusive com denúncias já ofertadas e ações instauradas – ações penais instauradas –, que apontam a circulação de recursos de facções violentas por esse mecanismo de lavagem.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou lhe perguntar em breve com relação a isso, Sr. Vladimir.

Entre outras coisas, este grupo criminoso oferece um serviço de lavagem de dinheiro; me parece que é uma coisa muito evidente que as pessoas aportam recursos por um caminho ou outro e esse recurso, depois, branqueado, volta para algum tipo de ativo lícito.

Então, isso me parece... A gente chega nessa situação aqui, a gente começa esse trabalho e fala de Banco Master por isso, porque a gente tem a denúncia via Reag – Reag e Banco Master – e você teve circulação de dinheiro do PCC ali, enfim, naquela lavanderia.

Mas o senhor tocou muito rapidamente e vou pedir só que o senhor seja mais objetivo nisso. Essa sua atuação como investidor ativista... há quanto tempo o senhor atua nesse ramo de atividade financeira, qual foi o seu desempenho e qual é o *status* atual?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** (Para depor.) – Eu montei essa empresa para fazer isso – chama Esh Capital – em 2015, então tem 11 anos. Até cruzar com esse pessoal, a gente foi começando pequeno, devagar; tivemos grandes brigas, grandes vitórias e, até encontrar com esse pessoal, a gente ganhou dois, três, dois anos seguidos o melhor fundo do Brasil, o fundo mais rentável. E, depois que a gente encontrou com esse pessoal, a empresa está praticamente... Na verdade, o fundo tem uma *performance* horrorosa, porque acabaram com os ativos, fecharam o fundo. Eu não posso fazer nada e eu estou trabalhando para tocar esse fundo de graça desde que fecharam o fundo. Eu poderia até tirar, mas daí não vai ter dinheiro para pagar advogado, não vai ter dinheiro para pagar arbitragem. Então, nessa parte de gestão, eu tenho trabalhado de graça desde o bloqueio do fundo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Explicando novamente para as pessoas que não têm nenhuma ligação com o mercado financeiro: a atuação do senhor é captar recursos de investidores privados e utilizar esses recursos para ter acesso a participações em empresas em que o senhor imagina que, mediante a sua atuação, consegue valorizar para aí, nessa diferença de valorização, o senhor ter a vantagem da sua empresa. É isso?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso, é exatamente isso, Senador.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, vamos chamar no caso do Banco Master, eles fazem também a captação de recursos em diversas fontes. Eu gostaria que o senhor tentasse nos apontar, na sua experiência, que fontes são essas onde eles vão buscar recursos. A gente já sabe que eles vão buscar recursos em fundos de previdência, a gente sabe que eles vão buscar recursos em investidores privados, e eles fazem isso normalmente oferecendo vantagens irreais na remuneração desse dinheiro.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Hum-hum.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então digamos, eu tenho, quisera Deus tivesse, mas vamos dizer que eu tenho R\$1 milhão para investir, estou escolhendo as empresas que vão administrar meu dinheiro e escolho o Banco Master, porque o Banco Master me oferece um rendimento significativamente superior aos concorrentes.

Primeiro, se isso é o fato e como se justifica essa oferta de remuneração tão diferente dos demais? Ela tem um lastro ou é puramente golpe?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – É puramente golpe, numa resposta simples. Eu posso me aprofundar. Primeiro, objetivamente, o que eles fizeram para captar mais? Quem oferece, isso daí está numa reportagem da Consuelo Dieguez, na *Piauí*, ela fez uma entrevista com o Daniel Vorcaro, e o Vorcaro falou "A gente pagava 4% de comissão para os distribuidores". Eu acho que daí começa a explicar para onde foi o dinheiro. Se você tem R\$60 bilhões de CDB distribuídos, o cara que está vendendo o CDB recebe na cabeça, vamos arredondar para 50 para ficar, recebeu 4%, são R\$2 bilhões...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É isso.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso, mais esses 40% excedentes do CDB que eles estão fazendo, que eles teriam que aplicar alguma coisa e que, no final, não, eles precisavam sempre estar captando mais para pagar juros, literalmente um esquema de Ponzi.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É, Ponzi, a pirâmide, como a gente chama aqui mais popularmente.

Então vamos lá: distribuidores, quem são os distribuidores a que o senhor se refere?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Você teve duas vertentes de distribuição, a primeira para pessoa física – XP, BTG, Nubank –, plataformas para pessoas físicas...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Certo.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – ... onde se vendeu a questão do FGC. Vamos falar assim, você coloca, a gente não está nem preocupado, eles teriam a obrigação de falar sim dos riscos: "Ah, mas o risco no final é o FGC".

E a outra fonte de captação, que foi quando começou a secar essa fonte, foi através de letras financeiras, que desde daí remete ao que eles faziam antes de ter o banco. Quando eles não conseguem mais distribuir CDB e precisam gerar dinheiro para a bicicleta não desmontar, para a bicicleta não cair, daí você tem Rioprevidência, enfim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Investidores pessoas jurídicas, vamos dizer assim.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Institucionais, sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Institucionais.

Essa remuneração dos distribuidores de 4% é compatível com a oferta de mercado ou é superior?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não é a área que eu trabalho, mas o normal é 0,5%.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Certo.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Se for muito agressivo, alguém muito desconhecido paga 1%; 4%... E entendendo que, quando o cara capta R\$100 milhões e ele paga 4%, ele recebe só R\$96 milhões.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Então, aqueles 140 de CDI que ele tem que fazer, na verdade, viram 160 de CDI.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aqui a gente reproduz um pouco o esquema que é identificado, Presidente Mourão, na máfia do INSS. A máfia do INSS também tem uma parte dela lastreada na oferta agressiva para quem faz a captação de clientes lá na ponta, em percentuais muito acima dos concorrentes que são sérios e estruturados.

Recebido esse recurso então – a gente já, enfim, consolidando, lembrando sempre que a gente está falando aqui com base na sua experiência e o senhor está na condição de testemunha compromissada –, é bastante razoável afirmar que toda a operação montada, que hoje a gente conhece como Banco Master, é uma operação criminosa que tem como coluna vertebral um sistema de pirâmide e, a partir daí, vários crimes praticados, crimes com precatório, crimes com um monte de coisa. Mas é essencialmente uma pirâmide na regra de captação e desvio de recursos.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – É, na hora que você entende onde foi colocado o dinheiro, se tem a questão dos precatórios, e eu posso fazer muito rapidamente, acho que não precisaria nem entrar muito na apresentação... O dinheiro era desviado antes de entrar no banco.

Vamos pegar um caso simples, que isso daí eu imagino que os Senadores já tenham visto: as ações do Banco do Estado de Santa Catarina.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Valem zero. Só que eles chegaram e avaliaram isso daí por R\$11 bilhões, mas eles pagaram R\$850 milhões por isso, e vale zero. Esses R\$850 milhões foram para alguém.

No caso dos precatórios e pré-precatórios, na denúncia que a gente fez... Eu fiz uma denúncia no Banco Central e no Ministério Público Federal em 2024. Em 2023, eu fiz no Banco Central e, em 2024, no Ministério Público Federal.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tem o Fundo Amazonita. Eu recebi falas do Artur Martins de Figueiredo, do celular dele, na Carbono Oculto – isso daí eu coloquei na apresentação –, falando: "Não, a gente tem que marcar esse Amazonita para cima".

O dinheiro era desviado antes de entrar no banco.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E também depois, correto?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Depois eles precisavam pagar a estrutura, precisavam pagar a festa de R\$200 milhões, precisavam pagar R\$500 milhões de advogado.

Daí volta aquela pergunta...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Pagar o Supremo.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso eu não posso afirmar, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu afirmo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

De novo, a gente está tendo aqui um esforço para deixar bem claro para quem está nos acompanhando que todo o problema desse tipo de apuração e desse tipo de crime é que ele parece não ter vítima. A gente está falando do mercado financeiro, números astronômicos, e é tão fora da realidade das pessoas que parece que não tem vítima, mas existem milhares, talvez milhões de vítimas espalhadas pelo Brasil, deste grupo criminoso, sem sombra de dúvida, porque, dada a constatação de como operavam, todo mundo que colocou de boa-fé dinheiro sob gestão dessas pessoas, salvo aquela cobertura precária do Fundo Garantidor, perdeu o seu dinheiro ou vai ter uma enorme dificuldade para recuperar uma parte desse dinheiro. É correta essa afirmação?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Senador, eu iria além. Achar que o FGC, o fato de o FGC ser privado não vai custar para toda a população... Isso daí, quem vai pagar isso daí é toda a população. O Bradesco está pagando, o Itaú está pagando, o Santander está pagando a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão do FGC porque eles vão ter que recompor isso daí. E isso daí vai ser refletido em taxas maiores de juros, você tem condições de crédito piores. Então, não são só as pessoas que aplicaram o dinheiro lá, isso daí se espalha. São R\$50 bilhões, são duas Americanas e meia dentro da instituição bancária.

Eu não sou economista, mas eu sempre... Eu não posso afirmar, mas também eu não estou acusando ninguém de nada. Eu acredito que essa fraude é um pouco responsável pelo nível de juros que tem, que afeta a vida de todo mundo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor referiu, quando tocou no assunto da Gafisa, a atuação do Master na operação de precatórios de usinas de álcool falidas. E esse é um escândalo que está no forno. O Brasil é pródigo de escândalos. A gente tem escândalo do dia, escândalo de qualquer cor ideológica.

O senhor pode detalhar como era esse mecanismo de captar ativos, inflar no balanço e captar depois mais ainda ou vender mais ainda CDBs?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Se puder colocar na minha apresentação... Precatórios... A maior, na p. 46.

Senador, eles foram se aperfeiçoando, foram mudando. Então, essa daqui é a parte de precatórios. E eu não fiz exaustivamente.

Se puder passar para o próximo.

Basicamente, eu fiz um eslaide que responde. Eles captavam CDB, usavam esses CDBs para aplicar em fundos. Na denúncia que eu fiz, tem esse City, esse Amazonita, e eu menciono também um outro precatório. Às vezes você não pode nem chamar de precatório.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E esses fundos eram geridos pela Reag?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – O City e o Amazonita... Sim, o City era gerido... Era administrado pela Reag... Eu não consigo... Eu não tenho de cabeça quem eram os gestores. Mas é esse ecossistema. Então, eles compravam... Esses FIDCs compravam... Por que eles compravam as cártulas do... precatórios, as cártulas do Banco do Brasil, o Besc? Porque é





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa onde alguém jogava lá e falava assim: "Ah, isso daí vale qualquer coisa, não sei o quê". Elevavam o valor disso daí, criavam um lucro artificial no banco. Só que esse dinheiro já era desviado antes de entrar no banco. Mas assim, o banco está tendo lucro, é um bom banco. O balanço está sólido, porque essas coisas estão infladas. Daí o que faz? Capta mais CDB. Por que precisa de captar mais CDB? Para pagar os CDBs que tinham para trás e para continuar rodando a máquina. Eu coloquei o exemplo só do Amazonita: o fundo comprou por R\$136 milhões – isso aí está na denúncia que eu fiz para o Ministério Público e para o Banco Central –, deu dois dias, cinco dias depois, comprou por 136 e vendeu por 320. Esses R\$200 milhões talvez foram os R\$200 milhões que custou aquela festa na Sicília. De onde vinha o dinheiro? Daí.

Se puder passar para o próximo.

E daí o que aconteceu?

Esse daí é um personagem-chave. Se você for olhar grande parte dos fundos que você tem dessa turma, quem assinava os fundos – não só os fundos como a empresa – era o Artur Martins de Figueiredo. E eu coloquei ele aqui, porque eu tinha recebido uma mensagem que pegaram no celular dele na Carbono Oculto, em que ele falou justamente do Amazonita. Então, esse daqui é um personagem-chave. Aqui você chega e vê que o Artur é o Diretor de diversas empresas, é o responsável pelo fundo, o Albali, o Estocolmo... Esse Bellatrix é do Master. Daí você tem toda a parte da Gafisa. Mas esse daqui é um personagem que eu acho que é a pessoa que sabe de tudo.

Se puder passar para o próximo, por favor.

Eu apresentei para o Banco Central, eu apresentei isso daí para o Presidente da CVM, tá? No dia 13 de fevereiro de 2023, eu fiz uma reunião com o Presidente da CVM. Ele virou e falou assim: "Ah, você reclama muito da CVM, então a gente vai colocar os seus processos no fundo do escaninho", como se os processos fossem meus. A gente chega e faz, logo depois desta reunião, a primeira denúncia ao Banco Central, mostrando que o Nelson Tanure era, no mínimo, sócio, naquela época, do Banco Master. A gente faz a segunda denúncia, onde a gente apresenta toda a questão de precatórios. E, 29 dias depois da denúncia, você tem a resolução publicada do Banco Central, onde eles viram e falam: "O que foi feito para trás, foi feito para trás; o para a frente, vamos ver o que faz".





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí você tem, em junho de 24, o MP, no inquérito policial de Banco Master, manda um ofício para o Banco Central e a resposta do... Desculpa, era um inquérito policial de Gafisa, por isso que eu falo que é importante os senhores olharem Gafisa. A resposta do Banco Central é: "Tudo que foi denunciado a gente já sabia, e não tem nada a se fazer". Então... Mas eu acho que isso daí encaixa com a questão dos precatórios.

Se puder passar um pouquinho, porque a questão dos precatórios... Daí você tem a Resolução 346 do Banco Central, onde eles chegam e dificultam a questão dos precatórios. Falam assim: "Ah, então para você ficar comprando precatórios, você vai ter que consolidar nos seus fundos...".

E daí se puder passar para o próximo eslaide...

Isso daqui é o fundo City. O que acontece? Você tinha uma carteira com inadimplência zero; daí, logo antes de sair, você tem esse pico, porque alguma coisa estava sendo discutida; e daí sai a resolução e eles têm que começar a marcar a inadimplência para o fundo.

Então, a festa dos precatórios acaba no começo de 2024, e daí eles vão para a outra maneira de inflar o balanço que eles encontram, que, na verdade, é Ambipar, que é um outro escândalo. E essa questão de Ambipar, sempre assim com algum joguinho...

Bem, essa daqui é a parte de precatórios. Daí, se o Senador quiser que eu me estenda para falar da parte de Ambipar, que tem uma questão sensível que é a Emae, o que aconteceu e o que deixou de acontecer...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, a gente vai tratar sobre Ambipar daqui a pouco.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Está bom.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos tentar só consolidar mais essa compreensão do *modus operandi* dessa organização criminosa.

Uma notícia que chamou a atenção, que exemplifica isso: a aquisição de cotas do Hans II. Master compra por 2,5 milhões cotas do Hans II e, no dia seguinte, vende essas mesmas cotas





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por 294,5 milhões. Esse dinheiro circula realmente ou ele é apenas uma informação contábil para inflar balanço?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu acho que as duas coisas. Se você... Como que eles conseguiram esses valores exorbitantes do fundo Hans II, né? Se você chega até ao final da cadeia... Ah, tem os rolos que eles fazem, mas eles precisam de alguma coisa para gerar esse lastro. Se você chega ao final lá, é uma empresa... O nome da empresa acho que é Jaya. Eles tentaram lá atrás fazer esse mesmo esquema com... porque era crédito de carbono. Eles: "Ah, como é crédito de carbono, é direito creditório". E daí a CVM não deixou e eles chegaram e montaram essa Jaya, que é uma S.A., que tem esses créditos de carbono fictícios, e a empresa que está embaixo era um armarinho. Eles transformam nessa empresa de crédito de carbono e passa de R\$1,5 mil para R\$15 bilhões em um dia. E me chama a atenção como ninguém percebeu que tinha alguma coisa errada acontecendo.

E isso daí é utilizado, a meu ver, de duas maneiras. A primeira é: eu compro por... todo mundo sabe que isso daí vale zero, eu compro por 2 milhões e jogo por 360 no meu balanço, isso daí é a primeira maneira, que é para inflar balanço. Uma questão – isso daí não tem como eu ver, mas que acho que a polícia, que os Senadores poderiam olhar – é que você tem aplicações e resgates no mesmo dia. Essas cotas estavam na mão de alguém, o cara colocou dinheiro, R\$360 milhões em dinheiro, foi para a conta sabe-se lá de quem – falam que do Hans, esse daí todos da Frozen, os familiares do Mansur –, vai para a conta de alguém, e essa outra pessoa recebe um negócio que vale zero, um crédito carbono. Daí eu acredito que esse dinheiro vai para a conta de alguém, e isso daí é "ah, então lavou-se o dinheiro". Então acho que são dois mecanismos: inflar balanço e lavar dinheiro.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos tentar só amarrar mais a descrição do processo de lavagem de dinheiro, que, a gente já falou várias vezes aqui, é complexo e as pessoas muitas vezes não compreendem.

Digamos que uma figura qualquer tem um valor de uma fonte ilícita, que pode ser corrupção, pode ser extorsão, pode ser tráfico, tanto faz. Tem lá seus R\$5 milhões, R\$10 milhões. E ele pega esse valor, uma vez ajustado com essa máquina aqui de lavagem, e compra, por exemplo, ele coloca... ele vira sócio de uma dessas empresas de papel – ele tem cotas do







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hans, por exemplo. E depois, quando o Master faz a compra, por 290 e tantos milhões, dessas mesmas cotas, um pedaço disso vai entrar limpo na conta dele, porque já se transformou em dinheiro com origem declarada. Foram lucros que ele teve com a venda de cotas, por exemplo, de um *resort*, Senador Magno Malta. Quando você vende as cotas de alguma coisa que aparentemente era só papel, e aí vira isso daqui.

É mais ou menos isso o processo de lavagem com compra e venda de ativos via mercado financeiro?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador, só queria perguntar a V. Exa.: V. Exa. calcula quanto tempo ainda da... de V. Exa.? Ou V. Exa. poderia respirar e deixar eu fazer umas duas perguntinhas, e V. Exa. seguir? Porque eu não quero deixar V. Exa. sozinho aqui, sem ninguém no plenário, não acho muito legal isso. A gente está aqui e é muito importante o que ele está falando. Então fiz duas perguntas: se V. Exa. calcula o tempo, porque a gente tem tanta gente me esperando no gabinete; ou se V. Exa. respira um pouquinho, deixa eu perguntar, e aí V. Exa. retoma, assim. Mas o que V. Exa. decidir... Eu não vou largá-lo sozinho aqui não, eu vou ficar aqui.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço muito pela parceria. Vamos continuar mais um pouco aqui, em breve eu abro espaço para V. Exa. fazer as colocações.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – "Em breve" pode ser um dia...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – "Em breve" é parecido com aquele "oportunamente" de Davi Alcolumbre. Lembra-se do "oportunamente" de Davi Alcolumbre? (*Risos.*) Então, é o "em breve".

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – O "em breve" do Davi Alcolumbre... só Cristo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos falar agora sobre se o senhor tem alguma informação que possa nos passar com relação à Tirreno, Tirreno que entra nesse circuito no momento da tentativa da venda já de parte do Banco Master





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Banco regional de Brasília. Então, fazia parte da carteira de crédito, dita hoje carteira de crédito fictícia. O que é que o senhor tem de informação com relação a este ponto?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Sobre a Tirreno, a única coisa que eu sei é o que é público: que eram créditos falsos, inexistentes. Mas eu acho que a Tirreno... eu acredito que a Tirreno – não gosto de usar a palavra "acho" – faz parte de um planejamento que foi feito para a última perna de que eles precisavam. Eles tinham uma expectativa de ganhar uma ação judicial, que é uma coisa relacionada a Ambipar. Isso daí estava demorando, eles não tinham mais suco para tirar da manipulação de mercado de Ambipar, e daí eles começam a fazer um planejamento. E ficam bem claras, bem temporalmente claras, essas movimentações, no segundo semestre de 2024, que foi justamente quando começou a ter as vendas das carteiras para o BRB.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor fala um planejamento no sentido de transferir esse lastro podre, transferir esse prejuízo para a próxima vítima, que é o Banco regional de Brasília, é isso?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu acho que é mais do que isso, é fazer essa transferência...

Se puder colocar, por favor, no eslaide 65 da apresentação grande...

Eles começam a fazer essa transferência de que eu tinha falado...

Pode passar para o próximo eslaide.

Quando eu falo assim, eles começam a fazer uma transferência, uma transferência de... Você começa a ter essa reorganização. Quando eu chego, viro e falo assim: você tem que as carteiras do BRB, da Tirreno, do Credcesta começaram a ser compradas em agosto de 2024. No dia 30 de agosto de 2024, você tem – e eu não expliquei ainda a questão do Nelson Tanure –, mas você tinha... Vamos partir da premissa de que o dono dessa Banvox é o laranja do Nelson Tanure, e oportunamente eu explico. Você, no dia 30 de agosto, você tem essa mudança da Banvox, e o Quadrado sai da estrutura e logo depois ele sai do banco, e você tem uma cisão dessa empresa Banvox, onde vira a DV Holding, que já deve estar aparecendo aqui, que nasce com uma dívida de R\$3 bilhões ligada predominantemente a Nelson Tanure com um capital





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social ínfimo. Em setembro de 2024, você tem a transferência, a saída do Quadrado, e isso daí aconteceu tudo via Banvox. No final de setembro de 24, o Quadrado formaliza a saída dele. Dia 1º de outubro, você tem as assembleias dos debenturistas, dos credores, que na sua grande maioria eram veículos ligados ao Seu Nelson Tanure, e um deles é aquele SDG II, o que eu acho interessante olhar. No dia seguinte, você tem a quitação da Emae, que é onde eles queriam sair. E daí você tem, no dia 18 de outubro, um movimento muito estranho debaixo de um fundo que se chama Bravo 95, onde você tem a criação de 27 fundos de investimentos, e dá para ver – eu fiz, eu li o regulamento de cada um, o que tinha de documento de cada um dos fundos, eu li dos 27 fundos –, e dá para ver que foi uma coisa feita às pressas, porque eles queriam... E o que tinha dentro desses fundos? Ações do Besc, R\$8 bilhões em ações do Besc. E, no regulamento do fundo, você vê o CNPJ de um fundo no regulamento do outro... Foi uma coisa que foi feita às pressas.

Se puder passar para o próximo...

Aqui eu falo um pouco desse movimento que começa a chamar atenção. Aquilo foi um movimento coordenado. E aí você tem essa coordenação, onde isso daí passa por fundos que estão ligados aos fundos da Reag, Hans... o Growth... Assim, todos os fundos acabam se resvalando. Então você começa a ver que "puts" alguma coisa podia acontecer, e o BRB era a boia de salvação.

Eu acho que tem uma questão interessante: é que 99% dos fundos eram todos ligados à Reag, e aparece uma outra gestora, que é uma gestora de que talvez as pessoas comecem a falar um pouco mais, porque tinha uma ligação com esse pessoal, que é uma gestora chamada Latache, e aparentemente algumas operações passavam por essa gestora.

Se puder passar...

Mas, de novo, a criação passou de R\$850 milhões para R\$10 bilhões, e a questão dos precatórios...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só voltando, por favor, a apresentação ali, do eslaide anterior, só para todo mundo poder acompanhar.

Então, o Fundo Bravo 95 adquiriu por 850 milhões as cártulas do Besc?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não dá para saber, porque, na verdade você tem 27 fundos sendo criados ao mesmo tempo, e o Bravo é cotista desses 27 fundos. Só que nesses 27 fundos que tiveram cartas do Besc, você tem o fundo que era o Fidc da Moriah, porque a Moriah era a gestora do *asset* do Zettel. Então, nesse momento, eles começam a consolidar tudo nesse veículo, para ter alguma história para contar. E, quando você começa a entender a questão dos precatórios – dos precatórios, não, me desculpem, do consignado –, o CredCesta sempre foi a única coisa que prestava dentro do banco. Não vamos entrar na questão de como começou ou como deixou de começar, mas era um bom ativo, só que você não conseguia gerar aquilo num montante maior do que estava sendo gerado, o rombo do banco já era da casa de bilhões de reais, e daí, quando o Senador perguntou da Tirreno, o meu sentimento é: "A gente precisa criar alguma coisa para gerar mais isso daí, para empurrar para o banco, para o BRB", mas eu acredito que era uma questão que estava escalonada.

Se puder passar para o próximo...

Era uma questão que estava escalonada, e você tinha uma outra... Isso daqui é um negócio ao mesmo... E é uma coisa meio bizarra, porque o BRB comprava, estava comprando esses créditos, muitas vezes inexistentes, eles recebiam esse dinheiro, e eles começaram a comprar ações do BRB, para quê? O próximo eslaide eu acho que explica isso.

Desculpem-me.... Se puder passar para o próximo e daí voltar naquele outro, que daí eu explico. Pode ser aquele mesmo que tem... Mais um...

Se você chegar e pensar societariamente, essa daí é minha *expertise*, você vira e fala: por que esses caras estavam comprando ações do BRB? O objetivo era, sim, enfiar um problema para dentro de um banco público, mas, no final das contas, eles iam acabar com controle do banco, era uma privatização branca. Se você olhar o estatuto social do BRB, ele pode ter entre sete e nove conselheiros, e eles compraram ações ordinárias e preferenciais: as ações preferenciais dão direito a um conselheiro; a ação ordinária, como você tem controle definido no BRB, você pode pedir eleições em separado e usar um pedaço dessas ações para eleger um conselheiro. Você ainda tem voto múltiplo, eles tinham ali próximo de 15%, e elegem mais, pelo menos, um conselheiro. Você tinha um representante dos empregados, que, pós-fusão, ia ter mais empregado do Banco Master do que o próprio BRB e você tinha um assento explícito para





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Daniel Vorcaro. Então, se tivesse se consumado essa operação, você ia ter esse grupo com controle, uma privatização branca do Banco de Brasília.

E daí, só explicar um pouco – quando você puder retornar –: as pessoas não entendem muito bem o que foi o gatilho. Eu acho que estava tudo sendo preparado para fazer com calma. O que acontece? No dia 20 de março, a CVM determina a OPA de Ambipar. E quanto que ia custar essa OPA?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – OPA o que é?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – É uma oferta pública de ação. A CVM determina que, naquele momento, o que a CVM entendia como controladores tinham que comprar todas as ações de Ambipar, que estavam supervalorizadas, que eles usaram... Para que eles usaram essas ações de Ambipar? Para inflar o balanço, para gerar garantias. Quando eles não conseguem mais fazer precatórios, eles fazem isso com a Ambipar. E daí, no dia 20 de março, eles vão lá, e a CVM determina uma OPA. E essa OPA foi em uma sexta-feira, e, se você faz a conta, eles já detinham 90% das empresas, só que eles ficaram entre a cruz e a espada, porque, se eles derrubassem o preço das ações para não fazer a OPA, o banco quebrava, o que, no final das contas, foi o que aconteceu. Se eles mantivessem as ações e fizessem a OPA, eles teriam que arrumar R\$2 bilhões, que eram justamente os R\$2 bilhões, de que, no dia 28, exatamente uma semana depois, na sexta-feira, o BRB anuncia a operação.

Então, quando eu falei que olhei as mensagens para ver o que estava acontecendo, neste momento você começa... Você não vê o Daniel Vorcaro falando sobre: "Putz, tem a OPA de Ambipar, não sei o quê". Você começa a sentir uma tensão na voz dele de que "a gente precisa resolver" bem nesse período.

Se puder passar para o próximo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Volta para o anterior, por favor.

No item específico que o senhor coloca, ali do lado direito, no centro da página, está: a cláusula que revela a intenção, que é essa segregação prévia de ativos não estratégicos,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluindo participação societária. Então, Trustee e Ambipar não seriam objeto de escrutínio pelo BRB na aquisição? O que significa essa cláusula, por favor?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu não tenho acesso aos documentos do Banco Central. O que me parece é isso: segregação prévia de ativos não estratégicos, incluindo participação societária. Retira Trustee e Ambipar, mas, na verdade, isso daí é na sequência, né? Trustee e Ambipar estavam no primeiro parâmetro. E daí o negócio começa a apertar, daí tem essa OPA – o que se faz, o que você não faz? – e daí você começa a reduzir o parâmetro. Não sei nem... O meu advogado que tinha feito as denúncias do Banco Central é advogado do BRB também; a gente conversava, e ele falava: "Não, porque vai ter o Good Bank, o Bad Bank..."...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não, tem mais um, mas acho que ele foi embora. O Jantalia, o Fabiano Jantalia. Ele veio só para assistir.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não, não é menino. Mas esses aqui não são meninos.

Eles começam a ter que diminuir o parâmetro porque precisava sair a operação; senão, ia explodir tudo. E daí você começa a ter essa briga em relação a OPA da Ambipar, mas o negócio é que você tem uma questão de cadeia, é um encadeamento de eventos que culminam com a quebra... Na verdade, o banco já estava quebrado. Já estava com patrimônio... Assim, o negócio... O BRB... Foram desviados, pelo que se fala, R\$16 bilhões do BRB. Para onde foi esse dinheiro? O patrimônio do banco já estava virado em R\$20 bilhões.

E eu falava muito com o Jantalia, na época que estava tendo isso. Ele falou assim: "Não tem como você dividir. Vai comprar um *good bank*, um *bad bank*". E quem... Eu falei assim: "Eu tenho um direito contra o banco, que desviou o dinheiro da Gafisa. Eu não vou atrás do banco ruim, eu vou atrás do BRB". Então, isso daí é inseparável, esse negócio. E daí eles foram tentando, fazendo o que dava, reduzindo o parâmetro, tira isso, tira aquilo, tira aquilo, e daí foi quando falaram que teve a questão de que começaram a descobrir que uma parte dos créditos que tinham ido para lá eram inexistentes, que eram os créditos da Tirreno.

Se puder passar...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um.

Aqui fala da questão... Aqui eu falo dos contratos...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Das carteiras fraudulentas, não?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Dos contratos, o que aconteceu...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou fazer o seguinte agora aqui: conceder aqui a meu amigo Senador Magno Malta esse intervalo que o senhor pediu para poder fazer suas perguntas. O senhor fique à vontade.

Respiro, e o senhor adianta aí.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Vladimir, boa tarde.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** (Para depor.) – Boa tarde, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Boa tarde, Senador Mourão. Boa tarde aos nossos telespectadores.

Eu quero, Sr. Presidente, propor... A gente sabe as dificuldades que o Brasil está vivendo com as instituições apodrecidas. E eles já perderam uma possibilidade de se blindarem e fazerem acordos no escuro, porque tudo veio à luz; então, é tudo na luz do dia.

Eu estou entrando com um requerimento... O importante é a gente, a CPI tomar as suas atitudes. E eu estou propondo uma acareação – a minha assessoria está propondo ou está preparando – entre o Vorcaro... Ele está preso, mas normalmente teria que ser a juíza das execuções penais, ou juiz das execuções penais, cidadão civil e tal. Eu já convoquei presos na CPI, e o cara chegou algemado, tirou a algema para poder depor. Essa acareação com o Nelson Tanure, botar os três aqui, porque as informações deles são muito importantes, olhando no olho de cada um, até porque existe uma movimentação já no ar de que Vorcaro é um laranja, é um laranjal de um montante de dinheiro que vem de Portugal. E tem o nome do indivíduo, não vou dar o nome aqui, não é? E é por isso que é muito interessante. É assim: "Ah, o cara fez uma festa... Caraca, o cara fez uma festa de 20 milhões, gastou 20 milhões". Mas ninguém precisa ser







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tão inteligente ou muito mentalista... Se você é um pouco mentalista, você entende que o cara – caraca! – exagerou 20 milhões e gastou 50... Está lavando dinheiro. Então, está tudo muito fácil de se fazer a leitura. Então, se convoca. Se o Supremo, se Alexandre de Moraes não autorizar... Minha mãe dizia que careta fica na cara de quem faz. Problema dele! Mas nós CPI temos que cumprir o papel.

E, como ele descreveu com eslaides, com conhecimento de causa, deve ter perdido alguns milhões aí acreditando que estava fazendo um bom investimento, conhece perfeitamente o sistema...

Aí você não pega um cara, ainda que ele tenha uma inteligência rara, inteligência raríssima para o crime, o Vercaro e esse *network* dele, não dá para fazer isso só. Vejam que... Ele jogou uma rede, ele mapeou os peixes grandes de Brasília, tanto do Senado quanto da Câmara e no Supremo e no STJ e nas instituições... Para o senhor ter uma ideia, para o Brasil ter ideia, gente, ele tem gente de cargo comissionado em instituições, carguinho de cinco contos. Então, assim... Informante do departamento do crime, do Sicário...

E eu também estou entrando com ofício pedindo, porque o Sicário era o cara que seguia, que fazia dossiê, era o cara que monitorava as pessoas... Envolve jornalistas, envolve figuras do Parlamento... Eu tenho uma informação de que o Senador Girão e eu estamos na lista. É possível que vocês estejam também. E morreu o Sicário, mas cadê o corpo do Sicário? Cadê as imagens? Eu, falando para o Presidente hoje, estou requerendo as imagens, estou requerendo...

O PGR não se manifesta, até porque o PGR é um menino de recado, ali é para pegar água para Gilmar Mendes e tal... Então, assim... E é triste, porque você faz um negócio desse, como nós estamos fazendo, e, no final, o relatório da CPI, por mais robusto que tenha descoberto... Qual é o caminho natural do relatório da CPI? Ir para mão do PGR. Quem é o PGR? Gonet. Não deu em nada. Ele vai receber na quinta e vai jogar na sexta – vai jogar na sexta.

Então, Senador Alessandro, eu estou entrando com requerimento, independente se eles vão atender ou não, porque não atende mesmo – se for, é um milagre –, uma acareação... O Vercaro está no sistema prisional, o natural do ordenamento jurídico é que seria uma juíza ou um juiz das execuções penais, você tinha que oficialar ele. Comandei grandes CPIs e sei como é que você faz isso. Mas nós vamos oficialar ele.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, a gente traz o Mr. M, né, que é o Vorcaro... Mr. Master, né? E agora... Cid Moreira, no Fantástico: "Agora, Mr. M". Mr. Master, nós vamos trazê-lo, o Mr. M, que faz desaparecer dinheiro, né? Assim, a capacidade dele de entrar na cabeça dos caras, para os caras virem com dinheiro, e finge que estão entrando num oferecimento de um banco sólido que dá mais vantagens no mercado financeiro do que bancos sólidos, históricos no Brasil, né? Assim, é uma coisa de se desconfiar. Agora, eu sei que desconfiavam, porque a gente sabe quem são as figuras hoje que dão sustentação a ele, né?

E, Senador Alessandro, há no ar, por aí, que esse dinheiro é um volume que vem de Portugal, que ele é só um laranja, né? Eu tenho o nome do indivíduo, não vou falar aqui, né? Patrimônio de 200 bilhões lavado no Brasil. Como é que o cara dá 129 milhões para um Ministro de uma Suprema Corte, cara? Assim, tem coisa errada nisso, pô.

Então, estou propondo, Senador Alessandro, uma acareação do Mr. M., do Vladimir aí – eu já estou aqui na frente dele e percebo que o Vladimir é um cara corajoso, disposto, perdeu um dinheirinho com o Vorcaro aí também –, e do Nelson Tanure. Eu vou officiar, vou protocolar, e gostaria, Sr. Relator, que esse requerimento V. Exa. trabalhasse com o Presidente para pautá-lo – para pautá-lo –, porque é muito importante que nós tenhamos... E, sim, nós estamos tratando realmente com o crime organizado.

V. Exa. respirou?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E V. Exa. teve o espaço de fala...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e isso é importante para o Colegiado funcionar bem.

Tem algum questionamento específico pendente de resposta? (*Pausa.*)

Não, né? Perfeito.

Sr. Vladimir, a gente tem, enfim, ao longo da nossa audiência aqui, observado essa questão da falha de todos os sistemas de fiscalização e controle. E aí, na sua visão como





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidor e como quem está nessa batalha, já há algum tempo, em busca de fiscalização adequada, como o senhor escalonaria essas responsabilidades? Quem primeiro deveria ter percebido que Master, Vercaro era um golpe? Banco Central, CVM? Quem deveria ter captado essa informação primeiro e adotado providências?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Senador, é uma pergunta complexa. Vou colocar uma questão temporal, né? Eu lembro da época da faculdade, em que falavam que Chernobyl só aconteceu porque colocaram uma fita crepe num medidor, mas, na verdade, foi uma sequência de eventos que causou a calamidade.

Eu acho que tem algumas perguntas que têm que ser respondidas para chegar a essa conclusão. A primeira é: como que uma pessoa que estava sendo investigada, que tinha mandado de prisão, foi aprovada pelo Banco Central para ter uma instituição financeira? Eu não tenho vontade de ter uma instituição financeira porque eu não tenho vontade de passar pelo escrutínio do Banco Central, que deveria ser e é conhecidamente muito rigoroso. Então, você começa com essa questão.

A segunda questão é... E daí, infelizmente, o Senador Moro não está aqui, eu vi ele mais cedo. Eu acompanho muito de perto o projeto de lei do *whistleblowing* e, sinceramente, eu acho que a intenção é boa, mas é inexecutável, porque, se eu fiz o que eu fiz sem receber absolutamente nada em troca, tive minha vida arruinada, e você pega a questão do *whistleblowing*, e isso daí bate e coloca tudo na mão da CVM... A CVM é um órgão do Executivo que acha que é do Judiciário e tenta legislar e, no final das contas, não faz nada direito.

Eu denunciei... Eu posso não ter denunciado tudo. Se a CVM tivesse prestado atenção às coisas que eu falei, o problema não seria 50 bi, seria 15, mas, além de não prestar atenção, eu fui atacado pela CVM. Você tem uma questão... Abriram um processo da minha inabilitação por conta de notícia de jornal, abriram um processo em três horas, e o servidor vazou para o Lauro Jardim, e até agora o Mansur, da Reag, continua assinando pela Reag, então... Você tem essa questão do *revolving-door*, eu acredito que tem que ser... O que acontece na CVM? O investidor é um mero inconveniente, é isso que acontece.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Banco Central, eu fiz sete requerimentos de despacho com o Galípolo, nenhum foi aceito, absolutamente nenhum foi aceito, daí eu mandei a mensagem, eu falei: "Pô, para falar com bandido, você fala, para falar com quem denunciou bandido, não fala".

Então, quem falhou? Eu acho que todo mundo mais do que falhou. A Polícia Federal: eu fiz a denúncia na Polícia Federal, os inquéritos não andam, e a gente entende por que inquéritos não andam. Eu fui atacado pela Polícia Civil, eu sofri uma busca e apreensão na minha casa, eu estava na sala ao lado, escutando a questão sobre quebra de sigilo, eu tive o meu sigilo quebrado e ninguém perguntou nada, a polícia foi na minha casa, em cima de uma denúncia anônima, fez uma busca e apreensão, eu cheguei e fui na polícia, falei: "Não, está aqui: impostos de renda, meu passaporte, eu abro tudo o que vocês quiserem". Então, eu acho que o problema é sistêmico, não tem "ah, a culpa de quem?", eu acho que a culpa é de todo mundo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O problema é que, quando a culpa é de todo mundo, não é de ninguém.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Por isso a gente tem que individualizar aqui as coisas...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu acho que a CVM falhou muito, mas muito feio, falhou muito feio.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Vladimir, a questão da Ambipar, o senhor falou várias vezes, Ambipar, vamos tentar... Operação da Emae, enfim...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Tá.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... toda essa situação aí.

E o que é, na prática... A Ambipar, que era uma empresa lastreada em crédito de carbono, se não estou enganado. Não é isso? Serviços ambientais...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não, não, não... Eles fizeram, na verdade... Na verdade, a Ambipar é uma empresa – é ainda, porque não quebrou, só está em recuperação judicial – é uma empresa de... A causa é nobre. É uma empresa de limpeza, quando tem acidente ambiental, eles saem correndo para resolver.

Deixe-me achar o eslaide aqui que está falando de Ambipar, mas ela foi utilizada como veículo para...

O Gafisa... Ambipar vem depois de Gafisa. Eu já acho. Um pouco, Senador.

A pirâmide, 54, o eslaide, por favor.

A Ambipar foi... A Ambipar era uma empresa que valia 1, 2 bilhões de reais. Uns 500, hoje voltou a valer R\$500 milhões, e ela foi escolhida como veículo para dar continuidade ao que eles já faziam com o Brasil Realty lá atrás, com o CARE11 lá atrás, e passaram a fazer com... Pararam de... Tinham certeza da impunidade, da questão de manipulação de mercado, pararam de fazer, por uma questão de precatórios, ou então começaram a fazer de uma maneira... Putz, aquele lá era um negócio pequenininho que a gente fazia, precisamos escalar, vamos para os precatórios, e daí, quando você tem o Banco Central fechando o negócio do precatório, eles encontram a oportunidade em Ambipar, mas, na verdade, a Ambipar foi só um veículo para uma questão maior e de que muito pouco se fala.

Se puder passar para o próximo...

As pessoas entendem... As pessoas acham que o foco de todo o negócio era a Ambipar, e, na verdade, o foco era a Emae. Tem um processo que corre desde 2019, 18, que é um processo de abuso de poder de controle contra o Estado de São Paulo, pelo fato de o Estado de São Paulo ser controlador tanto da Sabesp quanto da Emae, e os valores referentes a essa ação, caso o Estado de São Paulo perdesse, seriam da ordem de R\$40 bilhões. E você, entendendo como o Nelson Tanure funciona... O Nelson Tanure não compra empresa saudável, ele compra empresa quebrada para soltar o caixa, e a Emae nem tinha muito caixa, e a pessoa que fez os estudos de Emae para o Nelson Tanure me procurou para me ajudar a fazer as contas.

Essa ação... Se... Eles perderam em primeira instância, aí você chega em abril de 25 – desculpa, abril de 24 –, logo depois que você tem a resolução do Banco Central, e o Tanure





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compra essas ações, e quem compra a Emae na privatização oferece um valor 40%, muito acima disso daí, e quem que era o advogado que atuava nessa causa bilionária contra o Estado de São Paulo? O escritório do Arnaldo Wald, que eu já conhecia, porque é um dos escritórios que me atacou. Mas, no final das contas, eu encontrei uma empresa... Só fazendo um *fast forward*, para as pessoas falarem... ninguém me acusar de leviandade: você tem uma empresa que o Tercio Borlenghi, que era o dono da Ambipar, e o Dr. Arnaldo Wald abriram, e essa empresa ficou aberta por 20 dias, 45 dias, que é aquela Carbon Credit Participações.

Então você tem... A gente está no Brasil, e eu não estou nem falando que teve alguma questão de tráfico de influência. Mas você está advogando na causa e você tem um Desembargador, um Ministro no STJ – você talvez tenha um sentimento –, que é o Ministro Benedito Gonçalves, e o que acontece?

No dia 17 de junho, o Ministro Benedito Gonçalves reverte a decisão de primeira instância e dá esse ganho de causa monocraticamente para a Emae, o que poderia trazer um ganho de R\$40 bilhões para o Nelson Tanure, que comprou a empresa por R\$1 bilhão dois meses antes. Só que eles não tinham dinheiro para pagar isso.

E, logo depois que sai essa decisão, você tem o Tercio, que era o dono da Ambipar, e todos os veículos saem comprando as ações de Ambipar no mercado. Para quê? Para pagar o prejuízo que eles tinham tomado na marcação a mercado de meses antes dos precatórios e para criar lastro para comprar a Emae e continuar pedalando a bicicleta.

Quando você começa a entender a cabeça desse povo... Eles chamam o nome do fundo de Phoenix. As coisas têm... O principal fundo do Nelson Tanure se chama Ilha de Patmos, e Ilha de Patmos é onde foi escrito o Apocalipse. Então, as coisas têm motivos.

Se puder passar, por favor?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ou ele aprendeu, com o cara da Federal, a dar nome a operação.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – É?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Na Polícia Federal, tem uma história, uma lenda urbana, de que na Polícia Federal tem um cara só para dar o nome nas operações. Talvez ele também trabalhe para o Tanure.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Talvez tenha contratado...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só voltando para, de novo, quem acompanha a gente e que não está no mercado pegar: a Emae é a Empresa Metropolitana de Água, Esgoto e Energia lá de São Paulo. E ela foi desestatizada – foi privatizada – em início de 24.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Abril de 24.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Quem ganha é o fundo capitaneado pelo Tanure.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso, o fundo que se chama Phoenix.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E a Ambipar, nessa parceria, está onde?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu... A gente nunca vai ter essa resposta, porque o negócio desmantelou.

Na minha cabeça, isso daí é o... Eu vou falar "eu acho": eu acho que o plano deles era fundir a Ambipar com a Emae em um determinado momento. Mas para que eles usaram a Ambipar? Eles usaram a Ambipar para criar garantias para tomar o financiamento para comprar a Emae.

Então você tem, no dia... No começo de junho, as ações de Ambipar estavam negociando a R\$8. No dia em que eles chegam e assinam o contrato com a XP, para fazer o financiamento, as ações estavam R\$216. Então, você tinha uma empresa que valia R\$1 bilhão, e essa empresa passou a valer R\$40 bilhões. E quem comprou isso daí?

E quem comprou isso daí? Foram os fundos ligados ao Tanure, o próprio Tercio e fundos ligados ao Marcio Quadrado. E daí se pergunta assim: "Mas como que desviou o dinheiro nessa época?", e é bem quando o Quadrado sai. O Quadrado sai e vende a participação





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supervalorizada para o banco, em troca da participação dele, e essa participação supervalorizada é usada como patrimônio do banco, para justificar o banco, só que a Ambipar não valia isso. O foco, eu tenho convicção de que o foco deles era sempre a Emae.

Se puder passar o próximo...

Mas o que acontece? E daí, nisso daí, acaba o suco, né? Você tem ali o começo de 2024, acaba o suco; no dia 1º de outubro, você tem a operação da saída do Maurício Quadrado da Banvox, a entrada do Daniel Vorcaro; no dia 2 de outubro, você tem a quitação da Emae, que é o grupo da XP. Na verdade, a CVM estava meio perdida nisso daí, eu fui lá, entreguei em mãos. Eu falei: "Putz, eu não aguento mais apanhar, as pessoas me processando. Deixa, eu explico para vocês o que está acontecendo", foi quando a gente encontrou essa operação do Phoenix.

Mas o que acontece? Você tem essa interligação do Tercio com o Tanure. O Tanure é da fiança pessoal, uma fiança corporativa da Aventti, e o Tercio, da fiança pessoal dele e da esposa, ali é na ação fiduciária de 10 milhões de ações de Ambipar, que naquele momento valeriam R\$2 bilhões, porque está supervalorizado. E isso daí é que pouca gente fala, porque eles inflaram, e ele dá uma procuração irrevogável e irretratável ao Banco Master, para o Banco Master poder fazer o que quisesse com as ações dele de Ambipar.

O Tercio é um cara que tinha uma empresa, viraram para ele e falaram assim: "Cara, você quer ficar muito rico e participar do rolo?", ele falou "Quero", imagino eu, "Quero". Então, você tem essa interligação.

Se puder passar para o próximo eslaide...

E daí você tem assim, o Fundo Máxima, o Everest, daí você fala que a Emae tinha R\$5 bilhões de caixa. O que acontece? Isso daqui é a estrutura toda da Emae.

Se puder passar...

O que acontece? A XP, eles conseguem se livrar da OPA, eles conseguem se livrar da OPA da Ambipar na CVM, uma questão, no mínimo, controversa, onde o diretor recém-assumido fez o voto de minerva. Acho que as pessoas dão muito pouca atenção à saída do João Pedro Nascimento. O João Pedro Nascimento é outro que tem uma medida contra mim, eu não posso





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escrever sobre ele, porque eu estava cobrando dele. A minha impressão é que o João Pedro sai porque ele tinha algum comprometimento com Nelson Tanure e com esse povo, eu coloco uma luz, e ele fica entre a cruz e a espada e fala: "Quer saber? Eu vou sair daqui". Então, você tem o Otto e o Accioly votando, mas a questão é que, se o Otto e o Accioly tivessem votado, ainda ia ter obrigação da OPA. E daí você tem o Otto Lobo falando: "O meu voto é o voto de Minerva, então não vai ter OPA". E depois...

Se puder passar um pouquinho, eu acho importante falar...

Aqui eu explico toda a questão de como que a determinação da OPA da Ambipar foi o que acelerou a questão do Master. No dia 20 de março, a CVM determina à OPA; no dia 25, você tem o Nelson Tanure vendendo para o fundo de pensão da Light, em que ele era administrador, ações da Alliar para fazer R\$115 milhões de caixa. É muito claro que o que acelerou as coisas foi essa OPA da Ambipar. E daí o BRB, três dias depois, é anunciado.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só dando um passo atrás, o ponto de conexão com a Ambipar do grupo, vamos chamar assim, Tanure e Banco Master... Qual é o contexto disso? Como é que eles entram na Ambipar?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eles compram juntos, você tem até o reconhecimento. O Presidente interino da CVM, Joao Accioly, foi à CAE, se não me engano, duas ou três semanas atrás, e ele reconhece, ele vira e fala assim: "Tanure e Master são a mesma coisa". Você tem vários veículos comprando a Ambipar ao mesmo tempo, o Tercio compra a Ambipar, mas ele chega e cede as Ambipar dele para o Master, e isso daí infla o balanço do banco, paga o prejuízo que... Se não fosse a Ambipar, eles não teriam tido lucro em 2024.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E a conexão da Ambipar com a Emae?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – As ações da Ambipar foram utilizadas como garantias do Tercio e do Tanure para comprar a Emae, mas eu acho que, mais no próximo eslaide, isso daqui deixa muito claro o que aconteceu.

Então, o que é que acontece? As pessoas acham que o Tanure perdeu a Emae por causa da Ambipar, é o contrário. Se você olha o processo da XP executando, eles estavam naquela







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação com o BRB, não tinham de onde tirar dinheiro e daí precisavam pagar, passou um ano e precisavam pagar a primeira parcela, e a XP chega e começa a negociar com o Nelson Tanure. E você lê esse processo e, nesse processo, no dia 11 de setembro de 2015, o Tanure autoriza a venda das ações da Ambipar, que tinha dentro do fundo, que foram passadas dentro do fundo, dadas em garantia pelo Tercio. E você fica vendo a negociação e daí fica a XP falando assim: "Putz, mas, se a gente vender, quem vai comprar? Vai cair, vai derrubar, não sei o quê". E, nisso daí, a XP já querendo... E o que tinha de garantia para essa dívida? As ações da Emae. E, daí no dia 24 de setembro, a Ambipar protocola...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – As ações da Ambipar, no caso, né? As ações da Ambipar que serviam de garantia.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não, as ações da Emae e da Ambipar eram garantias do empréstimo, só que a XP sabia que as ações da Ambipar não valiam uma fração daquilo. Daí você tem, no dia 24 de setembro... Eu coloco o Tercio, né? A Ambipar, que tinha um escritório em São Paulo, abre um escritório num *coworking* no Rio de Janeiro e entra com a RJ no Rio de Janeiro. E quando você lê todos esses processos, fica muito claro que a RJ foi para impedir a venda da Emae. Esses caras não estavam nem aí para a Ambipar, eles queriam a Emae. Eles estavam de olho, era a boia de salvação desses R\$40 bilhões. E daí a Phoenix não paga, no dia 27 de setembro. Daí eles vencem.

Se puder passar para o próximo eslaide.

Aqui mostra. No dia 5 de outubro, a Sabesp compra, no domingo. Quando eles começam essa discussão, você começa a queda das ações. Aqui eu coloquei o gráfico mostrando quando subiu, do pau vem para o pau voltou. O... Quando a Sabesp compra, na verdade, quando começa a discussão de "Ah, vai ter, não vai ter, vai executar, não vai executar?", é quando o banco começa... Quando eles começam a falar: "Putz, tem um problema"; deve existir algum, deveria existir algum acordo de maneira a esse dinheiro, esses R\$40 bilhões serem garantidos de alguma coisa. Daí você tem... A Sabesp anuncia a compra, e quando a Sabesp anuncia a compra, no fato relevante que eles anunciam a compra, eles falam exatamente os termos que estão naquela ação de abuso de poder de controle. Eles mencionam a Guarapiranga, a usina Henry Borden, viram e falam assim que... Obviamente é relacionado. Daí a Ambipar perde a RJ, vai para





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

zero, dia 20 de outubro. E dia 18 de novembro o banco é liquidado. Só que, assim, as coisas estão... O Banco Master é liquidado por quê? Porque já não tinha dinheiro, tinha um empréstimo do FGC... O que eles usaram para inflar o balanço do banco virou zero, virou literalmente zero. Daí você tem alguns fundos onde você vê, eles conseguiram fazer, comprar opções de venda, então eles fizeram *hedge* de uma parte da posição. Acho que está no fundo do Texas isso daí. Mas as coisas estão todas interligadas.

A Ambipar foi o que acelerou o negócio com o BRB. O negócio com o BRB não sai por conta da Carbono Oculto. E não sair o negócio do BRB, era questão de tempo até o banco quebrar, que foi o que aconteceu.

Se puder passar para o próximo.

Chegou a valer R\$40 bilhões a Ambipar, hoje vale 400.

Só para ver se não tem mais um eslaide sobre isso. E é bem isso. E outra coisa. O caixa da Ambipar muito provavelmente estava alocado no Banco Master, porque eles entram na RJ, e é um absurdo, onde eles publicam um balanço escondendo o que tem no caixa. Até hoje, pediram no RJ, você tem uma recuperação judicial onde não se sabe o que tem dentro do caixa da empresa, que é muito provavelmente o dinheiro do Master, que é o que eles começaram a fazer com a Gafisa, fizeram com a Light, com tudo. Usa o caixa, compra de CDB, fizeram com clínicas, fizeram o protótipo. Eles faziam a parte de gerar esse dinheiro nas empresas. E o negócio é: capta, gasta, e gasta o que precisa ser gasto para segurar a pirâmide para não explodir.

Eu acho que... Não sei se respondi para o Senador a questão da Emae?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, sim, respondeu. Seria mais uma vítima desse modo de predação, de destruição de patrimônio.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não, e tem R\$40 bilhões que o Governo de São Paulo ia ter que pagar para Emae.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor sabe informar o *status* dessa ação?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu acho que está... Eu sei que ela foi... Eu acho que está parada. Só que, no final das contas, ela foi... Agora você tem confusão, porque, como a Sabesp é dona da Emae, na verdade a Emae tem que processar o Governo de São Paulo, e o Governo de São Paulo tem o direito de regresso contra a Sabesp, que é dona da Emae. Então, morreu a ação, na minha opinião.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor tem alguma informação com relação... O senhor chegou a fazer uma denúncia específica tratando sobre a Reag e a relação da Reag com o BRB antes dessa crise. O que aconteceu com essa denúncia que o senhor fez?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Vamos lá. Eu não vou nem pedir para colocar eslaide, porque é uma coisa tão surreal. Depois os Senadores procuram no eslaide.

Em maio de 2025, eu decido que eu vou começar a fazer uma série de denúncias da relação da Reag com o Master. Em uma delas, eu aponto a questão dos fundos da Reag, que hoje se descobriu que eram... Eu viro e falo assim: "Ó, tem esses fundos aqui, uns fundos da Reag, e o que eu achei é o fundo Borneo". Eu tinha achado outros. E eu falo assim: "Ó, esse fundo comprou 15% do BRB e não anunciou". E você tem uma regra da CVM que a cada 5% você tem que anunciar a participação. Eu faço essa denúncia em maio de 25. E a Carbono Oculto estoura no dia 27 de agosto de 25. E a CVM manda um ofício de alerta para Reag e para o Governo do Distrito Federal, cinco dias depois da Carbono Oculto, perguntando quais as providências – para Reag – que eles iam tomar para isso daí não acontecer no futuro, essa falta de fiscalização. E é um problema que foi identificado nesse grupo de trabalho da CVM, que é o encerramento de processos através de ofício de alerta que não tem a menor publicidade. Mas, nesse caso, chega a ser surreal, porque o ofício de alerta vem cinco dias depois da Carbono Oculto e é por um superintendente, que é o superintendente da SIN, o Marco Antonio Velloso.

Hoje de manhã, eu tive acesso a um documento de pedido de vista que falou que todos os processos que passaram na superintendência do Marco Antonio Velloso – e antes dele era o Daniel Maeda –, 100% dos processos terminaram com ofício de alerta arquivado. Então, essa questão da CVM... Quando falam: "Ah, a questão da CVM...", eu acho que tem profissionais incríveis na CVM, mas você tem pessoas que estão fazendo... pessoas que estão facilmente





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificadas, que muito provavelmente fizeram alguma coisa parecida com o que o pessoal do Banco Central fez – essas pessoas que foram afastadas.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Já caminhando aqui para o encerramento, Presidente Mourão...

E a gente falou sobre isso, mas tangencialmente. Quando Daniel Vercaro se transforma em dono de banco, autorizado pelo Banco Central, ele já tinha sido alvo da Operação Fundo Fake, correto? E antes disso, a gente tem esse avanço dele nos fundos de previdência, do RPPS. Então, essa consolidação, ele começa lá em 16, mais ou menos – para a gente poder só desenhar e encerrar a nossa conversa de hoje –, essa caminhada de Daniel Vercaro. Em que momento ele começa a ter essa penetração no mercado financeiro brasileiro que hoje desemboca na maior fraude da história? Como é que ele começa e como é que ele vai avançando nisso, passando pela Fundo Fake?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Se puder colocar no eslaide um da apresentação grande, daí eu passo isso aí rapidamente.

Pode colocar já no segundo eslaide.

Início de 2016, na verdade, você tem ele tratando com um cara que chama Benjamim Botelho, da Foco investimentos, e que, no final das contas, está tudo envolvido, que é aquela Jaguar Horizon Investments. Mas eles estão fazendo esse rolo que eles faziam em fundo de pensão, com cotas de Brazil Realty. Ah, vende supervalorizado o... Vamos dizer, R\$500 milhões não é dinheiro de pinga, não é ladrão de galinha, mas, comparado com o que foi, é o que eles faziam. Você teve esse problema com 65 institutos de previdência, você tem o inquérito policial, você tem a questão da Rolim Previ, pedido de prisão dele, e daí você tem o Walfrido Warde aparecendo para salvar a casa, né?

Que nem eu falei, no início de 2019... Ah, você tem o pedido de busca e apreensão no início de 2019, e, se eu não me engano, ele é aprovado em outubro de 19, mas ele conhece...

Se você puder passar, por favor.

Pode passar mais um.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, esse daí eu já falei.

Então ele começa a ter essa questão com o Walfrido e a questão da impunidade, né? Então você tem uma figura chave aí, que é o ex-Diretor Henrique Machado, que é um cara que já tinha feito um termo de compromisso na PetroRio, no negócio lá do *death spiral convertible*, que é exatamente o que culminou lá com a Wotan. Daí você tem a Centara e a Simsan, que é um negócio que a CVM parou, que é um absurdo e que a CVM para. Mas daí você tem o Henrique Machado saindo da CVM, tem um período de silêncio, o final dele na CVM – e não é que ele votou sozinho, mas ele foi relator, acabou sendo relator dos casos –, ele chega e passa um pano. Tem um caso até que é tão surreal do Henrique Machado como advogado do Vorcaro: eles pegaram o Vorcaro no Banco Master numa questão de manipulação de mercado de Brazil Realty ou de Care11, é um dos dois. E daí vai lá, firma o termo de compromisso – talvez esteja num eslaide mais para a frente isso daí, mas eu falo de memória –, eles negociam o termo de compromisso, e, durante a negociação do termo de compromisso, a BSM vai lá e fala assim: "Ó, os caras estão fazendo a mesma coisa em Brasil Realty", era Care11. E a CVM, em vez de falar assim: "Não, não tem termo de compromisso porque é conduta reiterada", eles viram e falam assim: "Ah, não, dado que a gente já negociou um aqui, você paga o dobro e arquiva os dois ao mesmo tempo". E quem advogou e conseguiu isso daí foi o Henrique Machado.

Daí se puder passar...

Então você tinha uma questão que eles tinham a certeza da impunidade.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, só dando o passo a passo, eles começam operando com fundos de previdência municipal, correto?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Nesse meio-tempo, eles também têm a aquisição do Credcesta na Bahia, quando eles vão entrar em consignados.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Foi em 2018, sim.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E aí eles abrem uma outra frente de acesso a recursos para fazer essa máquina rodar.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – É que a questão do Credcesta é o melhor negócio do mundo, não é? Todo mundo quer o Credcesta. Você empresta dinheiro para o servidor público, descontado na folha de pagamento, cobrando 5% ao mês. É o melhor negócio do mundo.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E o senhor tem ciência, o senhor acompanhou, durante esse processo de concessão desse acesso à folha de pagamentos, da formulação, da estruturação de decretos e de regramentos que fidelizam, que obrigam na prática ou restringem o acesso de crédito aos servidores, naquele caso da Bahia e em outros casos pelo Brasil?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – O único caso que eu estudei foi o da Bahia, em que era um supermercado estatal que só dava prejuízo. Daí eles pagam R\$15 milhões – acho que é R\$15 milhões – e ganham isso daí. E, assim, em menos de... acho que duas semanas depois, o então Governador da Bahia baixa um decreto, acho que permitindo a eles fazerem o crédito consignado nesse cartão... Essa parte eu estudei mais por curiosidade do que por qualquer outra coisa. E no resto do Brasil... Mas o negócio é que tem em mil prefeituras isso daí. E eu não tenho dúvida que, em algum momento, a questão do INSS vai se intersectar com isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E ele segue, então, a sequência dele.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Tá. Se puder passar...

Ah, daqui eu falo desse combo de termos de compromisso. É um negócio... Eles não tinham dúvida da impunidade, eles não achavam que iam sair impunes, eles tinham certeza, é por isso que aconteceu o que aconteceu.

Se puder passar, por favor...

Daí, aqui é aquela questão da CVM, que você perguntou... Acho que tudo pago... Perguntou: "Ah, Banco Central ou CVM?". Acho que a CVM é a mais culpada. Aquela questão de não investigar, de bloquear, de mentir para a Polícia Federal.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é engraçado, quando você lê. Eu entrei com uma denúncia no Ministério Público por conta dessa mentira. E a CVM foi lá e passou pano. Virou e falou assim: "Não, ele é um maluco, não sabe de nada", enfim. A resposta que o procurador dá, o que ele falou: "Eu não mandei para a Polícia Federal porque eu achei que eles iam se confundir, iam se atrapalhar com a investigação". É um parecer técnico que vira e fala... que se tivesse caído na mão da Polícia Federal dois anos antes e alguém tivesse dado atenção, a gente não teria o Banco Master, como foi.

Se puder passar, por favor.

Aqui, aproveitei para colocar... Coloquei o Walfrido Warde, que foi como advogado pessoal e tem algumas questões que eu acho que a gente vai acabar não passando na apresentação.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Apenas no tocante ao escritório, só deixar referido. O senhor traz à baila, aqui na CPI, o escritório Warde, porque ele defende os interesses de quem, nesse cipoal de nomes que a gente tem aqui?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – O Walfrido Warde defende os interesses de Nelson Tanure. O Walfrido Warde defende os interesses de Vorcaro. O Walfrido Warde atuou diretamente para ameaçar testemunha num caso criminal contra mim. O Walfrido Warde contratou Henrique Machado, que faz toda essa atuação. O Walfrido Warde notificou em nome do... O Walfrido Warde foi quem coordenou o ataque contra mim. Eu acho que, se tem a turma do Tanure... da turma do Tanure, o Walfrido Warde faz parte.

Se puder passar...

Isso daqui é uma questão... Eu consegui reverter isso daqui, mas eu acho que os Senadores têm que... Isso daí é uma questão muito grave. O comitê, o grupo de trabalho que foi criado, o Diretor Accioly pediu para gravar isso daí, e eu pedi a gravação. E, quando eu pedi a gravação, a gravação veio, assim, destruída. O... Eu pedi via LAI, mas, no final, eu acho que vale a pena, eu publiquei até no meu LinkedIn a íntegra da transcrição. Eu recebi ontem à noite, o Presidente interino conseguiu recuperar, mas mostra uma questão interna: tem nome de pessoas na CVM, que mostra que são pessoas que são completamente alheias e contrárias à transparência.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tá? Se puder passar?

Tá. Daí o que aconteceu? A impunidade garantida na CVM.

Já pode passar para o próximo.

Esse daqui é o que eu falei do...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Acho que a gente começou agora a...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Como a gente fez, de uma forma – né? – retornando...

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Isso, e eu acho que seria importante, mas que para mim é o que deu maior carga... É quem está por trás, né? Que é o Seu Nelson Tanure. O... E tinham perguntado, até falar para não ser leviano... É o eslaide 15. E daí eu explico o porquê de, no meu entendimento, o Seu Nelson Tanure...

Começa no 15... E pode ir já para o 16.

Hoje a gente tem muito... Muito se escuta, né? Em toda reportagem que sai sobre o Sr. Nelson Tanure, ele vira e fala: "Ah, eu era apenas mais um cliente do banco...". Eu acho que, se os Senadores quiserem entender como a cabeça de Nelson Tanure funciona, têm que olhar esse processo administrativo sancionador da CVM, da PetroRio. Nesse processo, onde ele foi condenado, pagou logo R\$1,5 milhão de multa, o Nelson Tanure foi condenado por ter ocultado que ele era o real controlador da PetroRio.

Nelson Tanure vira nesse processo e fala: "Não, eu não tenho nada a ver com isso, não sei nem por que vocês estão me falando". Então, essa questão de virar e falar assim: "Ah, eu não tenho nada a ver com o banco", não é nova, tá?

Eu fiz a primeira denúncia, onde eu apresentava toda a estrutura de como que o Tanure fazia, e era uma engenharia financeira que começava na Aventti, que é exatamente a mesma empresa em que ele exerceu o controle da PetroRio. Ela não foi criada pelo Banco Master, mas é







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a empresa onde o veículo fez essa primeira denúncia para o Banco Central, em março, de 2023; e daí eu faço a segunda denúncia para o Banco Central, que é a denúncia dos precatórios, em setembro de 2023.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria pedir autorização para me retirar. Eu tenho uma reunião e tenho médicos também. Eu preciso intensificar com o médico, eu preciso ficar de pé, porque o processo eleitoral não vai ser fácil.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos lá, o que vai ser do seu ativo basicamente?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Acho que é diferente, né? E eu preciso estar firme. *(Pausa.)*

Obrigado, Presidente; obrigado, Relator.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Muito obrigado, Senador – é um prazer.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor concluiu essa participação no tocante à estruturação do Tanure, que mais ou menos repete o que aconteceu em vários outros momentos, né?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu acho importante é que, nesse daqui, você tem algumas particularidades.

Se puder passar, eu vou chegar...

Tudo se passa numa empresa que se chama Banvox, tá? E daí você tem que entender qual que é a engenharia financeira que foi feita por trás disso. A Banvox no papel tem 22% – tinha ou tem 22% – de ações sem direito a voto do Banco Master. Só que a Banvox colocou no Banco Master R\$2,5 bilhões em aumento de capital, e o patrimônio do Banco Master é R\$4,8 bilhões. Então, se a gente for levar em consideração o que esses caras realmente prezam, que é dinheiro e não o que está no papel, a Banvox tem, em dinheiro, mais do que 50% do Banco Master. E você tem uma estrutura onde o Nelson Tanure, a Aventti e outros fundos têm 70% dessas debêntures, que eles falam que não são conversíveis, mas na verdade são.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é uma grande engenharia financeira para blindar o Tanure como credor da Banvox. A Banvox hoje... Na verdade, teve-se a cisão no dia 1º de outubro de 2024, ela virou DV Holding, transferiu – se puder passar para o próximo – R\$3 bilhões. Isso aí foi o dia em que eu fui olhar e falei assim: "Pô, o que será que o Vorcaro falou para a namorada no dia que ele assumiu uma dívida de R\$3 bilhões?" – no lado do passivo, não é? E você tem o Tanure, os fundos da Reag, os Rezende Barbosa, que eles venderam, o que é o Will Bank, receberam e estão executando. E tem esse SDG, que é muito importante: esse SDG é o que liga tudo.

Se puder passar para o próximo.

O que ficou, então: Assim, antes, você tinha R\$2,8 bilhões. O que o Vorcaro assumiu? Ele assumiu uma participação de 22% do Master, avaliado em 2,5 bi. Isso daí avaliaria o banco inteiro em R\$14 bilhões. Ele assumiu um adiantamento para ele mesmo de R\$360 milhões e uma dívida de R\$2,87 bilhões. E nem falou isso daí para a esposa. Enfim, essa daqui a operação, o coração que mostra como que o Tanure... Qual que é a engenharia financeira que está por trás. O Daniel Vorcaro é um garoto de recados.

Pode passar.

O SDG... Esse daí que é interessante, que eu falei. O SDG é detentor de uma parte das debêntures da Banvox, só que ele também tem todos os créditos daqueles desvios. Todos não, mas boa parte dos créditos dos desvios identificados pelo Vorcaro, aquela Clínica Mais Médicos, Hospital Criança São José. O Confiance foram aquelas empresas que não valiam nada e que tomaram dívidas multimilionárias e, no final das contas, essas dívidas foram a parar dentro desse SDG. E quem que é o investidor desse SDG? Indiretamente o Hans 95. Então você consegue ligar toda a cadeia da Reag, da Carbono Oculto, com o Master societário. Na verdade, societariamente não, porque eles quiseram criar uma aparência não societária através de dívida.

E daí tem algumas coisas que você pode passar, por favor.

Isso daqui são os fundos que estão...

Pode passar.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso daqui é uma questão importante, os atos falhos das pessoas. No único processo em que eu fui condenado, do Tanure – se Deus quiser a gente vai reverter isso –, ele coloca o endereço comercial dele como endereço da Trustee na qualificação da notícia de fato. E, além disso, eu fui conversar com o dono da Planner, o Sr. Carlos Arnaldo – tenho gravada essa conversa, se os senhores quiserem –, ele vira e fala assim: "O Tanure chegou a ter 20% da Planner, hoje tem 5%. O Carlos Arnaldo vira e fala: "Eu tenho muito medo desses caras. Você não sabe o que eles podem fazer. Não vou me meter, porque eu não posso fazer". Eu acho que pode juntar até para CPI a gravação do Carlos Arnaldo aqui, fica uma boa. Mas ninguém coloca o endereço comercial de uma empresa de que não é sócio como o seu próprio endereço comercial.

Se puder passar.

E daí você tem uma questão de quebra de sigilo. O fundo operava em uma corretora, eles pegaram e tiraram uma foto da ordem que a gente tinha passado para um tal de Vitor Baldi, que passou para o Sr. Rogério Felgueiras, que passou para o Maurício Quadrado, que passou para o Nelson Tanure, e o Tanure, através de uma quebra de sigilo ilegal, bancário, entrou com uma ação de extorsão contra mim por uma ordem que eu fiz, que eu passei no mercado. O Vitor Baldi virou superintendente na Master Corretora, e o Rogério Felgueiras é o Diretor da Banvox.

A Banvox vocês conhecem.

Pode passar.

Enfim, isso daqui é tudo questão pública. Não! Da 4ª Vara Criminal eu acho que vocês não têm, Isso daí está no processo da CVM, que tem a ver com a Alliar.

Eu não falei sobre a Alliar, mas é uma quebra de sigilo de abril de 2024, onde o juiz vira e fala: "Sendo constatado que as duas empresas pertencem ao grupo econômico ligado ao empresário Nelson Tanure...". Isso daí é a Trustee e a MAM. Isso daí eu mando para os Senadores também. Eu acho que, talvez, como tem questões de segredos de justiça, eu mando privadamente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrando aqui, agora sim definitivamente, com uma questão que chegou da Consultoria.

Desse pacote de informações a que o senhor teve acesso, o senhor teve alguma coisa, conhecimento de alguma coisa referente a aviões, transporte aéreo, à TAP conectada a essa situação de Reag, Master?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Não, eu não tive, não, mas tem um elemento que eu nunca ouvi ninguém falar. E eu estava conversando com uma jornalista outro dia e eu falei: "Putz, eu estou com essa impressão". E ela falou assim: "Você tem razão". Está tudo dentro dessa Prime You, todos esses aviões. Essa Prime You era uma empresa que se chamava BeFly; e essa BeFly... Quem fez toda a venda da BeFly lá atrás foi uma... Eu falei da Latache, você tem uma outra gestora que se chama Laplace, que é o Renato Carvalho, se não me engano. São dois renatos. A Laplace foi a empresa que foi contratada para vender o Will Bank. Então, eu acho que tem alguma... Sabe alguma coisa? Não, mas tem alguma coisa nessa direção de ir atrás dessa BeFly, da Prime You, Laplace.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, da minha parte, eu estou satisfeito com o depoimento.

Agradeço a disposição do Sr. Vladimir.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem.

Sr. Vladimir, o senhor tem mais alguma coisa a declarar?

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Eu só queria agradecer.

Eu não sabia o quanto que eu ia poder falar ou não. As pessoas perguntam por que eu faço isso, né? E a resposta é que eu faço porque, a partir do momento que Deus me deu a memória que eu tenho, a resiliência que eu tenho, eu sinto obrigação de levar isso até o final. É uma questão de ver essas pessoas que fizeram tudo isso e as pessoas próximas... Não tem ninguém que sofreu mais com isso tudo do que a minha família, que sempre me deu um





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superapoio, mas toda essa questão de Sicário que está se vendo, tudo isso eu sofri. Sofri mais de 30 ações criminais, ameaça de morte por telefone...

Eu queria para os cidadãos que estão assistindo... Se tiver medo, se abaixar a cabeça, esses caras vão ganhar. Não pode recuar. Que o que eu estou fazendo fique como exemplo para outras pessoas para terem coragem, vir aqui falar o que elas têm e o que elas sabem.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sr. Vladimir. E parabéns aí por ter vindo a público mostrar esse esquema, essa fraude gigantesca dentro do nosso sistema financeiro.

Ainda tem muita coisa para aparecer aí, não é, Relator? E isso nos deixa preocupados com o futuro do nosso país, porque as instituições parece que estão desmoronando, mas ainda existe aquele punhado de homens bons e mulheres que vão superar isso aí. O senhor faz parte do grupo.

**O SR. VLADIMIR TIMERMAN** – Amém.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para as próximas reuniões a serem realizadas nos dias 24 e 25 de março, com pautas que serão publicadas pela Secretaria da Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Jaques Wagner e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Esperidião Amin, Augusta Brito, Wilder Moraes e Marcelo Castro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitivas**. **Finalidade:** Oitivas da Sra. Cecília Olliveira, jornalista investigativa e fundadora do Instituto Fogo Cruzado em atendimento ao requerimento 7/2025; e do Sr. Belline Santana, servidor do Banco Central e ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (DESUP), em atendimento aos requerimentos 232/2026 e 239/2026. **Resultado:** Realizada a oitiva da Sra. Cecília Olliveira. Não compareceu à reunião o Sr. Belline Santana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**  
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/24>





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se às oitivas da Sra. Cecília Olliveira e do Sr. Belline Santana.

A Sra. Cecília comparece na qualidade de convidada por meio da aprovação do Requerimento 7, de autoria do Senador Alessandro Vieira. Já o Sr. Belline foi convocado por meio de aprovação dos Requerimentos 232, do Senador Humberto Costa, e 239, do Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, realizada em 18 de março de 2026.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Oitiva do Sr. Belline Santana, servidor do Banco Central, ex-Chefe do Departamento de Supervisão Bancária, convocado pelos Requerimentos 232 e 239 dos Senadores Humberto Costa e Alessandro Vieira, respectivamente.

O depoente foi convocado a comparecer a esta reunião por *e-mails*, telefonemas, correspondência, Sedex e telegrama.

Por meio de manifestação recebida na última sexta-feira, 20 de março, o representante legal do depoente comunicou a impossibilidade de comparecimento do Sr. Belline à reunião, apontando como razões o fato de não poder se ausentar do Município de São Paulo em razão de estar sendo monitorado por meio de tornozeleira eletrônica.

Ciente do fato de que o Sr. Belline tem sua locomoção restrita por determinação judicial, esta CPI também peticionou ao STF solicitando a autorização do comparecimento do convocado.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão foi comunicada ontem sobre decisão do Ministro André Mendonça, no âmbito da Petição 15556/DF, nos seguintes termos, aspas:

Ante o exposto, já tendo sido manifestada a objeção da defesa de BELLINE SANTANA, [...] afasto a obrigatoriedade de comparecimento, transmudando-a em facultatividade, deixando a cargo do peticionário a decisão de comparecer, ou não, à CPI do Crime Organizado.

Na hipótese de o referido convocado optar, de forma superveniente, por comparecer ao ato, asseguro-lhe, nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, o direito: i) ao silêncio, ou seja, de, assim querendo, não responder a perguntas a ele direcionadas; ii) à assistência por advogado durante o ato; iii) de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo; iv) de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

A defesa do convocado confirmou sua opção pelo não comparecimento a esta CPI.

Cumpra lembrar que essa decisão é similar àquela dada em relação ao Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, que havia sido convocado a comparecer na 13ª Reunião desta Comissão. Tanto o Sr. Paulo Sérgio como o Sr. Belline Santana são servidores do Banco Central, afastados de suas funções e que cumprem medidas restritivas por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Oitiva da Sra. Cecília Olliveira, jornalista investigativa e fundadora do Instituto Fogo Cruzado, convidada por meio de aprovação do Requerimento 7, de 2025, do Relator Senador Alessandro Vieira.

Convido a depoente a tomar assento à mesa e para as suas considerações iniciais.  
(Pausa.)

Senhora Cecília Olliveira, mais uma vez agradeço ao Senado Federal, agradeço o comparecimento da senhora nesta importante Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, neste momento, eu concedo à senhora a palavra, pelo tempo de 20 minutos, podendo ser prorrogado, para sua explanação da forma como melhor lhe convier, para ajudar os trabalhos da CPI.

Com a palavra a Sra. Cecília Olliveira.

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia, Presidente, Sr. Relator, demais Senadores.

Primeiro eu quero começar agradecendo o convite para essa CPI e especialmente os esforços dos senhores em torno desse tema que é importante, não só para o Brasil, mas também para os brasileiros e para o nosso futuro de fato.

Eu trabalho cobrindo e pesquisando segurança pública há 20 anos. Então isso significa que eu vi acontecer ali a CPI do tráfico nacional e internacional, que aconteceu na Câmara, em 2006; as duas CPIs das armas, que aconteceram no Rio de Janeiro, em 2011 e 2016, e também, claro, a CPI das milícias, que aconteceu ali no Rio, em 2008. Então, há pelo menos 20 anos o Brasil tem investigado essa questão do tráfico de drogas e de armas, porque é claro, elas andam juntas, mas sempre observando pela lente de fora. E eu acho que a gente precisa, inclusive, olhar um pouco para dentro, para poder compreender as nossas demandas internas. Então essa nova CPI surge em um momento específico que é extremamente importante, que é quando o Brasil deixa de ser rota especificamente do tráfico de drogas e passa a ser um importante *player* nesse mercado, que é: hoje o Brasil tem um papel importante no refino de cocaína, que muda totalmente o nosso papel dentro desse panorama, né?

E esse novo papel do Brasil no crime transnacional e essa nova CPI são, em grande parte – eu poderia dizer assim –, o resultado da incapacidade do Estado de lidar com os resultados e os diagnósticos que foram apresentados nas outras quatro CPIs. Então, isso significa que nós sabemos investigar, nós sabemos fazer diagnósticos, nós sabemos como lidar com os nossos problemas, mas por algum motivo a gente decide não levar isso a frente, não tornar aqueles diagnósticos em políticas públicas efetivas, né?

Então, os especialistas ouvidos nessa CPI anteriormente, os Senadores também têm pontuado nas suas falas uma coisa extremamente importante que é a falta de integração e





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coordenação entre os órgãos, que é simplesmente essencial para que a gente consiga desempenhar boas operações, boas investigações, e isso vem sendo repetido, essa demanda vem sendo repetida exaustivamente desde lá da primeira CPI, em 2006. Então, a gente ignora esses diagnósticos e não coloca em prática tudo o que os Deputados, os especialistas, os Senadores vêm falando, não só durante esta CPI, mas durante esse tempo. Então hoje a gente está lidando basicamente com as consequências das omissões que foram apresentadas durante esses longos 20 anos aí.

E eu inclusive vou trazer isso, assim, para a experiência pessoal, porque eu construí minha carreira sendo aquilo que a gente chama de jornalista de pista, que significa que é aquela pessoa que transita pela cidade, então ela consegue visualizar ali os impactos dessas omissões, dessas decisões no dia a dia. Então, isso significa que eu acompanhei operações, eu acompanhei instalações de programas, políticas públicas... E a principal lição que eu aprendi durante esse tema é aquilo que eu chamo de "adubo do crime". O que isso significa? Que o crime vai crescer vigorosamente onde falta o estado – e eu falo que falta o estado no sentido de falta de fiscalização especificamente – e onde, ao mesmo tempo, há uma colaboração dos agentes públicos. E eu não estou falando aqui especialmente de polícia, não. Eu falo aí sobre toda a qualidade de servidor público, desde o Deputado, o juiz, o secretário que fecha os olhos aí para alguma situação, até, obviamente, o policial que vai buscar o arrego, que a gente sabe que, infelizmente, é uma realidade.

Então, isso demonstra que isso é uma teia complexa, que envolve muitos atores, muitos serviços, e isso é o que permite que o crime floresça. E floresça e se estabeleça como controle ali de localidades – esse controle de forma extremamente violenta, né? E isso alimenta ainda uma máquina financeira extremamente violenta.

Esse meu trabalho me levou, vamos dizer assim, para um outro lugar, porque, em 2006, eu estava trabalhando como pesquisadora de um livro de um jornalista estrangeiro, e esse livro era a biografia do Nem da Rocinha. Então, eu tinha um desafio específico que era explicar para o público estrangeiro o que era a violência no Rio de Janeiro, porque isso é muito estranho para as pessoas que olham de fora, porque é uma coisa fora da curva, né? E, precisando explicar isso para eles, eu pensava o quanto era diferente o que eu precisava explicar e o que eu via no dia a dia, especialmente naquele momento, que era um momento onde estava em ação ali as UPPs,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

né? Então, assim, o que eu via nos jornais e o que eu via nas ruas estavam um pouco díspares, porque nos jornais a gente via grande otimismo, mas, quando você olhava na prática, isso estava um pouco destoante, né?

E, inclusive, uma nota pessoal aqui, porque eu trabalhei durante cerca de dois anos como jornalista no programa UPP Social, então eu visualizei ali muito de perto o esforço de policiais e de especialistas para colocar aquele programa de pé, né? Foi um movimento importante.

Então, pensando que eu estava trabalhando especificamente nesse livro e notando essa disparidade, eu comecei a me perguntar se isso era um reflexo da já fragilidade do programa das UPPs ou se isso tinha relação com os policiais, vendo que aquilo já estava frágil, precisarem fazer mais operações, então, para poder dar conta daquele problema que não estava sendo contido pelas UPPs.

Gostaria de ver a apresentação? *(Pausa.)*

Pode passar para a segunda, por favor.

Aqui são as CPIs que eu mencionei e as recomendações que foram sendo dadas ao longo desses 20 anos, que são recomendações que eu tenho visto sendo repetidas, inclusive por quem tem passado pela CPI aqui, o que significa que nós já vimos isso, continuamos vendo isso e, infelizmente, continuamos com os mesmos problemas, né?

Pode passar mais uma, por favor.

E aí é aquilo que eu mencionei sobre o que eu tenho aprendido quando a gente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Perdão, no anterior, por favor, naquelas recomendações, algumas delas foram aproveitadas?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Pouquíssimas recomendações. Assim, eu posso dizer que, majoritariamente, vamos dizer, 90, 95% viraram só relatório, infelizmente.

*(Intervenção fora do microfone.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – É. Não, tem outras. Essas aí são só as que eu destaquei que eu acho que têm uma relação mais direta com o conteúdo dessa em relação a crime organizado diretamente.

E, quando eu percebi – né? – essa sensação que eu estava mencionando entre a disparidade do que eu via nos jornais e do que eu via na prática, tanto circulando quanto observando ali o que as pessoas falavam nas redes principalmente, relatando ali o seu dia a dia, eu percebi que faltava um pouco mais de informação para que a gente pudesse compreender essa realidade.

Então, naquele momento eu fui atrás de dados para poder entender se aquela realidade que eu estava vendo conseguia ser amparada pelo cenário que a gente estava vendo e que era desolador, né? Então, não só não havia muita informação, como, ao longo do tempo, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deixou de produzir algumas informações, como é o caso, por exemplo, de balas perdidas, vítimas de balas perdidas. Esse é um número que ajuda a gente a entender o quanto a violência armada afeta a população de uma forma geral, né? Então eu fui atrás desses números em 2016 e descobri que esse indicador tinha deixado de ser produzido em 2012. E aí eu pergunto: por quê? Por que alguém tomou a decisão de deixar de produzir um indicador que é extremamente importante para a gente compreender a dinâmica não só dos embates entre os grupos criminosos, mas também entender o quanto isso afeta a população?

E, inclusive, um outro dado interessante que pode ajudar a gente a entender se há mais conflitos entre milícias e facções... tem um dado interessante que é: o número de policiais baleados fora de serviço. Esse dado não é produzido pelo Governo do estado, né? E a gente sabe que há muitos policiais que estão envolvidos em negócios ilícitos e saber as condições em que eles foram baleados ajuda a gente a entender exatamente esse quadro. E esse dado não existia – né? – antes de o Fogo Cruzado começar a produzir essa informação.

Então, eu me deparei com um quadro desolador, mas eu percebi que era possível colaborar, produzindo essas informações. E foi assim que nasceu o Fogo Cruzado, que hoje é um instituto que produz dados sobre violência armada, colaborativamente com a participação ativa da população.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós podemos dizer quando houve um tiroteio, onde, por quê, entre quem, com que frequência isso acontece e quais são os impactos desses tiroteios na vida da população. Então, hoje o Fogo Cruzado produz mais de 50 indicadores em todas as cidades das regiões metropolitanas do Rio, Recife, Salvador e Belém. Em toda essa ação do Fogo Cruzado, a gente pode dizer que, nos dez anos, porque o Fogo Cruzado está fazendo dez anos agora, nós já mapeamos mais de 45 mil tiroteios. Isso eu estou falando apenas de Rio de Janeiro.

Eu posso dizer que a principal lição que eu aprendi com essa carreira é o tamanho da nossa estupidez quando a gente lida com a segurança pública, porque ela é tratada como uma espécie de negacionismo, porque a gente tem as informações, a gente sabe o que fazer e a gente não faz, né?

Poderia passar mais uma vez, por favor?

Mais uma.

Esses aqui são alguns dos dados que eu mencionei, especialmente sobre o Rio de Janeiro.

Então eu estou falando, quando eu menciono essa estupidez, eu estou falando de todos nós brasileiros, porque nós estamos há 30 anos tentando combater a criminalidade, mas da mesma forma. E, basicamente, com a mesma fórmula já conhecida, que é: a gente joga toda essa situação no colo dos policiais e cobra desses policiais mais confronto, mais tiroteio, mais mortes.

E não precisa de a gente ser especialista no tema para entender que não tem funcionado, né? Basta aí a gente, inclusive, lembrar que a primeira grande chacina policial no Rio de Janeiro aconteceu no Complexo do Alemão em 94, quando houve ali 13 mortos, três adolescentes estupradas, e levou o Brasil a ser julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, isso em 2017. Então, isso tem 30 anos, Senadores, 30 anos. Eu era jovem, eu era ali uma adolescente quando a Polícia do Rio já estava combatendo o Comando Vermelho com a fórmula "muito tiro, muitas mortes". O número de mortos, inclusive, foi basicamente multiplicado por dez ali, em outubro do ano passado, né? E foram mais de cem mortos no mesmo Alemão, na mesma Penha, contra o mesmo Comando Vermelho, com a mesma polícia e com o mesmo dia seguinte. Nada mudou, nem na cidade, nem na estrutura do Comando Vermelho. Ali é também uma





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

localidade onde houve mais crianças e adolescentes baleados nesse período: foram 40, sete delas dentro de casa.

E essas não foram as primeiras operações que eu vi e não são as primeiras operações desse tipo, que são um tipo de espetáculo em que agem como se fosse para poder mostrar que o Governo está trabalhando, quando de fato ele não está; ele não entrega o que é prometido em meio a essas operações. Aquelas promessas não se concretizam, né? Então eu vi muitas dessas operações acontecerem, e elas dão essa falsa impressão de que está sendo feito um trabalho. E não há essa sequência, esse trabalho não segue sendo feito.

Gostaria de mudar mais um, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Essa foi o que a senhora citou?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Isso, essa foi a que eu citei mais cedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Só foi julgada em 2017?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Em 2017.

Então, assim, eu trouxe essas duas imagens, são duas manchetes, para perguntar o que mudou, exatamente para poder mostrar que a gente tem a mesma situação sendo enfrentada da mesma forma, sem que a gente altere a eficácia das nossas ações. E uma coisa que a gente não consegue mensurar de tudo isso que eu falei é o custo econômico de tudo isso. A gente não consegue mensurar nem o custo econômico – o custo disso na saúde, na educação. A gente sabe que tem postos de saúde fechados, escolas fechadas, ruas fechadas, comércio fechado, e a gente não mensura o custo disso real para... tanto o impacto de o que a gente poderia ser e não é quanto o impacto mesmo para a vida da população.

Ao longo desses anos, a gente conseguiu registrar 512 interrupções de transporte público no Rio, para vocês terem uma ideia. E a rede pública de educação no Rio tem cerca de 3,7 mil escolas; só no ano passado, 500 delas foram afetadas diretamente pelos tiroteios. Então, isso





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significa que elas perderam dias de aula, foram fechadas parcialmente, os alunos não puderam estar ali, prejudicou a comunidade escolar.

Isso quer dizer, então, que essa estratégia que a gente tem adotado, esse modo de dizer que a gente está enfrentando esses grupos armados por meio de demonstrações de força policial apenas, tem um custo social e econômico imenso que a gente não consegue mensurar. E a gente não ataca o coração do problema. Então, assim, a gente tanto não ataca o Comando Vermelho, que era uma facção que estava no Rio de Janeiro, que hoje ele está presente em mais de 20 estados e em todos os países da América Latina. Então, isso é um indicador direto de: o modo como a gente tem enfrentado esse problema não está dando certo.

Então, os senhores podem até pensar assim: "ah, mas a gente está falando de Rio de Janeiro quando a gente fala de Comando Vermelho". Exatamente. A gente estava falando de Rio de Janeiro. Hoje a gente está falando de Brasil. E essa mesma realidade, para vocês terem um exemplo, se repete na Bahia, obviamente, adaptada a dinâmicas locais, claro, né? E a Bahia é um caso interessante de trazer aqui para vocês, porque é um desses lugares onde o Comando Vermelho não é 100% o controlador dessa área, mas o Comando Vermelho está em expansão para a Bahia. E essa expansão é feita de forma extremamente violenta, então ela acontece por meio de uma imposição muito bárbara de domínio, de força. E isso, como a gente vê pelas ações no Rio de Janeiro, não apenas não está barrando a ação desses grupos no Rio de Janeiro, como a gente vê que isso tem se espalhado com uma frequência que não seria o ideal, obviamente, e a história mostra que não está dando certo, né?

Então, o que eu estou narrando aqui é algo que há anos deixou de ser uma questão do Rio de Janeiro, e passou a ser um impasse que se reproduz para o país inteiro. Eu vi, inclusive, aqui, nas outras sessões da CPI, uma fala do meu amigo Renato de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em que ele mostra inclusive que essa questão do uso exacerbado da força não é padrão para todos os estados, o que de fato confere. E o ponto que eu quero destacar aqui quando eu menciono isso é que, ao longo das últimas décadas, a gente não apenas deixou de repensar esse modelo do Rio de Janeiro, como a gente pegou esse modelo do Rio de Janeiro e implantou país afora. Então, ao mesmo tempo em que a gente fez isso, as facções se fortaleceram, elas cresceram, elas ampliaram a sua atuação nacionalmente e





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionalmente. E isso vem em um mesmo momento. A gente replica o modelo do Rio de Janeiro e as facções continuam crescendo.

E qual é a consequência desse movimento para além da expansão especialmente do Comando Vermelho, daquilo que eu chamei de estupidez da política de segurança pública adotada nesses últimos 30 anos?

Gostaria de mudar mais uma vez, por favor.

Isso é aquilo que eu tinha mencionado em relação ao custo invisível daquilo que a gente viu.

Mais uma, por favor.

Eu vou mostrar aqui, a partir dos dados especificamente do Rio, do mapa dos grupos armados que a gente, no Fogo Cruzado, produziu em parceria com o Geni, da Universidade Federal Fluminense, a UFF. Os territórios de domínio de grupos armados no grande Rio dobraram em 16 anos; eles passaram de 9% para 18% da área da região metropolitana. E essa expansão, esse aqui é um dado interessante, essa expansão não se deu principalmente entre confrontos, naquilo que a gente espera: as facções entram em confronto e mudam de domínio – não foi assim. Isso representa cerca de 5% desse movimento. A grande maioria desses domínios, dessa expansão, se deu por um movimento que a gente chama de colonização, que é aquilo: a área que não tinha domínio algum passou a ser dominada por algum grupo. Então, eles colonizaram novas áreas, né? Isso significa que toda aquela ação, aquela violência, aqueles mortos, aquelas escolas fechadas, ruas fechadas, elas não impediram...

O.k. *(Risos.)*

Elas não impediram....

Pode continuar?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Foi especial para mim, muito obrigada. *(Risos.)*







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dizer que essa expansão, toda essa expansão, ela significa que tudo aquilo que a gente viu implantado nesses últimos 30 anos, sejam mais mortes, mais operações espetaculosas como a gente viu, escolas fechadas, ônibus parados, isso não impediu que as facções e milícias ampliassem o seu domínio. Pelo contrário, as facções e milícias, hoje, elas dominam mais espaço, elas estão mais poderosas, mais fortes, mais ricas e mais influentes política e economicamente.

E a gente pode ver que esse processo de colonização não para – né? – tanto no Rio como em outras cidades brasileiras. E eu quero que os senhores guardem essa informação acerca da colonização quando a gente for pensar em como é que a gente vai combater isso pensando especificamente em território, porque a gente fala muito sobre o controle territorial, e a gente vendo que essa expansão se dá apesar desse controle.

Isso me deixa ali a pergunta acerca de qual a estratégia que a gente tem hoje para poder conter a ocupação de novas áreas, que é uma dinâmica importante quando a gente pensa nessa expansão dessas últimas quase duas décadas, porque nesse período as milícias cresceram mais de 300% se a gente considerar o que a gente chama de zonas de influência. Se a gente pensa nessa influência, esse salto chega a mais de 500%.

Então, só para eu poder esclarecer, zonas de influência são aquelas áreas onde o grupo armado não tem o controle efetivo de dizer que ele está ali rotineiramente com o uso da força, mas ele controla serviços e mantém a presença armada.

O Comando Vermelho avançou 46% em território controlado. Então, hoje, ele domina uma área onde vivem 1,6 milhão de habitantes do Rio de Janeiro. É muita coisa, né? No total são cerca de 4 milhões de moradores vivendo sob controle e influência desses grupos armados, e isso significa um crescimento de 60% em 18 anos. É um número realmente que devia nos fazer refletir e fazer com que a gente tome realmente providências para poder impedir que isso continue crescendo.

Então, esse é o tamanho da população do Rio de Janeiro que sofre cotidianamente com uma política de segurança pública que é negacionista, né? Eu falo isso porque, no sentido de... A gente tem essas informações, a gente tem os diagnósticos, a gente tem todos os relatórios de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigações que já foram feitas, mas a gente falha na implantação daquelas recomendações, que é isto: são recomendações, né? Não tem uma obrigatoriedade de ser ali executada.

Eu sei que pode parecer que tudo que eu disse até agora seja, assim o fim da linha, mas não é. O que eu quero dizer é que isso pode até desanimar a gente um pouco, mas os dados mostram que o Rio e o Brasil têm jeito ainda, que é onde a gente deve agir.

A violência não está em todo lugar, o tempo todo, com a mesma força e a mesma intensidade. Pelo contrário, as nossas pesquisas mostram que em média esses confrontos acontecem em cerca de metade dos bairros da Região Metropolitana do Rio, por exemplo. E, quando a gente pensa naquele tipo de confronto crônico, realmente muitos tiroteios, durante muito tempo, são concentrados em 4% dos bairros do Grande Rio. E isso significa que nós sabemos onde são esses pontos críticos. Eles são hiperlocalizados, e nós temos ali a chance de saber como identificar isso, como intervir e com quais medidas a gente consegue intervir, porque a gente tem ali um recorte muito específico da realidade de como a gente poderia trabalhar.

E, quando eu vejo que a gente tem esse recorte de 4% especificamente desses bairros, a pergunta que fica é: qual é o governante que quer atuar realmente dessa forma, baseado nessas informações, que são informações muito claras, muito diretas, e que apresente à população um plano que tenha metas claras, que sejam baseadas em evidências, que, de fato, combatam a criminalidade e a violência e que não sejam usados especificamente para garantir reeleição, para poder fazer cortes e fazer apenas discurso sobre isso? A gente precisa que isso saia do papel e realmente colabore para que a população – obviamente, não apenas do Rio de Janeiro, mas do Brasil – consiga viver de outra forma, fora disso.

E eu me repito aqui, mas repito, inclusive em coro com os especialistas que passaram aqui anteriormente e que apontam para o mesmo diagnóstico em relação a... Precisamos de uma ação articulada nacionalmente, porque o crime se nacionalizou, mas as políticas de segurança pública ainda não; elas ainda são decididas localmente. E, a gente sabe, o PCC está aí em 28 países, o Comando Vermelho avança sobre estados, sobre rotas internacionais na América Latina, e nós ainda tratamos esse problema de forma local, de forma fragmentada, com instituições que brigam ou por protagonismo ou por orçamento, em vez de conseguir cooperar.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é papel dos Governadores sentarem juntos para poder enfrentar esse problema que afeta todos nós de forma coordenada, e esse movimento precisa, de fato, ser liderado pelo Legislativo e pelo Governo Federal, porque sozinho não tem como a gente incidir de forma efetiva sobre isso.

O Ministério Público precisa ser cobrado inclusive para poder rever o seu papel sobre o controle externo da atividade policial, algo que parece existir mais no papel do que na prática, e que tem sido insuficiente, especialmente quando a gente pensa no combate à corrupção. Especialistas, pesquisadores que produzem essas informações têm demonstrado esse tipo de situação, o quanto que essa cooperação é importante e o quanto que nesse trabalho, inclusive com organizações de sociedade civil, como é o caso do Fogo Cruzado ou o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, precisam estar juntos, porque nós queremos a mesma coisa. Nós temos o mesmo objetivo em relação a isso, né? Só política pública baseada realmente em dados e evidências vai conseguir resolver esse problema. E política pública séria, coordenada, baseada em evidências, com metas que a gente consiga mensurar e ir calibrando ali no decorrer da implantação para poder conseguir, de fato, ter uma incidência mais efetiva.

E, para poder fechar, gostaria de passar ali mais uma vez, por favor.

Vou entrar aqui num assunto, Sr. Presidente, para poder falar de algo que é concreto e que parece ser inclusive relativamente simples e que conta com amplo apoio da população brasileira, mas vem encontrando certa resistência, né? As pesquisas já mostram que é isso, mais de 80% dos brasileiros apoiam o uso de câmeras corporais nas polícias, né? E esse é um dos poucos temas que supera essa polarização que tem engessado, que tem paralisado as nossas vidas, os nossos debates. Então, assim, brasileiros de todas as regiões do país, de todos os espectros políticos concordam nesse sentido. Então, assim, a ciência tem confirmado o que o senso comum já vinha apontando ali: as câmeras corporais reduzem a letalidade, inclusive de policiais, produzem resultados que são concretos – e isso eu falo inclusive da elucidação de crimes, que, infelizmente, é muito baixa no país –, e que mostram ali, inclusive, onde está o mau policial – que a gente tem que levar isso em consideração, é um debate que a gente precisa ter se a gente quiser realmente incidir de forma efetiva nesse tema – e que permite que a gente lide com isso de forma, inclusive, mais transparente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, apesar de a gente não ter uma política nacional sobre câmeras corporais, aí eu me pergunto: por que a gente não tem, se a gente sabe desses apontamentos, desse apoio, desses resultados? Então, assim... E para mostrar que isso tem, isso atinge, vamos dizer, todos os espectros que eu mencionei aqui, o Governador da Bahia fez dessa situação uma promessa de campanha. E durante o Governo dele, ele conseguiu implantar isso em apenas 4% da força policial. E a gente tem, de um outro lado, o Governo de Santa Catarina, que teve aí uma experiência exitosa, e, ao invés de esse modelo servir de exemplo para o país e ser expandido, essa experiência foi abandonada. E aí, pergunto de novo: por que a gente não toma decisões sobre segurança que vão... por que a gente toma essas decisões que vão contra o comprovado? Mostrou que está dando certo, por que a gente está fazendo o contrário disso?

Eu estou citando isso como exemplo do que nos falta, não do que nos falta saber, né? Porque nós, como sociedade, a gente sabe como fazer. Demonstrei aqui que a gente já tem vários diagnósticos sobre isso. Então, eu quero dizer que não é preciso mágica para a gente conseguir lidar com a segurança pública. O que nos falta é, de fato, liderança, vontade política e visão de futuro. E eu realmente espero que essa CPI seja um marco de mudança no modo como a gente trata esse quadro.

Então, essa é a apresentação.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado. Brilhante explanação, de forma didática. Obrigado, Sra. Cecília Olliveira.

Agora, imediatamente, eu transfiro a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Cecília, pela apresentação, pelo trabalho, do Fogo Cruzado.

Presidente, se o senhor me permite, eu acho que é razoável, se não agora, ao final da sessão, que a gente faça um esclarecimento com relação aos recursos apresentados ao STF, até





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque isso é matéria em vários veículos, então, talvez ao final do depoimento a gente faça essa referência.

Com relação à apresentação em si, um ponto da atuação do Fogo Cruzado que para mim ainda não ficou tão claro, quer dizer, profissionalmente, é claro que eu conheço a atuação de vocês, mas publicamente é importante deixar clara a metodologia que vocês utilizam para identificação dos dados que, por exemplo, apontam, quase 6 mil tiroteios, no ano de 2025, nas quatro regiões metropolitanas. Então, qual é a metodologia que vocês usam para chegar a esse número?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** (Para expor.) – Obrigada.

Senador, a metodologia que a gente usa é baseada em três pilares, né?

Então, a gente tem três fontes de informação, que são: a gente observa cotidianamente, eu falo realmente em tempo real, as notícias que são veiculadas na imprensa em relação a, por exemplo, um assalto, uma operação, um roubo que aconteceu e em que houve disparo de arma de fogo; a gente tem também um aplicativo e os canais por onde a população manda informação dizendo "olha, passei por uma situação aqui agora, aconteceu isso, eu visualizei essa situação"; e tem também uma varredura que a gente faz constantemente nas redes, porque, infelizmente, isso é tão cotidiano que, quando uma pessoa passa por uma situação dessa, ela fala muito sobre isso: "Passei pela rua tal, fiquei presa no trânsito por causa de um tiroteio, um arrastão que acabou com isso".

Então, assim, a gente tem essas três fontes e a gente cruza essas informações para poder saber exatamente o quê, quando, onde isso está acontecendo. Exatamente porque quando acontece não é só uma pessoa falando disso, né? Então, os nossos analistas trabalham em tempo integral e em sistemas de turno para poder inclusive checar essas informações em tempo real, e só depois essa informação entra para o nosso banco de dados.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito. E há referência de também pelo menos um terço desses tiroteios envolvendo ações policiais, correto?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Correto.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

É um ponto de discussão e, por essas coincidências da vida, mesmo Senadores da República são dois policiais e um General aqui sentados. Então, o emprego da Força, de alguma forma, sempre fez parte da nossa atividade. Existe um desafio que é a retomada de território, né? A senhora focou, na apresentação, na tentativa de contenção da ação, dessa expansão, mas é preciso retomar território. E aí as alternativas de retomada de território que a senhora pode apresentar ou sugerir que saiam da lógica do confronto, que em regra se mostram necessárias.

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Perfeito. Quando a gente fala sobre território, a gente precisa pensar na presença do Estado nesses locais. Muitas das vezes, quando a gente debate isso, a gente fala que o Estado precisa estar ali, mas não é tão simples assim, porque... Vou dar um exemplo aí, o Complexo de Israel. É uma área do Rio de Janeiro que é urbanizada, não é aquela visão que a gente tem, aquela visão clássica que a gente tem de favela sem serviços públicos. É uma área absolutamente urbanizada, ou seja, tem serviços, tem estrutura, está tudo correto ali. Então, qual que é o elemento que a gente precisa levar em consideração quando a gente fala inclusive de uma área muito urbanizada, com presença do Estado e que mesmo assim é hoje um dos locais que a gente vê aí mais vigente tanto nos relatórios da polícia quanto na imprensa? Tem uma coisa ali que é importante de a gente levar em consideração que é: só é possível que um bairro estruturado como esse se torne um local a ser chamado Complexo de Israel se a gente tiver um elemento ali chamado corrupção. Porque, infelizmente, para você conseguir fazer uma ação num local como esse, você precisa de uma estrutura de inteligência e de cooperação, e para que isso ocorra e tenha o efeito necessário que a gente espera isso precisa ocorrer com uma integração absolutamente perfeita. Então, a gente não pode falar, por exemplo, de vazamento de informações, como a gente viu recentemente, infelizmente, no Rio de Janeiro.

A gente sabe também que o crime é dinâmico. Então, às vezes, ali, vão aumentar ou vão diminuir os índices, mas isso não significa que o controle diminuiu ou aumentou, até porque é muito bom que não haja notícia sobre essas situações para que o controle cresça ali de forma silenciosa. Mas o que eu quero dizer é que o controle territorial facilita a infiltração política e econômica desses grupos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para que a gente pense em recuperar o território, a gente precisa de algumas coisas que são: uma presença estatal contínua, e aí a gente tem que levar em consideração essa questão da corrupção, isso precisa ser realmente um ponto central ali; a gente precisa também, obviamente, de investigação e inteligência muito focadas; e a gente precisa falar sobre regulação econômica, porque esses grupos não crescem se eles não tiverem dinheiro para crescer.

Ilustrando isso, a gente pode pensar, por exemplo, num sistema de franquias. A gente tem a lanchonete A, e você tem 20 desses estabelecimentos. Se um desses estabelecimentos pega fogo, ele vai ficar temporariamente inoperante, mas as outras lojas vão se organizar e falar: "Vamos treinar um pessoal e mandar para lá". Mas, para você fazer esse movimento, você precisa de dinheiro. Então, sem a gente pensar em regulação econômica para poder impedir que haja sempre a possibilidade de reestruturação e expansão, não há como a gente debater ocupação territorial.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

A base de vocês, o início de vocês é o Estado do Rio de Janeiro, correto? Então, eu gostaria de uma análise da senhora dessa realidade do Estado do Rio de Janeiro – um estado que tem, dos seus últimos Governadores, cinco deles entre presos e condenados, e uma clara infiltração criminosas via corrupção –, um retrato desse cenário, para que a gente possa registrar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito e uma contribuição no sentido de soluções. Que caminhos são possíveis para o Estado do Rio de Janeiro, para que a gente possa, enfim, dar cabo dessa situação de contaminação terrível?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Perfeita colocação, Senador, porque, como eu tenho pontuado, não há como a gente pensar soluções sem a gente pensar a questão da corrupção. Quando a gente fala sobre especialmente os governantes, a gente pensa: qual é o impacto disso, qual é a relação disso em relação às eleições, por exemplo? E o objetivo nem sempre é ocupar um cargo diretamente – esses grupos –, mas garantir acesso e proteção dentro do poder público. Então, a gente precisa levar em consideração a captura. E aí a gente pode pensar em captura de setores da administração pública, a gente pode pensar em setores relacionados à expansão econômica, como eu mencionei, e a influência realmente política.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu escrevi um livro recentemente sobre milícia, e o título é exatamente: *Como Nasce um Miliciano*. Nessa pesquisa, que durou aí realmente alguns anos, uma das coisas que eu pude perceber ali é que esse crescimento é gradual. A pessoa simplesmente não passa num concurso público e decide: "Opa! Vou cruzar a linha agora". Mas é uma série de dobra de apostas. Ele dá um passo, nada acontece; ele dá mais um, está tranquilo; e ele vai calibrando esses passos. E eu menciono isso porque uma das soluções que eu acho que é vital ali é que a gente realmente tenha mecanismos de investigação que sejam mais robustos em relação à corrupção institucional. E friso: não estou falando só de policial aqui, não, porque essa infiltração é muito para além disso. O policial é uma ponta, mas a gente precisa olhar para outros setores. Inclusive, eu acho improdutivo quando a gente debate corrupção e fala só de corrupção policial, porque isso aí é um pedaço desse problema, né? E, obviamente, a gente precisa pensar ali em relação ao que já vem saindo disso em relação à cooperação das instituições, porque os mecanismos de controle sobre esses agentes que se corrompem precisam ser mais efetivos. Isso eu penso... Isso está estritamente relacionado a mecanismos que relacionam ali a integridade desses servidores, mas que também levem em consideração a questão de movimentação financeira, né?

Eu vi, eu assisti às outras sessões e vi que isso tem sido mencionado sistematicamente: o quanto que é importante a gente trazer para essa mesa não só as forças policiais, mas especialmente as outras instituições que lidam ali com essa questão econômica, e levar muito a sério a questão da fiscalização. Porque é muito difícil para um cidadão comum, por exemplo, sonegar Imposto de Renda. É difícil. Constantemente essas pessoas caem na malha fina. Como que uma pessoa consegue movimentar tanto dinheiro tranquilamente, né? E aí vi também que foi largamente mencionada aqui a questão da regularização das *fintechs*, das criptomoedas, de como que esse dinheiro passou a circular de outra forma, né? A gente, obviamente... Já houve outras CPIs falando de lavagem de dinheiro, e isso era feito com outros mecanismos. Então, isso andou, isso evoluiu. Então, os modos como a gente trabalha a inteligência, como a gente fiscaliza, como a gente regula, precisam também ser atualizados para poder dar conta dessa evolução tecnológica e desses novos mecanismos de burlar fiscalização e inventar novos jeitos de cometer crimes.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A gente teve, recentemente, tramitando nas duas Casas o projeto chamado antifacção, não é? E a versão aprovada pelo Senado tratava com igual dureza o crime organizado violento e o crime organizado não violento, porque, na nossa leitura, dos Senadores e Senadoras, era que não dava para separar as duas modalidades, vamos chamar assim. Os Deputados optaram por um caminho diferente, eles optaram apenas para um endurecimento com relação ao crime chamado – e aí criaram um novo tipo, não é? – ultraviolento. Apenas para que a gente tenha essa opinião sua profissional: é possível fazer essa separação? Isto funciona, tratar firmemente apenas o crime da ponta e deixar de lado todo esse aparato mais estruturado financeiro?

**O SR. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Eu acho que, para a gente ter uma ação de fato efetiva, eficaz e extremamente direcionada, a gente precisa separar o peso dos criminosos, porque, obviamente, a influência que tem uma liderança obviamente não tem uma pessoa pequena dentro dessas organizações. Então, a gente precisa... Quando a gente pensa sobre esse tipo de debate, a gente precisa levar em consideração o sistema prisional, porque ali a gente tem a situação de que as prisões são um ambiente de formação de mão de obra para essas organizações. As facções do Brasil majoritariamente nasceram dentro do sistema prisional, e nasceram dentro do sistema prisional diante ali de uma autogestão dos presos. A gente sabe que isso existe, todo mundo sabe que eles se autogerenciam ali, né? Então, você tem de um lado a baixa capacidade de controle estatal e essa autogestão. E isso, inclusive, permite ali a conexão, o intercâmbio entre os criminosos de diferentes hierarquias. Então, isso tanto permite que eles formem novas lideranças quanto permite também que eles continuem estruturando as suas organizações. Então, o combate ao crime organizado nesse sentido exige tanto reformar o sistema penitenciário, melhorar essa questão da inteligência prisional e definitivamente isolar lideranças estratégicas, para que a gente consiga separar, consiga trabalhar separadamente o impacto que cada um tem dentro dessas organizações.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ainda voltando à questão da letalidade policial, vocês trazem indicativos e apontam uma suposta inexistência de relação de causa e efeito entre maior letalidade policial e maior eficiência policial, e cita os dados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Eu queria que a senhora detalhasse um pouquinho mais esse ponto.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Eu acho que parte disso estava inclusive presente aqui na minha fala inicial, quando a gente fala que essa letalidade policial não tem resolvido. E eu volto aqui inclusive naquela parte que eu disse sobre: nós tratamos esse problema que é extremamente complexo como se fosse um problema que vai ser resolvido pela polícia. E a gente está vendo que não vai, até porque grande parte das atividades das facções hoje em dia não são sobre drogas mais. Elas têm outras atividades, elas operam negócios que têm o verniz de legitimidade: postos de gasolina, empreiteiras, empresas de ônibus.

Então, assim, a gente jogar isso no colo especificamente dos policiais é inclusive injusto com esses policiais, porque todas as políticas em que a gente pensa – e aí a gente pode pensar em política de educação, política de saúde, essas políticas – são feitas por diversos profissionais.

Então, para que a gente tenha uma ação efetiva, a gente precisa que o policial saiba exatamente o que ele está fazendo. Por que ele está ali? Ele foi designado para quê? Ele tem noção de que a ação que ele está tendo hoje no lugar A, vai ter uma interferência no lugar B? Ele consegue fazer essa ligação?

E eu acho inclusive interessante de a gente pensar nisso, por exemplo, vou tomar como exemplo aqui essa última operação no Complexo do Alemão, onde a gente teve, por exemplo, profissionais que eram novos na força. Tinha um policial ali que foi vitimado, 40 dias na força. Ele tinha noção do que era uma operação daquela, com aquela sensibilidade em um local que a gente já sabe que não é simples de operar?

E é por isso que eu falo, em relação a essa questão da relação entre letalidade e o impacto, no combate dessas facções, porque a gente teve uma operação com uma alta letalidade. E a cidade está exatamente igual, o Comando Vermelho está exatamente igual, operando nos mesmos locais, com a mesma força, que tem aquela relação com o que eu disse ao longo desses 30 anos.

Nós temos feito exatamente a mesma coisa, mais operações, mais mortes, mais tiros – e trago inclusive essa informação sobre mais mortes de policiais também nesse tipo de ação –, e o impacto é nenhum, tanto é que aquele Comando Vermelho que estava só no Rio de Janeiro, hoje, está espalhado pelo país inteiro e países da América Latina.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, a relação, vamos dizer assim, mais direta entre a letalidade e o fortalecimento dessas facções é em relação ao efeito que isso tem no grupo criminoso, no sentido de eles estão atacando mais, a gente precisa se unir mais, criar mais laços, recrutar mais pessoas e dobrar essa aposta.

Então, a gente tem feito isto: recrudescer de um lado, recrudescer de outro, dobra a aposta. Assim, o número de policiais mortos e de policiais que compõem a força cresceu; e as facções também cresceram. E estamos aqui, no centro do problema, debatendo, mais uma vez essa questão que, como eu disse, está sendo debatida há 20 anos e para a qual está sendo apresentada exatamente as mesmas soluções, ou seja, a gente não chegou lá.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Para caminhar para o encerramento, Presidente, o mapa que você mostrou, Cecília, da ocupação territorial na cidade do Rio de Janeiro, ou região metropolitana, nós tínhamos ali manchas em azul, vermelho e verde. A azul eram milícias? É isso?

**O SR. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Isso, exatamente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E as milícias, então, correspondem significativamente por uma área maior de ocupação hoje, de domínio?

**O SR. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Isso. Isso eu estava mostrando em relação ao crescimento delas. Eu mencionei ali que o Comando Vermelho cresceu cerca de 50%. Em relação às milícias, elas avançaram entre 300% e 500%, a você julgar o tipo de interferência que elas têm – né? –, se é só influência ou se é um domínio realmente mais estabelecido.

Então, elas cresceram significativamente mais nessas últimas quase duas décadas.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

E, para concluir, Cecília, considerando a base de vocês – a gente, que é profissional de segurança há bastante tempo –, o Rio de Janeiro tem sido um laboratório de teses, tentativas que normalmente duram pouco. E algumas iniciativas, no seu primeiro ponto, no seu primeiro momento, mostraram ou sinalizaram dados positivos, resultados positivos, mas não avançaram.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você teve ali aquela nova polícia, a Delegacia Legal, acho que era Governo Garotinho, por aí, e, depois, as UPPs, no Governo Sérgio Cabral.

Eu queria que você desse uma visão dessas iniciativas e por que elas não conseguiram dar frutos para o que a gente já sabe, né: falta de liderança política adequada e tudo mais.

**O SR. CECÍLIA OLLIVEIRA** – É bom a gente pensar sob essa perspectiva geral do que a gente tem feito no Rio de Janeiro, porque, como eu mencionei, é isto: o que é feito no Rio de Janeiro se espalha pelo país. Isso aconteceu, por exemplo, com as UPPs, que começaram como um programa efetivo, teve uma ótima aceitação e, inclusive, houve implantação de UPPs em outros estados. Mas, assim como outros programas e projetos que a gente teve, a UPP foi um programa de governo; não foi um programa de Estado, que é o que tornaria ações ali de médio e longo prazo e que, de fato, seriam mais efetivas.

Então, para que a gente possa compreender o que acontece no Rio de Janeiro, a gente precisa compreender como essas políticas vêm sendo desenhadas nesses últimos tempos. Inclusive, nesse último Governo – que, inclusive, acabou de se esfacelar nessa semana no Rio de Janeiro –, a briga era: precisamos de um plano de segurança pública para o Rio de Janeiro, dada a situação, que é gravíssima.

E essa briga foi constante para quê? Precisamos que esse plano seja apresentado, para que a gente consiga acompanhar, inclusive, quais são as metas... A gente quer fazer o quê? Essas ações, essas decisões que estão sendo tomadas têm relação com esse plano? Então, isso é uma coisa que tem sido feita no Rio de Janeiro ao longo desses 20, 30 anos.

Então, a gente teve, por exemplo, medidas que foram boas, como o senhor mencionou, a questão da Delegacia Legal ali no Governo Garotinho. A gente teve outros programas que, inclusive, são semelhantes ao que foi a UPP durante esse período também e que, é isso, foram sendo abandonados ali, sistematicamente.

E isso significa que, é isso, a gente não prioriza que esses programas sejam programas de governo... de Estado – eles são ali efêmeros – e significa que a gente não prioriza inteligência e investigação ao longo desses anos. E, quando a gente organiza ali os efeitos disso, eles vão se somando ao longo desses anos.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que, para poder escrever o livro, eu revisei esses planos de segurança e eu comecei a prestar atenção no que eles tinham de comum. Uma coisa que eu acho que ali ficou muito clara é que você tinha o plano de segurança e você tinha o que era feito; não era seguido. Assim como a gente tem Plano Nacional de Saúde, a gente tem Plano Nacional de Educação, a gente não tem um Plano Nacional de Segurança Pública. E eu acho que esse é exatamente um dos problemas, porque o Comando Vermelho não é um problema do Rio de Janeiro mais – foi, não é mais. O que acontece no Rio de Janeiro tem impacto na Bahia, tem impacto no Amazonas.

Então, isso é uma das coisas que ficou muito clara porque a gente foi, tecnicamente, implementando planos de segurança que eram fragmentados entre os estados, e isso é muito bom para as facções porque elas não são levadas em consideração nacionalmente.

Então, você tem Governadores tentando resolver problemas que são nacionais – obviamente vão falhar –, e a gente não tem a coordenação, tanto entre os estados quanto a coordenação nacional, para que a gente consiga ser mais efetivo. E isso facilitou a vida das facções, não apenas no Rio de Janeiro, porque hoje a gente tem quase uma centena delas pelo país.

Isso mostra que aqueles planos que, tecnicamente, foram implementados não tinham nenhum espelho com a realidade. Porque, quando a gente analisa os dados – e aí a gente pode pegar os dados do Instituto de Segurança Pública do próprio Governo do Rio de Janeiro –, a gente vê que o que o ISP mostra, ele é incompatível com os planos que foram apresentados em relação à redução de homicídios, redução de qualquer outro indicador que a gente for analisar.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, estou satisfeito.

Cecília, obrigado. Parabéns pelo trabalho de vocês e que a gente consiga avançar tecnicamente para o resultado.

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Relator.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer algumas pequenas considerações que, na exposição da senhora, me chamam atenção.

Eu já vinha, de forma tímida, fazendo essa reflexão há muito tempo no Estado do Espírito Santo, que é aquilo que eu chamo de direito penal econômico. Qual o impacto do crime na economia? Vou dar um exemplo simples: um crime de trânsito em que morrem jovens. O Brasil é um dos países que mais mata no trânsito. Qual o impacto disso na saúde, na educação, na economia, como um todo?

E isso acontece também ali, quando você tem o crime organizado dominando e você fecha as escolas, além do conteúdo da escola pública, que nós sabemos que, infelizmente, você não tem o mesmo grau de profundidade, às vezes, por vários fatores, a ausência de quadra, a ausência de biblioteca, a ausência dos elementos, dos equipamentos fundamentais...

Então, essa coisa do impacto invisível do crime organizado na sociedade, eu acho que isso... Eu fico triste – aí eu falo isso enquanto cidadão –, quando eu vejo que o estado não tem essa ciência, ou tem e finge que não tem, e não implementa essas políticas públicas. Quando há contaminação das instituições... Você vê a utilização de câmeras: quase 90% da população aprova e você tem ali a probabilidade, uma resistência para se implementar.

Eu queria saber da senhora, basicamente: esse monitoramento das conversas no parlatório em presídios de segurança máxima, como a senhora avalia essa possibilidade de fazer esse monitoramento?

**O SR. CECÍLIA OLLIVEIRA** (Para expor.) – Eu acho que a gente tem duas questões em relação a isso. Porque a gente tem ali, de fato, o sigilo entre o advogado e o seu cliente, mas a gente precisa desenvolver ali mecanismos que a gente consiga trabalhar mais especificamente em relação a essas grandes lideranças porque isso é, de fato, um problema que a gente precisa cuidar mais de perto.

Em relação a esse tipo de situação, a gente tem inclusive apresentado soluções, e aí eu falo em relação ao sistema penitenciário de uma forma geral, que muitas das vezes ficam atrasadas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso... Eu lembro que eu assisti a algumas das apresentações dos colegas que estiveram aqui antes, e eles estavam inclusive falando sobre os bloqueadores de celulares e que, quando você dá um passo, a tecnologia já está a anos-luz desse tipo de situação.

Então, tanto essa questão, em relação ao parlatório, quanto as outras medidas que a gente toma em relação ao sistema prisional precisam de fato acompanhar as mudanças, que são extremamente rápidas, porque o modo como as pessoas se comunicam... Elas não são mais tão simples, como a gente costumava ver. Existem, realmente, não só as tecnologias, mas os códigos e as nuances dessas comunicações que a gente precisa levar em consideração.

Eu falo isso em relação ao modo como a gente... Não só ao modo como a gente comunica, mas ao modo como a gente investiga esse tipo de situação, porque essas comunicações vão acontecer, de uma forma ou de outra. Não existe a incomunicabilidade, 100%. Então, a gente precisa desenvolver técnicas, metodologias, tecnologias com que a gente consiga, inclusive, observar essas comunicações de uma forma que esse resultado seja utilizado para a nossa inteligência, para que, caso isso passe, a gente tenha a capacidade de entender e usar isso ao nosso favor, no sentido de que "isso aqui agora vai ser observado pela inteligência, que vai conectar esses pontos, e isso vai ser utilizado agora para o combate", e não só deixar isso passar livremente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Nós sabemos que o crime é um fenômeno social e que todos nós temos interesse na redução desse fenômeno.

Eu lembro que no Espírito Santo nós tivemos uma experiência exitosa, que foi o Programa Estado Presente. O Espírito Santo teve um mapeamento, principalmente para a redução de homicídios, e com foco na juventude, em políticas públicas e no fortalecimento das instituições, principalmente os órgãos de fiscalização e controle. Então, quando você fortalece uma corregedoria, que tem uma atuação contundente, não é para perseguir o policial, absolutamente – nada disso! –, mas é para responsabilizar aquele policial que optou por ter um desvio de conduta, então ele tem que ter responsabilidade penal, civil e administrativamente. Então, hoje, o Espírito Santo tem essa fotografia um tanto quanto melhor com relação ao combate do crime e da criminalidade.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico, assim, muito reflexivo – e os colegas me conhecem aqui, também, né? – com relação a... Eu fui professor de Direito Penal por muito tempo, Penal e Processo Penal, e trabalhei muito na vara de execuções penais. Se você pegar a Lei de Execução Penal e o Código Penal Brasileiro, você tem uma universalidade de institutos que... É claro que a pena tem um caráter dúplice, de readaptação ao convívio sociofamiliar e de ser retributivo pelo mal praticado. Mas, se você pegar ali, por exemplo, uma pessoa que pratica um homicídio, com disparo de arma de fogo, cuja pena é de 6 a 20, e ela é condenada a 9 anos, ela, com menos de 1 ano e 6 meses, está solta!

Então, você tem: um sexto, regime aberto; um terço, livramento condicional; a cada três dias trabalhados, remição de pena pelo trabalho; lê um livro, remição de pena pelo trabalho; final do ano, é indulto e comutação de pena... Então, esse grau de reprovabilidade de acordo com a lesividade do bem jurídico praticado é uma coisa que eu acho que compete a nós também refletir aqui no Parlamento!

Então, como é que a senhora avalia os regimes de cumprimento de pena no Brasil, e a própria duração desses apenamentos? Porque, às vezes, você está em um país... E, olha, por favor, eu não estou querendo só atingir a pena.

É claro que eu fiz todo um roteiro para falar que a implementação de políticas públicas para a redução da desigualdade, para dar saneamento básico, iluminação pública, escola integral, é claro, para tirar o jovem da probabilidade de ele ser cooptado pelo crime ou pelo Comando Vermelho ou uma milícia, isso tem que ser feito.

Agora, se isso ocorre, como a senhora avalia essa quantidade de benefícios ou institutos assegurados pela Lei de Execução Penal e pelo Código Penal Brasileiro?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** (Para expor.) – Senador, eu acho que aqui a gente tem duas questões. Uma: a gente sabe que alguns desses institutos têm ali o objetivo de não quebrar os laços da pessoa apenada com a sociedade, com a família, porque isso é comprovadamente uma possibilidade de que essa pessoa se restabeleça. Então, a gente tem essa questão. A gente tem essa outra questão, que é: quando a gente pensa em crimes e segurança pública, muitos dos debates se resumem a "precisamos endurecer as penas". E isso não é eficaz porque, assim, essas







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas que realmente cometem crimes estão sendo, de fato, pegas? Porque, no sistema prisional, a gente tem um monte de gente que é, assim, a base da pirâmide da criminalidade.

E eu falo no sentido de só dizer que vamos endurecer penas não funciona no sentido de que essas penas não estão atingindo as pessoas que deveriam atingir. A gente sabe, a gente mencionou aqui várias vezes, os colegas também mencionaram que as pessoas que cometem crimes hoje relacionados a drogas não lidam mais só com drogas. São crimes inclusive financeiros, porque a droga é só um dos elementos que, vamos dizer aí, está no portfólio de serviços dessas organizações criminosas. Então, essa pessoa que realmente precisa ser atingida para a gente conseguir, por exemplo, desmobilizar uma organização criminosa é uma pessoa rica. E, assim, a gente sabe como o sistema tem beneficiado pessoas que têm poder econômico e político para poder influenciar as decisões a seu favor.

Então, quando a gente faz esse debate sobre esses benefícios que recorrem a pessoas que são majoritariamente pessoas da base, muito chão ali, dessas organizações criminosas, a gente está falando de uma parte que, obviamente, é estritamente importante que a gente leve em consideração e faça esse debate, mas a gente não está atingindo de forma eficaz a estrutura, porque, vamos dizer, aqueles grandes cérebros, as grandes pessoas por trás da estrutura são praticamente invisíveis por esse sistema.

A gente tem o comando, a gente tem uma base no meio ali, que é uma base que fica praticamente invisível, que é quem faz esse sistema rodar dentro do sistema financeiro. A gente não tem esses nomes. Quando a gente fala "Olha, a polícia está procurando o Doca", a gente sabe o nome dele, a gente sabe quem ele é. Mas quem é a pessoa que faz o sistema do Doca funcionar? E aí, a gente tem o chão, a gente age majoritariamente nessa base e nessa parte de cima. E a parte que faz toda essa engrenagem girar, a gente deixa de fora.

Então, assim, só aumentar pena ou tirar benefícios não está afetando essas pessoas. A gente precisa da integração desses sistemas, que é algo que já foi dito aqui, e precisa que a gente impeça esse sistema de funcionar, que é quando a gente traz de volta o debate sobre corrupção para a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu concordo plenamente, mas eu quero só ressaltar que não é simplesmente aumentar a pena,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque você está praticando, com todo o respeito, um estelionato com a sociedade, porque, se você fala que um autor de um homicídio, que é um crime doloso contra a vida, foi condenado a nove anos e não fica um ano e seis meses preso não é razoável.

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, eu pergunto à senhora: a senhora acha razoável na legislação brasileira, no Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, um rapaz de 17 anos praticar um latrocínio, que é um roubo qualificado pela morte, e ele poder pegar no máximo três anos de internação? É razoável? É razoável um rapaz estuprar uma moça, matar e ocultar o cadáver, e vai ficar um ano, dois anos internado?

Eu acho que isso também tem que ser visto, porque, se o crime é um fenômeno social e a gente cobra as políticas públicas de implementação para que não haja esse fenômeno ou haja redução desse fenômeno, é preciso ter o grau de reprovabilidade de acordo com o mal praticado!

Então, eu acho assim, eu fico assim perplexo quando eu vejo... Eu não canso de falar do Espírito Santo porque, pô, um rapaz de 16 anos entra numa escola, armado, com duas armas do pai, que é policial militar, mata quatro, entre crianças e professores, e deixa dezenas de feridos, e já saiu com três anos de internação? Isso não é nem sensação de impunidade, é certeza da impunidade.

E olha que eu tenho uma postura de defesa das políticas públicas para redução da criminalidade, para que não haja só... Mas o que eu estou fazendo, a minha colocação não é simplesmente aumentar pena, eu estou falando que em uma pena de um homicídio de 9 anos, ele não fica preso nem 1 ano e 6 meses. Isso não é razoável, né? Como é que eu explico isso para uma mãe que perdeu o filho por disparo de arma de fogo, cujo autor já foi solto com um ano e seis meses, quando ele violou o principal bem jurídico, porque foi um homicídio, uma vida humana? Como eu explico que uma pessoa que praticou um roubo com o uso de arma já foi solto? Como eu explico que ele tem... Se ele lê um livro, ele vai ter a pena diminuída; se ele trabalha três dias, equivale a quatro; um terço é livramento condicional; um sexto é regime aberto e, ao final do ano, é indulto e comutação de pena... Então está. Então...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, é óbvio que eu não estou falando aqui... A minha defesa não simplesmente de aumentar a pena aleatoriamente. Não. Mas se ele vai ficar um ano preso, que fique um ano preso. Agora, não diga para uma mãe que perdeu um filho por um homicídio doloso por disparo de arma de fogo que o autor foi condenado a nove anos, mas que, com um ano e seis meses ele já está solto. Porque aí nós temos uma permissividade do próprio Estado com relação a isso. Então, eu não sou adepto disso, eu só não acho razoável...

Por exemplo, nós estamos aqui no mês da mulher e é razoável... O ano passado. Senador Alessandro, a cada dia nós tivemos quatro feminicídios, a cada dia, quatro feminicídios consumados, 14 tentativas. E 14 tentativas que foram para a estatística, mas quantas mulheres que sofrem tentativas de feminicídio e por várias questões não denunciam o companheiro ou o agressor?

Então, é preciso a gente ter... avançar e analisar isso também com os pés no chão, com mais clareza da realidade do que acontece na sociedade brasileira. Porque às vezes a gente tem uma visão – com todo respeito, não é o caso da senhora, longe disso – mas às vezes mais romantizada sobre segurança pública, mas não enxerga efetivamente o que está lá na ponta. Eu fui delegado na ponta.

Então, por exemplo, quem aqui de sã consciência acha que todo roubo com emprego de arma, a vítima vai à delegacia, ou, se vai à delegacia, é instaurado inquérito? Não é instaurado inquérito, faz aquela ocorrência e se arquiva lá, quando a própria lei fala que é crime de ação penal pública incondicionada, que o delegado tinha que fazer de ofício aquilo. E quantos que vão e quantos que não foram e que não entram na estatística? E qual o grau de resolutividade? Quantos são condenados? Quantos estão cumprindo a pena?

Então, esse percentual vai para quase nada. Então, essa garantia constitucional de que segurança pública é direito de todos e dever do Estado, que está no art. 144, infelizmente não vai subsistir. E a população, claro, vai aderir a quê? Ela está sendo vilipendiada, ela não pode andar na rua com relógio, ela não pode andar na rua com celular, ela não pode andar na rua com cordão, ela não pode ir para escola, ela não pode levar o filho para escola, ela não pode ir para uma unidade de saúde, ela não pode nada, ela não pode trabalhar, ela não pode abrir o comércio, ela não pode absolutamente nada, porque o Estado não chega ali. E essa é a função





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado, mas também é uma função nossa como legislador – e a Senadora Margareth Buzetti, que está aqui, que é uma brilhante Parlamentar, sempre defendeu isso; eu vejo quando ela fala do Mato Grosso com todo o empenho –, para você dar de acordo com o grau de reprovabilidade pelo objeto jurídico tutelado.

Eu não posso achar razoável, eu volto a falar, o período de internação de adolescente em conflito com a lei. Não acho razoável um adolescente praticar qualquer ato... Eu fiz uma pesquisa: de todos os países do G20, o Brasil é o mais permissivo.

Eu trabalhei com adolescentes em conflitos com a lei. No Estado do Espírito Santo era: o uniforme do interno uniforme era azul e do agente socioeducativo também era azul, por quê? Porque não poderia usar o preto. Essa era a realidade. Então, se tinha uma fuga, você não sabia quem era interno, quem era agente. Olha, um agente socioeducativo não pode portar uma arma. Meu Deus! Nós tivemos aqui condutas – o Senador Alessandro sabe – em que estavam querendo dar porte de arma automática, com todo o respeito aos advogados – e eu sou inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil –, para todos os advogados, independentemente de fazer curso de nada. Então, essa é uma política armamentista. Então, não pode um agente socioeducativo portar arma... E nós aprovamos aqui: não é ostensivamente, não é nada disso; é com todo o critério. Porque eu tenho que partir da premissa da boa-fé, porque um dos princípios da administração pública é legitimidade dos atos praticados pela administração pública. Eu não posso inverter essa lógica.

Mas eu, enquanto Delegado que fui por 27 anos e enquanto Professor de Direito, não posso deixar de fazer essa fala de indignação com relação à atuação, seja a nossa, como legislador, seja a do próprio Executivo, quando não faz dar efetividade a essa garantia constitucional de que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Licença, Senador, posso fazer um adendo?

Faz todo sentido isso que o senhor trouxe. E eu estava me recordando, inclusive, desse estupro coletivo que teve no Rio de Janeiro, onde um dos acusados é um adolescente de 17 anos. E isso me lembrou, inclusive, um dos projetos que está rodando na Câmara agora sobre o debate sobre misoginia. Eu acho que a gente precisa trazer isso para a mesa de debate, porque é inquestionável a gente debater o quanto este debate sobre o desprezo das mulheres, ódio em





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação à mulher, tem crescido estrondosamente na internet, especialmente entre jovens. Então, mais uma vez, a gente vai cair naquela parte de que a legislação precisa acompanhar a realidade. E as pesquisas já têm mostrado que, hoje em dia, os adolescentes são mais radicalizados em relação a mulheres, a meninas, do que os adultos, do que era anos atrás. Então, absolutamente, definitivamente, concordo com o senhor nesse sentido de que a gente vai precisar bater a legislação e a realidade, porque a gente precisa atualizar isso sem sobra de dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas, só para fazer a provocação, para não fugir à regra: a senhora é favorável à manutenção do período máximo de internação de três anos qualquer que seja o ato infracional praticado por uma pessoa menor de 18 anos?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Eu acho que qualquer um dos atos a gente precisa rever, levando em consideração que o número dos adolescentes que cometem ato infracional que é extremamente grave, como esses que o senhor disse, é um número muito pequeno inclusive. Então, esses casos especificamente precisam de uma atenção especial, sem nenhuma sombra de dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só quero mais uma vez aqui falar que, não porque eu tenha sido o autor, aprovamos aqui, com o apoio de todos os Senadores, aumentando o período de internação para cinco anos e até dez anos se for praticado com violência, grave ameaça ou equiparada a hediondo, deixando ao poder discricionário, obviamente o Poder Judiciário e o Ministério Público, fazer a análise de cada caso concreto.

Mas eu faço um apelo aqui à Câmara dos Deputados, já que esse projeto está na Câmara dos Deputados: seria um momento oportuno para aprovar aumentando o período de internação nessas hipóteses.

Muito obrigado pelas colocações, senhora.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente; Senador Alessandro, nosso Relator; Senadora Margareth; Sra. Cecília, desde já agradeço aí a intervenção da senhora e os esclarecimentos aqui colocados...

Nas análises que a senhora realiza aí, por meio do Fogo Cruzado, a senhora dá uma ênfase relevante na letalidade policial – e tratamos desse assunto aqui – e nos impactos sociais da violência. Como a senhora enxerga o equilíbrio entre a crítica a essas políticas e a necessidade de enfrentamento efetivo de organizações criminosas altamente estruturadas e armadas?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** (Para expor.) – Perfeito, Senador. Eu acho que essa é uma pergunta que tem que ser feita sistematicamente, até porque eu acho que conversa muito com isso que a gente tem falado sobre a legislação precisar acompanhar a realidade.

E, quando a gente fala especificamente, levando em consideração a letalidade policial e o combate ao crime, como eu trouxe na minha fala inicial, essa correlação não tem sido efetiva. Essa tem sido a política de enfrentamento ao crime organizado nas últimas três, quatro décadas que a gente pode observar. Então, a gente tem feito muitas operações, matado muitas pessoas, muitos policiais têm morrido, muitos moradores têm sido vítimas, ali no meio desse tiroteio, de balas perdidas e tudo, e isso não impediu que o crime crescesse. E aí nem falo só do crime organizado, do tráfico de drogas. A gente vê os crimes correlacionados a isso, e a gente mencionou aqui sistematicamente a questão dos crimes financeiros relacionados a essa atividade.

Então, isso significa que, quando a gente coloca o policial como responsável para lidar com esse problema todo – reitero o que eu disse antes –, eu acho injusto, do ponto de vista de que o policial sozinho não vai dar conta disso. Isso não é responsabilidade só dele. Obviamente, ele tem uma importância vital ali quando a gente olha essa estrutura, porque, obviamente, não tem como a gente pensar que só um pedaço disso vai ser desarticulado, seja só com operação policial ou seja só com investigação sobre crimes financeiros. Isso precisa ser feito cooperativamente.

Então, o que eu quero dizer é que as políticas que a gente tem implantado até agora, que são focadas basicamente na atuação policial, não têm dado o resultado que a gente espera,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, como eu mostrei ali, através do mapa, os grupos criminosos – e aí a gente fala de milícia e de tráfico – se expandiram mais, eles ocupam mais áreas, eles dominam a vida de mais cidadãos e eles estão economicamente mais fortes e politicamente mais influentes.

Então, só a ação da polícia não tem funcionado. Ela é parte do sistema que precisa ser colocado para poder trabalhar para que a gente tenha, de fato, ações mais efetivas e consiga conter tanto o avanço quanto a criminalidade em si.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu provoquei a senhora com essa pergunta porque é exatamente a visão que eu tenho do combate que tem que ser feito – viu, Relator? – a essa questão do crime organizado. E nós temos que tratar isso como uma insurgência contra o Estado, porque, na realidade, essas organizações estão enfrentando o Estado brasileiro. E quando a gente combate uma insurgência, a gente não pode combater só com atividade militar, especificamente com atividade policial; a gente tem que trabalhar no campo político, no campo econômico e no campo psicossocial.

Quando a senhora fala em planejamento, é a visão que eu tenho, e o Estado brasileiro tem que assumir essa responsabilidade e realmente colocar um plano. E aí, quando a gente coloca plano – o decisor estratégico, o responsável por esse plano –, não é só escrever o plano e jogar na rua, né? Ele tem que fiscalizar, verificar como é que está sendo executado e, se aquela execução não está sendo certa, ele tem que redirecionar. São todas essas coisas que têm que ser feitas e em que Estado vem se omitindo.

Então eu queria corroborar muitas das coisas que a senhora falou, mas se nós Estado brasileiro não entendermos que isso é uma insurgência, que nós temos que atuar em todos os campos do poder, nós temos que restabelecer a confiança da população no Estado, temos que separar a população desses grupos criminosos, para que ela não sofra mais a influência e a pressão que esses grupos exercem sobre ela e, principalmente, que não haja território dentro do Brasil que o Estado brasileiro não controle.

Eram essas as minhas observações.

Eu agradeço à senhora. Temos algumas visões diferentes, mas eu acho que no ponto focal a gente converge.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** (*Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Neste momento, eu concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Cecília, que bom ouvi-la! Eu tenho dois projetos de lei, de que eu fui autora e o Senador Alessandro foi o Relator. Os dois aumentaram a pena para 40 anos... até 40 anos, no caso do feminicídio; e, no caso de estupro com morte de uma pessoa vulnerável, também a 40 anos.

Vou te dar um exemplo de um crime que aconteceu em Cuiabá. Na rua, a mãe vindo com o filho pela mão, o marido chega, o companheiro chega, a esfaqueia no meio da rua – isso era umas 6h40 da manhã –, e o filho senta na calçada e fica chorando. Logo depois, tipo três meses depois, aconteceu um crime dentro de um supermercado em Montes Claros, Minas Gerais: aí ele entrou e esfaqueou a menina do caixa; ela correu, mas ele a esfaqueou até a morte dentro do supermercado. A pena da menina de Cuiabá, da morte dela... o condenado pegou 20 anos de pena; o de Montes Claros teve 45 anos de pena. Qual é a diferença dos crimes? A data, a data do crime: antes de a lei ser sancionada. Agora, você dizer para essa família que teve a morte igual à dessa menina que morreu dentro de um supermercado que ele pegou 20 anos e que o cara com menos de dez vai sair e vai estar livre, leve e solto para cometer crime... É bem diferente desse cara que pegou 45 anos, que vai ter que agora ficar – né, Senador Alessandro? – por 75% da pena, em regime fechado para poder progredir. Porque nós estamos falando de crimes brutais, em praça pública, no meio da rua, e eu não posso ser conivente com isso, eu não posso achar que isso seja normal, como eu não acho normal os menores infratores não fazerem parte da segurança pública. Não é questão de segurança pública o menor infrator? Já passou da hora de ser um caso de segurança pública. Ele tem um regime totalmente diferente, mas aí... O agente da segurança pública não poderia andar armado, porque não faz parte da segurança pública. Eu acho tão hipócritas essas coisas na legislação, porque nós estamos falando de criminosos com 16 anos, que entram na escola, que matam, do cara que é do crime organizado, que é o gerente – agora ele tem um nome: gerente – do crime organizado, que corta a cabeça







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora de uma pessoa, joga a cabeça de um lado. Crianças fazendo isso? Não, né? Então, eu acho que nós já passamos da hora.

Claro que não adianta só aumentar a pena, não adianta, não é isso. Mas, no caso de um estupro com morte de uma criança, o cara foi solto – o estupro tinha sido solto com nove anos porque ele tinha um bom comportamento?! –, daí, saiu, pegou o primeiro menino no ponto de ônibus, estupro e matou. Como essa mãe entende isso? Não é possível que a mãe entenda isso. Quando ele foi preso, sabe o que ele disse? "Se me soltarem, eu faço de novo. Não me soltem."

Então, a gente conseguiu pôr no projeto exame criminológico para que esse cara tenha condições de progredir, senão ele não pode progredir, ele não pode ser solto. Ele não pode ameaçar a sociedade desse jeito e nós ficarmos com isso. É o que o Senador Contarato falou: nós não podemos sair na rua, nossos filhos não têm segurança.

Então, assim, nós estamos em um impasse muito grande com segurança pública: ou nós assumimos que isso é um problema e tem que ser tratado como tal, e não como direitos humanos... Não! O direito é da vítima, sempre o direito, para mim, é da vítima, e não do bandido, e não do assassino.

É mais um desabafo.

Obrigada por ter vindo.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A senhora quer fazer algum comentário sobre o que a Senadora colocou?

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** (Para expor.) – Claro, posso sim.

Senadora, eu conheço, de fato, pessoas que são vítimas, que tiveram parentes, amigos vitimados e que têm essa sensação de impunidade recorrentemente. Então, assim, quando a pessoa vai presa, isso já é muita coisa para a maioria das pessoas, levando em consideração que o nosso índice de elucidação de crimes é baixíssimo no Brasil. E acho que, para poder adicionar às preocupações da Senadora, eu trago aqui essa nossa preocupação com a questão da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elucidação de crimes, porque a nossa Polícia Civil não dá conta de, realmente, elucidar todos esses crimes, especialmente os crimes contra a vida, que realmente exigem investigação e empenho de força policial, mas também instrumentos, técnicas, atualizações, para que a gente consiga realmente saber o que aconteceu, como aconteceu, e, de fato, chegar ali ao resultado final dessa investigação.

Eu concordo com a senhora em relação a esse sentimento da impunidade, da injustiça em relação às vítimas exatamente por esta questão de que, quando a gente consegue elucidar um crime, infelizmente só isso já é muita coisa. Então, quando essa pessoa é, de fato, presa, chega a ser um alívio, de fato, para essa família das vítimas, mas, na maioria dos casos, a gente nem chega nessa fase.

Então, eu acho que, quando a senhora for debater esses projetos de lei, eu acho que seria interessante, inclusive, agregar nesse debate essa questão da nossa capacidade de investigação, para que a gente consiga dar alívio e sensação de justiça para mais famílias, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senadora Margareth.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Na realidade, a gente fica se perguntando, muitas vezes: o que fazer? O que fazer com esse menor que é tão violento? Nós temos aí casos que são chocantes, de menores que são gerentes do crime organizado; nós temos uma área de fronteira muito grande no Mato Grosso, muito grande, fronteira seca, e, aí, a gente está à mercê – está à mercê.

Agora, no projeto que o Senador Alessandro relatou, da pedofilia, do combate à pedofilia, além do exame criminológico a gente colocou o banco de DNA. E foi uma luta para a gente conseguir pôr esse banco de DNA e fazer esse exame criminológico. Eu não entendo como parte da sociedade ou parte do Congresso não enxerga isso como um bem. Isso quer dizer que, se eu tenho um banco de DNA, eu consigo elucidar outros crimes que essa pessoa está fazendo muito mais facilmente. Eu fui chamada, Senador Alessandro, na Politec, por todos os peritos, agradecendo, porque hoje eles conseguem, inclusive, elucidar crimes de feminicídio por causa do banco de DNA.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é isso.

A gente colocou campanhas educativas em escolas, em templos religiosos, medidas cautelares que o juiz pode impor, mesmo sem a pessoa estar condenada. Por exemplo, tirar um pastor de uma igreja que está sendo denunciado por esse crime, e você sabe que acontece. Mas, pasme, muita gente foi contra – muita gente foi contra. A gente é que é persistente, né, Senador Alessandro? A gente não desiste. E passou, e eu acho que foi um avanço grande, no combate à pedofilia, tanto a legislação do ECA Digital quanto o combate à pedofilia.

Agora, nós precisamos do Cadastro Nacional de Pedófilos, que, infelizmente, no Ministério da Justiça está amortecido. Existe a lei há um ano e quatro meses. São 16 meses em que a lei está ali, e eles não conseguem cumprir a lei – não conseguem cumprir a lei. O cadastro existe a partir da condenação em primeira instância, para consulta processual, e, transitado em julgado, por um cadastro público enquanto ele estiver cumprindo a pena. E o Ministério da Justiça não se mexe para fazer esse cadastro – não se mexe. Parece que a gente está aqui enxugando gelo, sabe?

Olha, eu não sou da segurança pública, eu sou da iniciativa privada, e os delegados aqui é que entendem disso muito mais, mas eu sou mãe, eu sou avó, eu sou mulher. Então, isto é algo que a gente hoje tem medo de ser: mulher.

E medo de ter filhos e medo de ser avó, porque os nossos filhos e os nossos netos estão à mercê de criminosos.

Obrigada. Obrigada pela presença.

**A SRA. CECÍLIA OLLIVEIRA** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o nosso Relator, Senador Alessandro Vieira, para comunicar as ações que a CPI tem tomado em relação a processos que têm sido sustados pela Corte Suprema.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para dar ciência ao Colegiado e a quem nos acompanha. Todos nós sabemos que diversas interferências do Poder Judiciário têm acontecido na atuação de CPLs nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, e ninguém aqui está rasgando a Constituição e dizendo que não cabe às pessoas ou não assiste às pessoas o direito de buscar o Judiciário. Pelo contrário, todos no Brasil têm direito de buscar a atuação da Justiça quando se sentem prejudicados, mas fato é que várias dessas decisões ultrapassam qualquer limite razoável, legislativo ou constitucional. Então, é para dar ciência aos colegas de que a CPI, através de Sr. Presidente e da relatoria, já impetrou nove recursos diferentes com relação a decisões da Justiça, com particular destaque para as decisões do Ministro Gilmar Mendes. O Ministro Gilmar Mendes cancelou a quebra de sigilo e a transferência de dados da empresa Maridt Participações e concedeu também esse mesmo efeito para a quebra de sigilo do fundo de investimentos Arleen.

Essa particular situação foi objeto de reunião realizada ontem lá no Supremo Tribunal Federal entre o Presidente Fabiano Contarato, eu, como Relator, e o Ministro Presidente Fachin, onde se deu ciência dessa realidade e pedimos... E o Presidente Fachin se comprometeu em ter celeridade na apreciação desse recurso, para que a gente possa ter uma retomada de um fluxo natural das coisas. Não é razoável se criar qualquer tipo, qualquer espécie de blindagem ilegal para qualquer pessoa que seja numa República. Tanto faz se usa toga, se usa terno e gravata, numa República todos devem ser tratados de forma igual. E esse foi o compromisso, não de mérito evidentemente, mas de análise assumido pelo Presidente Fachin e que nós vamos, diligentemente, seguir cobrando e atuando, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem objetivos muito sérios.

A nossa atuação tem sido muito sóbria, muito cuidadosa, muito técnica, tanto na esfera de se fazer um retrato do crime organizado e dar resposta estatal para o crime organizado através da escuta de profissionais e de especialistas, como hoje a especialista e jornalista Cecília Olliveira e outros tantos que foram ouvidos aqui, profissionais da área de segurança pública, Governadores de estado, mas, ao mesmo tempo, deitar olhos de forma mais detida em situações muito específicas que são retrato dessa criminalidade, que é a situação do Estado do Rio de Janeiro, onde nós temos também pedidos, por exemplo, de oitiva de cidadão preso, do ex-Deputado Estadual TH Joias, denunciado como membro de uma facção criminosa, o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comando Vermelho, e que era figura relevante na estrutura de poder político daquele estado, e para isso não foi sequer despachada ainda a autorização para a oitiva pelo Ministro Alexandre de Moraes.

E o caso Master, porque o caso Master é paradigmático, é extremamente didático para que as pessoas entendam, de uma vez por todas que crime organizado não é só preto, pobre, na favela, armado de fuzil. Crime organizado é qualquer atuação concatenada, estruturada que faça a predação do bem, seja público ou privado, do cidadão brasileiro.

O caso Master representa, muito seguramente, a maior fraude financeira da história do Brasil. Os danos referidos no caso Master são muito superiores aos 54 bilhões de prejuízo para o Fundo Garantidor de Crédito, aquilo representa uma fração ínfima do prejuízo causado. Pelas contas e fundos do Master, Reag e outros tantos, passaram dinheiro de milicianos, de políticos corruptos, de faccionados. Isso exige a atuação dessa CPI para que se tenha o retrato desse *modus operandi*.

Infelizmente, as decisões de Ministros diversos da Suprema Corte, decisões do Ministro Flávio Dino, decisões do Ministro Gilmar Mendes, não decisão, no caso, omissão, do Ministro Alexandre de Moraes, vêm inviabilizando o trabalho da CPI naquilo que é nossa obrigação constitucional. A gente não está aqui nem fazendo favor, nem ultrapassando o limite da lei. A gente está cumprindo o que a Constituição determina como papel do Parlamentar que se respeite. Comissão parlamentar de inquérito é direito de minoria, consagrado na Constituição, e isso precisa ser respeitado.

Então, uma reunião produtiva, respeitosa, institucional, em que a gente dá ciência ao Colegiado no dia de hoje, e a gente vai aguardar os desdobramentos para que a gente possa, finalmente, prestar para o Brasil aquilo que o Presidente Fabiano fala muitas e muitas vezes: um Estado que se preocupe em combater o criminoso rico, porque o combate ao criminoso pobre esse Estado faz há décadas, há séculos, ineficientemente, mas faz, e com o rico, não, nunca fez. Em 200 anos de Senado da República, nunca tivemos a conduta de um Ministro do Supremo investigada. Já passou da hora de fazer investigação, eles não são perfeitos, nenhum ser humano é.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acredito que, com todo esforço, com toda dificuldade, a CPI vai continuar fazendo o seu trabalho.

Sr. Presidente, obrigado. Devolvo a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Muito obrigado.

Agradeço o comparecimento da Sra. Cecília Olliveira, do Senador Hamilton Mourão, da Senadora Margareth, do querido Senador Alessandro Vieira.

Antes de encerrarmos a presente reunião, comunico que amanhã, dia 25, ocorrerá a 15ª Reunião dessa CPI, destinada às oitivas do senhor José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador, ex-Governador do Estado do Mato Grosso, e a Sra. Margareth Graeff, empresária e influenciadora digital.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Esperidião Amin, Jayme Campos, Augusta Brito e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitivas. Finalidade: Oitivas do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso, e da Sra. Martha Graeff, influenciadora digital. Oitiva do José Pedro Gonçalves Taques, Ex-Governador de Mato Grosso, em atendimento aos requerimentos 215/2026 e 249/2026; do Martha Graeff, Empresária e influenciadora digital, em atendimento aos requerimentos 245/2026 e 248/2026. Resultado: Realizada a oitiva do Sr. José Pedro Gonçalves Taques. Não compareceu à reunião a Sra. Martha Graeff. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**  
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/25>



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se às oitivas do Sr. José Pedro Gonçalves Taques e da Sra. Martha Gonçalves Graeff. O Sr. Pedro Taques foi convocado por meio de aprovação dos Requerimentos 215, do Senador Relator, Senador Alessandro Vieira, e 249, do Senador Rogério Carvalho. A Sra. Martha Graeff foi convocada a partir da aprovação dos Requerimentos 245, do Senador Marcos do Val, e 248, do Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 14ª Reunião, realizada em 24 de março de 2026.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido o Sr. José Pedro Gonçalves Taques para tomar assento à mesa, por favor. *(Pausa.)*

Muito obrigado – a presença do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, Advogado, ex-Senador, ex-Governador de Mato Grosso, convocado por meio da aprovação dos Requerimentos 215 e 249, dos Senadores Alessandro Vieira e Rogério Carvalho.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. José Pedro, mais uma vez, bem-vindo a esta Casa, da qual o senhor já fez parte! E o senhor está aqui na qualidade de testemunha, assumindo o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, sob o crime de falso testemunho.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Sim, assumo...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, a dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento e/ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Concedo a palavra, para suas considerações, pelo prazo de 20 minutos. Esse prazo pode ser estendido de acordo com a avaliação desta Presidência, da relatoria ou do Vice-Presidente. Com a palavra V. Sa.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., cumprimento S. Exa. o Senador Relator, Senador Alessandro, cumprimento o Senador General Mourão, que aqui se encontra.

É uma honra para mim voltar ao Senado como testemunha. Eu já depus aqui como Procurador da República na CPI do Banestado, já depus aqui como Senador da República, já depus como Governador e, agora, como advogado.

Eu trago aqui alguns temas que, na nossa avaliação, são importantes para esta CPI. Todos os temas têm pertinência temática com o fato determinado – eu li o requerimento da CPI – e também pertinência com o art. 58, §3º, da Constituição da República.

Esta investigação se inicia, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. e Sras. Senadoras e público em geral, em novembro de 2024. Em novembro de 2024, servidores públicos do Estado de Mato Grosso, notadamente presidentes dos sindicatos – o Wagner, do Sinpaig, e outros presidentes de sindicatos – nos procuraram para que nós pudéssemos investigar determinados fatos que estavam ocorrendo em relação aos consignados do Estado de Mato Grosso. Nós fomos contratados por oito, pelos oito maiores sindicatos do Estado de Mato Grosso e pela Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso, portanto eu estou aqui a representar quase 106 mil servidores do Estado de Mato Grosso.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse início dos trabalhos começou em novembro de 2024. Muito bem. A partir daqui, nós iniciamos a encontrar o Banco Master à nossa frente, é importante dizer isso. E toda essa investigação, que inicia em novembro de 2024, é feita com fundamento no Provimento 188, de 2018, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que permite que advogados possam exercer a chamada investigação defensiva. Tem um provimento da Ordem dos Advogados que altera o art. 7º... que regulamenta o art. 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, e promovemos a investigação defensiva.

A partir daí, juntamos elementos de convicção e subsidiamos o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que ajuizou uma ação civil pública, e o Procon, que subsidiou a ação civil pública do Ministério Público, uma ação popular que eu manejei como cidadão, e representações formais junto à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso, à Polícia Federal, à Polícia Judiciária Civil, ao Ministério Público do estado, ao Tribunal de Contas, à Secretaria Nacional do Consumidor aqui do Ministério da Justiça e ao Banco Central. Todos esses documentos que eu mostrarei aqui já foram formalizados desde 2025 a essas instituições.

Qual é o interesse e por que nós entendemos que há pertinência temática com a CPI?

Há consignados ligados ao Banco Master, fundos Oi (Master, Sefer, Acura), fundo BR-163 (Master, Reag), e todos esses temas de fundos estão com pertinência temática objeto da CPI, aqui muito bem presidida por V. Exa.

Pode passar uma, por gentileza.

Sr. Relator, aqui eu trago três eixos: eixo consignados; eixo Oi e Master; eixo BR-163, Banco Master e a liquidação por parte do Banco Central. Todo esse acervo probatório aqui, eu tenho uma biblioteca digital aqui, todos os documentos estão à disposição dos Senadores. Eu posso mostrar todos os documentos, mas, para não cansá-los, nesta apresentação eu não vou trazê-los aqui na apresentação, mas eu tenho tudo em meio digital que está à disposição de todos os Srs. Senadores e Senadoras.

Por favor.



## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Sobre consignados e Master, aqui eu fiz uma evolução dos consignados, primeira geração de consignados.

Senador Mourão, General Mourão, eu trago aqui – é muito importante – que a primeira geração surge em 2003 e vai até 2015. A margem de comprometimento do servidor era 30%; o custo, Senador Hamilton Mourão, era de 1,7%, 2,2% de juros. E os bancos tradicionais é que se ocupavam deste produto chamado empréstimo consignado, o que era seguro, Senador Hamilton Mourão, para os servidores públicos. Era descontado na folha de pagamento. Portanto, de 2003 a 2015, aqui consignados de primeira geração.

Em 2015 a 2021, houve algumas alterações legislativas, notadamente em decretos governamentais, e inicia-se aqui o aumento do limite da margem consignável para 35% e criam-se cartões e telessaque. Aqui o custo começa... Há ascensão deste custo para os servidores públicos. E, em 2019, ocorre aqui a compra do Máxima pelo Master, e começa em 2020 o credenciamento do INSS, através do benefício previdenciário continuado.

Terceira geração: é importante dizer que essa terceira geração aqui inicia em 2022 até o presente. Percebam que a margem dos consignados passa de 40% para 45%, alcança o benefício previdenciário e aí chega ao Bolsa Família, com uma clientela muito grande para empréstimos consignados e cartões de benefício consignados. E os juros – percebam, por gentileza – de 1,7% passa para 4,7%, 5,5%, o que traz prejuízo para estes – entre aspas – "clientes" desses bancos. E entra, a partir daqui, com alterações que foram feitas, uma invasão de satélites do Banco Master. O que eu chamo de satélites do Banco Master, Senador Relator Alessandro? O que eu chamo de satélites eu dou o nome de tamboretas, não são bancos, porque não têm autorização do Banco Central, eu tenho todas as documentações, e tem, assim, apelido, ClickBank, Bank, e isso faz com que o cidadão servidor público que vai buscar estes empréstimos consignados, Senador Mourão, fique pensando que é uma instituição financeira séria, decente, mas na realidade não é. E aí o *status* disso é o colapso da renda e superendividamento dos servidores.

São consignados de primeira geração, segunda e terceira.

Aqui, apenas para esclarecer – pode voltar –, eu trouxe algumas margens em alguns estados: Bahia é o maior do Brasil, 65% pode ser comprometida com consignados; Mato Grosso



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o segundo do Brasil, 60%; Roraima e Alagoas, 55%; Minas Gerais, Acre, Espírito Santo, Senador, Presidente, 50%; e Sergipe, 45% pode ser ocupada esta margem com consignados. Isso, Srs. Senadores e Senadoras, cria um espaço de entrada para estas consignatárias sem qualquer autorização do Banco Central – sem qualquer autorização do Banco Central! Eu estou a dizer que nós temos todas as certidões negativas do Banco Central que não têm esta autorização, isso é fato. E um dado importante: se não tem autorização do Banco Central, estas consignatárias, Senador Alessandro – e este ponto é muito importante –, elas não fazem o chamado registrado, elas não registram no Banco Central as dívidas dos servidores, isso para fins de *rating* do cidadão no Banco Central, não há registro.

Percebam aqui: o Banco Master pula de 104 mil contratos em 2022 – 104 mil contratos – para 2,7 milhões contratos em 2024, isso em razão das consignatárias tamboretas que aqui eu estou a dizer. É um mercado que foi aberto. Aqui eu tenho o decreto de todos os estados; ali, foi um erro, Minas Gerais, que ficou um pouco grande, em razão da importância de Minas para o Brasil, mas todos os estados estão no mesmo pé de igualdade. Aí, eu tenho os decretos dos Governadores de todos os estados, o que causa um pouco de coincidência, porque os decretos têm mais ou menos o mesmo texto – viu, Senador Hamilton Mourão? –, algo que é uma coincidência. Eu tenho de todos os estados.

Pode passar.

Muito bem.

Aqui nós temos a invasão das consignatárias satélites, estas consignatárias satélites ligadas ao Banco Master. Elas chegam sem autorização do Banco Central, depois elas vendem o seu crédito para o Banco Central... desculpe, vendem o seu crédito para o Banco Master. O Banco Master negocia esse crédito e chega ao BRB. Aqui a Comissão já chegou a essa questão do BRB, para compra do Banco Master pelo BRB, porque infla aqui as contas, o financeiro. Estas aqui – por exemplo, a Cartos, Tirreno, Capital Consig, Taormina – estão lá naquelas Operações Carbono Oculto e Compliance Zero. Estas são todas lá citadas na Polícia Federal. Eu tenho todos esses documentos.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A invasão dos consignados, no Estado de Mato Grosso, trouxe prejuízo para 106 mil servidores públicos que estão endividados, estão em depressão, servidores públicos suicidando-se em razão disso aqui. As alterações legislativas... *(Pausa.)*

Posso continuar, Senador? *(Pausa.)*

Este ponto é importante, porque muitos dos contratos no Estado de Mato Grosso e também um espelho em outros estados são assinados com a consignatária satélite X, mas o pagamento é feito para as outras. E aí o Banco Master aparece cobrando essas pessoas e o Banco Master infla a sua contabilidade para que ela possa ter ativos – vamos chamar assim –, mas são ativos podres, porque são mais de 96... 120 mil... desculpe, 120 prestações à frente, o que causa ao que chegou a situação do BRB aqui do Distrito Federal.

Pode passar uma, por favor?

Em razão desse fato, nós conseguimos que, do mês de maio de 2025 até 28 de dezembro de 2025, durante esses meses, essas consignatárias não descontassem da folha de pagamento dos servidores e não pagassem às consignadas, porque o servidor público do Estado de Mato Grosso não é caloteiro, ele quer pagar o que é devido e ele ficou durante todo esse tempo sem pagar. No dia 28 de dezembro, houve uma decisão judicial, e eles estão descontando em folha de pagamento, mas estão depositando numa conta corrente que está sendo administrada pelo juízo, para que, mais à frente, a consignatária possa – o servidor público possa pagar – refazer esses cálculos, para que ele possa pagar o que é devido.

Aqui existem violações ao Código de Defesa do Consumidor e também existem violações à Lei 7.492/86, porque essas consignatárias são instituições financeiras por equiparação, o que desafia a competência da Justiça Federal e a atribuição da Polícia Federal. Por isso, nós fizemos a representação na Polícia Federal, porque, para nós, é crime contra o sistema financeiro, e, em razão da Súmula 122, do STJ, a competência seria federal. Daí, a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor já está atuando – ao Banco Central, mandamos e não tivemos resposta ainda – para a proteção desses servidores públicos, todos ligados ao Banco Master. Isso ocorre também em outros estados da Federação, com o que a CPI tem se preocupado – e aqui eu louvo o trabalho desta importante Comissão.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo eixo é uma transação tributária que ocorreu no Estado de Mato Grosso. Nessa transação tributária, o estado cobrou da Oi telefônica um determinado valor. Esse valor chegou a R\$308 milhões, e a Oi perdeu os embargos. A Oi perdeu, mas depois o estado fez um acordo com a Oi. Esse acordo que foi feito com a Oi foi assinado no dia 10 de abril de 2024. Na nossa avaliação, esse acordo é absolutamente ilegal. Nós ajuizamos uma ação popular, nós representamos junto ao Procurador-Geral da República, representamos no Ministério Público estadual, no Tribunal de Contas e na Assembleia Legislativa, porque entendemos que o acordo é absolutamente ilegal.

Por que ele é ilegal? São oito pontos de ilegalidade, e eu só citarei um ponto.

O Congresso Nacional vota a nova lei de licitação e permite que os Governadores, durante a transição, editem um decreto para fins de aquisição e contratos para fazer acordos. Fizeram um acordo em uma matéria tributária e pagaram R\$308 milhões sem precatório – sem precatório. Muito bem, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso... Por honestidade aos senhores, honestidade processual, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ontem, disse que o acordo era legal, que houve vantajosidade para o Estado de Mato Grosso. No entanto, a petição do Ministério Público estadual tem 37 laudas: durante 33 laudas, ele faz só o relatório da minha ação popular; e, em 3 laudas, ele diz que houve vantajosidade, mas não faz nenhum cálculo, e aí tem o pedido. Ontem mesmo, eu fiz uma manifestação alegando que o Procurador que falou não tinha atribuição para falar, o que ofende o princípio do promotor natural. Por que isso? Porque, lá em Mato Grosso, houve alteração legislativa da lei estadual, dizendo que ajuizar ações de improbidade contra Governadores e ex-Governadores, em ação popular também, só o Procurador-Geral de Justiça. Para mim, isso é inconstitucional, porque a Constituição do estado só pode regular sobre procedimento e não sobre processo, e tem uma decisão do Supremo sobre isso. Aleguei isso, e o juiz deu 72 horas para o Procurador-Geral de Justiça alegar por que ele manifestou e não foi o promotor natural daquela vara. E o princípio do promotor natural – eu fui Procurador da República 15 anos – é significativo para impedir ingerências do Governador, do Presidente da República, no Procurador-Geral da República e no membro do Ministério Público. Eu fui Procurador da República 15 anos e fui Governador 4 anos, e, em razão dessas relações, há existência do princípio do promotor natural.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, o que ocorreu com esses R\$308 milhões? Um advogado comprou esse crédito na Oi, que é uma concessionária pública, está em RJ, no Rio, por R\$80 milhões – R\$80 milhões. Esse advogado entrou em acordo com o estado e o estado pagou R\$310 milhões... 308! Estes R\$308 milhões foram depositados em dois fundos. Esses dois fundos foram constituídos pelo Banco Master. Esses dois fundos foram geridos pelo Banco Master. Esses dois fundos foram administrados pelo Banco Master. Esses dois fundos, Royal Capital e Lotte World – cada um recebeu 50% dos R\$308 milhões: R\$154 milhões, R\$154 milhões –, passam por cinco fundos e chegam em empresas beneficiárias do filho do Governador do Estado do Mato Grosso – eu tenho toda a documentação aqui –, do filho do Governador, da esposa do Governador – a Sollo Energia, Minerbras Mineração – e de aliados do Governador.

Esse fundo Royal Capital é do pai do Chefe da Casa Civil, que é o Deputado Federal Fábio Garcia, Robério Garcia. Como nós descobrimos isso sem afastamento do sigilo bancário? Um advogado não tem afastamento de sigilo bancário. É uma reserva de jurisdição. Só CPI pode fazer e juiz de direito.

Muito bem, pode passar uma para frente.

Só que existe uma resolução, Sr. Presidente, Sr. Relator, uma resolução do Conselho Monetário Nacional, que é formado pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento e Banco Central. Essa resolução determina à Comissão de Valores Mobiliários, que é uma autarquia, que ela tem a obrigação de ter contabilidades e auditorias independentes. Desde o ano passado, no mês de julho, nós analisamos 12 mil documentos da CVM. A partir de fundos, chegamos nessa cascata de fundo.

Por que fundos, hoje, Sr. Presidente desta Comissão, são significativos para a lavagem de dinheiro? Nós todos sabemos aqui, das...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, Senador Esperidião Amin.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu pediria, só por gentileza, uma atenção para os colegas.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – O senhor tem certeza, é uma casa da moeda.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou retroceder um pouquinho.

Existe o Gafi, que é uma unidade de inteligência financeira ligada à ONU. O Gafi publica anualmente tipologias sobre lavagem de dinheiro. Em um determinado momento era *offshore*, depois passou a obra de arte, venda de terras, venda de jogadores de futebol... Hoje, a tipologia de lavagem de dinheiro é notadamente fundos. Os fundos, notadamente os fundos de investimento e os fundos de investimento de direitos creditórios, não passam...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – ... é lógico, não quero generalizar aqui, de Disneylândia para lavagem de dinheiro. Isso é fato, os fundos... E a CVM não tem cumprido o seu papel aqui na fiscalização desses fundos. Todos esses fundos aqui foram criados no mesmo dia pelo Master e foram geridos pelo Banco Master.

Como é feita a lavagem de dinheiro através de fundos? Os fundos recebem valores, esses valores compram créditos de outros fundos, cotas de outros fundos, compram de...

Pode voltar um pouquinho.

... compram cotas...

Pode voltar, por favor.

... compram cotas de outros fundos e depois chegam nas pessoas jurídicas ligadas a determinados políticos. Isso não só no Brasil – ah, desculpem-me! –, não só no Estado de Mato Grosso, mas em outros estados da Federação.

Aqui, R\$308 milhões de um acordo ilegal... Ele foi parar na conta de uma pessoa jurídica do filho do Governador, do pai do Chefe da Casa Civil, do suplente de Senador, de dois suplentes de Senadores. Está provado, todos os documentos aí eu posso mostrar.

Pode avançar, por favor?

É o segundo eixo.

O terceiro eixo, Senador Presidente desta CPI: a captura da BR-163 pelo Banco Master. A BR-163 é o principal eixo de transporte de logística do Estado de Mato Grosso. A BR-163 tem a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua sobreposição com a 364. Ela corta Mato Grosso de sul a norte, ela vai até Santarém, no Pará. Lá no Pará, em Santarém, a principal avenida recebe o nome de Avenida Mato Grosso. Essa BR, sem ela o Brasil não exporta, Mato Grosso não exporta, ela é importantíssima para esse eixo, que vai também para o eixo do Calha Norte, e o Senador Hamilton Mourão conhece muito bem a importância do Calha Norte para o Brasil.

Muito bem, o que a BR-163 tem a ver com o Banco Master? A BR-163 foi... Houve uma concessão para a antiga Odebrecht, foi concedida para a Odebrecht. A Odebrecht cria o Consórcio Rota Oeste. A Odebrecht quebra, não consegue construir a rodovia e começa a cobrar pedágio. A Odebrecht – a concessão terminaria em 21 – não fez grandes trabalhos na rodovia. Morreram muitos mato-grossenses, muitos brasileiros nessa rodovia. Muito bem, em 2023, o Governo do Estado de Mato Grosso faz um acordo, um termo de ajustamento de conduta no Tribunal de Contas da União. Esse termo de ajustamento de conduta no Tribunal de Contas da União passa a concessão para o Estado de Mato Grosso, para uma sociedade de economia mista chamada MTPAR. MTPAR é uma sociedade de economia mista com capital 100% do Estado de Mato Grosso; MTPAR é um espelho do BNDESPAR para fins de PPPs, privatizações. Essa é a razão do MTPAR.

O MTPAR assume a concessionária – desculpe-me –, a concessão e cria uma empresa de capital aberto chamada Nova Rota Oeste. Era Odebrecht, depois passou a ser MTPAR, uma sociedade de economia mista, e a sociedade de economia mista detém 100% do capital da pessoa jurídica chamada Concessionária Nova Rota Oeste, que é uma sociedade aberta conforme a Lei das S.A. – muito bem –, que toca a obra que é muito importante para o Estado de Mato Grosso e salva vidas.

No entanto, o MTPAR cria um fundo – o MTPAR cria um fundo. Este fundo foi criado pela Reag – esse fundo foi criado pela Reag. Quem é a Reag? A Reag é uma criadora, administradora, gestora de fundos ligada ao Banco Master. Segundo a Polícia Federal, 40 fundos criados e administrados pela Reag lavam dinheiro do Primeiro Comando da Capital, lavam dinheiro do PCC. Duas operações identificaram isso: Operação Compliance Zero e Operação Carbono Oculto. Essas duas operações chegam à Reag, que lava dinheiro do PCC, de uma facção criminosa, através de fundos por ela criados. Muito bem, a Reag criou esse fundo ligado à MTPAR, é um Fidc (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), e o Estado de Mato Grosso



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tira da Fonte 100 R\$447 milhões e deposita nesse fundo. E o dono da Reag, Luiz Carlos Moreira Lima – o sócio proprietário da Reag –, é nomeado pelo Governador no Conselho de Administração da rodovia. Eu vou repetir: o dono da Reag, Luiz Carlos Moreira Lima, constitui o fundo; o Estado de Mato Grosso deposita R\$447 milhões; e ele é nomeado no Conselho de Administração da Nova Rota do Oeste, que é uma sociedade anônima.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho de Administração não pode gerir os planos de investimento, o que será feito através de empresas de membros do conselho. Está previsto. É algo recente: a Lei das Sociedades Anônimas é de 76, 74, né? Mas ele administra, está no Conselho de Administração.

Quem está no Conselho de Administração? O Presidente do Conselho de Administração é o suplente de Senador Cidinho Santos – é suplente de Senador –; o segundo membro é o dono da Reag; o terceiro é o Chefe da Casa Civil... desculpe, o Secretário de Fazenda; e mais dois outros Conselheiros. Qual é a importância dessa informação? Primeiro, ele não poderia, como membro do conselho, administrar 447 mil e, notadamente, uma administradora de fundos que tem ligação com o PCC, segundo a Polícia Federal, segundo o Gaeco de São Paulo, segundo a Receita Federal.

É importante dizer que, em março de 2024, uma auditoria independente, juntada na CVM, fala sobre esse risco, e nada foi levado em conta. Fala sobre esse risco aqui. A auditoria diz: "Direitos creditórios não contam com garantia de eliminação de riscos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido". Isso está lá numa auditoria independente juntada na CVM. Eu tenho aqui na biblioteca digital e posso passar para os senhores.

Agora, o que é mais espantoso aqui é: o BNDES liberou R\$5,5 bilhões para essa concessionária.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Nova Rota Oeste.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Nova Rota Oeste – R\$5,5 bilhões. Muito bem, esses valores, eu não tenho a informação se eles estão saindo aos poucos ou se já foram



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repassados. Eu não tenho essa informação. Mas essa rodovia é muito importante para o Mato Grosso.

Agora, o que nos causa espécie é que alguém que é Conselheiro da Rota Oeste desde 2023 criou o fundo da MTPAR e é dono sócio do Grupo Reag. Ele sai agora, em 2026, do Reag, quando o Banco Central determina a liquidação do grupo em 15 de janeiro. A Lei 6.404, de 1976, que é a Lei das S.As., veda esse tipo. Aqui, o documento.

A preocupação é: R\$5,5 bilhões, quem vai administrar esse dinheiro? Esse dinheiro do BNDES... Nós sabemos que o *funding* do BNDES é o Tesouro Nacional. Esse dinheiro pertence ao Tesouro Nacional, pertence ao povo brasileiro.

Eu quero ressaltar a importância do trabalho do Senador Jayme Campos, do Senador Wellington na busca desses recursos para o Estado de Mato Grosso. Esses recursos são importantes para a duplicação desta rodovia. No entanto, não pode ser membro do conselho quem é ligado a grupos ou facções criminosas.

O que eu quero dizer com isso – já parto para o final, Sr. Presidente, Srs. Senadores –: eu, como Procurador da República, me permitam, fiz cursos de lavagem de dinheiro e identificação de tipologias na Universidade de Salerno, na Itália; fiz no Departamento de Estado dos Estados Unidos, no FBI, no Fincen, para tratar disso. Fui pago pela União para fazer isso. Junto ao Ministério Público, nós criamos o Gaeld, que é grupo de combate à lavagem de dinheiro, que são os GAECOs de hoje.

Hoje, quando se fala em organização criminosa, nós não podemos falar em organizações criminosas apenas de preto e pobre. Organização criminosa é organização criminosa em que os membros das organizações criminosas se infiltram nas instituições – e aqui eu digo: na política também, não vou citar aqui Vereadores, política também, eleições, o TRE, o TSE têm mecanismos para impedir isso –, preparam candidatos para o concurso público – o Ministério Público de São Paulo e a magistratura de São Paulo já identificaram isso, as polícias do Brasil já identificaram isso –, mas também as facções criminosas, as organizações adentram onde tem dinheiro, onde tem dinheiro e o custo-benefício é mais barato do que fazer tráfico de drogas, tanto que as leis de lavagem de dinheiro só tratavam de tráfico de drogas, leis de primeira



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geração; de segunda geração, outros crimes e agora todos os crimes, o que foi alterado aqui pelo Congresso Nacional.

Quando o Brasil foi signatário do Tratado de Palermo, a Convenção das Nações Unidas de combate às organizações criminosas, houve alterações legislativas nesta Casa – a Senadora Serys, em 2000, quando era Senadora, apresentou esta proposta importante, foi votado, eu fui Sub-Relator na Comissão de Constituição e Justiça. Em 2013, nós, aqui... O Código Penal fala de quadrilha ou bando, quadrilha na cidade, bando levando-se em conta Lampião, o bando de Lampião, em 1940, era essa preocupação, Senadora Hamilton Mourão, era essa preocupação.

O Brasil depois cresce um pouco para a associação criminosa; depois, o Tratado de Palermo e a lei de 2013, organizações criminosas. Ontem foi sancionado um grande projeto, o Presidente sancionou, sobre facções – sobre facções – e a busca do dinheiro, porque, sem atacarmos o dinheiro, não adianta enxugar gelo. O dinheiro está aqui, é o dinheiro em licitações, em fundos, em privatizações. Como ocorre, por exemplo, a máfia na Itália trata de licitações, lixos, administração dos hospitais, cada um tem a sua *expertise*, aqui no Brasil, fundos e a CVM têm uma grande importância na fiscalização desses fundos.

Este fundo da Reag foi liquidado pelo Banco Central em 15 de janeiro de 2026, agora, este ano. A liquidação extrajudicial da Reag é vinculada ao Banco Master, foi decretada pelo Banco Central. Qual é a consequência disso, dessa liquidação? Todos os fundos sob gestão são submetidos a uma liquidação coercitiva e a um olhar do Banco Central para saber a origem desses recursos, porque aí o Coaf vai agir para saber a origem desse recurso.

A pergunta que se faz: impacto absoluto, impactou os 447 milhões do Estado de Mato Grosso depositados nesse fundo de investimento? O risco foi alertado pela auditoria. Por que ninguém tomou providência? Estes três casos: Oi, BR – esta linha do tempo, e já termino, Sr. Presidente, é importante para que nós possamos ter um espelho –, ações governamentais e ações corporativas.

Em abril de 2023, a MTPAR assume a BR. Em abril de 2023, a Reag constitui o Fundo BR-163. Em maio de 2023, houve um decreto alterando a margem consignável para 60% para que os servidores pudessem ficar endividados. Em maio de 2023, a primeira credenciada foi o Banco Master, e houve abertura para as consignatárias satélites sem autorização do Banco Central. Em



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junho de 2023, o sócio da Reag é eleito Conselheiro da BR, que vai administrar, inclusive, o dinheiro do BNDES. Em setembro e novembro de 2023, são constituídos fundos pelo Banco Master ligados à família do Governador, que recebeu R\$154 milhões. Em abril de 2024, transação tributária e outros fundos receberam outros R\$154 milhões. Todos ligados ao Banco Master. E o Banco Master – e chega o grande Senador do Distrito Federal – vende, infla seu crédito para o BRB e vai parar no BRB. Eu já mostrei aí para trás, Senador Izalci – é uma honra tê-lo aqui –, síntese da ameaça ao sistema financeiro. Bacen é a autoridade que regula, autoriza, Senador Alessandro... A CPI, como nós todos sabemos, pode fazer recomendações e apresentar projetos de lei – isso é muito importante. A alteração dessas consignatárias satélites... Elas não têm autorização do Banco Central, elas fazem portabilidade e quebram o servidor público.

A minha mãe é servidora pública aposentada, tem 90 anos, é professora; a minha madrastra, servidora pública aposentada. Elas, depois que eu comecei a mexer com isso, me ligaram – elas me chamam de Zé –: "Zé, eu estou com vergonha, eu também tenho consignado, eu estou quebrada com o consignado". Aposentados, com 60% comprometidos, com juros de 4%, 5%, General Mourão.

O Banco Central tem um ponto aqui que falhou e ameaçou a sistemática da integridade do sistema financeiro, a higidez do sistema financeiro.

INSS/Procon/Judiciário: proteção dos vulneráveis. Aqui, necessariamente, o benefício previdenciário continuado e Bolsa Família. Eles são agora clientes... O Bolsa Família já mudou ano passado, houve uma alteração, e a Comissão de Valores Imobiliários, Senador Relator Alessandro, fiscalização dos fundos, o uso abusivo do ecossistema dos fundos de investimento de direitos creditórios e fundos de investimentos para a lavagem de dinheiro – para a lavagem de dinheiro. Esse é o ponto.

Eu encerro cumprimentando S. Exa. a Senadora Margareth Buzetti.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – É isso, muito obrigado pela atenção e respeito com que me ouviram.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria aqui fazer algumas considerações, por gentileza. Primeiro, alertar e, mais uma vez, esclarecer aos Senadores que, por força do que determina o art. 19 do Regimento Interno, ao Senador é vedado usar expressões descorteses ou insultuosas. O depoente não pode sofrer qualquer tipo de constrangimento físico ou moral decorrente do exercício dos direitos a ele assegurados.

Quero aqui também fazer um agradecimento ao comparecimento e as minhas homenagens à Ordem dos Advogados do Brasil, que faço na pessoa do Dr. Murilo de Moura Gonçalves – bem-vindo a esta Casa.

E as orientações se limitam ali...

São direitos do advogado [mais uma vez, no art. 7º da Lei nº 8.906]:

.....  
X - usar a palavra, pela ordem, em qualquer tribunal [...] administrativo, órgão de deliberação coletiva da administração pública ou comissão parlamentar de inquérito, mediante intervenção pontual e sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, a documentos ou a afirmações que influam na decisão.

Só essas considerações que eu queria fazer.

Transfiro imediatamente a palavra ao Relator para sua manifestação e seus questionamentos. Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Reitero que o depoente é ouvido nesta Comissão na condição da testemunha, portanto, compromissado em dizer a verdade.

Faço um esclarecimento que acho relevante para a Comissão e para os brasileiros que nos acompanham: que existe, em paralelo com os fatos relatados, também uma conotação e um contexto político no Estado do Mato Grosso que deve ser levado em consideração, uma vez que o depoente é pré-candidato ao Senado, o que é absolutamente legítimo e louvável, e o Governador Mauro Mendes também, por sua vez, se manifesta como pré-candidato. Então,



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe um contexto de disputa política, o que não invalida, evidentemente, o depoimento, o que não invalida, evidentemente, a coleta de dados e a contribuição relevante que traz o ex-Senador Pedro Taques.

Feitos esses registros, faço uma segunda observação, atendendo ao encaminhamento que foi feito pela defesa do Governador Mauro Mendes, fato que já foi referido pelo depoente na sua manifestação inicial, de que, de momento, a manifestação do Ministério Público do Estado do Mato Grosso é favorável à higidez, à legalidade do acordo referido do crédito da Oi. Esse é o estado de momento e também é o estado de momento da manifestação do Tribunal de Contas do estado.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Na ação popular apresentada pelo depoente, a manifestação, de momento, como ele referiu na própria declaração inicial.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Foi ontem.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso. Foi recente. E desse contexto, a manifestação pelo procurador ou subprocurador, quando a regra natural da legislação seria que fosse o promotor da própria...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe, Relator. É só porque essa foi uma dúvida em que eu fiquei. Isso foi objeto... Essa manifestação, essa promoção no Ministério Público, que ocorreu na data de ontem, propugnando em três páginas, ao final, extensivamente pelo relatório, em três páginas, falando pela legalidade, que não houve prejuízo, e o senhor alega que houve violação ao princípio do promotor natural, eu pergunto: foi em qual ação? Foi em qual ação?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Ação popular...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi ação popular.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – ... no Estado de Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Por que o senhor fala que houve a violação se... Tinha a designação de mais de um membro do Ministério Público na vara? Desculpe, é só uma dúvida que eu tenho.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Em Mato Grosso, existe uma vara de ação popular e ações coletivas. Nesta vara existem quatro promotores de justiça anteriormente designados em obediência ao princípio do promotor natural. No entanto, no Estado de Mato Grosso, a lei estadual do Ministério Público foi alterada em 2022 ou 2023, que diz que, em ações populares, ações civis públicas ajuizadas contra ex-Governadores e Governadores, quem deve se manifestar é o Procurador-Geral de Justiça ou alguém por ele designado. Aí, o juiz da vara, o juiz de direito da vara de ações coletivas notificou o Procurador-Geral de Justiça e ele designou um subprocurador-geral de justiça para manifestar. Ele manifestou há dois dias, anteontem. Mas, quando eu tomei conhecimento disso, como autor da ação popular, me valendo de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Alexandre de Moraes, eu aleguei que não é possível alterações de leis estaduais do Ministério Público para criar competência, só pode regular procedimento. A Constituição Federal fala, e é uma norma de reprodução obrigatória, que as constituições estaduais não podem tratar de processo. Eu aleguei que ofendeu o princípio do promotor natural.

Quem deveria se manifestar na ação popular seria um dos quatro já anteriormente designados; e o Dr. Juiz hoje mandou para o Ministério Público para eles se manifestarem novamente por 72 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só esclarecendo que, enquanto que de uma lei não for declarada a inconstitucionalidade...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – É constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... ela é constitucional.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, princípio da constitucionalidade.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, por isso é que se mantém a manifestação recente do membro do Ministério Público, no caso aí o Subprocurador que foi designado, no que pese haver a alegação do senhor, mas, como se abriu vista para o Ministério Público se manifestar, até que haja uma decisão em contrário, mantém-se a constitucionalidade da lei.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, senhor.

Se o senhor me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Era só isso.

Perdão, Relator.

Com a palavra o Relator.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Salvo engano, o depoente pediu a palavra.

Pois não.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Só para dizer que nessa peça eu também solicitei, requeri ao juiz que fosse reconhecida a inconstitucionalidade, uma vez que, no sistema, no Brasil, sistema difuso, em qualquer ação, qualquer juiz pode reconhecer a inconstitucionalidade, né?

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Bom, feitas essas observações, para que a gente contextualize e que cada um possa colher os dados com esse devido filtro, eu registro que a demanda e a disputa política do Mato Grosso, estado relevante para o nosso país, não é relevante para a Comissão.

Relevante para a Comissão é a busca de dados que mostrem a forma de atuação de uma organização criminoso que teve atuação, salvo engano, em 23 ou 24 estados da Federação. Esse *modus operandi* do Banco Master alcançou pelo menos 23 unidades da Federação brasileira, mais de 160 prefeituras. É um volume astronômico e as pessoas ainda não compreenderam a quantidade de vítimas, de pessoas, cidadãos comuns que foram vitimados pelo Master, porque



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente fica assustado com esses números mirabolantes, bilhões, bilhões, fundos, siglas. Isso está fora da realidade do brasileiro. O brasileiro não entende isso, parece que não tem vítima. Tem fortemente vítimas, são milhares, possivelmente milhões de brasileiros lesados duramente por um grupo criminoso que só teve atuação ao longo dos anos porque recebeu amparo, mediante corrupção, do aparato público brasileiro, em diversos níveis.

E aí, entrando especificamente na colaboração do depoente, eu começo tocando na aba de consignados, a atuação predatória em consignados. Nós temos – e isso vai ser objeto de debate jurídico relevante – essa ampliação da margem de comprometimento que ultrapassa o racional. Você ter um comprometimento de renda superior a 50%, em alguns estados 60%, 65%, é absolutamente inviável para o cidadão. O cidadão não vai mais conseguir se sustentar, isso é muito óbvio.

Entender como isso aconteceu é importante para a Comissão, mas também temos as hipóteses de fraude pura e simples, de consignados que nunca existiram. Em duas formas: primeiro, em simulações contábeis para fins de inflar o fundo; mas também vítimas que nunca deram autorização para que o consignado fosse registrado e mesmo assim – a CPMI do INSS tem mostrado isso didaticamente – tiveram débitos apontados.

Então, nos casos que estão sob sua alçada, na condição de advogado e representante de sindicatos, o senhor tem a informação de quantos servidores foram impactados por fraudes no Estado do Mato Grosso?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim. Dos 106 mil servidores, 45 mil servidores têm consignados. E esses 45 mil servidores ligados a essas consignatárias que aí nós estabelecemos – 45 mil.

E V. Exa. tem razão. O tipo de fraude, além dos juros exorbitantes, daquela terceira geração a que eu fiz referência, em razão do alargamento da margem e também das prestações de 90 para 120 dias, a criação de outros produtos maquiados como consignados, que são os cartões, cartões de benefícios. E também o servidor público é enganado no instante em que ele não assina o contrato: os servidores aposentados ficam com o telefone à frente, aí aceitam isso, aí o contrato está em nome da Capital Consig, mas a cobrança vem em nome da Cartos. Os servidores públicos não têm acesso às informações sobre os contratos, além do registrado do



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central, porque obrigatoriamente – tem uma resolução do Banco Central – todo empréstimo ou financiamento ou consignado precisa estar registrado no Banco Central para fins de superendividamento, para fins do *rating* de cada servidor. Todas essas fraudes, eu falo todas essas espécies, encontramos lá sim, senhor.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E o senhor consegue mensurar o valor dessas fraudes?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim. Uma das consignatárias deixou de ter descontados dos servidores públicos 15 milhões por mês – 15 milhões por mês. Ela ficou maio, junho... ficou nove meses, aí quase 150 milhões; esses 150 milhões ficaram no comércio, no comércio do Estado de Mato Grosso, e, no dia 28 de dezembro, o magistrado determinou que, a partir de agora, vai ser descontado em folha de pagamento, mas vai ser depositado numa conta específica gerida pelo Poder Judiciário, e determinou que o Estado de Mato Grosso fizesse um recálculo de todos os consignados do estado num prazo de 120 dias, que se encerra agora, em abril. Aí vai ter uma memória de cálculo de cada um dos contratos. Porque nós temos, Senador, se o senhor me permite, um CPF com três, quatro, cinco contratos, porque muitas vezes o servidor – é um CPF – tem três, quatro, cinco contratos com várias consignatárias, por isso os contratos são maiores que os CPFs em quantidade.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

No tocante a essa abordagem, o senhor tem informação de, no processo de credenciamento do Master e das outras unidades vinculadas ao Master, esse processo de chegada ao Estado do Mato Grosso, se existe algum tipo de bônus ou vantagem para o Estado do Mato Grosso?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sr. Senador, mesmo se eu não tivesse assumido o compromisso de falar a verdade, nós não temos, advogado não tem acesso a sigilo bancário, isso necessitaria afastamento de sigilo bancário. Eu só tenho acesso a fontes abertas, por isso que eu representei à Polícia Federal, para que a Polícia Federal possa buscar o afastamento de sigilo bancário. Eu não tenho como dizer, confirmar esta informação, porque eu não tenho acesso a isso, só a fonte aberta.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas me refiro ao contrato firmado entre o Estado do Mato Grosso e essas empresas.

*(Manifestação da plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senhor, por gentileza, eu pediria só, por gentileza... O senhor não pode se manifestar porque o senhor não está aqui na qualidade de depoente, por gentileza.

Com a palavra o Relator, por favor.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Retomando, Dr. Pedro Taques, o senhor tem essa informação do contrato firmado?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor pode verbalizar?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – A primeira pessoa jurídica, depois da alteração do decreto, em maio de 2023, a primeira pessoa jurídica que assinou o contrato... Porque uma consignatária, um banco chega, ele precisa ir à Secretaria de Planejamento, aí precisa de um decreto do Governador permitindo o convênio para que possa, entre aspas, "vender" este produto ao servidor público. A primeira foi o Banco Master e depois as outras satélites dela.

Se o senhor está me perguntando se o Banco Master pagou para alguém no Estado de Mato Grosso, eu não tenho esta informação, porque isso precisaria de afastamento de sigilo bancário e fiscal.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, a pergunta é especificamente com relação a vantagens legítimas, ou *a priori* legítimas do estado, que é...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Vantagem legítima? No Estado de Mato Grosso, existe um fundo para desenvolvimento dos servidores públicos. Uma parte desses valores descontados dos consignados vai para esse fundo para aperfeiçoamento do servidor. Isso está sendo discutido também, porque aí o estado participa, entre aspas, da "agiotagem",



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos dizer assim, o que não seria, no mínimo, moral. Mas o que é importante aqui é que esse decreto de 2023 aumenta a margem e só quem já ficou endividado sabe que você precisa de dinheiro; você vai aumentando, vai aumentando, vai aumentando o seu endividamento.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Com relação ao decreto que alterou a margem de disponibilidade para consignados, o senhor apontou, salvo engano, mais de dez estados com decretos similares editados no mesmo período. É isso?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, senhor.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor chegou a fazer alguma checagem de semelhança desses documentos?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Não, só, assim, em fonte aberta, na legística dos decretos – eu sou professor de constitucional e de legística –, tem uma semelhança entre os decretos, isso é fato.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – É, porque eu não sou contratado pelo servidor de outros estados.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Aí, eu não fui atrás.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Com relação à etapa posterior ao negócio jurídico do crédito da Oi S.A. E por que eu falo da etapa posterior? É porque o debate que está judicializado neste momento e conta com manifestações do Ministério Público, no Tribunal de Contas e no Ministério Público do Estado do Mato Grosso, diz respeito à legalidade do negócio, ou seja, é legal o Estado do Mato Grosso pagar 308 ou 304 milhões pelo suposto direito creditório de quem comprou isso da Oi? Essa é a discussão que teve manifestações até o ponto em que eu recebi manifestações. Mas o que



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessa para esta Comissão, fundamentalmente, é a etapa seguinte: o que é feito com este valor...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Exatamente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso é o que nos interessa.

E aí o senhor apresenta uma sequência de documentos que apontam uma transferência de fundos em sequência, em cascata, e que resultariam numa aplicação final em fundos que teriam vinculações com familiares do Governador e familiares, salvo engano, do Presidente da Assembleia. É isso?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Não, senhor.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pode detalhar isso, por favor.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, senhor.

Trezentos e oito milhões saem do Fiplan, que é o sistema de pagamento do estado, para dois fundos: fundo Royal, 154 milhões; fundo Lotte, 154 milhões. Estes dois fundos foram criados no mesmo dia – 40 dias antes do acordo –, pelo Master. Ele foi constituído, administrado, gerido pelo Master. Estes dois fundos compram créditos de outros fundos, cotas, porque esta é a sistemática de fundos; passam por cinco fundos, todos administrados pelo Master e todos – todos – ligados ao filho do Governador, ao genro do ex-Chefe da Casa Civil e suplente do Senador Wellington, Mauro Carvalho, genro dele, ao Chefe da Casa Civil, Deputado Federal Fabio Garcia.

Depois disso, uma parte das cotas vão para pessoas jurídicas chamadas Minerbras. Quem é o dono da Minerbras? É o filho do Governador, Luis Taveira – filho do Governador –, e a Primeira-Dama, Virginia Mendes. E também vai para a Sollo engenharia, que pertence ao filho do Governador. E também parte desses valores vão para outra pessoa jurídica, que pertence ao pai do Chefe da Casa Civil, que é a Global Hotéis. E inclusive ele tentou pagar uns créditos e uma RJ com esses valores. Qual é a demonstração desses valores? Todos os fundos, por



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinação da Comissão de Valores Mobiliários e a resolução, têm obrigação de juntar ali a ordem da sua contabilidade, as cotas, auditorias, contabilidades. Algumas pessoas entendem que você só acessa isso através de afastamento de sigilo bancário, mas só quem pode afastar o sigilo bancário é juiz e a CPI. Hoje, isso é possível, tanto que a *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* chegaram em fundos ligados a Ministro do Supremo Tribunal. É o mesmo mecanismo.

Nós analisamos 12 mil documentos. Eu tenho toda essa biblioteca. Analisamos isso desde maio de 2025. Nós não chegamos na Oi para chegar nos fundos. Nós chegamos nos servidores públicos, Master, a partir de novembro de 2024. Aí nós fomos atrás dos fundos do Master. Aí os fundos do Master são todos registrados na CVM. Aí analisamos, com linha de corte ou filtragem, fundos do Estado de Mato Grosso. Aí chegamos... E lá está escrito que este crédito é da ação rescisória da Oi. Este crédito foi para onde? Está escrito na contabilidade. Isso é público, é fonte aberta. Daí foi... Esse fundo do Master, esse fundo Royal, por exemplo, pertence ao advogado que fez a negociação, que logo depois virou Desembargador, entrou pelo quinto constitucional. Hoje ele é Desembargador. O fundo Royal... O CPF e o CNPJ são do pai do Chefe da Casa Civil, Fabio Garcia, Robério Garcia. Está lá o CPF. Eu não tenho culpa de ter encontrado isso. Está lá, é a minha obrigação, defendendo, com muita honra, 106 mil servidores do nosso estado, que estão tomando prejuízo nos consignados. Então, eu fui chegando nos fundos. E dos fundos eu cheguei no fundo do MTPAR, que depois chega no Reag e no PCC.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Já passando para esse que o senhor descreve na sua apresentação como eixo 3, que é a BR-163, recursos diretos do caixa do Estado de Mato Grosso são 447 milhões, correto?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, senhor; da fonte 100.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E mais 5 bi financiados do BNDES, é isso?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – É... O BNDES... O MTPAR e a Nova Rota Oeste, que é uma sociedade anônima, conseguiram, com o Presidente e Senador Aloizio Mercadante, para isso, que é uma obra importante para o nosso estado, 5 bilhões e 500 milhões. Agora, eu não tenho certeza se esses valores já foram depositados. Eu não tenho essa certeza.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Hum-hum.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – O que foi depositado nesse fundo administrado e criado pela Reag, 447 milhões, quase 0,5 bilhão, da fonte 100.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor chegou a ter acesso ou consultou a movimentação realizada pela Reag com esse recurso? O passo a passo disso?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Eu não consegui chegar a esse ponto. E o interessante seria também, Senador Alessandro, se V. Exa. me permite, sem prejudicar a obra, saber se os valores foram... Do BNDES, os 5 bilhões foram para onde? Porque, quando você deposita o dinheiro de um fundo, esse fundo vai comprar créditos. É mais ou menos como quando se dá um cheque em um posto de gasolina, não tem dinheiro para esperar, é desconto. Como foi feita essa operação? Foi comandada pelo dono da Reag, que é Conselheiro, que vai fazer os investimentos. Se ele é Conselheiro do Conselho de Administração, é ele quem vai definir para onde vão os investimentos dos 5 bilhões. Isso está... Eu li o Regimento Interno, eu tenho o Regimento Interno aqui do Conselho.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – E eu tentei acessar no BNDES em fonte aberta – não consegui – as tranches, para saber se foi desembolsado...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos buscar essas informações para ter clareza de onde está o dinheiro do povo do Mato Grosso e dos brasileiros.

Sr. Presidente...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só pela ordem, Senador.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – V. Exa., então, está afirmando que o próprio Relator vai requerer, é isso?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, sim, vamos apresentar...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, não há necessidade de requerimento de nossa parte.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não há prejuízo, se V. Exa. ou quem quer que seja apresente requerimentos, mas a relatoria vai apresentar requerimento neste sentido, para que a gente possa complementar o rastreamento desse recurso e identificar e preservar o interesse dos brasileiros e do povo do Mato Grosso.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está bem. Falarei depois.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Caminhando já para o encerramento, Presidente, apenas aproveitar a experiência diversa do depoente para colher dele uma contribuição sob o ponto de vista de sugestões de aprimoramentos legislativos que a gente possa adotar, uma vez que não só na seara do crime financeiro, da fraude, que nós estamos olhando aqui neste momento, mas também na seara de ter já governado um estado que é rota fundamental do crime organizado no Brasil, colher uma consideração do senhor com relação a isso, Sr. Pedro Taques.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Muito obrigado.

Mato Grosso tem 906 mil quilômetros quadrados, tem 1.004 quilômetros de fronteira seca com a Bolívia. Nós todos sabemos que o Brasil não é um grande produtor de maconha nem de cocaína. A substância entorpecente que vem para o Brasil vem da Bolívia, do Paraguai ou da Colômbia. É fato. Paraguai, notadamente, maconha.

Muito bem.

É necessária, na minha avaliação – e eu defendo isso, já defendi como Presidente da Comissão de Segurança desta Casa –, a criação de um Ministério da Segurança para tratar disto – disto –, para tratar da segurança de fronteira. E eu defendo também que as Forças Armadas saiam de Santa Maria da Boca do Monte, saiam do Rio de Janeiro, onde tem ar-condicionado e *shopping center*, saiam de Cuiabá, que fica a 300km da fronteira... As Forças Armadas são para



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combater o inimigo externo. Não existe inimigo interno, como diria a Escola Superior de Guerra. Muito bem. Mas as Forças Armadas têm um papel importante de persuasão, de impedir.

Mato Grosso hoje tem 6,3 mil policiais militares – 6,3 mil. Mato Grosso tem 906 mil quilômetros quadrados, Senadora. A Paraíba tem 52 mil quilômetros quadrados. Dentro de Mato Grosso cabem 17 Paraibas. A Paraíba tem 8 mil policiais militares. Mato Grosso tem 6,3 mil policiais militares. Nós combatemos o crime organizado com polícia, com inteligência policial, laboratórios de lavagem de dinheiro, porque o dinheiro é que interessa. As organizações criminosas não visam criar defesa ou proselitismo político ou religioso. As organizações criminosas visam o lucro, lucro, e o lucro é o dinheiro.

Imagina uma organização criminosa chamada CCC. Essa organização criminosa, se ela sabe que o tráfico de drogas é mais visado, ela vai para o contrabando de animais; se ela sabe que o contrabando de animais está visado, mas dá lucro, ela vai para licitações, ela vai para fundos, ela vai lavar dinheiro nesses mecanismos. É que no Brasil nós temos o vício equivocado de entender que facção criminosa é só preto, pobre, no morro do Rio de Janeiro. Facção criminosa não é isso. É também isso – é também isso.

E esta CPI, Senadores, tem esta importância. Eu li o requerimento de constituição da CPI. O requerimento é claro nesse sentido: lavagem de dinheiro, combate a facção criminosa. E polícia, inteligência policial, valorização do servidor policial, valorização à carreira, investigador, investigador-escrivão – que já foi mudado aqui, acabar com essa briga – Polícia Federal, mais, se V. Exa. me permite, o Ministério da Segurança Pública, porque o Ministério da Justiça é muito importante, é o primeiro ministério. Está aí, o Oscar Niemeyer desenhou ele diferente justamente por isso. Só que ele trata de tanga a toga, como nós todos sabemos. Ele tem que tratar de alguns temas e o Ministério da Segurança Pública fazer a integração entre essas polícias. Agora esta integração não é só integração de sistemas, é integração de pessoas, porque elas se odeiam. Geneticamente as funções, infelizmente, se odeiam. É fazer isso. Penso que essas sugestões sejam interessantes.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Deixo a presente colaboração e encerro a minha participação, Presidente.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Relator.

Eu queria aqui fazer uma ponderação com o depoente.

É porque – eu acho assim – passou da hora de a gente ter uma proposição. Aqui é a CPI, que é um instrumento de minoria, justamente para fiscalizar a atuação de outros Poderes. Mas a gente tem que ter liberdade para poder atuar.

Eu não tenho como achar razoável que nós tenhamos aqui, por exemplo, uma decisão colegiada, Senador Girão, para transferência de dados e venha uma decisão monocrática do Poder Judiciário invalidando. Eu não acho razoável que nós tenhamos aqui uma decisão simbólica, votada à unanimidade – isso é Regimento, isso é *interna corporis* –, e venha uma decisão monocrática invalidando a transferência de dados. Eu não acho razoável a gente convocar um depoente, e vem o Supremo falar que o depoente não está obrigado a vir aqui, é facultado.

Então, olha só, se eu, como Presidente, e o Relator aqui, com o trabalho dele, respeitando os meus colegas, a quem eu admiro e faço aqui o registro de todos os que estão aqui presentes, se a gente tem uma decisão... Nós somos eleitos pelo povo. São 81 Senadores que representam a população brasileira. Ora, por que há dificuldade quando há interesse em subir o andar de cima?

É porque o que está acontecendo com o Master, isso eu nunca pensei que eu pudesse imaginar, não com essa cifra abstrata, como muito bem disse o Relator, mas do número de milhões e milhões de brasileiros que foram vilipendiados.

Agora, eu acho assim, não acho razoável...

E aí muitos me questionam assim: "Ah, mas por que a CPI do crime organizado vai apurar a atuação do Banco Master?" Meu amigo, é CPI do crime organizado. Você tem um plano de trabalho que especifica ali e um dos itens é: lavagem de dinheiro, *fintech*, escritórios de advocacia. Você tem aí uma Operação Carbono Oculto, que flagrou a Reag com lavagem de dinheiro com o PCC, que é o Primeiro Comando da Capital. Você tem uma interligação entre gestores da Reag e o Banco Master. Ora, incide aí o que dispõe o art. 13, que é a relação de



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causalidade, o nexo de causalidade, em que "O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido". Então, aí você tem um desencadeamento e um concatenamento do desdobramento do que foi apurado pela Operação Carbono Oculto, com o PCC, com a Reag, que chega no Banco Master; e, chega no Banco Master, abre a possibilidade... E nós temos, sim, legitimidade de apurar toda e qualquer conduta, doa a quem doer.

Então, feita essa consideração, quero fazer um questionamento. Qual era a função da Reag no conselho de administração da BR-163?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Pelo regimento interno do conselho – o Presidente, um dos membros do conselho e o conselho como um todo –, ele tem a função de escolher o que será feito: os investimentos, onde os recursos serão alocados. O regimento interno do conselho diz isso, que está aqui na biblioteca também e vou deixar à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Especificamente tem esta função: quem decide numa S.A... A S.A. tem um diretor-executivo que toca, e tem o conselho, e os planos de investimento são decididos pelo conselho.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

E o senhor tinha ventilado, com o questionamento do Relator, sobre os decretos de outros Governadores que o senhor verificou semelhanças entre eles.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Além dessas semelhanças, o senhor vê algum outro liame subjetivo de que haja interlocução? O senhor acredita que poderia ter havido ou há algum indício de participação coletiva de Governadores com um acerto, vamos dizer assim, para que fosse lavrado e celebrado esses decretos de consignados, limites de consignados? O senhor vê isso? Haveria isso? Há a possibilidade de que governos de outros estados teriam, de forma articulada e organizada, para



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pudessem esses decretos de limites consignados serem celebrados em suas respectivas unidades da Federação?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Muito obrigado, Sr. Presidente, por essa pergunta.

O senhor citou o art. 13, da eliminação hipotética, de Thyrén, que resolve essa situação do art. 13, né? Aqui nós poderíamos aplicar a teoria de: quem matou Kennedy? Foi a máfia, foram os cubanos, foi a CIA? Foi quem que matou Kennedy? Alguém matou Kennedy, não houve uma reunião para matar o Kennedy.

Agora vamos trazer para o Brasil a teoria Kennedy.

Eu não vejo como... Eu fui Governador, os Governadores podiam se reunir assim e decidir esse decreto. Eu não tenho essa informação. Se houve esse acordo, esse consórcio expresso nesse sentido, não tenho. Essa informação seria leviana aqui dizer. Agora, existe uma semelhança entre os decretos e os momentos temporais. Isso é fato – isso é fato – e isso precisa ser analisado dessa maneira. Se tem...

Em Mato Grosso tem um ditado muito bonito, de que o Senador Jayme gosta: "Se tem jabuti no pau, ou é enchente, ou é mão de gente".

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu agradeço mais um... Agradeço a colaboração, e eu consulto aqui... Pela ordem de inscrição está o Senador Wellington Fagundes, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, ele me permitiu, o Senador Wellington, gentilmente. Eu não vou nem fazer questionamento agora, não.

Eu queria só aproveitar a sua deixa, de que o senhor falou agora, sobre essas interferências que a gente está recebendo do Poder Judiciário, especialmente do STF, aqui nesta



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa. Eu vejo isso como uma... Não começou agora, se agravou agora. Você dizer que depoente não precisa nem vir é um desrespeito, é uma desmoralização. Você... Como a gente quebrou sigilo aqui e na CPMI do INSS... As decisões de resgatar algo que estava arquivado, uma decisão, para você desfazer, é uma desmoralização com o instrumento do STF.

Então, eu, o Senador Alessandro Vieira e outros colegas estamos entrando hoje... Por que a gente está fazendo esse trabalho – e eu quero agradecer a presença do senhor, do Senador Pedro Taques aqui –, por que a gente está fazendo esse trabalho aqui? Também não tem uma CPI do Banco Master. Além de ser objeto desta CPI aqui lavagem de dinheiro, chegar no crime organizado, e é crime organizado, até hoje, tem quatro meses, nós temos uma CPI e uma CPMI na mesa do Presidente Davi Alcolumbre, na mesa, com recorde de assinatura, recorde, e não foram colocadas para sequer ler. Então, nós tivemos que acionar o STF. Hoje, inclusive, eu, o Senador Alessandro Vieira e outros colegas... E convido o senhor também... Porque eu acho que tudo isso que está acontecendo no Brasil vem desde 2019, com o inquérito das *fake news* aberto aí, que está comemorando aniversário agora, sete anos, e a gente tem robustez em muitos pedidos de *impeachment*. Tudo isso está acontecendo porque esta Casa se omitiu em relação à análise de pedido de *impeachment*. E só o Senado pode fazer isso, não tem outra – não tem outra – instituição que possa fazer isso. Então, pedidos de *impeachment* de Ministros precisam ser analisados. É por isso que esta Casa está, infelizmente, aos olhos da população, desmoralizada.

Eu queria aproveitar para dizer que estou entrando com requerimentos, Sr. Presidente. Já passou mais de um mês que a esposa do Ministro Alexandre de Moraes foi convidada, não deu resposta, e eu estou entrando com a convocação. Gostaria de que o senhor colocasse na próxima sessão, porque eu acho que essa... Pelo menos o trabalho da gente, a gente precisa fazer aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, por dez minutos, para sua manifestação.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.)  
– Bom dia a todos, Sr. Presidente Fabiano Contarato, Relator Alessandro Vieira, e também ao depoente, Senador Pedro Taques.

Estamos aqui apreensivos, sim, os três Senadores de Mato Grosso. E como V. Exa., Relator Senador Alessandro, colocou, nós estamos no momento pré-campanha. Todos aqui – os três, inclusive o depoente – somos pré-candidatos e o Governador também é um pré-candidato, por isso que nós precisamos de serenidade e de respostas firmes. Eu quero, primeiro, elogiar a atitude de V. Exa. como Relator, porque já se colocou a necessidade de que tudo seja muito bem esclarecido, até para que ninguém use isso como campanha e, daqui a pouco, as coisas não sejam provadas, e isso é muito comum, às vezes, em períodos eleitorais. Temos tempo ainda.

E eu penso que a CPI pode, sim, esclarecer para todos nós, principalmente para a população de Mato Grosso. E a forma e quem tem mais condições de fazê-lo é a própria CPI, com o Relator e a definição do Presidente. Mas quero aqui dizer que, da minha parte também, corroboro, consigno também, estou pronto para assinar com V. Exa., que não há necessidade. *(Risos.)*

Entendeu?

Eu tive a oportunidade de ver essa apresentação e eu gostaria de saber também da disponibilidade dessa apresentação para todos nós.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim. Está bom.

Eu queria perguntar aqui ao Senador Pedro Taques qual é a principal motivação que o levou a estar fazendo essas denúncias.

Também, sobre a aplicação dos recursos oriundos do empréstimo do BNDES, V. Exa. citou os 447 milhões, V. Exa. tem já a comprovação de que esse recurso foi depositado no fundo do Banco Master?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Eu respondo as duas já?



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, eu vou continuar...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – A minha memória não é boa...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza, então, o senhor anote os pontos que ele for fazendo, porque, senão... O tempo é de dez minutos para fazer... Está bom? Pode fazer...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quer anotar, então? Aguardarei...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Já, já... Já estão duas anotadas...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já está anotado, não é?

Como chegou a esses valores depositados... E, se não tem um sigilo bancário, como há comprovação? Isso é em cima de que fatos para chegar a esse valor?

Também sobre o consignado, o senhor é advogado de quem? Para esclarecer também aqui a todos nós. Eu vi ali um presidente de sindicato tentando se manifestar. Seria muito importante que o Senador pudesse nos esclarecer também, como advogado, quem o senhor está defendendo e atuando.

Eu vou também aqui fazer a questão de uma leitura...

As suas investigações sobre os fundos de investimentos criados e administrados pelo Banco Master – Sefer e Acura – para a estrutura política do Governo e que as empresas do Governador foram beneficiadas com dinheiro público – acordo da Oi – têm despertado muito interesse na sociedade de Mato Grosso, porque praticamente hoje só se fala isso lá. Inclusive, o Senador, ex-Governador, tem sido muito firme, duro, inclusive em manifestações nas redes sociais. E isso é bastante grave. E a responsabilidade, como foi colocado aqui pelo Relator... Quem está aqui nessa condição tem que provar. E eu quero, inclusive, questionar aqui se esses





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos estão sendo entregues, e, ao final, o Relator poder dizer também se ele sente que isso tem algum sentido... Embora – por isso, estou dizendo – os órgãos de controle e TCE não venham dando a mesma importância – e foi uma pergunta do Relator ou do Presidente – ao que foi ontem uma decisão... Aí eu vou... Objetivamente, quais são as provas que garantem esses vínculos, dada a dificuldade da blindagem desenhada por essas administradoras de fundo? Como foi possível ter essa garantia de que a sobreposição de fundos sobre fundos chegasse a esse nível de detalhe? Além das provas em si, o que o senhor, Senador Pedro Taques, ex-Governador também, detém sobre essa complexa rede de fundos do Master, Sefer e Acura, empresas e pessoas? E qual método que permitiu chegar a essa informação com segurança? Porque os órgãos não conseguiram chegar até hoje a esse nível de profundidade à velocidade que o senhor realizou. Onde o senhor encontrou toda essa estrutura para chegar a isso?

Porque eu acredito, Senador Fabiano, Presidente, e Relator também, que tem sido uma dificuldade nossa, na CPMI do INSS. Por quê? Quantos estão sendo convocados... E o Senador Fabiano acabou de falar: tem uma liminar, e isso impede, praticamente, o nosso trabalho.

A CPMI do INSS, nós estávamos tentando, de todas as formas, que ela fosse prorrogada.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Isso.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Né?

Conseguimos agora, junto ao Ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, para que ela pudesse... Porque imaginem como que fica isso, principalmente neste ano, para quem está lá. "É mais uma que vai terminar em *pizza*?".

Então, esse momento aqui, no caso, para nós, de Mato Grosso, não pode ficar aqui apenas na discussão política.

Então, eu acredito, Presidente Fabiano, pela sua experiência também, que nós temos que nos debruçar de forma muito contundente. Vamos recorrer a quem for preciso.

Então, eu concluo aqui, Relator e Presidente...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mato Grosso é um estado, hoje, gigantesco, um estado em desenvolvimento... Temos uma população pequena, mas, olhem, eu estou impressionado com o volume de gente querendo saber disso, e principalmente o servidor público, que esse, sim, tem mais... A gente já tem a prova, porque são eles que estão vindo falar. Os descontos...

O Senador Jayme, inclusive, disse que até da conta dele foi descontado também na questão da previdência. Tá?

Então, basicamente é isso. Conforme a discussão, se for o caso, a gente voltaria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu transiro a palavra ao depoente, para ele fazer os esclarecimentos ao Senador Wellington Fagundes.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, pela ordem, Senador Jayme.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Saúdo V. Exa., com o nosso Relator, Senador Alessandro, o ilustre ex-Governador, Senador e grande causídico, querido amigo, Senador Pedro Taques, demais colegas e Senadores aqui.

Eu gostaria de fazer uma indagação a V. Exa., mesmo não sendo membro titular desta Comissão nem suplente. Quero saber se eu poderia fazer alguma indagação – naturalmente, diante daqui da presença do nosso convidado, ou seja, convocado, Senador Pedro Taques? Quero saber se V. Exa. me dá essa oportunidade também, como mato-grossense.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Jayme, eu... Regimentalmente, não há essa possibilidade, mas, se os colegas...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é uma questão de uma unidade da Federação e nós estamos buscando a verdade, está tendo tratamento respeitoso... E aqui eu quero louvar a participação dos colegas – e assim o farei –, mas eu vou obedecer à ordem aqui, priorizando os titulares e suplentes e não membros, mas pode ter certeza de que V. Exa. terá o direito a fazer seus questionamentos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está bom.

Com a palavra o depoente.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Senador Wellington. Muito obrigado pelas perguntas.

E o senhor disse: "Qual a razão?".

Nós fomos procurados por sindicatos de servidores públicos do estado. Eu vou... Se o Sr. Presidente me permite, eu vou citar todos os sindicatos.

A federação estadual dos sindicatos dos servidores públicos, são 39 sindicatos. Todos nos contrataram – tem procuração, contrato e pagamento em dia – desde novembro de 2024. O Sinpaig, o Sintepe, que é, em volume de servidores, o sindicato dos trabalhadores da educação pública do estado. São todos os servidores... Eu defendo todos os professores. O Sintape, o Sintema, o Sistemai, o Sindes e o Sinpol, da polícia. Eu sou advogado constituído com procuração, com contrato, com pagamento em dia, porque eu vivo da advocacia. Eu sou o único ex-Governador, ex-Senador do Brasil que não responde a nenhum inquérito, nenhuma ação penal, nenhuma ação de improbidade – nenhuma. Eu tenho as certidões todas aqui.

Muito bem. Qual a razão? Eu fui contratado pelos servidores públicos e nós começamos a oficial o Governo do estado, fazendo representações, denúncias ao Secretário de Planejamento, ao Sr. Governador, dando conta que: "Olha, estas consignatárias aqui não têm autorização do Banco Central". Aí foi para a Polícia Federal, aí virou inquérito, aí virou ação civil pública pelo Ministério Público estadual, com fundamento em nossos documentos. Qual a razão? A defesa, inicialmente, dos 106 mil servidores públicos do Estado de Mato Grosso. Eu tenho procuração,



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou advogado desses servidores, para a minha alegria e honra. Eu os defendo junto à Polícia Federal, junto à Secretaria Nacional do Consumidor, com Paulo Pereira, que era o Secretário, com o Ministro Lewandowski, quando era, defendo junto ao Banco Central – eu tenho procuração. A razão é essa.

A partir daí, chegamos no Master, nessas satélites. A partir daí, eu tenho fundos e o nosso escritório tem a *expertise* de investigação corporativa. É isso que eu faço. Eu, em razão do meu passado... É o meu presente, eu sou o que eu fui. Eu fico... Em vez de investir, é isso que eu faço. E aí chegamos no Banco Master e na Oi.

Muito bem. Aí, em julho do ano passado, maio do ano passado, dois jornais publicaram isso – a *Folha de S.Paulo* publicou –, sobre esse acordo, porque a Oi é famosa, está em recuperação judicial no Rio de Janeiro. Publicou isso. Aí, eu cheguei no Master, levantei todos os fundos de Mato Grosso, cheguei nesses fundos.

O Senador Wellington, na outra pergunta... Muito inteligente a sua pergunta, Senador Wellington, muito obrigado. Como chega se eu não tenho afastamento de sigilo bancário, né? Como chega? Se o senhor me permite, só quero colocar uma tela aí. É possível? Aí fica mais fácil.

Pode passar para a frente, por gentileza. Mais um, mais um, mais, por favor. Pode ir para a frente. Mais um. Aí!

Percebam, quando foi feito o acordo, o cessionário dos direitos da Oi é um advogado, que virou desembargador. Esse advogado, antes do pagamento, de o estado pagar, cede este recurso para dois fundos. Se ele não tivesse feito isso, se fosse depositado na conta do escritório, nunca saberia, porque precisaria de sigilo bancário. Quando ele cede para dois fundos, o Fiplan, que é o sistema de pagamento do Estado de Mato Grosso, e o Mira Cidadão, que é...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Eu paro, Sr. Presidente?

... o Mira Cidadão, que é um instrumento de transparência, identifica: o Fiplan pagou para dois fundos 154 milhões e 154 milhões. Essa informação é pública, é fonte aberta. Foram para



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dois fundos, 154 milhões. Destes dois fundos, como eu sei que foram para os fundos Golden Bird, Coliseu, Venture, GS Heritage e 5M? A CVM tem lá a compra de créditos de um fundo pelo outro fundo. Tem a contabilidade. Isso é público. São 12 mil documentos. Isso é público. Outras investigações daqui podem se valer destas informações. Isso é público, porque o Conselho Monetário Nacional determina à CVM que isto seja a contabilidade e a auditoria. Está lá escrito. É público. Não houve afastamento de sigilo bancário. Destes fundos, foram para os beneficiários finais. Aquisição de ativos e debêntures. Estão aqui os documentos.

Pode passar mais um, por gentileza?

Aqui, foram para Luís Taveira, Hélio... Eu não posso falar esses nomes, porque eu estou proibido pelo TRE de Mato Grosso e pela Justiça estadual em determinadas situações. Eu estou proibido de falar determinadas palavras, mas, como eu estou prestando testemunho, pela jurisprudência, eu sou obrigado a falar e não posso me omitir.

Por exemplo...

Pode voltar uma por favor? Mais uma?

Aqui, o dinheiro foi parar, os créditos dos fundos... Empresas do Governador: Sollo Energia, Minerbras Mineração. Aliados: Mega Comercializadora, Universal, do Chefe da Casa Civil, Deputado Federal Fabio Garcia, e do pai dele. Está aqui. Você tem documentos que provam isso. O primeiro é o filho do Governador... Está escrito CPF no CNPJ, que constitui as pessoas jurídicas.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Só para ajudar na ilustração do que a gente está falando, a operação feita pelos fundos de passagem...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... é a aquisição de ativos pertencentes a essas empresas, Sollo Energia, Minerbras, Mega, enfim... É isso.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – É isso.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Supostos recebíveis que eles teriam.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Debêntures.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso, perfeito.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só para acompanhar o mesmo raciocínio do Relator, Presidente, o que o próprio Governador já depôs lá, já falou de público é que o dinheiro, após a transação, virou um dinheiro privado, e aí não tem nada que o Governo discutir nem esclarecer. Eu gostaria também dessa resposta muito contundente, porque há essa afirmação do Governador e se V. Exa. contrapõe essa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, eu só pediria, por gentileza, para que, depois que ele fizesse todas as respostas, aí eu faço a... Se não, nós vamos ficar nessa forma...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Eu já respondi...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza, continue respondendo os questionamentos anteriormente feitos pelo Senador.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Muito obrigado, Presidente.

A sobreposição de fundos existe justamente, como existia *offshore* com "contas-ônibus", você vai afastando o dinheiro de quem é o dono do dinheiro. Por exemplo, é uma bonequinha russa. O dinheiro está na bonequinha maior. Aí você vai abrindo novas bonequinhas, afastando, para você escamotear o dinheiro. Isso é uma tipologia de lavagem de dinheiro, isso é absolutamente primário em lavagem de dinheiro.

Antes era feito por *offshore*, hoje é feito por fundos. Isso, Senador Wellington, é uma cascata de fundos. Dois fundos, porque o dinheiro foi para os dois fundos, ninguém nega. Desses dois fundos para cinco fundos e depois para pessoas jurídicas que compram os fundos, compram debêntures, compram notas promissórias, aí o dinheiro vai. E isso só com o afastamento do sigilo bancário e fiscal – eu não tenho isso –, a CPI pode, o juiz pode; por isso que eu representei na PGR. Esse é um ponto.

O senhor disse: "Mas por que os órgãos de controle não chegaram a isso? Por que o Ministério Público não chegou a isso?". Muito bem, os órgãos de controle, infelizmente, foram



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só até um ponto. Eles estão discutindo se o acordo é legal ou ilegal, e eles estão nessa tese do Governador de que, se o dinheiro... "Ah, não quero saber se o dinheiro é do estado, mas, se foi parar na conta de parente, isso é dinheiro privado". Isso é um absurdo jurídico! Imagine um empresário que constrói uma ponte e recebe do estado. Aí ele recebe do estado, o dinheiro passa a ser privado; aí ele paga o presidente da comissão de licitação. Esse dinheiro é público ou privado? Isso é conversa-fiada. Na tipicidade penal, existe adequação entre a conduta destas pessoas a partir dos fundos, com lavagem de dinheiro, peculato, corrupção. É crime. Ah, sim, quer dizer que o dinheiro sai e vai parar na conta do meu filho e isso não é crime? Isso não é crime? Isso é um absurdo. Eu quero saber objetivamente. E o Governador tem que responder isso não é para mim, é para Justiça, tem que responder para o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas reinaugurou a denúncia que eu fiz – reinaugurou. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso está investigando desde junho do ano passado. Não sei se afastou o sigilo bancário dos fundos – não sei.

Por que eu cheguei mais rápido? Porque eu fui à CVM. Eu não sei por que o Ministério Público não fez isso. Eu não sei por que o Tribunal de Contas não fez isso. Têm que fazer isso. O destino do dinheiro... Muito bem, o cara faz o tráfico de drogas. Aí ele pega esse dinheiro do tráfico de drogas e compra uma lavanderia, aí ele compra um cinema, aí ele compra um supermercado, aí esse dinheiro não é oriundo do tráfico de drogas? Não é lavagem de dinheiro? Isso desde a década de 70 é lavagem de dinheiro. É, então, por quê? Isso tem que ser perguntado para o Presidente do Tribunal de Contas e o Procurador-Geral de Justiça. Eu já perguntei, mas eles não me respondem.

O que eu quero saber? Esse, como cidadão na ação popular, "panhou" ou não "panhou" dinheiro? Foi para onde o dinheiro? "Panhou" é uma expressão cuiabana, como uma expressão mato-grossense. Isso que eu quero saber. Como cidadão, eu tenho o direito constitucional de ajuizar uma ação popular. E fiz isso com título de eleitor. Está lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Eu concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti, caso queira fazer uso, por, no máximo, dez minutos.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Bem-vindo, Exmo. ex-Governador e ex-Senador Pedro Taques.

Eu quero falar ao Relator. O senhor sabe do meu compromisso que eu sempre tive com esta CPI, a do INSS e a CPI do Banco Master. Eu tenho assinatura nas duas, CPI e CPMI do Banco Master. Não satisfeita com uma, eu assinei duas. É de maior interesse público que isso seja informado aos cidadãos, que seja esclarecido, porque não é possível a gente permanecer com escândalos atrás de escândalos.

Mas eu preciso fazer algumas perguntas. Eu fui, assim... Logo que a gente esteve conversando com o senhor, eu fui acusada pela imprensa de estar manipulando, estar querendo barrar a CPI, a convocação do Senador Pedro Taques. Na última CPI, eu votei pela aprovação e convocação do Sr. Pedro Taques – eu votei. E poderia, sim, ter utilizado instrumentos regimentais, como destaque de verificação de votação e outros mecanismos, como o chamado *kit* obstrução, mas não o fiz. Portanto, a verdade precisa ser esclarecida. Ninguém fez nada às escondidas, a gente caminhou livremente pelo Senado, passamos, entramos no gabinete do Senador Alessandro, na frente do gabinete do Senador Jayme Campos, enfim, passamos pela imprensa, por todo mundo, não teve nada escondido. Era uma área de intensa movimentação.

Mas eu quero fazer algumas perguntas ao depoente.

O senhor já foi Procurador do Estado de São Paulo, já foi Procurador da República, então sabe o que é um cargo obtido por concurso público. A negociação foi feita em âmbito da PGE, por procuradores de carreira. Somente após foi para homologação do Procurador-Geral do estado. O senhor não confia na estrutura da PGE, de procuradores concursados? Tem conhecimento de algum pedido para eles?

O Ministério Público entendeu que não houve irregularidades. O senhor afirmou que o MP é vinculado ao Governo, mas tem alguma prova disso, dessa pauta...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sr. Presidente, eu não disse isso, que o Ministério Público é vinculado ao Governo. Eu queria saber onde eu disse isso.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Não existe, neste depoimento, menção a essa situação – neste depoimento.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – O.k.

O senhor já levou essas denúncias ao CNMP ou ficou só na fala?

Outra coisa, o fundo que o senhor fala, o senhor confirma que o fundo de investimentos da MTPAR, que foi depositado nesse fundo da Reag, está depositado no fundo? Isso é preciso saber.

E aí nós entramos na questão de uma disputa política lá no estado e não tem como não falar isso. O senhor é candidato, é pré-candidato; eu sou; o Senador Jayme Campos é; o Wellington é.

*(Intervenção fora do microfone.)r (Risos.)*

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – E aqui não estou fazendo uma defesa do Governador Mauro Mendes. Se tiver alguma coisa errada, ele tem que ir para a Justiça e se explicar. Não estou aqui defendendo o Governador, mas eu quero a verdade.

O senhor disputou as eleições com o Governador Mauro Mendes em 2018 e o senhor perdeu essa eleição para ele. A minha pergunta é: tem alguma mágoa disso?

O senhor foi Governador de Mato Grosso por quatro anos e teve seis secretários presos, um Comandante da PM, escândalos na Secretaria de Educação, com um secretário preso, caso da "Grampolândia", onde diversas autoridades públicas estavam sendo grampeadas por órgãos do Executivo. O senhor, como ex-Procurador, entrou com alguma ação popular contra algumas dessas pessoas, como fez no caso da Oi?

Eu gostaria de saber essas respostas do Senador, porque aqui eu tenho alguns documentos que depois eu posso entregar a respeito do fundo, dos 448 milhões da MTPAR, e também a informação da Rota do Oeste, que o dinheiro do BNDES vai sendo pago conforme a execução da obra. Até agora, somente 30% do valor foi utilizado, porque é assim que acontece. O BNDES só paga conforme a execução.

Então, era isso, Senador.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao depoente, só fazer o registro do início da fala da Senadora Margareth. Em nenhum momento houve demanda por parte da Senadora ou por parte do Governador Mauro Mendes no sentido de impedir o andamento da CPI ou atrapalhar o andamento da CPI. O que ocorreu, e é absolutamente legítimo, foi a apresentação da sua versão dos fatos e de documentos, inclusive documentos a que eu referi aqui no início da nossa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao depoente para fazer os esclarecimentos necessários.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a S. Exa. a Senadora pelas perguntas.

Sobre se eu confio na PGE, eu fui Procurador do Estado de São Paulo com 23 anos, defendendo o Estado de São Paulo. O chefe, o Procurador-Geral, era o Michel Temer, e eu trabalhava no Palácio dos Bandeirantes com 23 anos defendendo o estado, mas eu não defendia o Governador. Procurador-Geral do estado defende o interesse primário do cidadão, não o interesse secundário. Eu confio na Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, são pessoas sérias, pessoas decentes. No entanto, sempre tem uma adversativa. Neste caso da Oi, no dia 20 de dezembro de 2023 – 20 de dezembro de 23 –, às 17h35min, foi protocolado o pedido de acordo. Esse pedido tramitou na Procuradoria-Geral até chegar ao Governador em 23 minutos. Eu tenho a metaprova disso – metaprova são detalhes do computador, que é pública. Em 23 minutos. Muito bem.

Foi determinada... Eu posso responder, Sr. Presidente?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Foi determinada uma ordem de serviço para três procuradores. Esses procuradores não assinaram o acordo. Aí pediram uma especialista, a



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialista não assinou o acordo. A Oi ajuizou uma ação rescisória e colocou como valor da causa, que era o valor do crédito, R\$304 milhões. É o valor, o bem da vida que ela quer.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Trezentos e quanto?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Trezentos e um, o valor do crédito, da ação rescisória. Esse é o valor que ela exigia. Treze meses depois, ela vende por 80 e o advogado que compra pede 500 milhões...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Quinhentos e noventa. Como pode, em 13 meses, subir de 300 para 590? O estado parte para o acordo em 590 milhões, aí desce para 308 e diz que isso foi vantajoso. Mas os cálculos não foram feitos pelo departamento de cálculo da PGE – que, aliás, eu que criei, como Governador. O cálculo foi feito pelo procurador, ele disse isso na Assembleia Legislativa. Ele calculou.

Na nossa avaliação – está na ação popular –, o cálculo está errado. O advogado entra com 580 de algo que valia 300, que ele comprou por 80, e o estado paga 308. O.k.

A mesa de consenso é criada pelo Congresso quando vota a Lei de Licitações nova, a transição, e os Governadores... Está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que os Governadores editam um decreto. S. Exa. o Governador Mauro Mendes editou o decreto. Fala para "aquisições e contratos" administrativos no decreto. O Colégio de Procuradores do estado edita uma resolução. A resolução fala "aquisições e contratos" administrativos, não fala matéria tributária, e tem que ter precatório. É uma fila, que está no art. 100 da Constituição, para não prejudicar os inimigos nem beneficiar os amigos, por isso tem precatório. Na nossa avaliação – está na ação popular –, fugiu à ordem do precatório, tanto que, quando o Governador pede suplementação – tem um decreto –, o secretário de fazenda fala assim: "E o precatório?". Mas desta vez vai sem precatório – eu tenho o ofício disso, porque é público esse ofício.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, tudo isso somado que o estado não contesta ação rescisória. Ele deixa... Eu fui Procurador do Estado – e muitos aqui já tiveram ação ajuizada contra o estado – e eu nunca vi não contestar ação rescisória ou o estado não contestar e levar até o Supremo Tribunal Federal, porque o estado faz isso.

*(Soa a campainha.)*

A Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso é séria, é decente, como o Senado é sério, é decente, como a OAB é séria, é decente, mas cometem, como diria Eça de Queiroz, pecadinhos de venial tomo, e esses pecadinhos podem ser crime. É a nossa avaliação que alguns crimes foram cometidos. Eu coloquei no papel.

Qual providência eu tomei? Coloquei no papel e assinei. Vim aqui, falei com o Paulo Gonet e juntei, porque, como tem um Deputado Federal, pelo art. 102, I, "b", a competência é do Supremo; como tem um Governador e um Desembargador, a competência, pelo 105, I, "a", é do STJ. Mas, por conexão, a jurisprudência do Supremo entende que tem que ser no Supremo. Está lá. Eu fiz a minha parte como cidadão.

A minha família chegou a Mato Grosso, Senadora, em 1719, junto com a fundação de Cuiabá.

Vamos lá. A outra pergunta. Eu representei... O Ministério Público não faz parte do Executivo, não faz parte do Executivo. O Ministério Público é sério, é decente. Mas a relação do Procurador-Geral de Justiça com o Governador pode ser próxima, pode ser republicana. Eu não tenho essa informação. Agora, que eu vou representar no CNJ, vou. Por que eu não fiz? Porque foi ontem e eu saí. Eu peço desculpas à senhora de não ter feito essa madrugada, mas essa madrugada eu fiquei preparando aqui e eu vou fazer hoje. Uma hora, no avião, eu digito e faço a representação não só no Conselho Nacional do MP, como no Conselho Nacional de Justiça, porque não é possível que foi feito um acordo numa ação rescisória em segredo de justiça.

Fundo da MTPAR. De acordo com a Fonte 100, 440... É público isso. O dinheiro foi para a MTPAR – 470, 447 –, agora, daí para onde o dinheiro foi, eu não tenho essa informação, porque a MTPAR é uma sociedade de economia mista. A MTPAR... Eu criei a MTPAR. É uma sociedade de



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia mista, que tem uma sociedade anônima chamada Nova Rota Oeste, que é 100% do estado. Eu não sei para onde foi o dinheiro. Isso é afastamento de sigilo bancário.

No tocante ao BNDES, eu não sei se o BNDES – eu disse aqui, né? – pagou todas as tranches. Chama tranches, Senador Wellington? Isso eu não tenho, essa informação eu não tenho. Não tenho essa informação.

No nosso Governo, o Chefe da Casa Civil e o da Casa Militar foram presos por grampo telefônico, num caso que foi chamado "grampolândia" de telefônica. Eu passei cinco anos respondendo a 15 inquéritos na polícia – 15 –, com três delegados. Esses dois são delegados. Foi o único caso em que existia uma equipe de delegados, de três delegados me investigando, e o Ministério Público. Durante os cinco anos, eu fiquei absolutamente em silêncio e os 15 inquéritos contra mim foram arquivados com pedido dos delegados, com manifestação do MP, e com decisão judicial.

Eu gostaria de repetir, porque isso é bom para a minha mãe: eu sou o único ex-Governador do Brasil, dos últimos – o Jayme Campos também não deve ter –, ex-Governador, ex-Senador, ex-Procurador da República, passei no concurso para a magistratura, ex-Procurador do Estado de São Paulo, que não tem um inquérito na polícia. Eu não tenho nenhuma ação penal, nenhuma ação de improbidade contra mim.

Eu tenho seis ações por danos morais para que eu pare de falar "oi", eu estou... querem que eu pare de falar "oi"; eu chego na minha Casa e falo "olá"; eu sou proibido de falar "panhou" ou "não panhou" e eu não... isso eu sou proibido de falar.

Aqui, eu tenho obrigação de falar. É isso, eu não dou entrevista nas rádios do estado há cinco anos, os jornais não publicam o que eu falo, nada, não sou chamado, a senhora sabe disso.

Muito bem, e encerro sobre a mágoa. Eu sou um democrata, eu perdi a eleição. Entreguei a faixa para o Governador, dei um abraço nele e disse o seguinte: Mauro, eu vou te pedir duas coisas: mantenha a polícia na segurança da sua família, porque você vai exercer... tem que proteger a família – muito importante –, porque eu passei dez anos, eu e minha filha, com



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolta policial – dez anos! A minha filha tem trauma até hoje, porque eu combati a organização criminosa, Senadora, em 12 estados da Federação.

Eu fiz os dois juris de Hildebrando Pascoal, os dois, porque ele cerrava pessoas. Eu fui... durante dez anos, eu tinha a designação do Procurador-Geral da República para fazer júri de servidores públicos federais mortos no exercício da função. Eu fiz, em 12 estados, de policiais, delegados, auditores do trabalho e auditores da Receita. Então, eu sei o que é segurança.

Continuando, se eu tenho mágoa. Mágoa se resolve com psicólogo, com caminhada. Eu não tenho mágoa. Eu desejei ao Mauro sucesso, que tenha mais sucesso, mais sorte, mais competência que eu, é só isso. Em absoluto, ele tem que fazer um bom Governo, porque se ele vai bem, todo mundo vai bem. Entreguei a faixa... E eu não disse que as urnas foram fraudadas. Para mim, as urnas foram certas, não houve fraude, eu perdi, porque tive menos voto. A democracia é assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra...

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente, posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Eu não sei se faltou alguma.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Na realidade, o fundo do MTPAR – e aqui eu quero que fique esclarecido – ele foi para pagar os bancos, tanto que eu pedi hoje ao Governo, à MTPAR, para que explicasse... o senhor estava falando, eu estava no meu gabinete e pedi: cadê o dinheiro dos fundos?

Foram pagos para os bancos, foi uma questão tributária, para...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator. *Fora do microfone.*) – São duas coisas...



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Exatamente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – São duas coisas diferentes, eu acho, né?

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Há.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A transação tributária a que a senhora se refere é aquela questão da Oi?

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Não, não, não é.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agora é o MATPAR?

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – A questão é o MTPAR.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Os R\$448 milhões...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – ... que estão retidos no fundo da Reag e não estão.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Não estão, não estão.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Não estão.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Não estão.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Eles foram pagos...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – ... para os bancos, porque ele comprou... o Governo comprou, e aí estávamos os três Senadores na compra e na negociação da 163 para o Governo do Estado.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele comprou por R\$1, mas tinha uma dívida de um bilhão e pouco com os bancos. E aí – uma negociação muito grande – foi e caiu para R\$448 milhões.

Foi para a MTPAR, a MTPAR pagou pelo fundo – é uma engenharia tributária –; para que não seja pago Imposto de Renda, pagou os bancos, e o saldo desse contrato é zero. Não tem dinheiro nisso aí, é isso que eu queria esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu, antes de o depoente esclarecer, eu vou conceder a palavra ao Senador Jayme Campos. Só pediria a compreensão... a rapidez nas suas...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E quero já deixar registrada, Senador Jayme, minha admiração e respeito pelo senhor...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu agradeço a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... assim como pelos colegas que aqui estão. É muito bom quando a gente está no Senado. Eu participei de algumas CPMLs (*Risos.*) e, com todo o respeito aos colegas – não estou aqui fazendo juízo de valor –, é bom quando você tem... Eu acho que esta é a arte da boa política: convergir com os antagônicos, criar pontes, entender a divergência, mas tentar esclarecer isso, principalmente para toda a população brasileira e, neste caso especial, para a população do Mato Grosso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, querido amigo Senador Fabiano Contarato; ilustre e eminente Senador Alessandro Vieira, Relator desta CPI; ilustre Senador, Governador, Dr. Pedro Taques; demais colegas aqui presentes, Senadores.

O que me traz, de verdade, aqui hoje – mesmo não sendo membro titular, suplente desta CPI – é até para nós esclarecermos a verdade para o povo mato-grossense, na medida em que,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos últimos dias ou meses, tomou conta do Mato Grosso este assunto: Oi, Mauro – Oi, a companhia telefônica lá, sei lá – e assim por diante.

Dito isso, ouvindo atentamente o ilustre Dr. Pedro Taques, alguns pontos me chamam muita atenção, mas eu não vou me aprofundar em detalhes, até porque V. Exa. pediu que possamos, com a maior brevidade possível, fazer nossas indagações. Todavia, uma das indagações que eu quero fazer aqui – Senadora Margareth, a V. Exa. também, e, naturalmente, ao nosso convocado, Dr. Pedro – é em relação aos R\$487 milhões. Esse dinheiro, de fato, o estado o tirou da conta da Fonte 100 e o remeteu para a MTPAR, que é essa empresa, ou seja, sociedade de economia mista de cujas ações o estado é detentor de 100%? Esse dinheiro foi ou não foi? V. Exa. fez uma ponderação aqui, dizendo: "Olha, é questão tributária e, por isso, esse dinheiro foi para a MTPAR". O que eu quero saber, a bem da verdade, é: esse dinheiro foi algum tempo atrás, há dois, três anos, e quando o Estado de Mato Grosso fez a assunção, naturalmente, dessa concessão da privatização da BR-13 ou foi recentemente? O que está na cabeça do povo de Mato Grosso é que, diante da intervenção, da liquidação extrajudicial do Banco Master, o estado, através da MTPAR, que tem esse dinheiro, perdeu, né? O dinheiro foi embora. Se, por acaso, esse dinheiro estivesse na conta, com a liquidação extrajudicial, perdeu. Podiam ser só, através do Fundo Garantidor, por CPF, R\$250 mil. Eu não sei, se CNPJ, qual é o valor exato. Faço esse questionamento até para esclarecer melhor a opinião pública do Mato Grosso.

Entretanto, V. Exa. falou em relação à BR-163. Eu queria fazer algumas ponderações rapidamente aqui. Considerando – como V. Exa. disse aqui – a importância da BR-163 para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que, todos nós sabemos, já foi considerada e é ainda a estrada da morte, porque muitas famílias, pessoas faleceram ali... Se é uma grande rodovia, que quase corta o Brasil, de norte a sul, leste a oeste, que transporta a nossa riqueza para os grandes centros, os grandes portos deste país, nós todos sabemos perfeitamente. Eu queria indagar a V. Exa. como poderia esclarecer melhor de onde vem essa ligação com a empresa Reag. V. Exa. tem informação concreta disso ou ainda está em apuração?

Vamos lá à questão de identificação do investigado.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao nome citado do Sr. Luiz Carlos Moreira Lima, só para deixar bem claro, o senhor tem certeza de que essa mesma pessoa não pode ser alguém com o mesmo nome ou alguém, por engano, na sua identificação?

O senhor está entendendo essa dúvida?

Outra, questão de vínculo e de período de atuação. Qual é a comprovação segura de suas investigações de que o Sr. Luiz Carlos, de fato, atuou ao mesmo tempo...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... como membro do Conselho de Administração e sócio da Reag? Isso aconteceu em que período?

Outra é a questão da estrutura da concessionária. A concessionária responsável por este investimento de mais de R\$5 bilhões – essa obra vai chegar a R\$10 bilhões ou mais, pelo que eu tenho notícia –, vindos R\$5,5 bilhões do BNDES, e parte também de R\$1,5 bilhão...

E V. Exa., Senadora Margareth, que junto comigo, o Governador, Gallo, e o Fábio Garcia, numa audiência que eu pedi para o Ministro Fernando Haddad, em relação a esse financiamento de R\$1,5 bilhão, que foi autorizado, mais US\$100 milhões, que foram para a nossa educação no Mato Grosso, mais US\$80 milhões, que foram para a agricultura familiar...

A senhora esteve lá e, inclusive num gesto de amizade e respeito à sua pessoa, o ilustre Ministro Haddad me disse na hora, para o Governador: "Vou atender o senhor, Governador, pelo fato de o senhor estar aqui muito bem acompanhado de um Senador por quem eu tenho respeito, é um homem sério, é um homem que combina-cumpre", o que por sinal me encheu de alegria, de contentamento. E ali foi feita toda essa tramitação.

Então, não é só R\$5,5 bilhões. Na medida, quando eu fiz o apelo para o Ministro, mostrando a importância da necessidade de que esse empréstimo fosse concedido, através do Banco do Brasil, para o Governo do Mato Grosso, ele se sensibilizou muito, e, daí para a frente, partimos para uma outra jornada que foi uma transação bancária com o BNDES financiando também esses valores aí.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos que fazer aqui justiça à Deputada Rosa Neide, essa valorosa mulher pública, que ajudou muito nessa tratativa aí entre o Presidente e nosso amigo Mercadante, que inclusive ligou para mim, tendo em vista que ele foi meu colega Senador aqui, no meu primeiro mandato. E eu tive a coragem – é bom contar – de quando, mesmo eu sendo PFL, eu votei nele para Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, pelo fato de que, em dezembro, antes de tomarmos posse, ele me ligou pedindo voto. Eu disse: O senhor é o primeiro que está me pedindo. O senhor conta comigo.

Quando da formação das Comissões aqui, nesta Casa – eu era membro titular aqui da Comissão de Assuntos Econômicos –, o partido quase caiu de pau em mim: "Mas como vai votar, Jayme?" Dei minha palavra: Vou votar com o Mercadante. Ele nunca esqueceu isso aí, ele nunca esqueceu. Na medida em que ele foi Ministro da Educação, eu o procurei uma vez lá. Nós fomos citar um curso de medicina para a minha cidade, que é a segunda maior do Mato Grosso, que tinha oito anos e seis meses lá. Oito anos, e não conseguia. Eu fui lá e ele falou: "Jayme Campos, como é que eu vou deixar de atender você, rapaz! Você é um valoroso Senador. Você está aqui com interesse de um curso de medicina para Várzea Grande", e, graças a Deus, hoje já tem lá duas ou três turmas que se formaram.

Feito isso, para não me alongar muito aqui, no aspecto jurídico e administrativo, se isso tudo se confirma, como é que a lei trata de uma situação dessa? Poderia ser considerado um conflito de interesses?

Terminando, Presidente.

A situação após Reag.

Desde a liquidação da Reag, quais providências – não sei se V. Exa. pode me dar essa informação – o Estado de Mato Grosso já tomou para reaver este dinheiro preso naquela empresa? Será possível reaver esses recursos?

Então... Serei rápido. Porque é muita coincidência, eu acho, eu fico em dúvida aqui: como é que o cidadão é dono do fundo lá, do Reag, monta lá, e ao mesmo tempo é Diretor, Conselheiro lá do MTPAR? Para mim... Eu estou muito em dúvida, eu gostaria que V. Exa. nos esclarecesse isso aí, não para mim, mas para o povo de Mato Grosso, que eu tenho certeza... Se



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estivermos no ar, a audiência, pela TV Senado, hoje talvez seja a maior audiência que a TV Senado está tendo. Está parado, parou o comércio, a indústria, tudo o que você pensar eu imagino que esteja parado para assistir, com certeza, aqui ao nosso depoente, o Senador Pedro Taques.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado. Mais uma vez, Senador Jayme Campos, quero registrar a minha alegria vendo o respeito entre os três Senadores do Estado do Mato Grosso, Margareth, meu amigo Wellington Fagundes e meu amigo Jayme Campos.

Eu concedo a palavra ao depoente para fazer os esclarecimentos; de todos, aquilo que o senhor reputar importante. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** (Para depor.) – Me permita falar do Senador Jayme Campos: o Senador Jayme Campos foi muito amigo do meu pai...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – É verdade.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – ... que faleceu com 90 anos. Eu tinha 6 anos de idade, 6, o Senador Jayme Campos tinha uma loja chamada A Futurista, que vendia secos e molhados, atacado e varejo. Aí eu fui lá, comprei uma lata de leite Ninho, não tinha dinheiro, foi uma lata de leite Ninho fiada, fiado, comprei fiado, e depois o Senador permitiu... Eu tinha 6 anos, e ele já era famoso no estado, muito famoso, e depois eu paguei essa lata de leite Ninho, um tempo depois. O meu pai tinha uma fazenda ao lado da fazenda do Senador Jayme. É uma honra para mim, Senador Jayme Campos.

Sobre o fundo... Por gentileza.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, já que ele falou em fazenda, vamos registrar: metade é de alguns, a outra metade é do Jayme Campos, no estado inteiro. (*Risos.*)

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Exatamente. (*Risos.*)



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – É, e a fazenda do meu pai tinha 5ha só, ele morreu com esses 5ha, tem dois anos.

Sobre o que S. Exa. a Senadora Margareth falou, foi feito um termo de ajustamento de conduta no Tribunal de Contas da União, conduzido pelo Presidente Bruno; o Presidente Bruno Dantas conduziu esse termo de ajustamento de conduta, e o estado assumiu a dívida da antiga concessionária Rota Oeste, e, nas negociações desta dívida, para questões tributárias – mas a matéria não era tributária –, para as questões tributárias, foi dado desconto ou não. A questão é: R\$447 milhões da Fonte 100 saem e vão para esse fundo, que é constituído pela Reag, que é administrado pela Reag. A administração de um fundo são os papéis do fundo, tipo uma junta comercial, ela vai para a CVM. Gestão do fundo é... Quem faz a gestão do fundo é que escolhe quais os investimentos e pagamentos serão feitos. Muito bem, a Reag fez a gestão do fundo. Vai pagar a qual banco a que a antiga Rota Oeste devia? É a Reag que fez isso, ela escolhe e ela não faz isso como relógio, de graça, ela recebe comissões para fazer isso. Eu não sei qual o valor dessa comissão, eu não sei quais foram os valores que ela escolheu para pagar, isso precisa ser analisado. Objetivamente... O dinheiro, Senador Jayme Campos, não está lá, eu não vi se ele está lá, mas eu creio que ele não esteja lá porque ele foi pago, as dívidas que a antiga Odebrecht tinha e... Quais dívidas? Qual foi o ágio? Aí é que está o problema. A comprovação...

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – A comprovação – não é homônimo – em uma investigação corporativa... A primeira coisa que você faz ao encontrar um nome, Jayme Campos, aí você vai ao CPF dele, mas ainda você vai ao nome da mãe dele, D. Amália, uma grande mato-grossense. Bom, é mãe do Senador Jayme Campos. Aí você vai ver se o outro tem a mãe chamada D. Amália e Seo Fiote. Aí bate, isso aí é o mesmo CPF, é a mesma mãe. Então, o mesmo do Reag é o mesmo que está no Conselho de Administração.

Existe, por acaso, algum conflito de interesse? Sim. A Lei das Sociedades Anônimas, porque o Consórcio Rota Oeste é uma sociedade anônima, é uma empresa de capital aberto, diz que não pode estar ali, art. 156 e art. 66. Tem conflito de interesse porque ele é que vai decidir os investimentos que serão feitos, onde, quais as empreiteiras vão fazer a obra. Ele que vai decidir isso e ele não pode.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De tudo isso aqui, o que se encontra é Master em todos esses negócios e Reag, PCC, segundo a Polícia Federal. Não sou eu que estou dizendo isso, é a Polícia Federal, é a Receita Federal, é o Gaeco, do Estado de São Paulo.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – É isso.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Só uma pergunta aqui. É dos 447 milhões que o senhor está falando?

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Sim, senhora.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Pois é, mas olha, o senhor afirmou na sua apresentação que estavam congelados.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Não, eu não falei isso.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Confirmou, está aqui, está escrito, estou olhando na p. 14.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Vamos mostrar a apresentação.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Não estão. Em 2023, quatro anos atrás, a Reag era o fundo. Nós entrevistamos aqui o depoente da Reag, que veio aqui e não falou nada, não disse absolutamente nada. A gente inquiriu ele. Mas, olha, no mesmo dia que entraram os 447,834 milhões, no dia 31 de dezembro de 2023, saiu da conta pagando Caixa Econômica, Banco do Brasil, outros bancos. Foi pago.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Eu não sei isso.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Então, assim, por isso é que não dá para a gente afirmar algo, como está escrito na sua apresentação, que o dinheiro ficou congelado, Senador, porque é uma acusação, é uma acusação grave. Entendeu?

Só isso.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Posso ver a apresentação, senhor?



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Pode.

E vamos para o encaminhamento porque eu tenho a segunda parte.

**O SR. JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES** – Pode passar para a frente?

Me permita aqui... Mais duas, por favor. É aí.

Percebam, o Banco Central decreta a liquidação do Reag, 15 de janeiro. Ação regulatória: a liquidação extrajudicial do Reag, vinculada ao banco, é decretada pelo Banco Central. Consequência imediata: todos os fundos sob gestão submetidos a regime de liquidação coercitiva. Impacto: congelamento absoluto. Isso aqui, eu não tenho informação se pagou, eu não tenho dados bancários disso.

Quando ocorre uma liquidação de um fundo, a CVM determina o seguinte, Senadora: aquele fundo precisa, um, escolher outra gestora para esse fundo. Enquanto ele não escolhe a gestora para esse fundo, o Banco Central vai analisar o dinheiro que está nesse fundo, se foi pago ou não foi pago. Tem resolução do Conselho Monetário sobre isso. E o fundo não é garantido pelo Fundo Garantidor, Senador Jayme, não é garantido, não tem garantia, o.k.? Então, eu não tenho a informação do que foi pago, porque eu não tenho o sigilo bancário, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu agradeço mais uma vez o comparecimento do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, e os esclarecimentos, e o do advogado, Dr. Murilo de Moura Gonçalves, e a participação dos Senadores.

Só vou fazer aqui uma leitura sobre a segunda depoente que nós aprovamos, que deveria ter comparecido aqui.

Oitiva da Sra. Martha Gonçalves Graeff, empresária e influenciadora digital, convocada pelos Requerimentos 245 e 248, dos Senadores Marcos do Val e do Relator, Senador Alessandro Vieira.

A depoente foi convocada a comparecer a esta reunião por meio de *e-mails*, mensagens telefônicas, correspondências e telegrama. Houve também contato com o escritório de



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advocacia que a representa no Brasil, o qual não respondeu ao ofício enviado por esta Comissão. Sabe-se que a depoente pode estar vivendo nos Estados Unidos, mas essa informação não pôde ser confirmada. Apesar de todo o esforço empenhado por essa CPI para localizar a Sra. Martha, não obtivemos resposta dela nem de seu advogado. Uma vez que a Sra. Martha seja efetivamente intimada por essa CPI, caso não compareça, poderá ser alvo de condução coercitiva.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro para a Comissão.

Hoje mais uma operação é realizada pela Polícia Federal conectada à estrutura do Banco Master. Hoje foram alvo de buscas e de prisões figuras ligadas ao Fictor, que é o grupo que faria a aquisição do espólio ou do Master para tentar evitar sua liquidação. E novamente você encontra a vinculação expressa, clara, comprovada com facções criminosas violentas. No caso específico, o uso de uma rede de CNPJs e laranjas vinculados ao Comando Vermelho.

Então, eu faço esse registro pela importância e para novamente reafirmar que a gente tem que compreender o que é crime organizado em qualquer lugar do mundo e no Brasil: não é só aquela figura armada na periferia; é muito mais importante, muito mais relevante essa estrutura complexa de lavagem de dinheiro e de corrupção de agentes públicos. E é esse, em grande essência, o nosso trabalho aqui na CPI.

Obrigado, Sr. Presidente. E parabênz a todos pela participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Agradeço.

E eu quero aqui fazer um registro, independente de coloração partidária, do trabalho da Polícia Federal, das instituições, do Banco Central, ou seja, quando nós temos, dentro da democracia, um fortalecimento das instituições, elas têm autonomia e isenção para atuar, doa a quem doer, observando o princípio constitucional do art. 5º, de que todos somos iguais perante a lei, independente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual. E ninguém, mas ninguém pode estar acima da lei. Esse contexto de fortalecimento das instituições... E aqui eu





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero fazer mais uma vez o registro da atuação tanto do Banco Central como da Polícia Federal, do Coaf, enfim, de todas as instituições de fiscalização e controle.

E agradeço aí a colaboração de todos.

As próximas reuniões dessa CPI terão suas pautas oportunamente divulgadas pelos canais de comunicação do Senado Federal.

Agradeço mais uma vez a participação do Senador, ex-Governador, do depoente José Pedro Gonçalves Taques, do meu querido Jayme Campos, da Margareth Buzetti e do Relator.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)*